



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DANIEL ALENCAR DE CARVALHO**

**DIALÉTICA DO DESCOMPASSO: OS TEMPOS DE MONTEIRO LOBATO**  
**NA COMPOSIÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA (1914-1927)**

**FORTALEZA**

**2016**

DANIEL ALENCAR DE CARVALHO

DIALÉTICA DO DESCOMPASSO: OS TEMPOS DE MONTEIRO LOBATO NA  
COMPOSIÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA (1914-1927)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- C331d Carvalho, Daniel Alencar de.  
Dialética do descompasso : os tempos de Monteiro Lobato na composição da nação brasileira (1914-1927) / Daniel Alencar de Carvalho. – 2016.  
223 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.  
Área de Concentração: História Social.  
Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.
1. Lobato, Monteiro, 1882-1948. 2. Tempo na literatura. 3. Aspectos sociais. I. Título.

---

CDD 809.009

DANIEL ALENCAR DE CARVALHO

DIALÉTICA DO DESCOMPASO:  
OS TEMPOS DE MONTEIRO LOBATO NA COMPOSIÇÃO DA NAÇÃO  
BRASILEIRA (1914-1927)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kênia Sousa Rios (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

---

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, sobretudo à minha mãe, Cláudia Rejane Alencar, por sempre acreditar em dias melhores. Conservamos a mesma esperança.

À Marliene Maiara de Meneses, “coautora” desta dissertação. Devo muito as suas ideias, evidentes em todos os textos, suas leituras, seu otimismo com a investigação. No entanto, agradeço, acima de tudo, sua companhia, sua crença em mim, sua assistência nos momentos difíceis e, claro, seu amor. Sou muito grato em ter você na minha vida.

Ao Paulo Cesar do Santos, Cesinha, Cesar Nabokov, Cesar tombado como “patrimônio invisível”, intelectual competente e amigo inestimável. O texto a seguir advém, também, das nossas conversas, nossas trocas de leituras, da sua assistência.

Aos companheiros do grupo de estudo História, Memória, Natureza e Cultura (UFC), pela troca de ideias e a aprendizagem conjunta: Alberto Rafael Mendes, Antônio José, Diego Bezerra Belfante, Diego Estevam, Felipe Oliveira, Gabriel Pereira, Jonatas Jonas, José Nilo, Romário Bastos e tantos outros.

Aos meus amigos e amigas da graduação, camaradas não somente na profissão: Carolina Rabelo Cavalcanti, Carlos Marley Mateus Correia, Hildebrando Maciel Alves, Jefferson Santos, Juliana Basilio, Paulo Eduardo Martins, Pedro Paulo da Silva Martins.

Aos amigos e amigas do mestrado, as maiores alegrias do curso: Ana Carla Pereira, Bianca Nascimento, Karla Cristine, Rafael Vieira, Thiago Sales, Vagner Ramos.

À professora Ana Rita Fonteles, pelo trabalho conjunto na iniciação à docência, os ensinamentos em sala de aula, a confiança e a amizade.

Ao professor Eurípedes Funes, pelo estímulo à investigação, as críticas necessárias e a solicitude.

Ao professor Francisco Régis Lopes Ramos, pela oportunidade da iniciação científica na graduação, a confiança nesta dissertação e as contribuições no exame de qualificação. Devo muitos aos seus ensinamentos.

Ao professor Jailson Pereira da Silva, pela vivência em sala de aula, o entusiasmo pela educação, as contribuições no exame de qualificação e por me apresentar Paulo Freire.

À minha orientadora Kênia Sousa Rios, pela confiança na dissertação, a liberdade na escrita, as leituras, as críticas e as ideias. O texto encerra muitas de suas contribuições, sem dúvida. Com você, entre tantas coisas, entendi a intensidade, a

vivacidade e a coragem da imaginação, dos sonhos; entendi que sem encanto, devaneio e boniteza não há história.

Aos professores e professoras dos colégios Canarinho e Sapiens. Na folha de rosto dos livros infantis de Monteiro Lobato, da Brasiliense, ainda encontro o adesivo indicando “Daniel Alencar de Carvalho, 3ª série C”. Devo muito aos dois colégios, pois, como Lobato aos meninos e meninas de ontem e hoje, seus docentes ensinam que é possível ir além.

Por fim, agradeço o apoio financeiro da CAPES; e também aos funcionários da Biblioteca Monteiro Lobato, São Paulo, o auxílio na consulta dos acervos.

*“- Ótimo! – exclamou Emília. – Serve. Escreva: Nasci no ano de... (três estrelinhas), na cidade de... (três estrelinhas), filha de gente desarranjada...*

*- Por que tanta estrelinha? Será que quer ocultar a idade?*

*- Não. Isso é apenas para atrapalhar os futuros historiadores, gente muito mexeriqueira.”*

*(Monteiro Lobato, Memórias da Emília)*

## RESUMO

Esta pesquisa analisa os tempos de Monteiro Lobato na composição da nação brasileira, entre 1914-1927. O escritor entendia desigualdades socioeconômicas e culturais intrínsecas à crescente inclusão do país na economia capitalista, integrando os rincões mais remotos ao frenesi da oferta, da demanda e da concorrência, a partir de conceitos temporais, evidenciando os diversos ritmos de transformação da sociedade brasileira. Nesta visão, o passado é algo anacrônico, atrasado e ultrapassado; o futuro é o “amanhã”, o moderno e o progresso. Havia uma tensão entre o *espaço de experiência*, ou seja, os caboclos do interior, as “cidades mortas” e a miséria dos sertões e o *horizonte de expectativa*, a sucessão de desenvolvimentos tecnológicos, o adiantamento norte-americano e os princípios da prosperidade de Henry Ford, conforme as categorias de Reinhart Koselleck. Desta maneira, investigo os projetos elaborados no intuito de cadenciar os tempos da nação e, enfim, construir a comunidade imaginada Brasil, isto é, nação onde os “jecas” seriam integrados ao progresso através de novas condições de trabalho. O universo ficcional do Sítio do Picapau Amarelo também foi espaço onde Monteiro Lobato (re)aproximou passado/futuro ou tradicional/moderno, retirando o caráter antitético destes conceitos e encontrando sua síntese. As obras completas de Monteiro Lobato, sobretudo, incluindo contos, romance, jornalismo e crítica, textos esparsos e correspondência, constituem as fontes da dissertação.

**Palavras-chave:** Monteiro Lobato. *Espaço de experiência e horizonte de expectativa*. História do Brasil. Composição da nação. Primeira República.

## ABSTRACT

This research analyses Monteiro Lobato's times in the composition of the Brazilian nation, between the years 1914-1927. The writer understood socioeconomic cultural inequalities inherent to the increasing inclusion of the country in the capitalist economy, integrating the most remote corners of the country to the frenzy of the offer, the demand and the competition, through temporal concepts, highlighting the different cadences of the transformation of the Brazilian society. According to this view, the past is something anachronistic, backward and obsolete; the future is "tomorrow", the modern and the progress. There was a tension between the *space of experience* related to the caboclos from blackland, "dead cities" and the misery in the backlands and the *horizon of expectation* represented by the sequence of technological developments, the North American advance and Henry Ford's principles of prosperity according to Reinhart Koselleck's categories. So, I investigate the elaborate projects in order to cadence the time of the nation and finally build the imagined community called Brazil as a nation where the "jecas" would be integrated to the progress through new conditions of work. Monteiro Lobato, through the fictional universe of the Yellow Woodpecker Farm, (re)connected past/future or traditional/modern, removing unethical aspects of these concepts and finding their synthesis. Monteiro Lobato's complete works constitute the sources of this dissertation as his short stories, novel, journalistic texts, stories and texts about art critic.

**Keywords:** Monteiro Lobato. *Space of experience* and *horizon of expectation*. Brazilian History. The composition of nation. First Republic.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2.	TESE: FUTURO DESVENDADO. PROGNÓSTICOS, TECNOLOGIAS E O MESSIAS DA INDÚSTRIA MODERNA .....	25
2.1	O “romance dos tempos futuros”: interesse no futuro ou a esperança do editor Monteiro Lobato? .....	26
2.2	Henry Ford: “Messias da indústria moderna” .....	44
2.3	São Paulo: “Asilo dos Deuses Inválidos” .....	61
3	ANTÍTESE: O PROGRESSO NÔMADE. O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE NACIONAL E OS PROJETOS DE REGENERAÇÃO DO JECA TATU .....	79
3.1	Literatura brasileira: da intransitividade ao engajamento literário .....	80
3.2	A outra face do progresso: as cidades mortas e os caboclos incapazes de evolução .....	99
3.3	O admirável escritor paulista ou o pessimismo inestético da difamação genérica .....	120
3.3	Perdoas? O saneamento rural como <i>projeto</i> de regeneração nacional .	136
4	SÍNTESE: O SÍTIO DO PICAPAU AMARELO: A CONFLUÊNCIA DOS TEMPOS DE MONTEIRO LOBATO .....	150
4.1	Nação, literatura infantil e infância em construção: uma breve introdução .....	151
4.2	Olavo Bilac: O “apóstolo-socialista pregando a instrução” .....	153
4.3	Monteiro Lobato: “livros onde as nossas crianças possam morar” ou a confluência dos tempos da nação .....	181
5	CONCLUSÃO .....	206
	FONTES .....	215
	BIBLIOGRAFIA .....	219

## Introdução

Em dezembro de 1944, Antonio Candido comentou a mais recente novidade da literatura brasileira: *A barca de Gleyre*, reunião de quarenta anos de correspondência entre os Srs. Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. De acordo com Antonio Candido, essa era “a primeira grande correspondência literária do Brasil”, dado que as cartas de Machado de Assis, as respostas de Joaquim Nabuco e a correspondência de Jackson de Figueiredo não se distinguiam pelo interesse dos temas e a riqueza do conteúdo. Coube aos Srs. Lobato e Rangel, então sexagenários, a publicação de “um dos monumentos mais importantes dos últimos tempos”. Os tomos contendo as missivas do primeiro já estavam publicadas; “a do segundo, conta-me, a sair”<sup>1</sup> – algo que nunca aconteceu, por decisão de Godofredo. Dessa maneira, conhecemos somente as cartas remetidas por Monteiro Lobato, intuindo de vez em quando as respostas do destinatário. Devido a seu caráter geral, abarcando a evolução e o interesse literário do escritor, igualmente as atividades comerciais e industriais, *A barca de Gleyre* possibilitou exame abrangente da carreira do autor por intermédio do crítico.

“O sr. Monteiro Lobato é dos valores mais indiscutidos da nossa literatura moderna”, inicia. Sua força, talvez, residia em sua ambivalência: enquanto iconoclasta, “para os moços é um precursor do modernismo”; por seu estilo “seivoso e correto”, para os mais velhos, é tradicionalista e antimoderno. Com tais características, “é uma espécie de ponto de união, de elo entre dois períodos, sendo preciso encará-lo sob o tríplice aspecto de contista, autor para crianças e homem de negócios”<sup>2</sup>. O exame da afirmativa fez-se através da interação entre a visão e ação do escritor e a sociedade brasileira na década de vinte.

Na qualidade de empresário da indústria do livro, do ferro e do petróleo, ainda segundo Candido, trouxe ao público “problemas geralmente limitados a pequenos grupos dirigentes, revelando um talento publicitário à americana e pondo a pena e a palavra a serviço das campanhas econômicas” – sendo, por isto, “um símbolo de pensamento livre e dignidade intelectual”<sup>3</sup>. De fato, na propaganda dos projetos que encabeçou ou auxiliou sobressai-se o tom polêmico e a crítica embasada, por vezes trocando da incoerência e da inconsequência dos opositores, em páginas estampadas na

---

<sup>1</sup> CANDIDO, Antonio. Notas de crítica literária: Monteiro Lobato. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, Domingo, 10 de dezembro de 1944, p.7.

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Ibidem.

imprensa carioca ou paulista, sobretudo. Além do mais, Monteiro Lobato valeu-se de conhecimentos científicos, de instituições e do prestígio de intelectuais para fundamentar e legitimar as posições assumidas. *Problema vital* (1918), por exemplo, no qual diagnosticou (ou reavaliou) os supostos vícios atávicos do trabalhador rural enquanto consequência da precária situação higiênica do interior do país, reúne artigos publicados n’*O Estado de São Paulo* e enfeixados por decisão da Sociedade Eugênica de S. Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. No mesmo volume, recorria, igualmente, aos resultados da expedição científica de Belisário Pena e Artur Neiva<sup>4</sup>. Na carta de 9 de agosto de 1924, que escreveu a Artur Bernardes, em que advogou em favor do voto secreto, incluiu a assinatura de 24 vultos do momento. A força dos argumentos e do apoio teve algum resultado: o presidente respondeu à carta aberta em 6 de setembro de 1924<sup>5</sup>. Ser-me-ia capaz de citar as atividades relacionadas ao ferro, ao petróleo ou a divulgação do georgismo no Brasil<sup>6</sup>, mas demorar-nos-íamos demasiadamente – insistirei, junto do crítico, nos anos 1920. Portanto, voltando a Antonio Candido, na ação “foi de fato um antirotineiro, quase um revolucionário”<sup>7</sup>, em outros termos, moderno.

Contudo, apesar da força do seu talento e da sua personalidade ou da força e veemência de expressão, “há muito de passadista no sr. Monteiro Lobato, literariamente falando”. Quiçá moderno ao seu tempo, “graças ao vigor com que sacudiu o marasmo literário reinante”, não conseguiu atinar os inovadores de vinte e dois. A permanência da obra lobatiana devia-se, talvez, ao “pessimismo fecundante”, base da escritura. Não obstante Jeca Tatu encerrar o atraso, as relações de produção arcaicas, a ignorância, o paternalismo das oligarquias etc., Lobato “vive contribuindo com afincado e secreto amor, a cada página e a cada ato, para elevar o nível material e intelectual do seu povo”<sup>8</sup>. Nessa conduta voluntarista, está o nexos entre o contista, o autor para crianças e o homem de negócios.

Enfim, mesmo examinando quarenta anos de correspondência literária, subsiste a dúvida: de que maneira compreendê-lo? Monteiro Lobato era “complexo e instável, muito moderno para ser passadista, muito ligado à tradição literária para ser modernista, ponto de encontro de duas épocas e duas mentalidades, símbolo da

---

<sup>4</sup> Cf. LOBATO, Monteiro. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010.

<sup>5</sup> Cf. Idem. *Ferro e o voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010.

<sup>6</sup> Cf. Idem. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011.

<sup>7</sup> CANDIDO, Antonio. Notas de crítica literária: Monteiro Lobato. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, Domingo, 10 de dezembro de 1944, p.7.

<sup>8</sup> Ibidem.

transição da nossa literatura, exemplo de labor intelectual e de consciência literária”<sup>9</sup>. Ora, se não existem grandes diferenças entre o estético e o ético, afinal, como afirma Certeau (2012, p.111), “o estético, no fundo, é apenas o aparecer ou a forma da ética no campo da linguagem”, podemos interrogar como Monteiro Lobato se encontrava entre duas épocas e duas mentalidades não apenas no âmbito artístico, ademais na cisão entre um tempo já findo e um tempo que está por vir. Nessa visão, as relações com (e entre) o passado e o futuro são intrínsecos ao escritor. Mas quais os arranjos desta relação? Como o escritor estava dividido (e pressionado) entre o passado e o futuro? Ou como caminhava a meio-termo do passado e do futuro, mantendo-se estável, mas não imóvel nestas dimensões temporais?

Cruzando os dados biográficos de Monteiro Lobato (1882-1948) com os processos históricos da primeira metade do século passado, observaremos que o literato não apenas assistiu ao transcurso da sociedade brasileira, mas agiu e estendeu suas convicções. Neto de visconde, ainda menino, encontrava-se nas fazendas do Vale do Paraíba na ocasião da abolição da escravatura e da proclamação da república. Na qualidade de promotor público de Areias, interior paulista, e de proprietário arruinado, vivenciou a estagnação das “cidades mortas” e o decaimento da cultura do café no norte do estado à medida que a “onda verde” espargia no Oeste, mais ou menos entre 1907-1918. Corolário dessa mudança, o crescimento urbano de São Paulo foi examinado em seus artigos de imprensa. O advento de novas tecnologias (cinema, automóveis, carros), os recentes sistemas de produção (os “princípios da prosperidade” de Henry Ford), as vanguardas artísticas, a imigração e a fluidez das culturas em coexistência têm lugar nos textos lobatianos. Não obstante a euforia, a situação dos trabalhadores rurais era desconforme com modelos de comportamento importados, *chics* ou *smarts*, e não sugeria ilusões de progresso. Monteiro Lobato compôs seus contos observando estes homens e mulheres à margem da civilização, incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso, utilizando seus termos. Neste sentido, criou um estereótipo: Jeca Tatu, logo transformado em símbolo nacional, e argumentou em favor do saneamento do interior, seguindo os médicos sanitaristas da Sociedade Eugênica de S. Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. A expansão da indústria do livro adveio das atividades na *Revista do Brasil*, talvez a revista de maior prestígio entre a intelectualidade brasileira, na Monteiro Lobato & Cia. Editores, na Gráfico-Editora Monteiro Lobato e na

---

<sup>9</sup> CANDIDO, Antonio. Notas de crítica literária: Monteiro Lobato. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, Domingo, 10 de dezembro de 1944, p.7.

Companhia Editora Nacional, de onde dilatou os pontos de venda em todo território nacional. Deu-se, igualmente de sua ação, a renovação da literatura infantil brasileira, ao afastar-se das lições morais e cívicas e arriscar na criança como ser dotado de imaginação, isso nos anos vinte.

Desta maneira, com tais interrogações e informações, investigarei os tempos de Monteiro Lobato na composição da nação brasileira, entre 1914-1927. O “criador da Emília” entendia desigualdades socioeconômicas e culturais intrínsecas à crescente inclusão do país na economia capitalista, integrando os rincões mais remotos ao frenesi da oferta, da demanda e da concorrência, a partir de conceitos temporais, evidenciando os diversos ritmos de transformação da sociedade brasileira. Nesta visão, o passado é algo anacrônico, atrasado e ultrapassado; o futuro é o “amanhã”, o moderno e o progresso. Havia uma tensão entre o *espaço de experiência*, ou seja, os caboclos do interior, as “cidades mortas” e a miséria dos sertões e o *horizonte de expectativa*, a sucessão de desenvolvimentos tecnológicos, o adiantamento norte-americano e os “princípios da prosperidade” de Henry Ford. Investigo também os *projetos* elaborados no intuito de cadenciar os tempos da nação e, enfim, construir a comunidade imaginada Brasil, isto é, nação onde os “jecas” seriam integrados ao progresso através de novas condições de trabalho. Haveria outra maneira de atravessar o abismo entre os dias de outrora e os dias vindouros? Como situar as estórias infantis em meio às angústias do momento?

O escritor experimentou as intensas transformações da sociedade brasileira do prelúdio republicano ao término do Estado Novo. Nasceu na derrocada de Dom Pedro II e faleceu durante o governo Dutra. Não causaria espanto ou admiração caso nosso autor se sentisse entre duas ou mais épocas. Mais oportuno, possivelmente, é indagar-nos de que modo mudanças socioeconômicas são apreendidas e traduzidas temporalmente? A partir de que experiência do tempo deu-se a cisão entre o pretérito e o porvir, separando-os, afinal, como “épocas”? Finalmente, de que jeito a consciência organiza os dados (resquícios, indícios) destas dimensões temporais em determinados momentos? Ou seja, sente-se este corte (supondo a divisão passado, presente, futuro) de forma intransponível? Ou da forma de justaposição de tempos históricos? Neste caso, como as partes inter-relacionam-se? Complementam-se? Tencionam-se? Estão em tênue equilíbrio? É possível, por fim, juntar passado, presente e futuro? Em outras palavras, como conceber, conceituar e esclarecer sociedades, prescindindo das três dimensões temporais?

O regime republicano abriu novos *horizontes de expectativa*, respaldando-se na experiência francesa e estadunidense. As classes dominantes e as novas elites emergentes julgaram que, enfim, o Brasil trilhava os caminhos da ordem e do progresso, abrindo-se para o mundo e para o capitalismo. Isto significava civilização, evolução e segurança no tempo que estaria por vir. Isso posto, a remodelação dos espaços urbanos (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte), ou, nos termos de então, a “regeneração” das cidades, os padrões de conduta europeus, importados e inculcados por meio da literatura, do vestuário e das novas tecnologias, atestavam a modernidade almejada, embora o progresso estivesse circunscrito. O contraste sertão/litoral salientou não espaços distintos, mas, segundo Nísia Trindade (LIMA, 2013, p.19), “refere-se fundamentalmente a temporalidades distintas e coetâneas”. Interpretava-se afastamento espacial enquanto descompasso temporal. Na mesma época, havia dois “Brasis”.

Euclides da Cunha, no ensaio “Da Independência à República (esboço político)”, registrou o surgimento da questão nas revoltas regenciais, “e [que] se destinava a permanecer na sombra até os nossos dias [1909]”. Essa questão

Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador refrangia na costa. Deixava na penumbra os planaltos. O maciço de um continente complexo e vasto talhava uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados do mar, restariam, ameaçadores, afeitos às mais diversas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aqueles rudes patrícios perdidos no insulamento das chapadas. Ao “cabano”, se ajuntariam no correr do tempo o “balaio”, no Maranhão, o “chimango”, no Ceará, o “cangaceiro”, em Pernambuco, nomes diversos de uma diátese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a *silhouette* trágica do “jagunço”...<sup>10</sup>

O progresso não alcançava todos de modo igual. Na verdade, a incidência fracionária do “raio civilizador” acarretava as dissonâncias sociais na sociedade brasileira (nunca uniforme), a fisionomia dupla da nacionalidade. Distanciados no vasto território, ainda conforme Euclides, insulados, os meios transmudam-se em tempo (ou melhor, tempos), “isolando-nos destinos divergentes”<sup>11</sup>. O jagunço, de modo geral, as “sub-raças sertanejas”, chegou “até hoje” na qualidade de sombra trágica na excitação da *belle époque* carioca, anacronismo vivo, resquício de tempo já findo. *Os sertões* (1902), afinal, denuncia a implacável “força motriz da História”, o avanço da civilização nos sertões e o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”,

---

<sup>10</sup> CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Introdução, nota editorial e cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1975. p.185.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.158.

e a significação de Canudos como “um refluxo para o passado”<sup>12</sup>. Euclides foi axiomático: “Além disso, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”<sup>13</sup>. Duas culturas, a civilização e o sertão e coordenadas históricas diversas, o futuro e o passado. O motor, o progresso que movimenta e destrói.

Esta dualidade encontra-se na literatura escolar do período. N’*A terra fluminense* (1898), Coelho Netto e Olavo Bilac abordaram “O carro de bois” e “A primeira estrada de ferro” em lições distintas. Ao passo que “*o primitivo vehiculo da familia humana*” vai lento, “como se os animaes que *o arrastam* tenham vindo com elle dos *remotos seculos* até hoje, para que vissemos o *rude* trabalho do *ancestral peregrino*”, parecendo “uma *reliquia* conservada no campo pelo homem<sup>14</sup>”, a primeira locomotiva vence léguas e léguas de estradas. Não mais

[...] o passo moroso dos bois, arrastando o carro pesado, cujas rodas largas batiam contra os *calháos*, cravavam-se nos *barrocaes*, atolavam-se nos *alagadiços*. Agora, para a expansão do *commercio* e da vida, para a marcha triumphal da civilisação, *desbravando* os caminhos, animando o trabalho, povoando a solidão – começava a época nova.<sup>15</sup>

A “época nova” é veloz. Não há mais os obstáculos naturais ou o lento arrastar do carro de bois. O desbravar caminhos traduz, em outro entendimento, “a força motriz da História”, seguindo curso ou “a marcha triumphal da civilisação”. Comércio, trabalho e povoamento do território: o tripé do porvir. O livro buscou inculcar tal consciência da história nas crianças, então, como veremos, “a humanidade de amanhã”<sup>16</sup>.

Monteiro Lobato, afinal, situou-se nesta dualidade. Observou duas culturas: a “cultura importada” das cidades e a “cultura local” dos “homens do mato – o caboclo, o caipira, o jeca, em suma”. A civilização das cidades grandes e pequenas – nos termos do escritor – ignorou os milhões de jecas no país<sup>17</sup>. O sucesso de *Urupês* corroborou a suspeita, já que “a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho”<sup>18</sup>. O

---

<sup>12</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003. p.22.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> NETTO, Coelho e BILAC, Olavo. *A terra fluminense*. Educação civica (Livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. pp.15-16.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>16</sup> LOBATO, Monteiro. A criança é a humanidade de amanhã. In:\_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. pp.190-195.

<sup>17</sup> *Idem*. Prefácio às *Contas de capiá*, de Nhô Bento. In:\_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.41-42. [O texto é de 1947].

<sup>18</sup> *Idem*. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.298-299. (Caçapava, 16/01/1915).

contista dispôs de conceitos e engendrou expressões temporais na interpretação desta realidade dividida: cidades mortas, onde “não se conjugam verbos no presente” e “tudo é pretérito”<sup>19</sup>; Jeca Tatu, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso; as assimetrias adiantado-atrasado, progresso-ruína, passado-futuro. Conjuntura intrincada: denunciou o “*maldito prisma que desnatura as realidades*”<sup>20</sup>, causa do fantasiar e romantizar os sertões, mas encantou-se com as novas tecnologias (aviões, automóveis, cinema etc.) e admirou Henry Ford, o “Jesus Cristo da Indústria”<sup>21</sup>. Os artigos, acerca destas novidades, veremos, não deixam dúvidas: apreciou estas novidades na qualidade de prenúncios do “amanhã”. Consciência ambígua? Mais que juntar elementos díspares ou contrários, nos textos encontram-se opiniões incongruentes. Jeca Tatu, mais uma vez, é alçado a símbolo da nacionalidade brasileira, mas encerra a conjuntura obsoleta a ser superada; a tecnologia norte-americana e o crescimento da cidade de São Paulo, malgrado o entusiasmo e o interesse pelo futuro, desfigurou a terra, ou seja, os estilos e costumes nacionais diluíram na cultura universal dos imigrantes e hábitos importados. O progresso era necessário, mas fatal. O passado colide com o futuro, coexistindo. A expectativa reduz a vivacidade da experiência: os critérios e os conhecimentos desta não elucidam o porvir.

O descompasso entre os conceitos antitéticos assimétricos sertão/litoral, campo/cidade ou invariabilidade/movimento foi sentido como a tensão do *espaço de experiência*, isto é, áreas rurais onde Monteiro Lobato cresceu e administrou sua fazenda, logo “cidades mortas” e morada de jecas e do *horizonte de expectativas*, a inserção dos trabalhadores rurais no progresso da nação. Esta é a hipótese geral desta dissertação. Não obstante investigar tal angústia, interrogo os planos a fim de rearticular experiência e expectativa. O trabalho intelectual do escritor pretendeu cadenciar os tempos da nação (no fim das contas, os tempos atribuídos à nação conforme *sua* experiência e *sua* expectativa), dando existência à nação brasileira, enfim, harmônica.

Qual a originalidade dos argumentos lobatianos? Por que, afinal, Monteiro Lobato? Foi um angustiado, igualmente Euclides da Cunha e muitos outros, escritores ou não? No entanto, justificando a escolha, a instabilidade e a oscilação das ideias, das opiniões e do julgamento, esclarece não a incoerência do autor, mas a intensidade do

---

<sup>19</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.22. [1. ed. 1919].

<sup>20</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.290. (Fazenda, 22/10/1914).

<sup>21</sup> Ibidem. pp.519-520. (Rio, 23/03/1927). “Que maravilha! Morar e ter negócio na maior cidade do mundo [New York], onde os homens se envenenam com o fedor da gasolina de oitocentos mil automóveis! América, a terra de Henry Ford, o Jesus Cristo da Indústria! Mandei-te o meu livrinho em inglês, *As Henry Ford is regarded in Brazil*. Sabes que recebi dele uma carta, lá de Dearborn?”.

livre pensar e a imersão no decurso histórico. No intuito de cadenciar os ritmos da nação, ou seja, de rearticular a “cultura importada” e a “cultura local”, integrar os jecas na civilização (no progresso) e garantir a cultura nacional, reunir experiência e expectativa e, assim, harmonizar a tensão entre continuidade e descontinuidade, elaborou *projetos*<sup>22</sup> de fatura da nacionalidade e a regeneração do Jeca Tatu. Monteiro Lobato examinou a sociedade brasileira buscando o motivo determinante das desigualdades socioeconômicas e culturais no país. O projeto advém da conjuntura: novo momento, novo projeto. Esses, assinalados nos títulos dos livros, são muitos: saneamento básico, educação técnica, voto secreto, ferro, petróleo, comunismo, georgismo etc. O escritor não elaborou sistemas, mas revisou as ideias outrora certas. Nesse incansável remexer e (re)compor de projetos, encontramos uma das originalidades de Monteiro Lobato. Investigá-lo é adentrar nas tramas e discussões de então e distinguir as veredas da intelectualidade.

Não obstante o labor intelectual, a meta do programa exigiu recurso mais engenhoso. O “porquê” do desacordo entre sertão/litoral, campo/cidade, local/importado ou passado/futuro foi investigado inúmeras vezes, mas breve evanesce (a real dimensão da estrutura socioeconômica nunca foi muito acessível) ou o projeto não obteve a necessária ressonância social. De que maneira conseguiu seu intento? Na literatura infantil, onde coexiste e mistura e engloba passado, presente e futuro. Por que, afinal, Monteiro Lobato? Outro motivo, arrisco como hipótese, é a saída encontrada: na literatura infantil, criou universo *sui generis* em que as dimensões temporais são fluidas e o deslocamento realizável. O passado, isso posto, não é tempo já findo e não é sinônimo de atraso, retrógrado ou ultrapassado; o futuro não subentende ruínas. O *Sítio do Picapau Amarelo* é síntese da dialética do progresso e do atraso e do universal e do local. Dona Benta, a ciência, e tia Nastácia, a tradição, sabem “o segredo de bem governar os povos” e a “pequena república que elas governam sempre nadou na maior felicidade”<sup>23</sup>. Lúcia, a menina do narizinho arrebitado, e Pedrinho são educados na

---

<sup>22</sup> Frente aos campos de possibilidades existentes nas sociedades complexas e às várias interpretações do mundo simbólico, conforme Gilberto Velho, *projetos* são elaborados “no nível individual [e] lida[m] com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”. No entanto, cabe ressaltar que a análise dos projetos historicamente construídos não deve ser efetuada de modo mecânico ou desobrigado, como um plano elaborado e automaticamente posto em prática, pois as tensões sociais, se permitem sua elaboração, podem frustrar seu exercício, anulando sua ação ou reelaborando as diretrizes primeiras. Cf. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. pp.11-30.

<sup>23</sup> LOBATO, Monteiro. *A reforma da natureza*. Ilustrações de capa e miolo Manoel Victor Filho. 38.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. [1. ed. 1941].

sabedoria de ambas. No sítio, enfim, chegam os príncipes e as princesas encantadas dos contos da Carochinha, o Gato Félix, o ator norte-americano Tom Mix, São Jorge e o Dragão, os heróis das *Mil e uma noites*, Pinóquio, Alice (Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll), Saci, Iara, Cuca e os demais personagens do folclore brasileiro. As estranhas aventuras ocorrem no Picapau Amarelo, no País das Fábulas (onde está Esopo e La Fontaine), na Grécia de Péricles ou na época mitológica de Hércules etc. “Era uma vez...”, eis a fórmula da literatura infantil de Monteiro Lobato.

Dessa maneira, investigo a ânsia de futuro do escritor e as tensões entre experiência e expectativa resultante. Por que algumas tecnologias são indícios do “amanhã”? Por que os jecas são incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso? De que modo construir a nação com elementos tão díspares? De que jeito cadenciar ritmos irregulares? Como, enfim, a literatura infantil obtém a síntese destas interrogações?

Cabe, em seguida, esclarecer os termos e os conceitos bem como a divisão da dissertação à luz das escolhas e indagações acima.

Dialética. Não tenho intenção de dar-lhe consistência conceitual. Nessa dissertação, “dialética” é um modo de interpretar a realidade histórica por meio dos conflitos de situações e/ou ideias diversas ou contrárias (tese e antítese), que resultam em nova circunstância (síntese), igualmente conflitante. Antonio Candido (2010, pp.17-47) leu, nas *Memórias de um sargento de milícias* (1852), a dialética da ordem e da desordem estruturando e dando unidade ao livro. Os personagens, assim, transitam entre um “hemisfério positivo da ordem” e um “hemisfério negativo da desordem” equivalentes e relativos. Não existe, neste caso, juízos morais e as antinomias acomodam-se na formação (uma síntese?) de um “mundo sem culpa”. “Na limpidez transparente do seu universo sem culpa, entrevemos o contorno de uma terra sem males definitivos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral”, conclui (CANDIDO, 2010, pp.46-47). Alfredo Bosi (1992, p.180) constatou que José de Alencar “submete os pólos nativo-invasor a um tratamento antidialético pelo qual se neutralizam as oposições reais” em *Peri* e *Iracema*. Os índios têm sua “naturalidade” encoberta ou subordinada aos designios do conquistador (d. Antônio de Mariz ou Martim Soares Moreno), servindo-lhe no projeto de uma civilização nos trópicos. Então, a literatura formaliza (aclarando ou suavizando) oposições reais na fatura e na ordenação dos dados (entendendo-os como elementos de composição – mais uma vez, conforme Candido). Monteiro Lobato encontrou na literatura infantil a síntese do

conflito antitético progresso/atraso. O sítio de Dona Benta é uma “trapaça”<sup>24</sup> da linguagem, quer dizer, é o universo no qual conflui passado, presente e futuro, recusando barreiras ou indicando evolução e retrocesso.

Tempos, não tempo. Uma teoria consensual do tempo, segundo Norbert Elias (1998, pp.9-10), foi entravada pelas discussões sobre a natureza do tempo no plano filosófico. Duas posições mantêm a controvérsia: a primeira que trata o tempo na qualidade de dado objetivo da natureza, autônomo e não perceptível; a outra o entende como estrutura *a priori* da consciência humana, em que os acontecimentos são encadeados e sintetizados de forma inata e automática. Ainda consoante o sociólogo alemão, o “tempo” é uma elaboração humana – por isso, histórica – adequada a reunir e ordenar os transcurso natural, individual e social por meio de símbolos (relógios, calendários) cognitivos ao saber, relacionando ocorrências em sequências lógicas e comparáveis. Deste modo, a duração ou a velocidade dos eventos são precisados (mesmas categoria e escala); a simultaneidade dos acontecimentos torna-se acessível e datada; articulam-se incidentes que não se enquadram na mesma época etc. O tempo, afinal, é uma experiência e uma instituição social. Não é o tempo que passa, “na realidade, o sentimento de passagem refere-se ao curso de sua própria vida e também, possivelmente, às transformações da natureza e da sociedade” (ELIAS, 1998, p.22). Nessa dissertação, investigarei as relações entre passado, presente e futuro a partir do entendimento do tempo enquanto experiência. O tempo manifesta-se na linguagem e é experimentado por meio da coexistência de mudanças e permanências. Assim, “tempos” torna evidente as diferentes formas de experimentar a sucessão de acontecimentos. Tempos de Monteiro Lobato, então, visto que o escritor conceitua as conjunturas a partir de ideias próprias ou legadas. O “caráter” temporal das transformações (anúncios do porvir; resíduos de outrora) é atribuído, não dado.

Como analisar os tempos das fontes? As duas categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* permitem avançar nas investigações. Reinhart Koselleck (2006, p.308) argumenta que as categorias “entrelaçam passado e futuro” e “dirigem as ações concretas no movimento social e político”. Na definição proposta, a

---

<sup>24</sup> Roland Barthes entende a literatura como uma trapaça com a língua. Ao trabalhar com a realidade, mas nunca a representando totalmente, a literatura abriria um espaço para jogar com o poder presente nos discursos e os estereótipos que os acompanham. Desta forma, Barthes busca escrutinar as formas autoritárias da linguagem, pronunciadas como asserção. Neste caso, entendo a literatura infantil de M. L. como “trapaça”, uma vez que resolve conflitos antitéticos de outra forma inviável. Cf. BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

experiência é o “passado atual”, ainda presente, incorporada de modo racional ou inconsciente, que pode ser lembrada e transmitida por intermédio de instituições ou gerações, em que “sempre está contida e é conservada uma experiência alheia”. A expectativa é o “futuro presente”, aquilo que ainda não foi experimentado, mas pode ser previsto, constituída de análise racional, curiosidade, “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude” etc. (KOSELLECK, 2006, pp.309-310). Não há um sem o outro, embora as expectativas não sejam derivadas por completo da experiência e novos horizontes reavaliam experiências então elaboradas e certas. Um e outro contém uma dimensão subjetiva e interpessoal. O “tempo histórico” estabelece-se da tensão entre experiência e expectativa, ou, em outros termos, do corte entre passado e futuro.

Tempos, afinal, dado que os acontecimentos transcorrem em ritmos diferentes. O desenvolvimento tecnológico, as constituições, as diferentes culturas no globo (por vezes, no mesmo território), por exemplo, têm cadência diversas ou múltiplas determinações temporais sobrepostas (KOSELLECK, 2014, p.273). Dessa maneira, a simultaneidade de durações diferentes em âmbitos diversos permite-nos considerar que alguns eventos ocorreram cedo demais ou tarde demais, igualmente a aceleração e o perlongar dos eventos e estruturas, entre outras colocações e paralelos temporais. Reinhart Koselleck (2014, p.19) transpõe a metáfora “estratos do tempo” da *historia naturalis* para a história humana no intuito de “separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”, abarcando, assim, os ritmos, as assincronias e a contemporaneidade do não contemporâneo. É o caso, entre outros, dos pares sertão/litoral ou campo/cidade no Brasil.

Outro aspecto considerável é a relação entre “tempos” e formas de escritura. Em setembro de 2008, François Hartog foi questionado a respeito das relações entre regime de historicidade<sup>25</sup> e regime de historiografia. O nexos existe, afirmou. “Si el futuro es la categoría preponderante, de esto se sigue que de buena gana se escriben historias llevadas por formas diversas de teleología” e, do mesmo modo, “si uno se encuentra em un régimen de historicidad donde predomina la categoría del pasado, el

---

<sup>25</sup> Regimes de historicidade é, de acordo com François Hartog, “uma maneira de engendrar passado, presente e futuro ou compor um misto das três categorias” sendo uma destas dominante. Trata-se de instrumental acadêmico a fim de entender determinadas experiências do tempo de modo estrutural. Cf. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. e, mais sucinto, HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Tradução do Prof. Dr. Francisco Murari Pires – Departamento de História – FFCH/USP. In: *Revista de História* 148 (1º - 2003, 09-34).

modo de la *historia magistra* es más bien el que prevalece” (HARTOG, 2010, pp.154-155). Desta forma, resta examinar, talvez a literatura infantil de Monteiro Lobato tenha sido síntese na medida em que nenhuma das dimensões temporais domina (diferente dos contos, artigos e romance). Este tratamento, talvez, só é realizável na literatura.

Composição da nação brasileira. Benedict Anderson (2008, pp.26-34) entende “nação” como comunidade política imaginada, limitada e soberana. *Imaginada*, afinal de contas, todos os membros jamais se conhecerão, embora nutram sentimento de comunhão entre si. Também *limitada*, já que têm fronteiras finitas, “para além das quais existem outras nações”. *Soberana*, igualmente ao Estado que lhe estrutura. E *comunidade*, uma vez que “independente da desigualdade e da exploração efetiva que possa existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. Desse modo, a nação brasileira não é realidade *a priori*: ela foi (re)inventada. A composição, nesse caso, torna evidente a fatura literária por trás da imagem. A questão nacional na Primeira República mobilizou intelectuais de diversas matizes no exame da identidade brasileira e do destino (indicando orientação) do país. Havia governo autônomo, mas não a nacionalidade brasileira. Os variados argumentos assinalaram a dificuldade em instituir imagem homogênea ao Brasil: a dimensão continental do país e o emaranhado de culturas resultou interpretações por vezes contraditórias. Questão urgente, enfim, já que as classes dirigentes e os intelectuais desejavam “integrar o Brasil ao mundo americano, identificado com o regime republicano e com a modernidade” (OLIVEIRA, 1990, p.23), isto é, negar o legado imperial e o passado colonial, e, desta maneira, instituir novo tempo. O estímulo de Monteiro Lobato foi diagnosticar a sociedade e cadenciar os ritmos da nação por meio da escrita, concebendo a comunidade imaginada Brasil, arranjando as realidades antitéticas.

O recorte cronológico, 1914-1927. Em 12 de novembro de 1914 foi publicado o artigo “Uma velha praga” na seção “Queixas e reclamações” d’*O Estado de São Paulo*, assinado por J. B. Monteiro Lobato. Neste texto, Lobato denunciou as queimadas (e o consecutivo esgotamento do solo) na Serra da Mantiqueira. “Urupês”, divulgado no mês seguinte e na mesma seção, exibiu a miserável existência de Jeca Tatu. Nos artigos, marco na carreira literária do escritor, já alegou a existência de duas culturas e traduziu desigualdades socioeconômicas e culturais com termos temporais: Jeca Tatu, “maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie”, é incapaz de evolução e impenetrável ao progresso. A gente civilizada,

afirmou, desconhece este “funesto parasita da terra [que] é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças”<sup>26</sup>. A nação estava fraturada, já que a civilização ignora a barbárie. Não havia, enfim, uma comunidade imaginada. O término, 1927, é devido a ida do escritor aos Estados Unidos na qualidade adido comercial do Brasil em Nova Iorque. Neste cargo (retorna em 1930) confrontou o desenvolvimento norte-americano e a indignação brasileira, encontrando no ferro e no petróleo a saída do descompasso: “*O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a matéria-prima da melhor energia que move a máquina. E como a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que aumentará a eficiência do brasileiro*”<sup>27</sup>. Não hesitou mais: “No dia em que tal acontecer [a exploração dos poços] e o Brasil passar de comprador a vendedor de petróleo, então deixaremos de ver essa coisa tristíssima de hoje – milhões de brasileiros descalços, analfabetos, andrajosos – na miséria”<sup>28</sup>. Não há mais síntese, visto que converteu a literatura infantil em instrumento de combate. O futuro, agora efetivamente, dominava a consciência e as atividades do escritor.

Dividi a dissertação em “tese”, “antítese” e “síntese”. No primeiro capítulo, “TESE: Futuro desvendado. Prognósticos, tecnologias e o Messias da indústria moderna”, investigo, consoante os textos<sup>29</sup> lobatianos, os indícios do tempo que está por vir e o *horizonte de expectativa* do escritor. O futuro estrutura o entendimento de Monteiro Lobato: indivíduos, ideias e acontecimentos são avaliados de acordo a propensão de evidenciar ou acelerar/retardar o porvir. Início analisando o único

---

<sup>26</sup> LOBATO, Monteiro. Velha praga. In:\_\_\_\_\_. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p.161. [1. ed. 1918. O texto é de 1914].

<sup>27</sup> Idem. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed.coment. São Paulo: Globo, 2010. p.64. [1. Ed. 1937].

<sup>28</sup> Ibidem, p.66.

<sup>29</sup> Texto, não obra ou livro. A obra pressupõe certa unidade discursiva no conjunto dos rascunhos, das cartas, das entrevistas, dos livros ficcionais ou não etc. encerrada na materialidade dos sucessivos tomos ordenados em bibliotecas ou segurados pelo leitor. A reunião dos livros e outros escritos é fruto de operações que lhes dão homogeneidade e coerência ao atribuir uma autoria, um nome próprio. Mas, em conformidade com Michel Foucault (1987, pp.25-26), o livro ou a obra “está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede”. Texto, diante disso, restaura a significância - a pluralidade de sentidos. O texto não contém em si a “verdade”, torna possível, ao contrário, “o trabalho das associações, das contiguidades, das remissões, coincide com uma libertação de energia simbólica” (BARTHES, 2004, p.69). De acordo com Roland Barthes (2004, pp.72-73), o texto diminui a distância entre escritura e leitura, tornando este ato um jogo, um trabalho, uma produção, uma prática – por isto irreduzível e sem fechamento. O sujeito (escritor ou leitor) do texto não é coerente ou pleno, mantendo-se instável e variante: “O texto é o lugar onde o sujeito se produz com risco, onde o sujeito é posto em processo e, com ele, toda a sociedade, sua lógica, sua moral, sua economia”, segundo Leyla Perrone-Moisés (2005, p.49). Trata-se de escolha teórico-metodológica, o entendimento da literatura como texto aberto.

romance do autor, *O presidente negro* (1926), onde compôs a futura sociedade norte-americana. Este primeiro tópico é nosso ponto de partida: a partir dos anúncios acerca do “romance dos tempos futuros” é viável entender a trajetória de Lobato até o termo do recorte cronológico proposto, ou seja, a posição dentro do campo literário brasileiro: autor de sucesso, editor etc. Situo o leitor a respeito do literato. Além disto, analisar *O presidente negro* é dissecar os elementos da fatura e discernir a “matéria-prima” que, afinal, pressagia o porvir. A partir desses vestígios, insisto nos alicerces do horizonte de expectativa (e também a conjuntura que tornou a narrativa possível): as ideias de Henry Ford, então “Messias da indústria moderna”, e a São Paulo dos anos 1920. Como Monteiro Lobato leu Henry Ford? Por que “Messias da indústria moderna”? Insisto na analogia religiosa. Que mundo o Salvador iria restaurar? Que mundo iria destruir? O que, finalmente, anunciou? Este é nosso segundo tópico. São Paulo nos “frementes anos 20”<sup>30</sup>, terceiro tópico, foi misto de êxtase, entusiasmo e fatalidade, desenraizamento. O avião, igualmente o automóvel, o cinema, as ideias russas etc. foi entendido na qualidade de presságio do tempo que está por vir – verdadeira novidade. Mas a partir de que categorias interpretar as novidades? De que maneira dizer o novo? Como integrá-lo a sociedade? A moderna estrutura urbana, exigência destas tecnologias, iria arruinar a característica nacional da cidade, de acordo com Monteiro Lobato. Destarte interrogo: O que se ganha? O que se perder no urbanismo infrene de São Paulo?

No segundo capítulo, “ANTÍTESE: O progresso nômade. O diagnóstico da realidade nacional e os projetos de regeneração do Jeca Tatu”, abordo o avesso do progresso, isto é, o atraso, a incultura e a ruína do interior. O contrário das expectativas e a certeza da desarmonia da nação. Por que considerar os trabalhadores rurais (ou, de modo geral, o interior) como retrógrados? No início, discuto a metamorfose na teoria literária elaborada nas cartas, críticas e prefácios do escritor. Entre 1904-1912 ou 1916, não há data termo exata, o engajamento ou os deveres da arte não foi meritório nas análises e escritura de Monteiro Lobato. O crucial, antes de tudo, foi escrever (escrever como ato intransitivo) e discutir estilos, formas e autores. Esta discussão é necessária? Nicolau Sevcenko (1989, p.107) afirmou que “a proposta estética mais candente desse fim de período [a Belle Époque], [nasceu] da pena de Monteiro Lobato”. Não obstante, de início, o literato principiante não distinguia nenhuma missão na literatura e não considerou a literatura brasileira *sui generis*. Investigo essa mudança na escritura

---

<sup>30</sup> Conforme SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

lobatiana. Como foi possível? O desassossego do escritor no tocante à nação surge nessa alteração. A partir daí, compôs a nação brasileira. No segundo tópico, abordo a gestação das “cidades mortas” e do Jeca Tatu. O propósito é frisar os argumentos ideológicos e classistas no relato do interior e do trabalhador rural. Então, vou ao encaixe de Monteiro Lobato: sua trajetória de promotor público e fazendeiro no Vale do Paraíba, isto é, sua experiência no decaído norte do estado e de patrão dos colonos incapazes de evolução. Esse tópico, à vista disso, é bastante narrativo. No tópico seguinte, examino as leituras de “Urupês”, a fim de entender a emergência do Jeca Tatu como símbolo da nacionalidade brasileira, bem como as dúvidas acerca dos dias vindouros. Como uma caricatura encarna uma nacionalidade? As censuras exigem o contravir do escritor. Dessa maneira, enfim, investigo o saneamento do interior como *projeto* de regeneração nacional. Com as viagens científicas dos doutores do Instituto Oswaldo Cruz ao norte, sobretudo a narrativa de Arthur Neiva e Belisário Penna, Monteiro Lobato encontrou uma maneira de cadenciar os tempos da nação. O saneamento admitia as doenças dos homens e mulheres do interior, não mais menores devido às raças. O escritor, então, uniria o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* através desse *projeto*.

No terceiro capítulo, “SÍNTESE: O Sítio do Picapau Amarelo: a confluência dos tempos de Monteiro Lobato”, investigo os novos sentimentos em torno das crianças, as ideias de uma literatura infantil *brasileira* e o advento da infância como fase da vida distinta da mocidade, como conceito temporal. Dessa maneira, indago os textos de Olavo Bilac e de Monteiro Lobato no intuito de entender as tensões entre *experiência* e *expectativa* na escritura do novo gênero: a infância dos seus miúdos leitores dissente muito das suas meninices. Como educar meninos e meninas alheios a suas *experiências*? Como instituir os novos sentimentos? Por que, afinal, escrever e editar livros didáticos? Quais as *expectativas* dos escritores? Quais os interesses comerciais? Através da literatura infantil (ou livros de leitura), Olavo Bilac e Monteiro Lobato teceram suas sínteses ao cadenciar, nas narrativas, os seus tempos. O intuito é entender distintas saídas às interrogações e evidenciar a originalidade dos argumentos lobatianos. O “príncipe dos poetas brasileiros” encontrou sua síntese na história, embora fraturada. O criador da Emília, no entanto, uniu todas as dimensões (passado, presente e futuro) no sítio de Dona Benta, inovou no gênero e excedeu a ideia de uma estreita literatura infantil *brasileira*.

\*\*\*

Nesta dissertação de mestrado limito as notas de rodapé às fontes e às notas explicativas, usando referência abreviada no caso de citação de autores presentes na “Bibliografia”. A escolha visa deixar a leitura mais fluida e evidenciar as fontes analisadas. O ano dos artigos, entrevistas, contos, correspondência etc. está indicado no texto ou nas notas de rodapé, do mesmo modo que o ano das primeiras edições.

**2. TESE:**  
**FUTURO DESVENDADO.**  
**PROGNÓSTICOS, TECNOLOGIAS E O MESSIAS DA INDÚSTRIA**  
**MODERNA.**

## 2.1. O “romance dos tempos futuros”: interesse no futuro ou a esperança do editor Monteiro Lobato?

Em 1926, alguns livreiros do país receberam uma circular tão aliciante quanto afetada, não assinada e escrita de punho. Anunciava o primeiro romance de Monteiro Lobato de forma estrambólica e presunçosa, como uma mercadoria extraordinária e de sucesso garantido. Não sabemos das respostas dos destinatários, mas é provável que aqueles melhor informados viram em suas poucas linhas grande parte da trajetória do “pai do Jeca”, sobretudo os sucessos e reveses de sua carreira literária. Se não, detenhamo-nos no anúncio:

Chamamos a atenção dos Srs. Livreiros para o novo livro de Monteiro Lobato “O Raio Louro”, romance dos tempos futuros escrito para um grande editor de New York – o qual prevê para a obra um grande sucesso de livreria nos Estados Unidos. Inteiramente nova em nossa literatura, esta obra lembra a do grande romancista inglês Wells, de fama universal. Trata do choque das raças na América no ano de 2228, drama estudado por meio da maravilhosa invenção do professor Benson, descrita no prólogo.

Os Srs. Livreiros terão uma ótima oportunidade para fazer negócios, ativando a venda de um livro não só de alta intensidade dramática e amorosa, como ainda semeador das mais altas idéias de Eugenia. O autor é sobejamente conhecido, e como todos o sabem, o mais lido do Brasil. Mas até aqui permanecera no conto. Os Srs. Livreiros poderão, pois, oferecer o livro aos fregueses com esta simples frase: - “O primeiro romance de Monteiro Lobato”, e temos a certeza de que a vendagem vai exceder à nossa expectativa.

Os cartazes são muito atrativos e certo que despertarão a curiosidade dos leitores pelos outros livros dêsse autor, cuja venda é seguríssima.

Como o aparecimento de um livro novo puxa a saída de outros do mesmo autor, lembramos ao amigo a conveniência de pedi-los já. A oportunidade no comércio é tudo.<sup>1</sup>

Começemos pelas estratégicas retóricas da carta. O autor da circular sequer apresenta Monteiro Lobato e os “outros livros dêsse autor”, pois seria “sobejamente conhecido [e] (...) o mais lido do Brasil”, “como todos o sabem”. Apesar deste senso comum, é preciso chamar “a atenção dos Srs. Livreiros”, afirmar a venda “seguríssima” e lembrar-lhes amigavelmente (“ao amigo”, numa espécie de camaradagem) a conveniência de pedir os outros títulos “do mesmo autor”. Dessa forma, “O primeiro romance de Monteiro Lobato” aparece como uma espécie de trunfo, um meio para aquecer as vendas de Monteiro Lobato e necessariamente exceder as expectativas dos

---

<sup>1</sup> Circular de Monteiro Lobato, anunciando seu primeiro romance aos livreiros do Brasil *apud* CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Tomo I. 2.<sup>a</sup> edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956a. p. 326 (nota 1).

editores. O livro era uma mercadoria e deveria ser comercializado apesar da “alta intensidade dramática e amorosa” e “das mais altas idéias de Eugenia”.

A presença dos Estados Unidos também é curiosa. Ser um “grande sucesso de livraria nos Estados Unidos” provaria incontestavelmente a rentabilidade da obra e sua consagração internacional – um *best seller*. O estrangeiro é o modelo, comercial e literariamente. Assim, a semelhança do produto com os romances de H. G. Wells, “de fama universal”, não é fortuita: a) em termos literários, cria paralelos ilustres e indica seu gênero; b) oferece a dimensão do negócio. O “grande editor de New York” impressiona pela indefinição. Afinal, quem seria? Com que base afirma o “grande sucesso” da obra? Por fim, o pronome possessivo “nosso” (“inteiramente nova em *nossa* literatura”) indicaria sua vinculação nacional? O drama trata “do choque das raças na América [do Norte] no ano de 2228”, não no Brasil. Podemos nos perguntar “O que é um romance *brasileiro* (ou nosso)?”. Seria um romance escrito por brasileiros? “O Raio Louro” entraria na categoria. Um romance sobre o Brasil? Então “O Raio Louro” seria estrangeiro. Como veremos, há uma série de problemas em atribuir nacionalidades a literaturas. Em “*nossa literatura*”, talvez se tratasse de nossa literatura em língua portuguesa ou nosso mercado livreiro. O essencial era vender o livro e gerar lucros.

A ausência de assinatura também merece destaque. Quiçá alguns livreiros reconhecessem a caligrafia do remetente, outros ainda desconhecê-lo-iam. Nesse ponto, estamos mais bem informados que os coetâneos. A carta foi encontrada nos documentos de Monteiro Lobato, concedidos, pelo autor, a Edgard Cavalheiro em 1946, nas vésperas da viagem do “criador da Emília” a Buenos Aires, onde residiu pouco mais de um ano, realocando seu imenso arquivo, impossível de transladar. Cavalheiro, então intelectual polígrafo (escritor, crítico literário, biógrafo), utilizando-se do material ganho, produz os dois volumes de “*Monteiro Lobato: vida e obra*”, publicados em 1955 pela Cia. Editora Nacional, livros ímpares nos estudos lobatianos. Contudo, nosso objeto é a circular. Conhecendo o remetente, a carta adquire um tom cômico, ignorando todo esforço de modéstia, ao utilizar a terceira pessoa para qualificar-se enquanto autor “sobejamente conhecido”, de venda “seguríssima”, “mais lido do Brasil”. Tais considerações reforçam a hipótese do livro como mercadoria. Prioritariamente: era preciso elaborar os reclames mais extravagantes, minados de apelos comerciais, para propagandear o romance.

Por que iniciar com esta circular? Dois motivos. Monteiro Lobato mudou algumas vezes o título “O Raio Louro”. Em 7 de fevereiro de 1927<sup>2</sup>, ainda estava em dúvida: “O meu *O reino louro* ou *O choque das raças* ou *O presidente negro* (ainda não o batizei definitivamente) vai sair com vinte mil [exemplares] no mínimo”<sup>3</sup>. No folhetim (jornal *A Manhã*, entre 5 de setembro e 1º de outubro de 1926) era “O choque”. Na primeira edição (1926), segundo Minchillo (2014, p.189), abaixo do título “O choque” encontrava-se a descrição *romance do choque das raças na América no ano de 2228*. Na folha de rosto constava *O choque das raças* e o subtítulo *O presidente negro*. Em 1945, na edição das obras completas de Monteiro Lobato, Editora Brasiliense, intitula *O presidente negro* e *O choque das raças* de subtítulo. Por fim, em 2008, a editora Globo retira descrição e subtítulo, restando unicamente *O presidente negro*. O primeiro romance de Monteiro Lobato, anunciado de modo veemente, teria somente estas edições. Na verdade, foi seu único romance.

Não obstante, o escritor deixou alguns indícios acerca da feitura do texto: o entusiasmo na escritura do romance, os lampejos criativos, os autores base, o intuito comercial etc. Obra ignorada, certamente, mas interessante: no romance, Monteiro Lobato imagina o tempo que está por vir a partir dos conhecimentos científicos e as tecnologias existentes no “presente”. O futuro é de seu interesse: deu-lhe ânimo e estímulo. Iniciar com esta circular - este seria o primeiro motivo - é considerar “O Raio Louro” (utilizo os três títulos, seguindo a trajetória editorial) na qualidade de romance síntese: o autor valeu-se das teorias científicas e mecanismos dos anos 20 na composição do texto; conferiu-lhes, assim, a importância de indícios do “amanhã”. Na escritura, deu forma ao porvir, estruturando os dados reais (no geral, as transformações socioeconômicas e culturais) no acabamento do romance. Deste modo, *O presidente negro* é o fim ou uma síntese de observações e análises do momento da escritura, 1926. No entanto, será nosso preâmbulo, já que analisar sua trama e fatura é destacar os prenúncios do futuro consoante Monteiro Lobato. Destacarei alguns elementos no intuito de investigá-los, em seguida, na qualidade de parte constituinte do *espaço de experiência e horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006, pp.305-327) do autor.

Segundo motivo, é possível apreender parte da carreira de Monteiro Lobato através desta circular. O propósito é situar o escritor dentro do campo literário

---

<sup>2</sup> De acordo com a edição d’*A barca de Gleyre* usada nesta dissertação, a missiva data 7 de fevereiro de 1927. No entanto, *O presidente negro* foi editado em 1926. Provavelmente, a data está errada.

<sup>3</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.517-518. (Rio,7/02/1927).

brasileiro. Um preâmbulo, mais uma vez: este exame não almeja afirmar “quem foi, em suma, Monteiro Lobato?”, indicando vida e obra, mas entender sua posição no mundo das letras. Além disso, ajuda-nos a entender o lugar de inteligibilidade dos textos/fontes dessa dissertação.

Assim, esmiuçarei a circular em dois fragmentos: investigarei a ideia de que o “autor” é sobejamente conhecido, e como todos sabem, o mais lido do Brasil e, já no segundo ponto, a trama do “romance dos tempos futuros”. Esta é nossa abertura para os tempos de Monteiro Lobato.

### **2.1.1. “O autor é sobejamente conhecido, e como todos sabem, o mais lido do Brasil”.**

Seria tarefa árdua confirmar se Monteiro Lobato foi o autor mais lido do país, mas não há dúvida de sua expressiva vendagem e seu reconhecimento como editor consagrado, sobretudo entre 1918-1925.

Alguns números podem ser esclarecedores.

Em 8 de julho de 1918, dias depois do lançamento de *Urupês*, seu primeiro livro de contos, Monteiro Lobato escreve em carta a Godofredo Rangel<sup>4</sup>:

“Os *Urupês* vão se vendendo melhor do que esperei e neste andar tenho de vir com a segunda edição dentro de três ou quatro semanas. Há livrarias que no espaço duma semana repetiram o pedido três vezes, e como os jornais nada disseram, julgo muito promissora essa circunstância.”<sup>5</sup>

A primeira edição esgotou-se no dia 26, “exatamente um mês após a saída”, dando-lhe 1.500 mil-réis<sup>6</sup>. No mês seguinte, publicaria a segunda edição, com 2.000 exemplares. A partir daí, as tiragens foram cada vez maiores: 3ª. edição, 4.000

---

<sup>4</sup> Godofredo de Moura Rangel (1884-1951) foi escritor e tradutor, nascido em Minas Gerais. No início do século passado, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo, onde conheceu Ricardo Gonçalves, Monteiro Lobato, Cândido Negreiros, Tito Lívio Brasil, Albino de Camargo, Raul de Freitas, Lino Moreira e José Antônio Nogueira, companheiros do “Cenáculo”, grupo de jovens escritores, com sede numa república de estudantes, localizada na rua 21 de Abril, no Belenzinho, chalé amarelo batizado de “Minarete”. A correspondência de Monteiro Lobato para Godofredo Rangel se estende de 9 de dezembro de 1903 à 23 de junho de 1948, reunidas em *A barca de Gleyre* (1944) – as missivas do mineiro não foram impressas. Publicou *Vida Ociosa*, romance, e *Andorinhas*, contos, pela Monteiro Lobato & Cia. Editores, em 1920 e 1922, respectivamente, *A Filha*, 1929, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, e *Falange Gloriosa* e *Os Bem Casados*, obras póstumas editadas pela Cia. Editora Nacional em 1955, além de literatura infantil. Cf. RANGEL, Godofredo. *Vida ociosa*. Prefácio de Autran Dourado. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000. e LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010.

<sup>5</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.421.

<sup>6</sup> Ibidem, p.424. (São Paulo, 30/7/1918).

exemplares; 4<sup>a.</sup>, 5<sup>a.</sup>, 6<sup>a.</sup> edições, 4.000; 7<sup>a.</sup> edição, 5.000. Em 1923, com a 9<sup>a.</sup> edição, havia 30.000 exemplares em circulação (CECCANTINI, 2014, p.51).

Outros títulos também se esgotavam rapidamente. Em dezembro de 1919, lança *Ideias de Jeca Tatu*, artigos publicados na imprensa, especialmente n’*O Estado de São Paulo*, e *Cidades mortas*, contos, vendendo 4.500 exemplares (de oito mil tirados de ambos) “antes que os jornais falassem”<sup>7</sup>. Em um mês, a primeira edição de *Ideias de Jeca Tatu* estava esgotada e uma segunda em preparação<sup>8</sup>. Apenas de janeiro a março de 1920, 12 mil volumes foram vendidos dos três títulos<sup>9</sup>.

Embora consagrado por *Urupês*, foi na literatura infantil que obteve as maiores cifras. *Narizinho arrebitado* (1921), edição revista e ampliada de *A menina do narizinho arrebitado* (1920), sua primeira incursão pelo gênero, teve uma tiragem inicial de 50.500 exemplares (AZEVEDO *et al*, 1997, p.161). Em poucos meses, 30.000 volumes são adquiridos pelo governo de São Paulo para utilizá-los como segundo livro de leitura nas escolas primárias. Em menos de cinco anos de publicação, Monteiro Lobato tinha uma tiragem total de 109.500 unidades<sup>10</sup>, ou seja, era “autor sobejamente conhecido”.

As tiragens são significativas, mas para melhor compreensão do fenômeno Monteiro Lobato é preciso analisar sua posição singular dentro do campo literário brasileiro, sobretudo entre 1918-1925. Com este propósito, retomemos o percurso do autor e as estratégias investidas para consolidar seu lugar de destaque.

Em 12 de novembro de 1914, é publicado o artigo “Velha Praga” na seção “Queixas e reclamações” d’*O Estado de São Paulo*, assinado por J. B. Monteiro Lobato. É razoável intuir que as poucas cartas recebidas e o convite para pronunciar conferências na capital animaram o autor desconhecido a publicar novo libelo no mês seguinte, “Urupês” (CAVALHEIRO, 1956a, p.157). Como veremos, esses artigos serão ardorosamente discutidos quando enfeixados em livro, quatro anos depois. De início, impressionaram os círculos letrados paulistanos, em especial aquele em torno de Júlio de Mesquita<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.447. (São Paulo, 30/12/1919).

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.450. (São Paulo, 17/01/1920).

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.421. (São Paulo, 23/03/1920).

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.481. (São Paulo, 16/01/1923).

<sup>11</sup> Júlio de Mesquita (1862-1927) foi proprietário d’*O Estado de São Paulo*, então maior jornal de São Paulo. Mesquita inovou a empresa, importando maquinário moderno, ocasionando “significativa queda no preço dos jornais, melhoria da qualidade gráfica, dinamização da distribuição, aumento contínuo do número de páginas e da tiragem”. Eram impressos diariamente entre 35 mil (1912) e 45 mil (1916)

É possível acompanhar sua ascensão através da correspondência com Godofredo Rangel. Em 16 de janeiro de 1915, comenta críticas de Cornélio Pires “num jornal de São Paulo”, caracterizando “frágeis demais os argumentos”. Nessa missiva, o que impressiona não é a constatação das discussões em torno de seus artigos, mas a informação de que estes já foram transcritos em sessenta jornais do país. O próprio Monteiro Lobato se espanta com tal número “e se o consigno é para frisar a ignorância em que andamos de nós mesmos: a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho”<sup>12</sup>. No mês seguinte, em decorrência de um artigo sobre a caricatura no Brasil, publicados no *Estado* em duas partes, recebeu uma carta “do J. Carlos (...) cheia de adjetivos”, uma revista feminina de São Paulo, não identificada, trata-lhe de “flamante colorista” e a *Cigarra* “me chia aos ouvidos coisas deliciosas”<sup>13</sup>.

Está decidido a atirar-se no mundo das letras paulista. Como fazê-lo? Tem consciência dos meios necessários para a “glória”. Primeiro, investe nos periódicos consagrados. “Para quem pretende vir com livro, a exposição periódica do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio”, com a vantagem de “em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, eles nos pagam – ou prometem que pagam”<sup>14</sup>. Não por acaso, preocupa-se com a tiragem e os potenciais leitores que poderá conquistar: n’*O Povo* [de Caçapava?] escreve “três colunas e pico por semana” preocupado com os 100 leitores da gazeta (para 200 exemplares)<sup>15</sup>; mas é n’*O Estado de São Paulo* que sua carreira deslanchará:

Isto é como eleitorado. Escrevendo no *Estado*, consigo um corpo de oitenta mil leitores, dada a circulação de quarenta mil do jornal e atribuindo a média de dois leitores para cada exemplar. Ora, se me introduzir num jornal do Rio de tiragem equivalente, já consigo dobrar o meu eleitorado. Ser lido por duzentas mil pessoas é ir gravando o nome – e isso ajuda.<sup>16</sup>

As colaborações para outras publicações também serviram como anúncio. No *Pirralho* foi organizada uma enquete sobre Fradique Mendes, personagem de Eça de Queirós, uma “boa ocasião para, deixando de lado o Fradique, darmos uma amostra do nosso pano”<sup>17</sup>. Lançou uma série de notas na *Vida Moderna*, “espalhadas pela revista

---

exemplares quando “Velha Praga” e “Urupês” são publicados. Cf. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. pp.35-45.

<sup>12</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.298-299.

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp.304-305. (Fazenda, 6/02/1915).

<sup>14</sup> *Ibidem*, pp.306-307. (Fazenda, 12/02/1915).

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.316 (Fazenda, 3/06/1915).

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp.306-307. (Fazenda, 12/02/1915).

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp.334-335. (Fazenda, 23/10/1915).

como *suetos*”, periódico que estaria “nas graças da gente do Cenáculo”<sup>18</sup>. Em fevereiro de 1915, o *Estado* passa a pagar-lhe os artigos a 25 mil-réis, resultado das discussões sobre “Urupês” na redação do jornal, na qual todos consideraram “novo de forma” e uma “revelação”, mesmo não concordando inteiramente com os argumentos<sup>19</sup>.

Segundo, aproxima-se dos artistas paulistanos, como escultores, pintores e literatos consagrados. Em setembro de 1915, “graças à popularidade que o *Estado* deu ao meu nome”, conhece Emílio de Menezes e participa de uma “comilança a céu aberto a ele oferecida pelos 30 de Gideão das letras paulistanas”<sup>20</sup>. Dois anos depois, entusiasmou alguns artistas “com a ideia da arte regional” calcada no folclore nacional, sobretudo no saci. Esses, “quase todos italianos ou de outras terras”, consultavam-lhe sobre o “molecote pretinho, duma perna só, pito acesso na boca e gorro vermelho”, “como se eu tivesse alguma criação de sacis na fazenda”: “Finjo autoridade, pigarreio e invento – e eles tomam nota”<sup>21</sup>. Meses depois, poderia prestar-se a “uma pequenina animadversão gratuita” ao príncipe dos poetas brasileiros<sup>22</sup>.

Terceiro, compra e assume a direção da *Revista do Brasil*, mensário de grande prestígio entre a intelectualidade brasileira (Cf. LUCA, 1999). Mesmo vinculada à redação do *Estado de São Paulo*, jornal de grande tiragem e venda, a situação financeira da publicação era periclitante no início de 1918. Os gastos com papel, importado da Europa, cresceram durante a Primeira Guerra Mundial e comprometeram a indústria gráfica (LUCA, 1999, p.39). Os acionistas estudaram a situação e os rumos da publicação. Plínio Barreto chegou a oferecer a direção a Monteiro Lobato, “mas sou um burrinho rebelde de chucro para ter patrão e iria ter dois: Júlio Mesquita e Alfredo Pujol”<sup>23</sup>. O autor de “Urupês”, então, apresenta uma oferta de compra. Desta maneira, em maio de 1918, com a aquisição do negócio, torna-se o único proprietário da revista.

No comando do mensário, investiu esforços para ampliar o número de assinantes e dilatar sua circulação. Primeiro não alterou substancialmente os aspectos

---

<sup>18</sup> Ibidem, pp.360-361. (Fazenda, 21/05/1916; Fazenda, 7/06/1916).

<sup>19</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.305-306. (Fazenda, 12/02/1915).

<sup>20</sup> Ibidem, pp.327-328.

<sup>21</sup> Ibidem, pp.388. (Fazenda, 10/01/1917).

<sup>22</sup> Olavo Bilac foi eleito “Príncipe dos Poetas Brasileiros” pela revista *Fon-Fon* em 1907. Em 8 de julho de 1917, Monteiro Lobato comentou com Godofredo Rangel: “Bilac perguntou ao Heitor de Moraes por que motivo eu lhe fugia (isto é, por que o não incensava) e achou-me ‘esquisito’. Acostumou-se o grande poeta ao coro perpétuo de “Ohs!” da rodinha do *Estado*. Os literatos célebres lembram-me os políticos que jamais caem, como o Rodrigues Alves. Estes espantam-se duma oposiçãozinha; aqueles não admitem essa coisa linda que é uma pequenina animadversão gratuita. Porque têm um nome do tamanho dum bonde amarelo e moram no andar da apoteose, acham inadmissível que um ignaro anônimo tenha a preguiça do rapapé e por higiene fuja ao beija-mão”. Ibidem, p.400.

<sup>23</sup> Ibidem, p.418. (São Paulo, 28/12/1917).

formais da publicação, tendo “o cuidado em preservar a mesma aparência (...) para demonstrar que o periódico continuava fiel ao padrão de excelência” (LUCA, 1999, p.66) que lhe consagrara. Segundo, criou agentes estaduais para “obter em cada cidade o endereço das pessoas que leem e enviar a cada uma o prospecto da revista – iscas”<sup>24</sup>. Cupons promocionais eram inclusos em cada número, possibilitando àqueles que atraíam quatro novos assinantes uma assinatura gratuita (LUCA, 1999, pp.67-68). Terceiro, desenvolve a Editora Revista do Brasil, que operava na sala da redação do periódico, ao investigar os canais disponíveis para escoar o primeiro milheiro de *Urupês*. Informado da existência de pouco mais de trinta casas de venda, obtém, no Departamento dos Correios, o endereço das agências postais espalhadas pelo Brasil e escreve correspondência a cada agente, pedindo indicações de comércios locais que pudessem receber “livros”. Obtidas as respostas, escreve circular para os possíveis clientes propondo negócio: a venda de um novo artigo em consignação: “livro”, com uma comissão de 30%; se não fossem vendidos, os volumes seriam devolvidos por correio e portados por conta da editora<sup>25</sup>. Em 1921, segundo afirmou em carta, os livros estavam à venda em quatrocentas localidades do Brasil<sup>26</sup>. Os pontos de venda iam de livrarias a açougues<sup>27</sup>.

Os resultados não se fariam esperar. Quando Monteiro Lobato adquiriu a *Revista* “entravam em média 12 assinaturas por mês”. Na primeira quinzena de agosto de 1918, registraria 150 assinantes novos<sup>28</sup>. Um ano depois, o balanço da empresa era animador: “Quando fiz a compra, o ativo era de 3 contos e o passivo de 16; custou-me portanto 13 contos. Hoje [...] estamos com um ativo de 70 contos e um passivo de zero”<sup>29</sup>. Em 1920, com o aumento dos negócios, cria a Monteiro Lobato & Cia. com Otalles Marcondes Ferreira e assim alicerça seu lugar no ramo editorial.

---

<sup>24</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.425. (São Paulo, 17/08/1918).

<sup>25</sup> Em entrevista dada a Silveira Peixoto para *Vamos Ler* em 1943, Monteiro Lobato revelava não possuir mais cópia desta circular. No entanto, tenta reproduzi-la nestes termos: “Vossa Senhoria tem o seu negócio montado e quanto mais coisas vender maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada ‘livro’? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. É um artigo comercial como qualquer outro, batata, querosene ou bacalhau. E como Vossa Senhoria receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais ‘livros’, terá uma comissão de 30%; se não vendê-los, não-los devolverá pelo correio, com porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa.” LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.172-173.

<sup>26</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.472. (São Paulo, 8/12/1921).

<sup>27</sup> Idem. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.172-173.

<sup>28</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.425. (São Paulo, 17/08/1918).

<sup>29</sup> Ibidem, p.443. (São Paulo, 6/07/1919).

Não obstante fazer uso das mesmas propostas de pagamento aos escritores de editores como Garnier e Laemmert<sup>30</sup>, por exemplo, Monteiro Lobato incrementou a circulação dos livros em todo o país, imprimiu novos autores, inovou o acabamento gráfico dos livros e investiu na divulgação dos artigos em jornais e revistas de grande circulação (Cf. KOSHIYAMA, 2006, pp.67-112).

Como editor sugeriu mudanças nos textos dos autores publicados sob sua chancela e cuidou da materialidade das obras. Orientou Godofredo Rangel, por exemplo, a denominar os capítulos de *Vida ociosa*, “coisa comercialíssima”, em vez de enumerá-los, “coisa anticomercial”<sup>31</sup>. No segundo livro do mineiro, *Andorinhas*, aprovou o título visto que “lembra movimento, revoo”. *Vida ociosa* evocava “lentidão”. “Quem não se sentirá tentado a adquirir um livrinho cujo título lembra os dias de sol nas fazendas, quando o céu está azul e elas [as andorinhas] o riscam de voos?”<sup>32</sup>, avaliou. O fracasso de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* atribuiu a capa “esverdeada e neutra que nem estrume de vaca”<sup>33</sup> e ao título não “psicológicamente comercial”. “Ao ler o título do teu romance”, escreveu a Lima Barreto, “tôda a gente supõe que é a biografia de... um ilustre desconhecido”<sup>34</sup>. Como assinalou Koshiyama (2006, p.15), Monteiro Lobato buscou adequar a mercadoria produzida às exigências e expectativas dos consumidores, seduzindo os leitores com boa apresentação gráfica e com a variedade de títulos e gêneros editados, ajustando a condução do negócio ao sistema capitalista.

Novos empreendimentos comerciais eram arriscados, sustentados pelas edições de sucesso, buscando abrir caminhos profícuos para sua empresa. Imprimiu *Negrinha* (1920) para ver se valia lançar “livros inteiros” a 4 mil-réis ou “meios livros”

---

<sup>30</sup> Em carta de setembro de 1917 a Waldo (sem maiores informações) propõe: “Quando aí te propus editar os contos, conhecia pouco da tramoia do negócio. Julgava que estes 25 milhões de brasis lessem um pouco mais, e que a literatura tipo 1, 2 e 3 recebesse dos editores paga, se não digna de mérito, pelo menos decente. Verifiquei que a recebe indecente. O comum é darem eles – Alves e outros – 10% sobre o preço do livro à proporção da venda, caso não adquiram a propriedade por uns mil réis que raro chegam a conto (o Euclides recebeu 700\$000 pelos *Sertões*). De modo que, tudo ponderado, inclusive os 30% que levam os livreiros pela consignação, faço-te esta indecorosíssima proposta! ou 500\$ pela propriedade da 1.<sup>a</sup> edição, ou 10% sobre o preço do vol. à medida que forem vendidos, entendida uma tiragem de 2.000 exemplares a 3\$000 o volume. Que vergonha, hein?”. LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes: Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 44.

<sup>31</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.433. (São Paulo, 8/02/1919).

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.486. (São Paulo, 7/10/1923).

<sup>33</sup> Leonel Vaz de Barros (pseud. Leo Vaz), *Páginas Vadias*, Rio José Olympio, 1957, p.76 *apud* KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006. p.70.

<sup>34</sup> CAVALHERO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Col. Os cadernos de cultura. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura. Departamento da Imprensa Nacional, 1955, p.42. (São Paulo, 23 novembro 1919).

a 2.500 réis<sup>35</sup>. A edição de 50.500 exemplares de *Narizinho arrebitado*, deveria “ser metido bucho adentro do público, tal qual fazem as mães com o óleo de rícino”. Gastou, como divulgação, 4 contos em anúncio de página inteira num jornal de São Paulo<sup>36</sup>. O método era cercar os leitores:

A máquina está bem montada – a máquina de gavar gansos ou de obrigar este país a ler à força. O nosso sistema não é esperar que o leitor venha; vamos aonde ele está, como o caçador. Perseguiamos a caça. Fazemos o livro cair no nariz de todos os possíveis leitores desta terra. Não nos limitamos às capitais, como os velhos editores. Afundamos por quanta biboca existe.<sup>37</sup>

Os lucros aumentam em pouco tempo. O capital inicial de oitenta contos subiu a cento e trinta ainda no primeiro ano, graças aos sessenta mil volumes impressos (AZEVEDO *et al*, 1997, p.130). Em 1924, estendem a empresa. Fundam, então, a Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato em prédio capaz de comportar a montagem de novo parque gráfico, com equipamentos de ponta importados dos Estados Unidos e Europa e adquiridos em prestações mensais “de contos e contos”<sup>38</sup>. As vendas deveriam continuar aquecidas e os negócios prosperado para saldar as dívidas, a serem pagas em três anos.

O revés veio em seguida a ampliação. Em 5 de julho de 1924 tem início a rebelião dos tenentes em São Paulo, vencida em três semanas. Neste ínterim as atividades executadas na cidade foram paralisadas – inclusive a Gráfico-Editora. No ano seguinte uma seca diminuiu o fornecimento de energia da *Light and Power*, obrigada a constantes reduções na provisão. Em junho de 1925, as máquinas só trabalhavam dois dias por semana, retardando novas impressões<sup>39</sup>. Enfim, a crise bancária no governo Artur Bernardes:

Coincidiu tudo isto com uma terrível medida bancária do governo Bernardes. O governo mudou subitamente de orientação financeira e o redesconto feito pelo Banco do Brasil foi suspenso. Pânico em todo o sistema comercial do país. Certa manhã, ao entrarmos no escritório, demos com uma série de avisos dos nossos bancos: estava suspenso o desconto das duplicatas. Um enorme buraco financeiro abria-se assim diante de nós num momento em que estávamos com as oficinas a um terço da produção. Resolvemos “recorrer ao remédio da falência” – não sabíamos que no Brasil a falência como remédio não existe. E liquidamos. Mas estávamos liquidando uma e criando outra. Ali naqueles escritórios foram batidas na máquina os estatutos da Cia. Editora

---

<sup>35</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.456. (São Paulo, 29/11/1920).

<sup>36</sup> *Ibidem*, pp.463-464 (São Paulo, 21/05/1921).

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.472 (São Paulo, 8/12/1921).

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.492. (São Paulo, 7/04/1924).

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp.501-502. (São Paulo, 10/06/1925).

Nacional – a sucessora da minha primeira filha, a qual morreu por excesso de vitalidade: cresceu depressa demais e não teve tempo de consolidar-se.<sup>40</sup>

Os sócios decretam falência. Contudo, ainda durante a bancarrota, engendram nova casa editora, a Cia. Editora Nacional, com capital de 50 contos, consagrada somente a edições e imprimindo em outras oficinas<sup>41</sup>.

Monteiro Lobato se muda para o Rio de Janeiro com a família em outubro de 1925, no intuito de instalar uma filial da nova editora. Em janeiro do ano seguinte, buscam comprar o estoque da antiga empresa do maior credor, certo Holmbey<sup>42</sup>. Em carta de março informava ao cunhado:

A nossa nova companhia vai muito bem, apesar de não ter feito ainda o grande negócio. Basta dizer que o movimento de vendas deste mês talvez exceda de 100 contos. Ora, isso para o 2.º mês de trabalho é maravilhoso. No 1.º mês vendemos 60 contos. Cala o bico. Mas eu e o Otales havemos de provar aos povos que somos inderrotáveis. Imagina tu que o capital social da grande empresa é só de 50 contos; no entanto as 20.000 gramáticas que vendemos este mês, só elas, dão um liquido de 55 contos! Mas cala-te. O segredo é a alma do negócio.<sup>43</sup>

Os livros didáticos eram de saída provável e lucrativa. Mas as vendas do escritor também voltaram a crescer. *Aventuras de Hans Staden* (infantil) teve oito mil exemplares vendidos em três meses<sup>44</sup>. Em junho, adquiriram o estoque negociado há meses. “Nosso ativo já é de mais de mil contos e o passivo uma miserinha!”, escreve a Heitor de Morais. “Qual, Seu Heitor, quem leu e entendeu o Henry Ford é invencível”<sup>45</sup>.

Dentre os livreiros, alguns, certamente, observaram a expansão da Cia. Editora Nacional. “O Raio Louro”, primeiro romance de Monteiro Lobato, foi anunciado neste momento de reestruturação dos negócios.

### 2.1.2. O “romance dos tempos futuros”.

“Ando com ideias dumas coisas à Wells, em que entrem imaginação, a fantasia possível e vislumbres do futuro”, escreveu Monteiro Lobato em 17 de dezembro de 1905. Semearia a ideia de “um futuro de mil” anos por dez ou vinte anos

---

<sup>40</sup> LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. p.152. (“Um governo deve sair do povo como o fumo sai da figueira”, entrevista de Monteiro Lobato e Joel Silveira para *Diretrizes*, agosto de 1944).

<sup>41</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.502-503. (São Paulo, 07/08/1925).

<sup>42</sup> Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. pp. 96-97.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.512-513. (Rio, 07/05/1926).

<sup>45</sup> Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. pp. 102-103.

antes de escrever alguma coisa, informava. “Se a terra dos meus canteiros mentais não for propícia a essas sementinhas, então é que não estou destinado a ser o H. G. Wells de Taubaté, e paciência”<sup>46</sup>. Seria a gênese d’*O presidente negro*? “Não” seria ignorar os elementos coincidentes com a circular enviada aos livreiros duas décadas depois; “Sim” seria uma resposta teleológica. O problema está na pergunta. Melhor reformular, então. Por que não escreveu imediatamente? Por que escreveu apenas em 1926?

Não carecia de imaginação. No diário onde registrou impressões, descrições e esboços sonhou a obra literária em 2527:

No futuro, a obra literária será apresentada sob forma de essências em frasquinhos ou em alguma especial eletricidade acumulada em bobinas. Sorvendo a essência ou pondo-se em contato com o fluido, o leitor terá, desdobrado na tela da imaginação, o romance que o autor enfrascou ou acumulou e sentirá as mesmas emoções que o romancista sentiu.<sup>47</sup>

O seu “grande sonho literário” em 1913 também revela criatividade:

O meu grande sonho literário, jamais confessado a ninguém, é um livro que nunca foi escrito e talvez não o seja nunca – porque Rabelais esqueceu. É uma visão da humanidade extra-humana ou sobre-humana. O homem visto pelos olhos dum ser extra-humano, um habitante de Marte, por exemplo, ou dum átomo, ou da Lua. Um quadro da humanidade feito com ideias de um não homem (que maravilhoso absurdo!). Uma pintura objetiva apenas, nada de julgamento de juiz. (...) E essa pintura seria um susto e um assombro para o homem, que não consegue jamais conhecer-se a si mesmo porque ninguém o desnuda. Livro de um louco. Livro para o Marquês de Sade, se não fosse sua obsessão sexual – ele tinha gênio para tanto. Sinto que se apenas esboçar esse livro, me metem no Juqueri.<sup>48</sup>

Mostrou algum interesse na ficção científica em suas cartas. Por que semeou sua ideia durante duas décadas? O que estava esperando? O tema da viagem no tempo inclui teorias científicas e inovações tecnológicas na trama no intuito de imaginar seu avanço e emprego na sociedade futura. O “amanhã” era vislumbrado no “hoje”. Quais seriam os temas do “H. G. Wells de Taubaté”? Cidades do interior paulista foram a “matéria-prima” dos seus contos. Não convinham a escrita da ficção científica? Como as “cidades mortas” viviam do tempo já findo, é plausível a hipótese. Talvez aguardou a

---

<sup>46</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.100. (Taubaté, 17/12/1905).

<sup>47</sup> Idem. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. p.57. [1. ed. 1923. Texto não datado, mas talvez escrito entre 1904-1920]. O livro encerra “pequenos trechos de prosa” com ideias e impressões das leituras e do dia a dia (CAVALHEIRO, 1956a, p. 293) escritos em Areias e Taubaté, ou seja, entre 1904 a 1918, durante o cargo de promotor público e fazendeiro nas paragens do Vale do Paraíba. Cf. acerca de *Mundo da Lua* TIN, Emerson. *Mundo da Lua: um livro diferente*. In: LAJOLO, Marisa (Org.). *Monteiro Lobato, livro a livro*: obra adulta. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. pp.169-183. O autor sustenta a chance de alguns trechos datarem de 1920.

<sup>48</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p. 274. (São Paulo, 09/05/1913).

emergência de bases científicas e mecanismos inovadores – germes do tempo por vir? Cabe, então, no intuito de avançar, analisar a trama do romance lobatiano.

É provável que a circular aos livreiros tenha sido enviada entre 8 de julho e 5 de setembro de 1926. Na primeira data, em correspondência com Rangel, Lobato se refere ao “romance americano”, “editável nos Estados Unidos”, como uma “ideia-mãe” ainda em gestação. Apenas começara o intento. Algumas informações divulgadas para os livreiros estão presentes nesta carta: romance “meio à Wells, com visão do futuro”, tendo por enredo “o choque da raça negra com a branca” quando a primeira elege seu presidente. Sua ambientação e a “maravilhosa invenção do professor Benson” não são indicadas. Comunicava possuir tradutor, “o Stuart”, e um entusiasmado agente em Nova York, não um editor<sup>49</sup>. A segunda data marca o início da publicação do romance no jornal *A Manhã* (RJ) em vinte partes, estendendo-se até 1º de outubro daquele ano, agora intitulado “O choque”, ainda sem subtítulo.

No “romance dos tempos futuros”, Ayrton Lobo, empregado da firma Sá, Pato & Cia., sofre um acidente de carro no caminho de Friburgo, Rio de Janeiro, sendo acudido pelo professor Benson, construtor do porviroscópio, máquina capaz de visualizar momentos da vida passada e futura como numa projeção de cinema. Miss Jane, filha do cientista, contará a Ayrton as disputadas pela 88ª eleição para presidente dos Estados Unidos da América, no ano de 2228, onde três forças disputarão o cargo: os homens brancos, as mulheres brancas e os (as) negros (as). O aprimoramento eugênico, incentivado e controlado por lei, alcança seu cume no século XXIII, produzindo os melhores exemplares das raças negra e branca, incapazes de conviver. Jim Roy, liderança negra, vence as eleições presidenciais aproveitando-se das dissidências entre homens brancos e mulheres brancas, intentando solucionar os problemas raciais do país através de sua separação e autonomia das partes. Em resposta, a direção branca elabora maquiavélico genocídio: raios Ômega, oferecidos como “desencarapinhador” do cabelo africano, tornam os negros estéreis.

O futuro imaginado, ou “desvendado”, como anunciavam os jornais<sup>50</sup>, pelo autor não possuía demasiados elementos, mas apresentava uma série de inovações tecnológicas, mudanças éticas (e étnicas) e um quadro geopolítico totalmente reformulado. Um século antes da eleição supracitada, a “Era Nova da raça humana” tem

---

<sup>49</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.514.

<sup>50</sup> Cf. as propagandas em *Folha da Manhã*, São Paulo, sábado, 15 de janeiro de 1927, N. 599, p.3 e *O Jornal*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 5 de janeiro de 1927, N. 2.477, p.3.

início com a promulgação do Código da Raça, conjunto de leis responsável pela “esterilização dos tarados, dos malformados mentais, de todos os indivíduos em suma capazes de prejudicar com má progênie o futuro da espécie”<sup>51</sup>. É criado o Ministério da Seleção Artificial, controlando os índices de natalidade e primando as descendências qualitativamente superiores, exemplares da superioridade mental e física dos americanos. Dentro desta política eugênica, as imigrações ilimitadas foram substituídas pela importação do escol da população europeia, “fina flor eugênica das melhores raças europeias”, arrebatando a elite pensante do Velho Mundo - este será uma possessão dos mongóis no ano 3527, sobrepondo-se à raça branca restante<sup>52</sup>. O antigo Brasil perdera suas dimensões continentais ao cindir-se em dois países, “um centralizador de toda a grandeza sul-americana, filho que era do imenso foco industrial surgido às margens do rio Paraná” e “o outro, uma república tropical, [que] agitava-se ainda nas velhas convulsões políticas e filológicas”<sup>53</sup>, resultado dos desequilíbrios causados pela mestiçagem de quatro raças distintas (branco, negro, vermelho e amarelo).

Em âmbito tecnológico, os americanos eliminaram a pressa em suas vidas, “índice apenas de uma organização defeituosa e antinatural”<sup>54</sup>, ao desenvolver o radiotransporte, maquinismo que irradia as ações humanas para outros pontos do espaço, possibilitando, por exemplo, que os trabalhos sejam realizados em casa e depois transmitidos instantaneamente para os escritórios, assim, tornando os veículos obsoletos e as ruas vazias. As riquezas do subconsciente, “mar de onde emana o sonho, e mar profundo do qual a consciência não passa da exígua superfície”, conseguiram ser fixadas em telas, “como hoje o cinematógrafo fixa em filmes o movimento material”, representadas como espetáculos no Teatro Onírico<sup>55</sup>. Não menos interessante eram as radiações metapsíquicas do jornal *Intermundane Herald*, canal de comunicação dos vivos com os mortos. Os espíritos poderiam colaborar com o periódico através da Psychological Corporation, Detroit, para onde “afluíam os espíritos (...) e chamavam os vivos pelas linhas metapsicotônica internacional, como hoje nos chamamos pela linha telefônica”<sup>56</sup>.

No século XXIII, as tensões entre homens brancos e mulheres brancas produziram dissidências na raça caucasiana. Miss Elvin, autora de *Simbiose*

---

<sup>51</sup> LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2.ed. São Paulo: Globo 2009. p.98.

<sup>52</sup> Ibidem, pp.96-97.

<sup>53</sup> Ibidem, pp.99-101.

<sup>54</sup> Ibidem, p.120.

<sup>55</sup> Ibidem, pp.75-76.

<sup>56</sup> Ibidem, pp.74-76.

*desmascarada*, elaborara a tese “que a mulher não *constituía a fêmea natural do homem*, como a leoa o é do leão, a galinha do galo, a delfina do delfim”. As mulheres seriam de uma espécie anatomicamente semelhante ao *Homo*, que repudiara sua fêmea natural (extinta, no momento) e sequestraram as parceiras de outro mamífero. Subjugadas, essas fêmeas foram expostas a um “processo de domesticação multimilenar”, na tentativa de alcançar um “equilíbrio sexual impossível”<sup>57</sup>. Desta forma, o Partido Masculino, união dos antigo Democrático e Republicano, vira seu domínio minado com a criação do Partido Feminino, agremiação das mulheres brancas com vistas à presidência. As alianças seriam refeitas apenas quando Jim Roy foi anunciado como 88º presidente dos Estados Unidos da América, numa amostra do poder da raça e do sangue neste futuro esboçado.

O messias da Ideia Nova, substrato dos norte-americanos de 2228, foi Henry Ford. O industrial, atribuído com certo idealismo orgânico ou idealismo pragmático, nos termos de Miss Jane, “sonha a realidade de amanhã”. O idealismo pragmático tornou a vida mais suave, cômoda e ágil ao eliminar os “milhares de coisas inúteis que hoje consomem tanto material e energia”, marco das reformas porvir<sup>58</sup>. Dessa maneira, a montagem em série não estaria limitada ao setor automobilístico: o governo organiza e gerencia a sociedade tal e qual uma indústria. O “messias” restaurou o mundo através dos seus ideais, alicerces do amanhã e também prenúncios dos sucessos vindouros.

\*\*\*

Monteiro Lobato escreveu em vinte dias “um romance inteiramente desligado da minha velha literatura regional” e ideou uma tiragem de vinte mil exemplares, seguido de anúncios, circulares e cartazes bombásticos<sup>59</sup>. Colocou grandes expectativas na obra. O escritor tentou fundar a editora Tupy Publishing Company em Nova Iorque e lançar “O choque” em inglês. O livro “só em fins de janeiro [de 1927] estará traduzido para o inglês, de modo que só lá pelo segundo semestre verei dólares”, escreveu ao cunhado Heitor de Moraes, mas “os verei e à beça, já não resta a menor dúvida”<sup>60</sup>. Deixaria o cargo de adido comercial em dois anos e ficaria apenas na chefia

---

<sup>57</sup> LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2.ed. São Paulo: Globo 2009. pp.107-108.

<sup>58</sup> *Ibidem*, pp.89-90.

<sup>59</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.517-518. (Rio, 7/2/1927).

<sup>60</sup> *Idem*. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense: 1970, p.103. (Natal de 1926).

da Tupy Co. caso seu romance virasse *best seller*<sup>61</sup>. O mercado norte-americano reconhecera seu talento com índices de vendas astronômicos.

Não encontrou editor nos Estados Unidos, todavia. Os editores recusavam o romance e, no correr dos meses, as esperanças do escritor eram frustradas. Em dezembro de 1927, informava a Gastão Cruls:

Passará [a Tupy Co. de sonho a realidade]? Quem sabe... Tudo depende da saída do meu “Choque”, e do escândalo que ele causar. Um escândalo literário equivale no mínimo a 2.000.000 dólares para o autor e com essa dose de fertilizante não há Tupy que não grele. Esse ovo de escândalo foi recusado por cinco editores conservadores e amigos de obras bem comportadas, mas acaba de encher de entusiasmo um editor judeu que quer que eu refaça e ponha mais material de exasperação. Penso como ele e estou com ideias de enxertar um capítulo no qual conte a guerra donde resultou a conquista pelos Estados Unidos do México e toda essa infecção *spanish* da América Central. O meu judeu acha que com isto até uma proibição policial obteremos – o que vale um milhão de dólares. Um livro proibido aqui sai na Inglaterra e entra *boothegued* com o *whisky* e outras implicâncias dos puritanos.<sup>62</sup>

O “editor judeu” também falhou. O sucesso no mercado estadunidense, acreditou Monteiro Lobato, era causar polêmica. Exasperação e proibição policial. Um *best seller* controverso. O genocídio dos negros, ao contrário, sustou as negociações e mostrou os limites da ficção ao autor. Não conhecia o novo público. Errou vindo “tão verde”:

Meu romance não encontra editor. Falhou a Tupy Company. Acham-no ofensivo à dignidade americana, visto admitir que depois de tantos séculos de progresso moral possa este povo, coletivamente, combater a sangue-frio o belo crime que sugeri. Errei vindo cá tão verde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros. Os originais estão com Isaac Goldeberg, para ver se há arranjo. Adeus, Tupy Company!...<sup>63</sup>

O livro não grassou no Brasil. *O choque das raças* (novo título) veio a público ainda em 1926 sob chancela da Cia. Editora Nacional. O romance não vendeu vinte mil exemplares, como desejou Monteiro Lobato, e os críticos remataram as chances de êxito ao bombardear a obra com censuras morais. “O primeiro romance de Monteiro Lobato”, anunciado como claro recorde de vendas, foi um fiasco – como negócio e como literatura.

---

<sup>61</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.519-520. (Rio, 23/03/1927). Monteiro Lobato foi adido comercial do Brasil em New York entre 1927-1930. Na ocasião planejou a Tupy Co. e a edição d’*O choque* em inglês. No caso do romance, a ideia já existia na fatura do texto.

<sup>62</sup> Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense: 1970, p.114. (New York, 10/12/1927).

<sup>63</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.523-524. (New York, 5/09/1927).

Faria Neves Sobrinho (*A Manhã*, 19-10-1926)<sup>64</sup> considerou *O choque das raças* impatriótico. Como pode “nossa bella pátria, cuja grandeza e todo o nosso orgulho, estendido-se desde o Oyapock até o Chuy e desde o Atlântico, através de um territorio immenso, até as fronteiras das Republicas andinas” não existir mais? No romance, a mestiçagem condenou o norte, e o sul reuniu os melhores elementos da raça branca, formando uma confederação com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. A ficção científica cede espaço às relações de poder presentes na divisão norte-sul do país. Nascentes do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul seriam as vanguardas eugênicas do país, capazes de promover e sustentar os desenvolvimentos técnicos e morais da nação, independentes dos estados nortistas. Dessa forma, as acusações de impatriótico indicam as tensões e anseios constituidores do texto e alimentados por ele, isto é, os descompassos existentes no território nacional. O romance seria um amontado de absurdos, ideias do “demasiado *yankismo* de Monteiro Lobato” compostas em estilo frouxo, incolor e desfibrado.

Silveira Bueno censura o romance e o autor na seção “Livros Novos” da *Folha da Manhã* (31-01-1927)<sup>65</sup>. “Lobato é coisa morta, liquidada mentalmente e como tal, não deve mais aparecer em publico”, sentencia de início. *O choque das raças* era um romance gorado, ilógico e incoerente e o escritor plagiara o “a idéa do chronizador” de Wells. O crítico entendeu as similitudes entre 1926-27 e 2228 como incongruências e “fraqueza de phantasia”. Zombou a cura da dor de cabeça que acomete o presidente Kerlog, por exemplo. “Sabem como é que elle cura?”, pergunta ao leitor. “Com aspirina ainda, com a velhissima aspirina! Porque não fabricou o romancista outro medicamento mais moderno?”. Ressurge a acusação de impatriótico. O romance era contrário à nação e sua população. Os negros são acusados de inferioridade racial, difamando a maioria dos brasileiros. Livro desnecessário, defeituoso e impatriótico de um brasileiro renegado, em suma. “Persigamo-lo como inimigo commum”, brada sem constrangimentos.

\*\*\*

“Os romancistas são os modernos fixadores dos aspectos transitórios da vida”, escreveu certa vez Monteiro Lobato. “Romance nenhum deixa de ser um

---

<sup>64</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19-10-1926, N. 252. p.3.

<sup>65</sup> *Folha da Manhã*, São Paulo, segunda-feira, 31 de janeiro de 1927, N. 615. p.5.

documento; na pior hipótese, documento da incapacidade estética do autor”<sup>66</sup>. Estava certo. *O presidente negro* informa ao historiador fragmentos do *horizonte de expectativa* do autor em meados dos anos 1920. O desastre nas vendas não deve enturvar nossa visão. O texto evidencia mudanças em curso, já que ciência e tecnologia embasam sua trama.

O fascínio tecnológico, as tensões étnicas decorrentes do convívio de várias culturas numa mesma cidade e os ideais de progresso contínuo, tão caros nos anos 20, são manifestos no texto. A eugenia (bem como a higiene e o saber médico), a imigração, os direitos das mulheres e a emergência dos Estados Unidos na qualidade de potência global, por exemplo, eram assuntos em pauta. Igualmente as novas tecnologias, as indústrias e ideias de Henry Ford e o espiritismo. O futuro imaginado não era tão distante, afinal. Parte das novidades anunciadas são expostas como decorrência necessária das mudanças testemunhadas no momento da enunciação, 1926. Os obstáculos em imaginar algo totalmente novo e alheio ao *espaço de experiência* compõe a narrativa: Miss Jane emprega as categorias cotidianamente proferidas para significar o ano 2228. O escritor trabalha de modo criativo com “matérias-primas” ao livrar-lhes dos condicionamentos presentes e ampliar suas dimensões, suas funções e sua abrangência. O novo (a ficção científica) era escrito com a língua herdada (antiga). Havia um limite na criação.

Quais circunstâncias tornaram a narrativa possível? Os textos de Monteiro Lobato impressos em jornais e revistas estavam cheios de prognósticos e vislumbres do “amanhã”. Os “princípios da prosperidade” de Henry Ford e o crescimento urbano de São Paulo eram temas frequentes nos artigos. Nos próximos tópicos abordaremos estes objetos. A partir deles o escritor compôs seu romance dos tempos futuros. Eram, aos seus olhos, indícios do tempo que está por vir.

---

<sup>66</sup> LOBATO, Monteiro. Planalto. In: \_\_\_\_\_. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. pp.211-212. [Texto não datado].

## 2.2. Henry Ford: “Messias da indústria moderna”.

Em 20 de junho de 1925, *O Jornal* anunciava o americanismo de Monteiro Lobato, “que de escriptor passou para a indústria”. Noticiava a exposição das ideias de Henry Ford, então “Messias da indústria moderna”, aos operários da Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, também presenteados com “o grande livro” do fundador da Ford Motor Company, *Minha vida e minha obra*<sup>1</sup>. As ideias do maior industrial norte-americano chegavam ao Brasil através do apelo aos operários e da tradução de *My life and work*, ambos sob a chancela do autor de *Urupês*.

O programa proposto visava fabricar “com o mais alto rendimento em perfeição e presteza”, dando aos consumidores produtos de utilidade geral com melhoria de preço e qualidade. Com este objetivo, era necessário seguir três princípios fordianos: 1º) Servir ao público é a verdadeira meta de uma indústria, não ganhar dinheiro; 2º) Os diretores, os operários e os consumidores são sócios da empresa, “e nessa qualidade têm direito à participação nos lucros”; 3º) Os diretores devem organizar e coordenar a empresa, promovendo a venda dos produtos “com inteligência e segurança” para nunca faltar trabalho na fábrica e os lucros avultarem. Deste modo, o sócio-consumidor receberia artigos cada vez mais acurados por preços sempre mais baixos, o sócio-operário beneficiar-se-ia com constantes aumentos salariais e o sócio-capitalista recolheria “dividendos razoáveis”<sup>2</sup>.

Essa cooperação era uma boa maneira de harmonizar prováveis tensões na Cia. Os contratemplos ocasionados pela má organização na indústria ou greves eram conhecidos por Monteiro Lobato. Em 1919, uma “oficina do largo do Arouche” imprimiu a primeira edição de *Ideias de Jeca Tatu* sem revisão. Durante as impressões, o editor soube que a oficina estava de mudança e seu livro seria o último trabalho realizado. “Quando vim a saber e quis acudir o coitadinho, era tarde”. Pediu que parassem a impressão para examinar o serviço. Corrigiu o que pôde, mas erros “indecorosos pululavam ali como pulga em cachorro sarnento”<sup>3</sup>. Na correção para a segunda edição, verificou que o tipógrafo manteve os erros revisados na ocasião. “Isso

---

<sup>1</sup> As ideias de Henry Ford no Brasil. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, sábado, 20 de junho de 1925, N. 1.992, p.1. Sem autor. O programa proposto por Monteiro Lobato aos operários da Gráfico-Editora também pode ser encontrado em LOBATO, Monteiro. Apelo aos nossos operários. In: \_\_\_\_\_. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. pp.252-254.

<sup>2</sup> LOBATO, Monteiro. Apelo aos nossos operários. In: \_\_\_\_\_. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. pp.252-253.

<sup>3</sup> Idem. *A barca de Glayre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.449-450. (São Paulo, 17/01/1920).

de gráficos é uma canalha que não merece confiança nenhuma”<sup>4</sup>, escreveu em correspondência.

Na mesma carta onde comentava o caso com Godofredo Rangel, solicita outro texto a ser publicado em março na *Resenha do Mês*, da *Revista do Brasil*, porque na tipografia perderam seu “estudo sobre o veterano da retirada da Laguna que ainda existe nessas Minas”. Não poderia fazê-lo na edição de fevereiro que estava próxima do lançamento – “se Sua Majestade o Operário não mandar o contrário”<sup>5</sup>. As oficinas estavam em greve. Como suas mercadorias não eram de primeira necessidade e poucos poderiam consumi-las, o esmero na confecção dos artigos e a necessidade de ordenar a produção eram fundamentais ao negócio.

Promover os operários a sócios era uma maneira de fazê-los cômicos das responsabilidades inerentes ao seu ofício. O operário que não se compromete com a empresa, trabalhando de má vontade ou procurando “encher o tempo” em vez de produzir, compromete “a si próprio, à sua família e à sociedade em que vive”. Sem lucros, a empresa baixaria os salários ou fecharia suas portas, desempregando inúmeros trabalhadores. “Só o trabalho pode melhorar as condições de vida dos homens”, afirmava o empresário, ideando inculcar o trabalho como a lei da vida. Uma produção mais rápida e econômica proporcionaria maiores lucros e aumentos salariais, “o que vale dizer que o operário se paga a si próprio” na medida que produz. Deste modo, Monteiro Lobato transformava a empresa em “organismo capaz de ir ao infinito” em que “todas as células cooperam em harmonia para o fim comum”<sup>6</sup>.

O escritor recorre aos “princípios da prosperidade” de Henry Ford em momento delicado nos seus negócios. Os custos com a montagem da Cia. Gráfico-Editora deveriam ser saldados com a ampliação das vendas, mas a produção estava limitada pelas reduções no fornecimento de energia pela *Light and Power*. Neste mês de junho, as máquinas trabalhavam apenas dois dias por semana. Rendimento e presteza no fabrico dos artigos eram fundamentais. Como visto anteriormente, outros contratempores acarretariam a falência da editora.

Por que, afinal, retornar a saga editorial de Monteiro Lobato? Por que discorrer sobre Henry Ford? Hoje “Ford” é uma produtora de automóveis similar a

---

<sup>4</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Glayre*. São Paulo: Globo, 2010 pp.450-451. (São Paulo, 14/02/1920).

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.451.

<sup>6</sup> *Idem*. Apelo aos nossos operários. In: \_\_\_\_\_. *Fragments, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. pp.253-254.

outras marcas. Henry Ford foi um industrial norte-americano que implantou a linha de montagem em série. Cabe esclarecer os motivos.

1º. As ideias do “Messias da indústria moderna” não circunscreviam-se ao setor automobilístico. Monteiro Lobato atinou isso. O escritor leu em *My life and work* a maneira correta de organizar e gerenciar empresas. Dessa forma, os exames e ponderações do livro alçam-se a “princípios da prosperidade” em qualquer negócio. Este descolar Henry Ford e os automóveis propiciar-lhe-á interpretações cada vez mais vastas dos textos fordianos.

2º. “Messias” é um conceito escatológico, por conseguinte, temporal<sup>7</sup>. O Messias estabelecerá o Reino de Deus entre os povos, instituindo a paz. As misérias da vida (doenças, pobreza etc.) serão sanadas, assim como os pecados e as paixões. O Messias é aquele que anunciará tudo (João 4:26). As profecias preanunciam o tempo que está por vir e têm no Salvador seu princípio e fim. Contudo, preside também o fim deste mundo no segundo advento de Cristo – o fim dos tempos e uma nova vida para os julgados fiéis. A analogia entre Henry Ford e o Messias foi acidental? Os ideais fordianos possuíam força de presságios? Monteiro Lobato leu/viu algum anúncio? Quem seriam os fiéis? Que mundo teria fim? Que mundo seria restaurado? Henry Ford abre-nos a possibilidade de analisar o *horizonte de expectativas* (KOSSELECK, 2006) do “pai do Jeca”.

3º. Da indústria moderna. Richard Snow (2014, pp.17-18) conta-nos uma conversa incomum: Ford, já no fim da vida, falava dos manuais escolares da sua infância com o estudante secundarista John Dahlinger, quando este interrompe-o:

“- Mas, senhor – ele protestou – hoje os tempos são outros, nós estamos em plena era moderna...”

“- Meu jovem” - responde Ford – “eu inventei a era moderna”.

De acordo com Snow, a afirmativa não deixa de ser verdade. O advento do automóvel acarretou mudanças decisivas na experiência do tempo, afinal. Os deslocamentos ocorrem de modo cada vez mais veloz, encurtando os espaços e excedendo os limites “naturais” (neste sentido, a medida da potência dos motores em

---

<sup>7</sup> Monteiro Lobato não usou “Messias”, contudo. “Messias” foi adotado n’*O Jornal* (20-06-1925), escolha de certo articulista ao anunciar o discurso do editor. No entanto, nas missivas, adotou termo análogo: “América, a terra de Henry Ford, o Jesus Cristo da Indústria!”. O escritor escreveu n’*O Jornal* uma série de artigos acerca das ideias de Henry Ford, recorreu a outros tantos elogios e louvores a fim de assinalar o dinamismo e a intensidade das atividades e ideais do industrial estadunidense, como veremos. Certamente, admitiria a ideia do “Messias”. Cf. LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.519-520. (Rio, 23/03/1927).

cavalos é notória). Nesse ir além dos limites, surge a sensação de aceleração, a variação das velocidades e a confrontação entre o vertiginoso e o vagaroso. Reinhart Koselleck (2014, pp.139-164) indicou dois casos de aceleração da história: a) “pode ser deduzida como abreviação do tempo das expectativas ligadas às metas”; b) “a aceleração pode ser deduzida de comparações com contextos experienciais do passado, os quais permanecem empiricamente verificáveis e podem fornecer dados para planejamentos adicionais”. Monteiro Lobato, veremos, entendeu a Ford Motor Company como anúncio do “amanhã” já que a atividade industrial abreviou *sua* expectativa e remodelou *sua* experiência.

Ford, ainda mais, deu forma a “produção em massa”, o controle excessivo do intervalo de tempo na indústria. “Era moderna” designa certa relação com o tempo: aceleração e controle: a redução ao máximo das durações. O futuro, mais uma vez na analogia religiosa mas noutra sentido, referia-se ao fim dos tempos? Cabe assinalar os liames entre velocidade e poder. “O poder é inseparável da riqueza e a riqueza é inseparável da velocidade”, afirmou Paul Virilio (2000, p.15). Nas sociedades antigas, a cavalaria assegurou as atividades dos banqueiros; as marinhas da Inglaterra e França na sociedade colonial; no dia corrente a velocidade absoluta assumiu os atributos do poder divino, minando os tempos históricos em favor de um tempo mundial<sup>8</sup>. Nessa visão, conforme Virilio (2000, p.16), “todo o poder é simultaneamente retenção, freio, sabedoria e aceleração” e os seus detentores “guiam as energias e imprimem um ritmo à sociedade que controlam”. Não causa assombro a ascendência de São Paulo mediante os novos mecanismos norte-americanos; ou Henry Ford tencionar cargos governamentais; ou a imagem do messias da Ideia Nova no romance lobatiano<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Mais uma vez, Paul Virilio (2000, p.18): “Sim, porque o próprio da velocidade absoluta é de ser também o poder absoluto, o controle absoluto, instantâneo, isto é, um poder quase divino. Hoje, empregamos os três atributos do divino: a ubiquidade, a instantaneidade, a imediatidade; a omnividência e a onnipotência. Já nada tem a ver com a democracia, é uma tirania”.

<sup>9</sup> Miss Jane afirma: “- Idealista como nenhum outro povo [os estadunidenses] – prosseguiu ela -, e do único idealismo verdadeiramente construtor da atualidade. Acompanhe a vida de Henry Ford, por exemplo, estude-lhe as ideias. Verá que nelas estão todas as soluções que no seu desvario de doida a Europa procura no despotismo. Por mais audacioso que nos pareça o pensamento de Henry Ford, que é ele senão o reflexo do mais elementar bom senso? Todos nós, creia, senhor Ayrton, temos conosco essas ideias, à primeira vista tão novas. No entanto, tamanha é a crosta que nos recobre o bom senso natural que Ford nos parece um messias da Ideia Nova. [...] É o martelo trepidante que nos desencrosta os tubos do cérebro, obstruídos pela fuligem das ideias falsas. Ninguém melhor do que eu poderá dizer isto de Henry Ford, porquanto devassei o futuro e por toda parte vi reflexos do seu pensamento. É pois o melhor tipo atual do idealista orgânico. Sonha, mas sonha a realidade de amanhã. A desaglomeração da indústria urbana, por exemplo, a standardização de todos os produtos, a indústria posta na base de uma associação de três sócios – trempo que abrange todas as classes sociais, a simplificação da vida pela eliminação dos milhares de coisas inúteis que hoje consomem tanto material e energia tudo isso vi realizado no futuro e,

Por meio dessas elucidações e interrogações resta-nos investigar as ideias de Henry Ford no Brasil. Por que “Messias da indústria moderna”? Por que traduzi-lo e divulgá-lo? Monteiro Lobato, veremos, encontrou aí caminho seguro para o “amanhã” da nação. Perscrutar os textos lobatianos sobre o industrial estadunidense é informar-se do entrevisto (e desejado) mundo que está (no caso, estava) por vir.

### 2.2.1. Henry Ford: “um americano típico”.

A imprensa carioca sabia da existência de Henry Ford antes das traduções e divulgação dos princípios do “magnata do motor” por Monteiro Lobato. Contudo os métodos empregados na Ford Motor Company não eram publicados. Fatos curiosos eram noticiados aos leitores: a fortuna do proprietário das fábricas Ford, uma suposta candidatura à presidência nos Estados Unidos, os discursos antisemitas, a chegada aos dez milhões de automóveis modelo T etc<sup>10</sup>. Deste modo, em junho de 1925, era possível considerar o “nome de Ford, no Brasil, quase que só era conhecido como o de um mero fabricante de automóveis que, pela comodidade de preço e resistência do material de que são feitos, encontram larga aceitação entre os homens de trabalho, para quem tempo é dinheiro”<sup>11</sup>.

Era trabalhoso resumir o empresário estadunidense na imagem do homem mais rico do mundo, todavia. Henry Ford seria comumente associado a “um americano típico”, condensando as virtudes dos norte-americanos em si. Podemos observar essa apresentação em duas passagens impressas em folhas cariocas. A primeira, publicada em 18 de agosto de 1922 na *Gazeta de Notícias*, descreve o perfil do “leader yankee”:

O homem de quem mais se fala nos Estados Unidos é Henry Ford, o constructor de automóveis baratos. E é de justiça esse renome, porque Ford representa um typo de americano que é quasi, aos olhos do mundo inteiro, o americano legendario e typico, que não estudou nas universidades, não é um intellectual, não aprendeu a vida nos livros, mas que se lançou joven na luta, fez fortuna explorando até o fim uma só idéa, não leva em conta os preconceitos porque os ignora: segue direito seu caminho pouco se

---

no meu entender, com ponto de partida no idealismo pragmático de Henry Ford”. Cf. LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. pp.89-90.

<sup>10</sup> Respectivamente em As fabricas Ford – A enorme fortuna do seu proprietario. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, domingo, 19 de fevereiro de 1922, p.5 (sem autor); O homem mais rico do mundo – Henry Ford, o poderoso industrial, candidato á presidencia dos Estados Unidos. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, sábado, 18 de agosto de 1923, p.3 (sem autor); FORD. Ora, o Sr. Gorki!. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de abril de 1924, p.2; Dez milhões de automóveis Ford. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 22 de agosto de 1924, p.7 (sem autor).

<sup>11</sup> O ouro branco da Amazonia. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de junho de 1925, p.3. Sem autor.

incomodando de saber se não vai tudo arrasar diante de si e que sobe aos pináculos ou cáe, mas sem nunca escutar senão os seus próprios intuitos e os dictames da realidade.<sup>12</sup>

Na outra, vemos Fradique Mendes exaltar (um tanto zombeteiro) Henry Ford como “o Cervantes da America”:

E o cumulo de genialidade que lhe descobro é tanto menos contestavel quanto mais sutil foi a sua alta compreensão de coisas, criando o flagrante psychologico de sua raça, não com uma caricatura literaria, mas uma caricatura mecanica; por que o americano é sempre mais machina do que livro, mais automovel do que poema, mais aço do que intelligencia.<sup>13</sup>

Nessas notícias, as referências ao método de produção em massa são escassas. Mesmo a situação da indústria automobilística aparentando algo acessório, a imagem do industrial guardava alguma coisa mais essencial e importante. Henry Ford encerrava os valores necessários ao sucesso dos empreendimentos capitalistas.

Um articulista anônimo d’*O Jornal* enxergou, nos povos latinos, um entusiasmo “com o homem que nos arraste pela sedução da palavra” e nos anglo-saxões, “modo mais comedido de encarar as coisas” nas decisões políticas. Os latinos seriam encantados com discursos eloquentes, transcendentos e ideais dos “profissionais da palavra”. Seus governantes eram “homens de gabinete”. Os anglo-saxões não “querem universitarios, nem oradores, nem homens de laboratorio, nem os da multidão e assembléas”. Suas aspirações eram voltadas aos homens práticos “que fizeram das usinas o seu templo e do trabalho sua religião”. Comunicava a possível candidatura de Henry Ford à presidência dos Estados Unidos e a vitória iminente caso acontecesse. Nenhuma pessoa mais gabaritada, aparentemente. Ford carregava com seu nome uma poderosa indústria e gozava da fama de homem mais rico do mundo. Os norte-americanos, com certeza, elegeriam este “homem de ação”, construtivo, cheio de vida nova, de paixão pelas grandes obras e entusiasmo pelas coisas elevadas. Era homem incansável e de “trepidante” êxito<sup>14</sup>. Um exemplo. Um *self-made man*, em suma.

Com tais características é plausível afirmar que Monteiro Lobato vislumbrou em Ford tudo o que deve ser imitado: o arquétipo do homem de ação; o modelo de sucesso nos negócios; o incansável entusiasta do trabalho. Características, aliás, suscetíveis de conformar-se seja qual for a atividade produtiva. Isso posto, elucidada

---

<sup>12</sup> Os leaders yankees. Um americano typico. Henry Ford. In: *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 18 de agosto de 1922, p.3. Sem autor.

<sup>13</sup> MENDES, Fradique. Henry Ford, o Cervantes da America. In: *O Jornal*, sexta-feira, 7 de agosto de 1925, p.5.

<sup>14</sup> O homem mais rico do mundo – Henry Ford, o poderoso industrial, candidato á presidencia dos Estados Unidos. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, sábado, 18 de agosto de 1923, p.3.

alguns motivos da estima do escritor pelo fundador da Ford Motor Company, mas não o fascínio contido no “Messias da indústria moderna”. Cabe, assim, investigar o sistema de produção em massa em busca de mais respostas.

### **2.2.2. Economia de tempo.**

Henry Ford trabalhava no conserto de relógios numa joalheria em 1879. Cogitou fundar uma empresa destinada ao fabrico de um cronômetro regular de baixo custo. As estradas de ferro do Michigan eram guiadas pelas horas solares e, muitas vezes, diferiam das horas locais. Era necessário regular a hora das estradas de ferro. A empresa esboçada surgiria em momento oportuno. Não o fez, contudo. Desistiu “pensando que o relógio não é de uso universal e que muita gente não o compraria, mas não sei como cheguei a essa surpreendente conclusão”<sup>15</sup>. Era inviável uma produção em grande quantidade.

Mas os relógios eram importantes. O desenvolvimento do capitalismo industrial necessitava do relógio para incutir nos trabalhadores uma nova disciplina de trabalho. E. P. Thompson (1998, pp.267-304) examina os condicionamentos tecnológicos e os meios de exploração da mão-de-obra colocados em vigor na Revolução Industrial como tensão entre diferentes notações de tempo. Os ritmos dos agricultores e pescadores eram estruturados segundo as tarefas diárias essenciais (“que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão”) e as regularidades da natureza. Não havia separação entre “o trabalho” e “a vida”. Os pequenos artesãos exerciam seu ofício com mínima administração e intercalavam períodos de atividade intensa e de ociosidade. As necessidades do cotidiano regulavam a produção. Tradições multisseculares afeitas ao “uso-econômico-do-tempo” guiavam o trabalho.

Nas fábricas têxteis e oficinas (ou onde predominasse as relações empregado e empregador), o tempo valia dinheiro. O trabalho industrial exigia a cadência do operário ao ritmo das máquinas, submetendo seus corpos à exatidão dos mecanismos fabris. O tempo descontínuo do artesanato ou serviços agrícolas (as cerimônias, feriados e tarefas imprecisas) era incompatível com os horários marcados e

---

<sup>15</sup> FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012. pp.27-28.

o uso racional do tempo, presentes na fabricação em grandes quantidades. A folha de controle do tempo marcava a pontualidade e regularidade dos homens, mulheres e crianças contratados, afastando as tradições do ambiente de trabalho e separando “o trabalho” e “a vida”. A sincronização no trabalho (séculos XVII-XIX) transformou o tempo em “algo” tangível e sensível. “Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*”, afirma Thompson (1998, p.298).

Esse processo encontrou sua culminância na Ford Motor Company. Em 1908-1909, Henry Ford resolveu fabricar um único modelo de automóvel. Iniciava novo método de produção. Criar um artigo de utilidade geral, acessível ao maior número de consumidores e de excelente qualidade era seu ideal. Deveria aperfeiçoar os esboços, verificando a viabilidade da fabricação e os serviços prestados; depois, considerar os custos e a qualidade dos materiais empregados; por fim, reduzir seu peso através da simplificação do fabrico. Peças desmontáveis, substituíveis e intercambiáveis tornavam este modelo mais econômico. Concentrar as atenções no aprimoramento dos meios de produção era outra vantagem decorrente. Depois dos modelos A, B C, F, N, R, S e K encontra seu exemplar:

O modelo T foi o meu eleito. Primava pela simplicidade. Compunha-se de quatro partes orgânicas: o motor, a armação e os eixos. Todas elas de fácil reparação ou substituição, não exigindo para isso nenhuma habilidade especial. A possibilidade de construir todas as peças tão baratas e simplificadas que afastassem o receio das reparações manuais dispendiosas, pareceu-me evidente. essas [sic] peças deviam ser tão baratas que mais valeria comprá-las novas do que reparar as velhas. E tais peças poderiam existir em qualquer armazém, ao lado dos pregos e parafusos. Além disso, eu timbrava em conseguir um carro tão simples que todo mundo lhe pudesse compreender o funcionamento.<sup>16</sup>

Henry Ford resumia os princípios da montagem em três pontos:

1.º Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostas na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distancia possível a percorrer da primeira a última fase.

2.º Empregar planos-inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso, sempre que isso for possível.

3.º Usar uma rede de deslizadeiras, por meio das quais as peças a montar se distribuem a distâncias convenientes.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012. p.65.

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp.73-74.

Estes tópicos, expressos de maneira concisa, não alcançam os esforços despendidos no aprimoramento da produção. O tempo de cada operação da montagem foi calculado no intuito de acelerar sua execução continuamente. O gestor determinou as habilidades necessárias nas várias etapas da produção com a finalidade de aproveitar ao máximo a mão-de-obra contratada; colocou máquinas nos espaços disponíveis, utilizando cada metro quadrado das fábricas; estabeleceu os movimentos necessários nas subdivisões de montagem, fixando os trabalhadores em estágios diferenciados da produção ao executar “sempre a mesma coisa”. Os resultados almejados iam do aproveitamento dos resíduos, da poupança de energia e do barateamento dos automóveis (e a conseqüente ampliação dos consumidores) até “a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário”<sup>18</sup>. As horas de trabalho eram ordenadas com exatidão e consumidas nos serviços industriais.

O “uso-econômico-do-tempo” alcançava outro nível. O tempo deveria ser consumido, negociado e utilizado nas fábricas têxteis dos séculos XVIII-XIX; na Ford Motor Company deveria ser cronometrado até sua supressão. Todos os movimentos eram concentrados no instante da produção. A cadência entre o ritmo das máquinas e as ações dos operários encerrava a duração. A necessidade de encurtar o intervalo entre estímulo e reposta muscular extinguiu a consciência dos movimentos efetuados, reduzindo os descolamentos corporais a reflexos induzidos. Não haveria duração. Um instante perpétuo, afinal. Incrementar os métodos de montagem exigia diminuir o tempo. No limite, sua abolição.

Monteiro Lobato estava convencido da equivalência entre tempo e dinheiro ao expor as ideias de Henry Ford aos operários da Cia. Gráfico-Editora. O mau operário procurava “encher o tempo” em vez de produzir:

A economia de tempo e material representa lucro e aumento de salário. Quem pode fazer um serviço em uma hora e o faz em duas; quem mata o tempo em vez de produzir; quem dá dez passos em vez dos oito necessários; quem espicha a sua tarefa; quem se esconde atrás de uma porta; quem maltrata uma máquina; quem estraga uma folha de papel; quem perde um minuto que seja de trabalho, lesa a empresa, e lesa, portanto, a si próprio. No fim do ano a soma desses pequenos desperdícios representa muito. A empresa que consegue evitá-los habilita-se a beneficiar o público com melhoria de preços e o operário com melhoria de paga.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012. pp.73-74.

<sup>19</sup> LOBATO, Monteiro. Apelo aos nossos operários. In: \_\_\_\_\_. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. p.254.

Unia economia, eficiência e lucros. Empregava os “princípios da prosperidade” de maneira bastante circunstancial, no entanto. Ordenar os diminutos recursos da empresa na situação crítica de então era imprescindível. Os ensinamentos de *My life and work* seriam as normas da reestruturação do negócio. Mas alargaria os exemplos fordianos em seguida. Ousaria não mais organizar uma indústria, mas uma nação. Neste entendimento, os escritos fordianos contêm em si verdades aptas ao restauro de qualquer situação. O Salvador – agora os contornos surgem – anunciou tudo na escritura, afinal. O mundo que está por vir foi anunciado nos textos lobatianos entre outubro e novembro de 1926, com a convicção íntima de um apóstolo.

### 2.2.3. Henry Ford: “heroe do trabalho”.

“E quem no mundo moderno, mais que Henry Ford, está fecundado o progresso humano com o pollen que fará o nosso amanhã melhor que o nosso hoje?”, questionou Monteiro Lobato em artigo impresso n’*O Jornal* em 9 de outubro de 1926. “Henry Ford” inicia uma série de quatro textos onde expõe os pensamentos do industrial estadunidense e modos de incrementar as indústrias brasileiras. Os ideais divulgados aos trabalhadores da Cia. seriam reavaliados em importância e extensão:

O valor de Henry Ford não reside em ser o homem mais rico de todos os tempos; isso faria delle apenas um sacco mais pesado que outros saccos cheios; seu valor reside em ser elle a mais lucida e penetrante intelligencia moderna a serviço da mais nobre das causas: a supressão da miseria humana.<sup>20</sup>

Não mais organizar indústrias. Ou não exclusivamente indústrias. O correto gerenciamento dos negócios cedia espaço a inquietações maiores. A miséria humana, resultante do antagonismo entre o capital e o trabalho, emerge nesses textos como mais alto problema social. O “Messias da indústria moderna” agora encarna o “heroe do trabalho”. O advento do Salvador prenuncia o término dos males; na analogia, a miséria será sanada por meio do trabalho. O “espírito do capitalismo”<sup>21</sup> era a boa nova.

---

<sup>20</sup> LOBATO, Monteiro. Henry Ford. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, sábado, 9 de outubro de 1926, N. 2.402, p.1.

<sup>21</sup> O *espírito do capitalismo*, conforme Max Weber (2004, pp.41-69) é um *ethos* peculiar “cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso, antes de tudo, é a essência da coisa”. O ganho é a finalidade da vida, “não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais”. No caso de Monteiro Lobato, entretanto, o ganho atende as necessidades materiais.

Até aqui, declarou Monteiro Lobato, os idealistas utópicos, “ao molde Rousseau ou Marx”, imaginaram soluções teóricas e inexecutáveis contra os problemas sociais. Henry Ford, ao contrário, é o “idealista organico”. “Admitte o homem como é, aceita o mundo como está, experimenta e deixa que os factos tragam à tona a solução rigorosamente logica, natural e humana”<sup>22</sup>. Contrapõe as ideias abstratas e *a priori* aos conhecimentos da experiência fatural. O saber-fazer fordiano indicava uma maneira segura de agir, submetida a testes e de certo resultado.

Os números da Ford Motor Company mostravam a competência do seu diretor e a excelência dos métodos utilizados, continua Lobato. Os 50.000 operários produziam mais de 7.000 carros por dia de oito horas. Os lucros atingiam 12 milhões de contos anuais. “O Brasil com os seus 30 milhões de habitantes não alcança extrair da terra ou manipular materia prima no valor nem da metade...”. A iníqua organização do trabalho gerava a miséria humana. Henry Ford combatia os males do “não-trabalho” ensinando “a trabalhar, provando que o trabalho é o supremo bem e demonstrando a altíssima significação da palavra industria”<sup>23</sup>. O trabalho era a lei da vida, afinal.

Expõe os três sócios de cada empresa (consumidor, operário, dono) e a utilidade de proveito geral das indústrias mais uma vez. Então, conclui:

Postas nas bases de Henry Ford a indústria deixa de ser o Moloch devorador de milhões de creaturas em benefício dum nucleo de nababos e transforma-se em cornucopia inextinguível de bens. Extingue-se o sinistro antagonismo entre o capital e o trabalho, que ameaça subverter o mundo. Reajusta-se a produção ao consumo e graças á distribuição equitativa desaparece o monstruoso cancro da miseria humana.<sup>24</sup>

Os artigos seguintes vulgarizavam alguns pontos de *My life and work*. Eficiência e economia fundamentavam o sistema de produção em massa. Desta forma a analogia religiosa “perde” parte de sua força: os métodos não eram milagres; sua potência, na verdade, residia nos preceitos científicos que lhe firmavam. O resultado, visto acima, não era extraordinário mas reproduzível sob as mesmas condições. Isto posto, Monteiro Lobato conseguiu ler Henry Ford de modo cada vez mais abrangente. Os meios de reduzir o preço de custo a índices cada vez menores nas fábricas da Ford Motor Company eram examinados em “Ford e a Allemanha” (*O Jornal*, 21-10-1926).

---

<sup>22</sup> LOBATO, Monteiro. Henry Ford. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, sábado, 9 de outubro de 1926, N. 2.402, p.1.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem.

Henry Ford não “aceita” da fábrica um preço de custo, “somar o preço da materia prima ao preço por que sae a manipulação num momento dado”, mas “impõe” um preço de custo mais baixo (p.ex. impõe o índice de US\$80 nas montagens de US\$100). Desta maneira, “todos os cerebros se applicam á tarefa de eliminar inda mais o desperdicio, de aperfeiçoar inda mais os methodos de trabalho – e o custo vae gradualmente caindo até attingir o nível imposto pela genial cabeça directora”. Os resultados são obtidos. Determina novo índice de US\$70 e assim sucessivamente. Ford apurava as linhas de montagem incitando maneiras cada vez mais eficientes na execução das atividades fabris. Com menos recursos, mas exigindo os mesmos rendimentos de índices anteriores, instituía uma permanente exaltação nos trabalhadores. O “principio da compressão da inteligencia” reclamava meios mais econômicos e mais acelerados no cotidiano da indústria<sup>25</sup>. Monteiro Lobato enxergou como eficiência uma carga de trabalho extenuante.

O terceiro artigo, “Idéas Novas” (*O Jornal*, 2-11-1926), também analisa um experimento realizado em Detroit. Henry Ford estudou todas as operações executadas em suas fábricas e estabeleceu as exigências mínimas de cada função (“tantas exigiam um homem normal, de saude perfeita; tantas exigiam um só braço; tantas não exigiam pernas; tantas podiam ser executadas por cegos, etc.”) e ofereceu trabalho aos “invalidos” da cidade. “Why charity?”, discute Monteiro Lobato. A caridade não eliminaria a miséria humana ou aliviaria a sociedade do não trabalho “de um peso morto” e deficiente<sup>26</sup>. Organizar de modo eficiente as empresas ajustaria os serviços ao maior número de indivíduos. Por isso considerava a Ford Motor Company um epítome da sociedade:

Ford tem sua empresa como um epitome da sociedade em geral. Quer que um córte anatomico feito na massa do seu operariado revele a mesma composição que um córte anatomico feito na massa da sociedade. Se na composição desta ha são do lado de cegos, pernetas, tuberculosos, invalidos de toda a especie, uma indústria bem organizada deve apresentar no seu operariado uma contextura semelhante. E no dia em que fór assim, “ipso facto” estará a sociedade isenta de pesos mortos e resolvido o problema da miseria pela suppressão da improductividade.<sup>27</sup>

O sistema fordiano conseguiria universalizar-se, avaliava Monteiro Lobato. “E não ha razão para que uma experiência em pequena escala mude de resultados se

---

<sup>25</sup> LOBATO, Monteiro. Ford e a Allemanha. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 de outubro de 1926, N. 2.412, p.1.

<sup>26</sup> Idem. Idéas Novas. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, terça-feira, 2 de novembro de 1926, N. 2.422, p.1.

<sup>27</sup> Ibidem.

fazermos em escala maior”. Confiou nas palavras de Henry Ford. As conclusões de *My life and work* eram acatadas como axioma. No “maravilhoso livro, bíblia de amanhã”<sup>28</sup> viu ensaios sobre indústria, lucros e dinheiro dando resultados irrefutáveis e conduzidos com a meticulosidade das ciências físicas. Ford vendeu essa ideia. Nas decisões tomadas “não era uma pessoa que agia, mas princípios que, de tão simples, tocavam as raias do mistério”<sup>29</sup>. Esta crença embasava as expectativas de Lobato. Eram rudimentos executáveis no Brasil, então.

Haveria obstáculos. O escritor descrevê-los-ia nestes termos:

É uma pena que nós no Brasil vivamos atolados num marnel de idéas do seculo passado, traduzidas do francez, rançosas e bolorentas. Apesar do surto espantoso dos Estados Unidos, surto que os poz como os líderes do mundo moderno, como os constructores do amanhã da humanidade, permanecemos no nosso inveterado mericismo. Ruminamos como dromedarios, velhas idéas theologaes do tempo do anno mil, da peste negra, da excommunhão papal, etc... etc. Não damos tento a marcha das coisas e sobretudo da marcha das idéas.<sup>30</sup>

As nações marchavam em ritmos diferentes. Uma encerrava “os constructores do amanhã da humanidade” e a outra vivia atolada “num marnel de idéas do seculo passado” e ruminava “idéas theologaes do tempo do anno mil”. Monteiro Lobato interpretava as diferenças socioeconômicas como descompassos temporais. O passado emperrava os movimentos do Brasil. Deveria ser enterrado. O mundo moderno acelerava. Que fazer? Seguir Henry Ford. Ele foi “um precursor e não um simples industrial com mira nos lucros”; lançou “a boa semente das beneficinas transformações sociaes”; suas ideias começaram a ter a “influencia profunda que necessariamente exercerão na futura ordem de coisas”. Os superlativos pululam nos artigos d’*O Jornal*. As máximas do estadunidense mostravam caminhos seguros. O *horizonte de expectativas* (integrar a nação no mundo moderno) se aproximava.

Uma qualidade mais modesta é atribuída a Henry Ford em “A crosta e o desencrostador” (*O Jornal*, 10-11-1926): “um ajustador”. Os ensaios divulgados em *My life and work* comprovavam a capacidade da indústria moderna de tornar a vida ideal “dentro do regimen de salariato, sem reforma nem destruição de coisa alguma”. Os princípios da prosperidade iriam maximizar os benefícios dos três sócios da empresa,

---

<sup>28</sup> LOBATO, Monteiro. Idéas Novas. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, terça-feira, 2 de novembro de 1926, N. 2.422, p.1.

<sup>29</sup> FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012. p.68.

<sup>30</sup> LOBATO, *Op. cit.*

inutilizando ideias reacionários e revolucionários. Monteiro Lobato explica de maneira simples:

Mas o que ha de mais absolutamente novo em Henry Ford é o seu methodo de solução, contrario á reforma ideológica e contrario á volta do passado. Ford baseia as suas soluções – e demonstra que é assim – num ovo de Colombo, na coisa mais simples, logica, clara e intuitiva – e mais “sensata” possivel: “no reajuste”. O botão não entra na casa? Não é preciso destruir a camisa nem comprar um collarinho novo - como querem os idealistas utopicos (communistas, bolchevistas, socialistas, etc.). Nem tão pouco trocar essa camisa e esse collarinho por uma camisa velha e um collarinho rustido, fóra da moda, usado anos atrás - como querem os reaccionarios. Basta fazer o que aconselha o bom senso: alargar a casa ou diminuir o tamanho do botão. Operar, em summa, o reajuste. Há lucro de tempo, de dissabores, do diabo, e alcança-se o mesmo ideal utopicamente visado pelo reformador e pelo reaccionario: ter uma camisa e um collarinho que não nos aborreçam graças ao bem que nos vae ao corpo e á facilidade de usal-os.<sup>31</sup>

O comunismo inquietou o “homem mais rico do mundo”. Os ideais socialistas, ensaiados na Rússia, eram contrários à força da unidade e à liberdade americana:

Há em nosso país um elemento sinistro que deseja meter-se entre os que vivem do trabalho. A mesma influência que banuiu o cérebro, a experiência e a técnica da Rússia, está empenhada em fazer o mesmo aqui. Não devemos permitir aos estrangeiros nocivos, aos que odeiam a humanidade feliz, que venha dividir o nosso povo. Na unidade está a força e a liberdade americana.<sup>32</sup>

O bolchevismo, afirmou em outros textos, era obra dos judeus e a revolução fomentada por capitais judaicos internacionais<sup>33</sup>. Estes argumentos antisemitas não interessavam ao escritor brasileiro. Henry Ford oferecia aos leitores de sua obra uma visão do trabalho como missão e causa das transformações social e econômica. A humanidade obteria a saúde, a riqueza e a felicidade por meio do labor. Os excessos e a instabilidade do “sistema do salariato” eram adversidades solucionáveis:

Os tempos exigem que se dê ao lado humano da indústria a mesma importância que se dá ao lado material, e é ideia que faz caminho. O problema se resume em saber se tal ajustamento se fará com largueza de vista, com discernimento, com sábia prudência, que conservem a estrutura em que hoje nos mantemos, ou se se fará às cegas, de modo a arrebatarmos os benefícios do trabalho já realizado. A indústria constitui o meio de vida do

---

<sup>31</sup> LOBATO, Monteiro. A crosta e o desencrostador. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de novembro de 1926. N. 2.429, p.1.

<sup>32</sup> FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012. p.12.

<sup>33</sup> Idem. Ora, o Sr. Gorki!. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, terça-feira, 29 de abril de 1924, p.2. Sobre o antisemitismo fordiano Cf. SNOW, Richard. *Ford – O homem que transformou o consumo e inventou a Era Moderna*. São Paulo: Saraiva, 2014. pp.317-332.

nosso país, traduz-se no seu progresso econômico e eleva-nos no conceito das nações. Não devemos expô-lo ao azar. Precisamos dar a sua parte ao elemento humano da indústria. E isto pode ser feito sem deslocação social e sem prejuízo dos interesses particulares, com grandes benefícios para todos os seres humanos. O segredo de tudo está em reconhecer que todos os colaboradores da indústria são sócios. Enquanto o homem não se basta a si mesmo, desnecessitando da cooperação alheia, não escapará à lei dessa associação.<sup>34</sup>

Henry Ford propõe uma mudança dentro da ordem: o sistema de produção em massa e a cooperação dos sócios da indústria. O “lado humano da indústria” e a produção em larga escala alcançariam seu *maximum* unidas. Desta maneira, erradicar-se-iam os vícios do capitalismo. “Suprima o sistema, e a injustiça será universal. Aperfeiçoem-no, e a justiça será universal”<sup>35</sup>. O programa de *My life and work* orientava uma revolução nos métodos de produção como solução dos problemas sociais. O incremento do salariedade suscitaria as condições de trabalho reclamadas nos movimentos de operários, sem recorrer a violência das revoluções socioeconômicas.

Um ajustador: nem reacionário, nem revolucionário. Em termos temporais: não recuar, não avançar excessivamente. Destarte, a boa nova: a ética do trabalho. Erguer o trabalho (entendido dentro da lógica do capital) à lei da vida foi a maneira encontrada de alicerçar a marcha do país. Divulgar as máximas fordianas era assumir uma postura e intervir nas crises socioeconômicas e institucionais próprias da entrada do Brasil na economia global do capitalismo. O “Messias da indústria moderna” mostrou o caminho da salvação (ou do sucesso). Lobato foi apóstolo, já que acreditou e apregou. As tensões sociais emergem nos textos. Convém, então, tecer relações entre os artigos e a conjuntura política brasileira na presidência de Artur Bernardes (1922-1926).

#### **2.2.4. Uma mudança dentro da ordem.**

Para as eleições presidenciais de 1922, oligarcas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul lançaram as candidaturas de Nilo Peçanha e J. J. Seabra contra Artur Bernardes e Urbano Santos, candidatos dos grupos dominantes de Minas Gerais e São Paulo. Os estados de “segunda grandeza”, coalizados no movimento chamado Reação Republicana, tentavam ofuscar o predomínio das oligarquias paulista e

---

<sup>34</sup> FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012. p.107.

<sup>35</sup> *Ibidem*, pp.109-101.

mineira e ampliar sua participação política na federação. Os grupos dissidentes buscaram mobilizar as massas urbanas e os militares contra o governo federal e os candidatos situacionistas (FERREIRA; PINTO, 2006, pp.393-399).

Nos dias 9 e 10 de outubro de 1921, durante a campanha presidencial, *O Correio da Manhã* publicou duas cartas atribuídas a Artur Bernardes contendo comentários hostis aos militares e ao Marechal Hermes da Fonseca. As “cartas falsas” visavam indispor as Forças Armadas e o candidato mineiro e conseguiram, de fato. Nilo Peçanha era apoiado por militares de todo o país. Os atritos entre a corporação e as oligarquias dominantes já eram claros desde a nomeação de um civil (Pandiá Calógeras) para o Ministério da Guerra no governo Epitácio Pessoa (CARVALHO, 2006, p.241). Não evitaram a vitória de Bernardes nas eleições de 1º de março de 1922.

Meses antes da posse, em 5 de julho de 1922, acontece o levante do Forte de Copacabana, primeira revolta do movimento tenentista. Os militares rebelados, sobretudo de baixas patentes do Exército, combatiam a manutenção do poder político das elites. Epitácio Pessoa decreta o estado de sítio e as tropas legalistas obtêm a vitória na tarde de 6 de julho. Dois anos depois, os tenentes foram julgados e sentenciados como revolucionários (LANNA JÚNIOR, 2006, pp.317-319).

O segundo levante do tenentismo resistiu de 5 a 28 de julho na cidade de São Paulo. O general Isidoro Dias e o major Miguel Costa lideraram o movimento iniciado nos quartéis militares de Pinheiros e Quitaúna. Os revoltosos assumem o controle da cidade e o presidente do estado, Carlos de Campos, foge da capital. Os contra-ataques das forças governistas e os bombardeios causaram desordem e terror entre a população. “Quem pôde abandonou a cidade; quem permaneceu não saía de suas casas” (LANNA JÚNIOR, 2006, p.321). O governo recusou tentativas de negociação com os militares e continuou bombardeando a cidade, atingindo indistintamente civis e revolucionários. Os militares rebeldes deslocam o movimento em direção ao interior do estado entre os dias 27 e 28. Carlos de Campos retornou a São Paulo em seguida, mas a Coluna Paulista, como seria chamada a brigada, resistiu aos ataques das forças legalistas e encontrou a Coluna Prestes na Foz do Iguaçu em março de 1925.

Outro levante ocorreu no Rio Grande do Sul, de 29 de outubro a 27 de dezembro de 1924. Os militares invadiram as cidades de Santo Ângelo, Uruguaiana, São Borja e São Luís e entregaram sua administração a civis. “Esses movimentos iniciavam com uma quartelada e posterior ocupação de pontos estratégicos da cidade” (LANNA JÚNIOR, 2006, p.328). Em São Luís, onde concentraram suas últimas forças,

formam a Coluna Prestes, liderada pelo capitão Luís Carlos Prestes, no intuito de encontrar a brigada paulista na Foz do Iguaçu.

A Coluna Miguel Costa-Prestes tinha como objetivo alastrar a revolução em todo país, criando as condições necessárias ao assalto do Distrito Federal. O movimento atravessou Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia entre março de 1925 e fevereiro de 1927. Os militares em armas continuavam seu itinerário, embora inferiores em número e em armamentos às tropas governistas. Sua continuidade evidenciou a incompetência do governo Artur Bernardes em controlar o levante revolucionário, mesmo fracassado.

Nas questões sociais, não foi mais hábil. O estado de sítio, instaurado em julho de 1922, sob Epitácio Pessoa, que seria prorrogado até dezembro de 1926, deteve o avanço das greves operárias. “Sob o estado de sítio, multiplicaram-se as invasões policiais e o fechamento de sindicatos, sorte da qual nem os sindicatos reformistas escaparam” (BATALHA, 2000, p.59). Com a desorganização das associações operárias, o vigor das greves gerais de 1917 e 1919 (Rio de Janeiro e São Paulo) era abafado. O Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922, teve limitada atuação neste momento. Os direitos trabalhistas sancionados, como a lei Eloy Chaves (1923) e a lei de férias para os trabalhadores do comércio e da indústria, careciam de fiscalização e eram antes tentativas de melhorar a imagem do país na Sociedade das Nações (BATALHA, 2000, pp.59-61).

Não causa assombro a temática da revolução nos artigos de Monteiro Lobato sobre Henry Ford. Crises econômicas, conflitos sociais e instabilidade política marcaram o quadriênio Artur Bernardes. O sistema político brasileiro estava em perigo. O “heroe do trabalho” indicava um caminho a seguir, mantendo as estruturas de mercado e corrigindo os vícios do sistema. Era “um ajustador”. Uma mudança dentro da ordem. O “amanhã” vislumbrado no “hoje”.

### 2.3. São Paulo: “Asilo dos Deuses Inválidos”.

Quando estudante de Direito da Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, Monteiro Lobato dividiu um chalé amarelo na Rua 21 de Abril, no Belenzinho, com alguns amigos da tradicional instituição, entre 1903/04. Ocupava o centro de um enorme terreno de chácara, com “laranjeiras, ameixeiras, creio que um pé de romã, o coqueiro ao lado, a horta e uma grande paineira à esquerda”, e possuía dois andares. A rua era “toda sebes e espinheiros”<sup>1</sup> e poucas casas ocupavam as vizinhanças. Nesta paisagem, lembrava um minarete. Somente em julho de 1918 voltaria naquelas cercanias:

Há dias fui com Oswald [de Andrade] em procura do velho Minarete – pela primeira vez desde aquele nosso tempo. Está a mesma coisa, só que pintado no fresco. O carvalho da entrada, maior; mas sempre sentimental e poético, mormente agora que se despede das últimas folhas amarelas. Os carvalhos conservam os seus hábitos europeus; ainda não aprenderam o mau costume das árvores indígenas, de se conservarem verdes o ano inteiro – essa monotonia que desespera os pintores. Espiei da porta aquele “Paradou” da entrada, aquela cercadura de canteiros maltratados que nem poda conheciam, e minha sensação foi de coisas idas – paisagenzinhas do *Tartarin de Tarascon* e do *Robert Helmont*... O que mudou, e desastrosamente, foi o arredor. Aquela rua de pinheiros, que ia do portãozinho à avenida do bonde da Penha lá embaixo, já não tem pinheiros, nem é de terra e matinhos marginais, está sórdida, infamemente calçada de paralelepípedos e compactamente edificada dos dois lados. Casas, Rangel, em vez daquelas sebes de espinheiro atrás dos pinheiros! A “cidade” alcançou a paisagem que aquilo ali era e matou-a. Em vez de paisagem, virou uma coisa reles chamada “Rua Cesário Alvim”. Esse Cesário devia ter sido um sujeito prodigiosamente desinteressante, para interessar à imaginação dum lote de vereadores paulistas.

Mas a cidade alcançou o nosso Minarete, entalou-o dentro duma concreção chamada “casas do Brás”, tão feias, coitadinhas, tão pobres, tão humildes... O grande terreno em volta do nosso chalé tornou-se um terreno pequeno. Lotearam a maior parte da chácara e venderam-na aos miseráveis bípedes que destroem as paisagens com a sua mania de construir casas. Mas o Minarete, o nosso chalezinho amarelo, persiste, resiste, insiste. Está assediado pelo casario invasor, está sem os pinheiros da frente, está sem a paineira dos fundos – mas insiste, resiste, persiste. Não adere. Não se alviniza. É um símbolo. Parece que está lá dentro a alma do Ricardo [Gonçalves], de marreta em punho, escorando, detendo a invasão urbana.<sup>2</sup>

A tensão entre as memórias e as vicissitudes do cenário urbano, decorrente da expansão da cidade, que “alcançou a paisagem que aquilo era e matou-a”, produz imagens interessantes. O Minarete, convertido em símbolo, afigura os dias transcorridos que insistem, resistem, persistem aos avanços dos “miseráveis bípedes”, construtores de casas horrendas, insensíveis aos encantos do ambiente. O chalé foi cercado pelo

<sup>1</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.33-36 (nota 1).

<sup>2</sup> *Ibidem*, pp.422-423. (São Paulo, 30/07/1918).

inimigo, sofreu baixas (“está sem os pinheiros da frente, está sem a paineira dos fundos”) e dispõe de parcas defesas, restando somente a saudosa alma de Ricardo Gonçalves<sup>3</sup>, poeta do Cenáculo, talvez invisibilizado pelos valores utilitários dos invasores. Será vencido pela valorização imobiliária, voraz e incapaz de qualquer planejamento urbano, construindo casas “tão feias, coitadinhas, tão pobres, tão humildes...”, muitas vezes destituídas dos fornecimentos de água, gás, eletricidade e transportes, monopolizados pela *Light and Power*. O encontro das reminiscências de outrora com as efervescentes modificações em curso fornece a consciência da alteridade das três dimensões temporais (passado, presente e futuro) e o tempo como índice de corrupção ou progresso, consoante os interesses dos observadores. As palavras de Monteiro Lobato apontam para um misto de fatalidade e desenraizamento, sentimentos vulgares na São Paulo dos *frementes anos 20*<sup>4</sup>.

Em artigo publicado na *Folha da Manhã* em 25-01-1939, E. Simões de Paula designou os desenvolvimentos socioeconômicos e culturais na capital paulista, a partir de 1872, como “a segunda fundação de São Paulo”<sup>5</sup>. De acordo com sua análise, neste período, que corresponde à expansão da lavoura cafeeira rumo ao Oeste, à entrada maciça de imigrantes e ao consecutivo incremento do trabalho livre, à ampliação das vias férreas e ao crescimento populacional, a cidade perde seus ares coloniais, deixando de ser um pequeno conglomerado urbano para se tornar uma grande metrópole.

Nicolau Sevcenko obteve conclusão afim: a expansão da lavoura cafeeira, iniciada em meados do século XIX, transformou a vila colonial construída no alto da Serra do Mar na maior metrópole do Brasil, atordoando seus habitantes. O comum acordo entre “engenheiros, financistas e negociantes estrangeiros, basicamente ingleses”, e fazendeiros converteram a cidade de São Paulo em centro articulador, “técnico, financeiro e mercantil”, da produção de café e Santos, no único porto exportador. “Desse modo, cerca de 70% do volume do mercado mundial do café seria

---

<sup>3</sup> Ricardo Gonçalves (1883-1916) cometeu suicídio em outubro de 1916. Existem poucas informações sobre sua vida: formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, não exerceu a advocacia, atuando na imprensa paulista. Monteiro Lobato organizou, prefaciou e publicou os versos do amigo, *Ipês*, pela Monteiro Lobato & Cia. em 1921. Cf. LOBATO, Monteiro. Prefácio aos *Ipês* de Ricardo Gonçalves. In: \_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.22-27 e LOBATO, Monteiro. A poesia de Ricardo Gonçalves. In: \_\_\_\_\_. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. pp.96-101.

<sup>4</sup> Como caracterizada em SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>5</sup> E. Simões de Paula foi Professor da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Cf. PAULA, E. Simões de. A SEGUNDA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO (Da pequena cidade à grande metrópole de hoje). In: *Revista de História* v. 8, n. 17 (1954), pp.167-179.

manipulável de uma única posição, possibilitando manobras especulativas fabulosas” (SEVCENKO, 1992, pp.107-108).

O novo centro econômico da nação, estruturado em torno dessa economia, atraiu multidões ávidas de enriquecimento ou melhores possibilidades de emprego, nacionais ou imigrantes, aumentando drasticamente o contingente populacional da capital: em 1870, por exemplo, foram contabilizados 30 mil habitantes, subindo para 239 mil em 1900, alcançando 587 mil em 1920 (SEVCENKO, 1992, pp.108-109). Neste ano, 1920, São Paulo ultrapassou o Rio de Janeiro em produção industrial, resultado da diversificação dos investimentos das classes dominantes, indivíduos que, além de latifundiários, “eram também banqueiros, comissários, donos de ferrovias e indústrias, vinculados, sobretudo, à atividade mercantil” (PERISSINOTTO, 1997, pp.45-46). Com as mudanças econômicas e o rearranjo de forças em âmbito nacional, a paisagem urbana foi transformada num ecletismo de estilos arquitetônicos, convenientes no mostrar o cosmopolitismo das elites, as fronteiras culturais fluidas, a robustez dos paulistanos e os progressos tecnológicos e morais experimentados vibrantemente.

Questiono, então: a segunda fundação foi sentida como uma nova época? Quais experiências temporais as transformações suscitaram? De que maneiras relacionar permanências e rupturas? Quais as reformulações no *espaço de experiência* e no *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006, pp.305-327)? O espaço, lembrou-nos Monteiro Lobato, era destruído, mas ainda constituído de estratos da memória, ou seja, passado, presente e futuro indissociáveis na concretude da urbe, as reformas como motor das recordações. O progresso pressupõe a ruína do tempo já findo? Os textos do escritor ajudam na busca de respostas.

No artigo “A onda verde” (1921), Monteiro Lobato assemelhava a preamar do café às epopeias, onde o herói (no caso, o café) desbrava regiões inteiras, impávido às geadas, formando uma sociedade própria, com novos bandeirantes, cultivadores de “milhões e milhões de pés que ondulam por morro e vale até se perderem no horizonte confundidos com o céu”, espetáculo renovador dos espíritos abatidos, despertando “indestrutível fé no futuro destas regiões do sul”<sup>6</sup>, as mais prósperas do país. O romance nacional por excelência:

O café é uma epopéia. Quando nossa literatura largar o chazinho que beberica no Alvear e compreender a sua verdadeira missão, a epopéia, a tragédia, o drama e a comédia do café serão os grandes temas de

---

<sup>6</sup> LOBATO, Monteiro. A onda verde. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p.21.

quantos sentirem em si a fagulha divina. Hoje, coitadinha, anda ela tão entretida com o seu chá das cinco, com rodopios em torno de meninas históricas, com a cintura dos almofadinhas, com as escorrências mercuriais que o francês nos exporta, que é bom, mesmo, não se meta a estragar com mãos de mico o nobre tema.

Que fôlego é mister!

Que amplitude de visão, que dureza d'alma, que sobre-humana coragem para ver, sentir e contar a história da Onda Verde que digere as florestas virgens!

Os aspectos antigos – o eito de negros tocado a bacalhau – e os aspectos modernos – a bravura do italiano, encardido de óxido de ferro. As hostes de sertanejos, os mais rijos do Brasil, que descem pelo inverno os socavões da Bahia, de machado às costas e uma fúria de destruição nos músculos. O duelo entre esses heróis de dentes apontados a faca e a seiva bruta. O machado que canta no róseo das perobas. A foice que risca a miuçalha vegetal. A queimada, depois... e depois o sertanejo que volta à querência com o dinheiro no lenço – pago e repago da faina com o espetáculo fulgurante da queimada que leva impresso na retina.

Eles destroem, mas não sabem construir. Entra em cena, para construir, o colono europeu e começa o drama da formação: quatro anos de enxada no pulso, de corrida paciente atrás de um mato que “corre atrás da gente”. A vitória, afinal, a florada nívea – quando não, como em 1918, uma prematura florada de neve...<sup>7</sup>

As conexões entre os “aspectos antigos” e os aspectos modernos era uma maneira de significar os processos em curso, enfatizando “a tragédia, o drama e a comédia do café” através de imagens altissonantes do trabalho árduo de heróis anônimos, representantes das novas relações de produção, unindo negros, sertanejos, italianos e outros colonos europeus. A extensão das colheitas tornava-se compreensível pela epopeia, dando-lhe grandiosidade e necessária importância, num elogio da ação infatigável, razão da “indestrutível fé no futuro” que assomou os observadores da Onda. As obras literárias que poderiam ser escritas com tais materiais seriam um monumento à capital do café, composta de “capítulos curiosíssimos, oscilantes entre o trágico e o cômico”, unindo tradições passadas e imensas expectativas. Junto da epopeia, Monteiro Lobato usou imagens mitológicas no intuito de assimilar as novas tecnologias existentes na pauliceia, além de aumentar a carga valorativa do vocábulo “amanhã”.

Os heróis da epopeia eram os “leviatãs não previstos pela natureza” em “Fala Jove” (1926). Nesse momento, as epopeias trágicas (qualificadas como “canções de ninar”, *berceuse*) mudam de tom, tornando-se “*marcha mecânica*”, produto da “inteligência do engenheiro que na paz do gabinete calculava com precisão a resistência dos materiais e o jogo das peças”<sup>8</sup> na construção dos colossais couraçados, aviões e automóveis. O texto contém diálogos entre Netuno, Urano e Jove, divindades

---

<sup>7</sup> LOBATO, Monteiro. A onda verde. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p.21.

<sup>8</sup> Idem. Fala Jove. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.63. [1. ed. 1933].

mitológicas romanas, ao testemunhar sua inutilidade no mundo moderno, culminância do domínio humano nas terras, mares e céus, acima das contingências naturais:

Também Urano a princípio sorria, quando viu Gusmão lançar para os seus domínios a frágil passarola, vítima dum beiral de telhado. Sorriu ainda, desta feita amarelamente, quando Montgolfier ergueu bem alto suas esferas de ar aquecido.

- “Vence a altura” – murmurou consigo o deus -, “mas obedece aos meus ventos. Voará como a palha, jamais como as aves”.

Mas, quando Urano viu Santos Dumont singrar o espaço num charuto, não paina que o vento leva, mas ave firme na diretriz escolhida, o sorriso gelou-se-lhe nos lábios; e pela espinha veneranda lhe ocorreu o arrepio de Napoleão em Waterloo, ao dar com Blücher no ponto em que devia aparecer Grouchy.

E o deus dos céus fez o testamento e as malas e se foi para o Asilo dos Deuses Inválidos, jogar o gamão da aposentadoria com Netuno, Jove e outros que já se achavam lá.<sup>9</sup>

O curvar dos deuses “caídos em caquexia senil” advém dos progressos humanos na área dos transportes, desenvolvidos continuamente ao longo dos anos. Distâncias outrora percorridas em meses eram vencidas em minutos, para desespero e enlevo das divindades que arregalavam os olhos e fremiavam ao divisar aviões em pleno voo, num assomo de entusiasmo, “sentimento que pela vez primeira alcançava vibratibilizar o duro basalto que deve[m] ser” seus corações. Daí Jove concluir, engolindo seu orgulho: “Amigos, tratemos de nos naturalizar homens. É o meio único que nos resta de voltarmos a ser deuses...”<sup>10</sup>. Mais uma vez, atribuía sentidos imponentes aos maquinários modernos.

O encanto com as novas tecnologias, incontestável, encontra seu máximo testemunho nos escritos a respeito dos engenhos estadunidenses. Monteiro Lobato sentia a vinda dos mecanismos norte-americanos como “influência”<sup>11</sup> benéfica, no Brasil, instituindo novas formas de vida, em consonância com os progressos técnicos. No Rio de Janeiro, por exemplo, escreve sobre os “basbaques” críticos dos Estados Unidos, embora, cotidianamente, sorvam *ice cream soda*, vistam ternos Palm Beach, utilizem bondes, escrevam nas datilografias, falem ao telefone e, para agilizar os negócios, tomem um Buick de praça. Sem o americano

[...] esse homem teria de vir da Tijuca a pé, a cavalo ou de carro de boi. Gastaria três horas e chegaria escangalhado. Sem o americano, consumiria ele três horas no mínimo para fazer o que faz com as telefonadas. Sem o americano, teria de gastar seis horas para a ida ao Leblon, se não morresse

<sup>9</sup> LOBATO, Monteiro. Fala Jove. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.64.

<sup>10</sup> Ibidem, p.65.

<sup>11</sup> LOBATO, Monteiro. A influência americana. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.200. [Texto de 1926].

pelo caminho de insolação. Sem o americano, teria que escrever à unha suas cartas, com poucas probabilidades de se fazer entendido no seu aranhol de gatafunhos. E se acaso depois de tamanha trabalhadeira inda lhe restassem forças para tomar uma hora no teatro, sem o americano teria de vir ver a sua beijuda e morrinhenta cozinheira a figurar de “estrela negra” no Largo do Rodo, em vez de maravilhar-se com o encanto da sereia de olhos de gata, que é a Gloria Swanson.<sup>12</sup>

O aceleração dos deslocamentos, veicular ou ideias, foi o “presente máximo” do engenho estadunidense, desembaraçando, agilizando e potencializando os serviços da cidade, com pleno funcionamento. Os norte-americanos eram exemplos de trabalho eficiente, produtivo e científico, capaz de acelerar as atividades corriqueiras, suprimir as distâncias e prenunciar o porvir através dos mecanismos fabricados. Não surpreende, portanto, *O presidente negro* ser ambientado nos Estados Unidos: o futuro era ali, pátria dos construtores da atualidade, de idealistas pragmáticos, das grandes indústrias mundiais, dos “elementos mais eugênicos das melhores raças europeias”<sup>13</sup> – de Henry Ford, enfim.

Os prognósticos do escritor eram baseados nas experiências possíveis nas metrópoles do país, sentidas e apreendidas entusiasticamente, e das notícias advindas da América do Norte, alicerces das expectativas veiculadas nos periódicos e romance. Monteiro Lobato, por exemplo, descreve assim as mudanças nas ideias e nas atitudes ocasionadas no volante de um Ford:

Depois da mudança meti-me em automobilismo. Comprei um Ford e já ando a perturbar o trânsito da cidade. Ontem dei o primeiro tranco numa carroça, mas ainda não esmaguei nenhum pedestre. Curiosa a mudança de mentalidade que o automóvel ocasiona. O pedestre passa a ser uma raça vil e desprezível, cuja única função é atravessar as ruas. Quem adquire auto promove-se de “pedestre” a “rodante” – e passa a desprezar os miseráveis pedestres que se arrastam pelas superfícies, como lagartas. Quando estrofia um pedestre, a sensação do rodante é de que libertou o mundo de um embaraço. E diz o Filinto Lopes que quando um *chauffeur* de praça vê vários pedestres formando um grupo na rua, infalivelmente lança o auto em cima, “porque mata dois ou três com a mesma gasolina”.<sup>14</sup>

O escritor registrou as mesmas categorias e senso no romance: n’*O presidente negro* o homem comum deveria “operar prodígios para não ser amarrotado pelo orgulhoso e impassível rodante, o homem superior que não anda, mas desliza veloz”. Ayrton Lobo sonhava com um automóvel, signo de *status* elevado, e gozava do desassossego dos pedestres ao avistar rodantes acelerando inconsequentemente nas ruas.

---

<sup>12</sup> LOBATO, Monteiro. A influência americana. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. pp.200-201.

<sup>13</sup> Idem. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.90.

<sup>14</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.485-486.

Depois de comprar um “Ford”, considera o pedestre “criatura odiosa, embaraçadora do meu direito à rapidez e à linha reta”, “coisa vil e de somenos importância na vida”<sup>15</sup>. Os novos maquinismos transformavam as consciências dos usuários, então distintos, ricos ou não, e também as relações sociais.

Não causa assombro surgir nova divisão social: os pedestres e os rodantes. As classes abastadas submetiam os motores dos autos ao máximo nas escassas ruas asfaltadas e mesmo nas de terra batida, convertidas em pistas de corrida (SEVCENKO, 1992, pp.75-76). Não havia instituições interessadas em resguardar os pedestres; fora multa no caso de morte, não havia normas de trânsito a fim de coibir os acidentes<sup>16</sup>.

Menotti del Picchia anunciou os doze mandamentos dos *chauffeurs* (*Correio Paulistano*, 19-10-1920<sup>17</sup>) ao constatar os desastres no trânsito e o gênio aristocrata e tirânico do rodante “que se encarapita numa machina buzinate [e] entende ao contrario que tem direito de passar sobre as alheias costelas, uma vez que possua um 8 cavallos”, tentando diminuir os acidentes. Os mandamentos intimavam olhar à direita e à esquerda ao pôr os pés na rua; no bonde, não descer do lado da entrevista; parar ao ouvir toque de buzina; não assentir crianças menores de dez anos ou enfermos circular a sós na rua; aos surdos “acautelai-vos com a vista o mais que pudes” etc. Outros mandamentos foram emitidos no dia seguinte<sup>18</sup> aos motoristas: não matar ninguém; não disputar passageiros; não deixar de buzinar nas proximidades das esquinas; não cobrar preços absurdos ou discutir com os Jecas Tatus (os interioranos?); não adiantar os contadores nos táxis; não descer certas ruas em alta velocidade etc.

O cronista veiculou novas condutas, convenções e hábitos nas gazetas, exigindo prontidão, ligeireza e precaução dos habitantes, já que o automóvel exigia novas maneiras de circular na urbe, concordes com seu funcionamento, rendimento e

---

<sup>15</sup> LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.27.

<sup>16</sup> Conforme Nicolau Sevcenko (1992, pp.74-75): “O automóvel herdou assim o estigma proveniente do recente passado escravista, que associava necessariamente as posições de poder com o exercício da brutalidade. E provavelmente teve um papel decisivo em manter e difundir o mais amplamente possível essa associação funesta, de modo que, com o avolumar-se das formas de transporte urbano, o padrão de utilização de todas elas, inclusive bicicletas, motocicletas, bondes e carroças, passou a ser aquele prestigiosamente afirmado pelos automóveis. Salvo os clamores quase diários da imprensa, sobretudo nas seções de cartas dos leitores, nenhuma reação defensiva da população era assumida pelas autoridades. Às vezes eram os próprios motoristas que se acidentavam ou feriam uns aos outros, mas era parte do jogo. Não deixou, aliás, de soar como uma nota elegante, quando o comendador Ermelino Matarazzo faleceu num acidente durante um *raid* automobilístico nos Alpes, próximo à fronteira entre a Itália e a Suíça. Mas afora essas eventualidades, o que prevalecia era uma atitude que ia do divertimento irresponsável ao sadismo deliberado da caça ao pedestre”.

<sup>17</sup> HELIOS. Os doze mandamentos dos <<chauffeurs>>. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, terça-feira, 19 de outubro de 1920, N. 20.582, p.3.

<sup>18</sup> Idem. Os doze mandamentos dos <<chauffeurs>>. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, quarta-feira, 20 de outubro de 1920, N. 20.583, p.5.

aumento nas ruas. Os modernos engenhos alteraram a estrutura de São Paulo, a rotina dos habitantes, as divisões sociais e reorganizaram as ideias e os sentidos de tempo e espaço das multidões extáticas.

No entanto, como instituir a modernidade sem renunciar ou afastar os costumes, a história e as tradições dos ascendentes? Como não abandonar os antigos ídolos no Asilo dos Deuses Inválidos? No presente, fraturando as existências, há embates entre o passado e o futuro. Na tentativa de amarrar as dimensões temporais, Monteiro Lobato encontrou na epopeia o termo elucidativo dos acontecimentos de outrora e porvir: ações extraordinárias de heróis célebres. Nesse liame estaria o vínculo entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*? Cabe insistir na tecnologia, já que a inédita experiência demandou custoso entendimento, absorvidas através da cultura transmitida. O item a seguir examina alguns dos novos engenhos nos textos de Monteiro Lobato. Há o entusiasmo das descobertas, isto é, a curiosidade e ansiedade ante a inovação. Dessa maneira, surgem outras formas de reavaliar e enunciar as experiências e as expectativas.

### 2.3.1. Os anúncios do amanhã ou a música do movimento.

Monteiro Lobato escreveu sobre o estado da aviação brasileira ao lembrar, em 1926, as primeiras vitórias do paulista Eduardo Pacheco Chaves (1914). Ainda proprietário da fazenda São José do Buquira, um “vozear estranho chamou-me à janela do casarão da fazenda”, de onde verificou homens e mulheres abismados mirando o céu, “como quem olha cometa”. Olhou também e viu o hipogrifo de Ludovico Ariosto, “o impetuoso cavalo com cabeças e asas de águia que [...] permitiu a Orlando salvar Angélica das garras da orca”<sup>19</sup>. Na verdade, Edu Chaves executava a primeira viagem sem escalas entre São Paulo e Rio de Janeiro:

O espetáculo constituía novidade absoluta para os roceiros ingênuos. Aquele avejão, zumbidor qual besouro, desnor-teava-lhes a imaginativa.

Um mais fantasioso sugeriu logo:

- “Gavião-pato!...”.

- “Daquele tamanho?” – contraveio outro, que, além de caçador de gaviões, criava patos.

O informante emendou:

- “Gavião-Rei, como há urubu-rei. Assim qualquer coisa como o Minhocão do Paraíba”.

---

<sup>19</sup> LOBATO, Monteiro. O hipogrifo. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.58.

Edu riscava o espaço tal qual o hipogrifo de Ariosto e breve escondeu-se atrás das montanhas, deixando os pobres matutos a olharem-se uns para os outros com as mais assombradas caras que ainda vi em minha vida.<sup>20</sup>

No momento da escritura, constatou a ingenuidade dos roceiros e a distância de outrora, visto que o “zumbido [do avião] já ergue para cima somente metade dos narizes que lhe passeiam sob o raio de ação, e um dia não erguerá nenhum”<sup>21</sup>. O hipogrifo estava vulgarizado e a permanência dos aviões anunciada.

Em outro momento advogou que

Precisamos educar nossa gente nesse sentido. Começar nas escolas a ensinar aos meninos que isto de voar não é novidade; que a guerra deu um tal empurrão no invento de Dumont que hoje já se contam por dezenas de milheiros as máquinas de voar em uso lá do outro lado do mundo onde há dinheiro e civilização; e que a boa política, quando um aviador passa sobre nossas cabeças, ou aterra, é segurarmos o abraço incômodo e engolirmos os vivos que incoercivelmente nos sobem das tripas à boca, pois isso é condição para que também aqui se aclime... a única invenção brasileira.<sup>22</sup>

O entusiasmo popular impediria o estabelecimento de linha aérea regular no Brasil. Se uma multidão se aglomerasse nas estações da Central do Brasil, por exemplo, louvando os maquinistas e os foguistas como os “Reis do Trilho”, os “Napoleões do Apito”<sup>23</sup> etc. em cada partida ou chegada, impossível funcionamento normal. Censurou também as ideias “que é heroísmo voar” e “que voar é sport e é perigoso”<sup>24</sup>. O brasileiro desconhecia as melhorias da aviação e as fantásticas somas das linhas *Junkers*, isto é, “transportando 100.000 passageiros e 65 mil kilos de correspondencia” em viagens regulares ao ano. O medo público sucede dos alardes da imprensa sobre as mortes de aviadores recordistas, voos arrojados, imprudentes e perigosos, diferente da aviação comercial, onde “toda a atenção é dada á segurança”. Ainda assim as censuras informam o horizonte de expectativa do escritor:

Quando a nova fonte de força que se pronuncia na dissociação atômica da matéria estiver conquistada, chegaremos a um cavallo por gramma, por decigramma, por milligrama, talvez de peso. Em vez da pesada carga de gasolina que os aviões levam hoje, o piloto trará no bolso do colete o fragmento de matéria que, dissociado, lhe fornecerá a energia precisa para conduzir o seu aparelho de polo a polo, veloz como onda herteziana.

---

<sup>20</sup> LOBATO, Monteiro. O hipogrifo. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.59.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> LOBATO, Monteiro. O perigo de voar. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. pp.184-185. [Texto de 1926].

<sup>23</sup> Ibidem, p.184.

<sup>24</sup> LOBATO, Monteiro. A cauda do iguanodonte. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, domingo, 23 de janeiro de 1927, N. 2.493, pp.3 e 7.

Até o Jeca Tatú voará nesse dia. Avião será como guarda-chuva hoje. Cada criatura trará o seu, enrolado debaixo do braço. E haverá dialogos deste naipe:

- Que calor! Vamos tomar um sorvete ali ao pólo?

O convidado adere. Ambos abrem os seus aviões-guarda-chuvas e vão refrescar as tripas entre os ursos brancos e phocas, “ali no polo”, onde um bisneto de Amundsen terá montado o seu barzinho de sorvetes de... chamas, unicos possiveis na zona hyperborca.<sup>25</sup>

Utopia? Não, sonho factível. Os trens, a pólvora e a pedra polida não foram inovações impossíveis em determinados momentos da humanidade? Os prognósticos guiavam sua argumentação e possibilitavam imaginar o prolongamento das tecnologias modernas, como fizera n’*O presidente negro*, avaliando o presente pelo porvir.

Não seria fácil romper o encantamento dos novos mecanismos. O antigo sonho humano de voar estava acontecendo. O *raid* Rio de Janeiro-Buenos Aires (1921), o primeiro entre cidades sul-americanas, também sucesso de Edu Chaves, gerou entusiasmos em São Paulo. Goulart de Andrade, cronista do *Correio Paulistano*, manifestou assim as emoções suscitadas na grande prova aeronáutica: “ella foi imensa, foi das que provocam aquella constricção na garganta resolvida em lagrimas e risos a um tempo, foi das que aceleram o sangue e fazem que os braços se nos abram para estreitar em amplexos de affectos a amigos e desconhecidos”<sup>26</sup>. O piloto foi celebrado como “verdadeiro representante da capacidade de esforço e da iniciativa emprehendedora dos paulistas, netos dos velhos bandeirantes”<sup>27</sup>, num conjunto de imagens unindo os desbravamentos do território e a conquista dos ares. Os vínculos entre bandeirantes-paulistas, São Paulo-Pátria, passado-futuro estão reunidos no poema “Edu Chaves” de Nuto Sant’anna:

Este, cujo valor attrái, que forte  
Ascende ás nuvens, que entre as nuvens erra,  
Campeão dos ares que, por sul e norte,  
Mostra o esplendor da tempera que encerra;

Este, que as palmas ganha, e a quem a Sorte  
Justiça faz, já não movendo guerra,  
Este, sim, este herdou o genio e o porte  
Dos antigos heróes da nossa terra.

Bandeirante do Azul, no Azul detem-se.  
Detem-se, inquire o espaço, e, alheio aos fados,  
As azas solta, os ares singra – e vence.

---

<sup>25</sup> LOBATO, Monteiro. A cauda do iguanodonte. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, domingo, 23 de janeiro de 1927, N. 2.493, pp.3 e 7.

<sup>26</sup> ANDRADE, Goulart. Rio-Buenos Aires. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, domingo, 2 de janeiro de 1921, N. 20.656, p.1.

<sup>27</sup> “Raid” Rio-Buenos Aires. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, quarta-feira, 29 de dezembro de 1920, N. 20.652, p.3.

E vence... E a Patria, entre os laureis mais puros,  
Si se vê grande em seculos passados,  
Maior se vê nos seculos futuros...<sup>28</sup>

O alvoroço das emoções, o mito bandeirante, a invenção de heróis, a conquista dos ares, a exaltação dos paulistas, a continuidade entre passado e futuro, indícios de uma história marcada por grandezas, proporcionados pela “única invenção brasileira”, eram por demais simbólicos naquele momento. O futuro estava sendo confirmado pela ação dos paulistas, herdeiros dos conquistadores do território nacional, destinados a carregar o restante da pátria pelos mesmos caminhos trilhados, o progresso moral, tecnológico e econômico. Embora não comentando o *raid*, as referências aos “leviatãs mecânicos” e “hipogrifos” indicam o fascínio, o encantamento e a carga imaginativa despertadas pelas novas tecnologias na consciência de Monteiro Lobato. O caso na fazenda Buquira mostra a perplexidade daqueles à margem do progresso e pouco afeitos às novidades mecânicas, já que nenhuma experiência se assemelhava ao voo metálico de Eduardo Chaves, lembrando vagamente um “gavião-pato” ou aves de maiores dimensões. A velocidade dos aviões transformaria as relações entre espaço e tempo, aproximando distâncias e alargando os *horizontes de expectativa*.

Não causa assombro a consagração do aviador na nova arte, o cinema. O filme em duas partes em cartaz no Cinema Congresso, “O grande *raid* aéreo Rio-Buenos Aires: Edú Chaves em Buenos Aires” (1921), produzido pelos operadores da Companhia Brasil Cinematographica, exibido em seis sessões diárias, diurnas e noturnas<sup>29</sup>, sacramentou os encômios e o triunfo de Eduardo Chaves aos entusiastas das imagens do cinema, talvez.

Monteiro Lobato considerou a nova arte o zênite criativo estadunidense, expressão do “núcleo humano mais rico em valores que ainda surgiu sobre o planeta”<sup>30</sup>. O cinema, entendido em sua dimensão industrial, não conhecia fronteiras, atingiria toda a humanidade, mesmo nos rincões, suscetível de progredir fantasticamente, “deixando-nos tontos ao imaginar o que virá a ser um dia, quando se libertar totalmente do monstro chamado Censura”<sup>31</sup> religiosa e do gosto médio do público.

No artigo “A arte americana”, Lobato comenta *A fera do mar*, adaptação de *Moby Dick*, de Melville, detendo-se no beijo entre John Barrymore e Dolores Costello,

---

<sup>28</sup> *Correio Paulistano*, São Paulo, domingo, 2 de janeiro de 1921, N. 20.656, p.3.

<sup>29</sup> Anunciado em *Correio Paulistano*, São Paulo, segunda-feira, 10 de janeiro de 1921, N. 20.664, p.7.

<sup>30</sup> LOBATO, Monteiro. A arte americana. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p.125.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pp.126-127.

exibido no início do filme, apreciando aquele instante como “a posse do ciclone que cai de chofre sobre as águas tranqüilas dum lago, e vai ao âmago, e as desfaz em convulsões de espuma, e mata aos dois – ciclone e lago – da doce e passageira morte do amor...”<sup>32</sup>, imagem lembrada no último capítulo d’*O presidente negro*, “O beijo de Barrymore”, como já notou Carlos Minchillo (2014, pp.192-193), onde Ayrton Lobo atira-se, “como quem se atira à vida”, nos lábio de Miss Jane, dando-lhe “o beijo sem fim de John Barrymore”<sup>33</sup>. Conclui entusiasmado:

Diante de manifestações como esta, como ficam pequeninas as velhas artes da Europa, unilaterais e restritas sempre a escassos grupos de apreciadores! A arte americana é ciclônica. Arroja-se contra o mundo inteiro e arrepia ou comove quanto nervo ou coração exista, seja do rude mongol que se alaparda no fundo do Tibete, seja da boneca que trotina pela Avenida à caça de homem.

A arte americana abre, areja, ventila, fortifica, fecunda o cérebro da humanidade em bloco. Não mais fronteiras, nem a muralha das línguas. É a música nova – a música do movimento. E é, sobretudo, o amanhã...<sup>34</sup>

Como novidade ou prenúncio do “amanhã”, o cinema agita “quanto nervo ou coração exista”, semelhante aos voos de avião em São Paulo, e o cérebro estimulado pela “música do movimento” evidencia a ausência de racionalidade nas consciências em êxtase. O escritor alegou a subalternização da imprensa e dos livros como veículos de ideias devido ao cinema, fixando imagens brevemente e destituído do afincado e concentração da leitura:

Tanto o jornal como o livro funcionam como veículos de imagens cerebrais – mas veículos ronceiros, que exigem um elevado índice de cultura do leitor; que exigem tempo, elemento cada vez mais escasso na atropelada vida moderna; e dinheiro – e, cada vez mais, porque o livro encarece vertiginosamente; e ainda certas disposições de espírito não realizadas com freqüência.

Já o cinema, veículo de imagens de muito maior envergadura, pede menos tempo, menos dinheiro, menos cultura e menos disposições mentais especialíssimas. Está, pois, predestinado a bater o livro em uma boa parte dos seus domínios e, quem sabe?, a bater a própria imprensa.<sup>35</sup>

Obviamente, as “disposições mentais especialíssimas” e os baixos níveis de cultura dos espectadores resultam do altíssimo índice de analfabetismo no Brasil. Monteiro Lobato demonstrou suas expectativas por meio de estimativas: se existiam setecentos cinemas no território nacional, com uma média de duzentos espectadores por

---

<sup>32</sup> LOBATO, Monteiro. A arte americana. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. pp.127-128.

<sup>33</sup> Idem. *O presidente negro*. 2.ed. São Paulo: Globo, 2009. p.202.

<sup>34</sup> Idem. A arte americana. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p.128.

<sup>35</sup> Idem. A lua córnea. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p.34.

dia, provavelmente cento e quarenta mil pessoas compareciam diariamente às sessões. “Pergunta-se: haverá não digo cento e quarenta mil, mas catorze mil novelas impressas e lidas por dia?”<sup>36</sup>. Nesse ritmo, as salas das bibliotecas municipais e dos grêmios de leitura seriam povoadas apenas pelo “tomador de conta”, funcionário “com a cabeça povoada de imagens das Dorothys americanas, ansioso para que anoiteça e ele possa escapar e ir regalar-se com a arte mímica da gentilíssima Dalton”<sup>37</sup>.

Nicolau Sevcenko (1992, pp.92-93) afirma que, em 1920, os norte-americanos distribuíram um terço de toda sua produção nos mercados sul-americanos, amparados por “revistas, informações, mexericos, fotografias, pôsteres, suvenires, discos, fã-clubes e turnês artísticas” que alimentavam a indústria cinematográfica, criando admiradores e propagandistas como Monteiro Lobato. Em São Paulo, este amontoado de apelos fabricaria modelos de comportamentos concorrentes da etiqueta francesa: as *girls* americanas (“acrobatas, nadadoras insignes, dançarinas, mestras na arte de dominar, cavalgar, amansar espadaúdos representantes do sexo forte”) arrebatavam as imaginações masculinas, que sonhavam “outra vida mais forte, mais bela, perfumada de lindas mulheres, num país de devaneio onde tudo corra na maciota cinematográfica”; as moças viraram fãs dos atores estrangeiros e “esposaram os George Walsh, os Wallace Reid, os William Farnum”, desencantadas com “os Chiquinhos, Lulus e Pedrocas cor de cuia, sem peito, sem ombros, sem músculos, sem masculinidade”<sup>38</sup>, namorados fora das telas.

Em 1920, “Os pharoleiros”, conto de Monteiro Lobato enfeixado em *Urupês*, ganharia uma versão cinematográfica. Executada pela associação particular “Romeiros do Progresso”, composta por funcionários de bancos e auxiliares do comércio, o filme foi celebrado por Lellis Vieira<sup>39</sup>, no *Correio Paulistano*, como prova das “fortes qualidades creadoras dos paulistas, que tanto se elevam nas varias obras de conquista social, como nos fastos empehendimentos materiais”. Há elogios ao labor, aos elevados cometimentos, às iniciativas individuais, às glórias dos lidares, às faculdades criadoras dos paulistas, sendo destacadas as partes “entre as quaes aparece o velho Convento dos Jesuitas, construido em 1553, templo que nos faz evocar os episodios aureos da historia de S. Paulo”. Na visão de Vieira, empreendimentos como esse

---

<sup>36</sup> LOBATO, Monteiro. A lua córnea. In: \_\_\_\_\_. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. p.34.

<sup>37</sup> Ibidem, pp.34-35.

<sup>38</sup> Ibidem, p.35.

<sup>39</sup> VIEIRA, Lellis. Os pharoleiros. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, sexta-feira, 19 de março de 1920, N. 20.871, p.1.

demonstravam a entrada de São Paulo na modernidade, sobretudo a partir da ação incessante da população, num ímpeto de criação sem limites. Como argumentei, ao lado das novas tecnologias e dos elogios ao movimento, encontravam-se símbolos do passado e imagens mitológicas, num amálgama de sentidos altissonantes, atribuindo a valia da marcha em curso ao gênio *sui generis* dos paulistas, precursores do amanhã, “Romeiros do Progresso”.

Dessa maneira concebemos as ideias de Monteiro Lobato: ao passo que Lellis Vieira unia a história de São Paulo e a nova arte, renovando os lances áureos, Lobato entendeu o cinema como arte livre, ou seja, sem encargos com o passado. O acultramento dos expectadores e as expectativas suscitadas lhe interessaram, sobretudo. O moderno indicava dinamismo e velocidade: dinamismo das imagens; velocidade da mensagem. O futuro incluía o êxtase das emoções e o encurtamento das durações, antevistos nos automóveis e nos aviões, nos rádios e nos cinemas.

### 2.3.2. “Como esta cidade mente à terra!”.

Novos inconvenientes também surgiram na cidade. Em 10 de junho de 1925, vendo sua Cia. Gráfico-Editora desmoronar, impotente aos acasos, descreve a situação em correspondência a Godofredo Rangel:

Em São Paulo hoje tudo depende da eletricidade – o transporte, a indústria, o aquecedor do banheiro, o fogareiro de emergência, o fogão das cozinhas, o aspirador de pó, tudo, tudo. Se a corrente elétrica falta, tudo degradingola. Estamos completamente parados – e por quanto tempo assim? Tem havido missas pró-chuva, mas os deuses andam mais surdos que o Malta. Estamos aqui de cócoras na nossa empresa, parados, com os juro das dívidas a crescerem, à espera de que chova e a Light se normalize. Eu podia prever tudo no meu negócio – menos isso: seca do Ceará em São Paulo...<sup>40</sup>

Nenhum dos maquinismos adotados na vida urbana sobrepor-se-iam às intempéries naturais, evidenciando, de forma drástica ao empresário, os limites do progresso. Certas contingências barravam alguns ordenamentos humanos, restando-lhes apenas a incerteza da espera e a insuficiência das ações.

No entanto, sua maior aversão emanou da reunião de estilos aberrantes nas construções da pauliceia, caleidoscópico arquitetônico decorrente do infrene crescimento da cidade:

---

<sup>40</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.501-502.

Como esta cidade mente à terra! E como se empenham seus filhos em extirpar do seio dela as derradeiras radículas da individualidade!

Vai um pobre mortal espairecer ao jardim, e lá, em vez duma nesga da nossa natureza tão rica, é sempre o *volapuk* que se lhe depara. Pelos canteiros de grama inglesa há figurinhas de anões germânicos, gnomos do Reno, a sobraçarem garrafas de *beer*. Por que tais nibelungices, mudas à nossa alma, e não sacis-cererês, caiporas, mães-d'água e mais duendes criados pela imaginação do povo?

O próprio arvoredo é metade coisa alheia. Um ipê florido, a árvore da quaresma, um angiqueiro – inutilmente os procurareis ali. Se ressoa no coreto a música ouvireis Puccini, Wagner, Sidney Jones, e tais modulações vêm tornar inda mais incaracterístico o ambiente logradouro. Súbito, ao quebrar uma alameda, uma estátua avulta em meio dum canteiro. Bate-vos o coração, há-de ser G. Dias, Casimiro, um poeta nosso. Nada disso: é Garibaldi... Tendes sede? No *bar* só há *chops*, *groggs*, *cocktails*, *vermouths*. Tendes fome? Dão-nos *sandwiches* de *pão alemão* e *queijo suíço*. Lá apita um trem: é a *Ingleza*. Tomais um bonde: é a *Light*. Cobra-vos a passagem um *italiano*. Desceis num cinema: É *Iris*, *Odeon*, *Bijou*.

Começa a projeção: é uma tolice francesa de Pathé ou uma calamidade da Itália. Um baleiro passa ao lado: *nougat*, *torrone*. Correis a um teatro; o cartaz anuncia *troupe* francesa. Mas ao espírito vos acode que um existe onde funciona companhia nacional e onde se faz teatro nacional. Ora graças, dizeis, vou-me a ver coisas da minha terra. Ides; ergue-se o pano: os atores nacionais são portugueses, a peça é a *Flambada*, de Kistemacker; o cartaz tem o cuidado de meter a Labareda entre parêntesis, letra miúda, para que impe vitoriosa *La Fambeé*. Saís desconfiadíssimo daquele nacionalismo. Correis ao hotel, metei-vos na cama depois de sorvida uma chávena de *chá-da-índia* com torradas de *pão argentino*. Estais quase a dormir. Será o vosso sono um sono brasileiro? Impossível. Pelas reixas das venezianas entram a acalentá-lo os sons distantes duma canção napolitana: *Ai Mari...*<sup>41</sup>

Dessa vez, o pronome possessivo “nosso” indica uma condição nacional. As palavras em itálico, ainda não incorporadas ao léxico vulgar, estrangeirismos possivelmente ininteligíveis para alguns conterrâneos, correspondem aos objetos importados e dissonantes das condições mesológicas da cidade, entendia o autor. Expressões como mascaramento, falsificação e macaqueação seriam contrapostas ao valor positivo da individualidade, expressão de singularidade, autenticidade e autoconhecimento. O cosmopolitismo, como exposto acima, corolário da urbanização acelerada, ocasionou subversões na identidade nacional de alguns espíritos, entre os quais Monteiro Lobato, deslocando referências arraigadas enquanto tradição, gerando reações aos processos dissolventes das fronteiras culturais, como as investigações sobre cultura popular sertaneja, sinônimo de autenticamente brasileiro, o inquérito sobre o Saci-pererê, a ridicularização dos novos costumes citadinos, sobretudo os elegantes parisianismos, e as propostas sobre um estilo brasileiro nas artes.

Em 20 de dezembro de 1917, nas páginas d'*O Estado de São Paulo*, Monteiro Lobato publicou crítica sarcástica a propósito da Exposição de Arte Moderna

---

<sup>41</sup> LOBATO, Monteiro. Como surgiu o Saci em São Paulo? In: \_\_\_\_\_. *O Saci-Pererê*: resultado de um inquérito. São Paulo: Globo, 2008. pp.30-31. [1. ed. 1918].

– Anita Malfatti. Embora elogiando a independência, a originalidade, a inventividade e a “sólida individualidade artística” de Malfatti, assinala as “acentuadíssimas tendências para uma atitude estética forçada no sentido das extravagâncias de Picasso & cia.”<sup>42</sup>, nova espécie de caricatura. O trabalho do cubista Bolyson, “um carvão representando (sabe-se disso porque o diz a nota explicativa) uma figura em movimento”, fora comparado as imagens conseguidas ao “atarem uma brocha à cauda de um burro e puseram-no de traseiro voltado para uma tela”<sup>43</sup>. As vanguardas europeias, então, “são frutos de fim de estação, bichados ao nascedouro”<sup>44</sup>, produtos da paranoia e da mistificação, do cansaço e do sadismo. Certamente, parecer conservador. Cabe entender as propostas patrocinadas pelo escritor a fim de medir as críticas, no entanto, investigando as contendas em torno de uma estética nacional, conveniente a desvendar e mostrar a nação nas diversas artes.

O artigo acima faz parte de um conjunto de textos contra as “máscaras exóticas”, a “maquiagem maori”, o “esperanto arquitetônico”, a “mentira viva”, a “ausência de individualidade”, a “incultura”, o “esnobismo infrene”, o “pastiche invasor”, o “puro jogo internacional de disparates”<sup>45</sup> evidentes nos costumes, na paisagem urbana e nas artes da pauliceia. O mobiliário das casas paulistanas, por exemplo, seria uma “salada completa”, aglomerado de cadeiras “Luís XV ou XVI, mesinha central Império, jardineiras de Limoges, tapetes da Pérsia, ‘perdões’ da Bretanha, gessos napolitanos, porcelanas de Copenhague, ventarolas do Japão, dragõezinhos de alabastro chinês”, em sintonia com a decoração exterior, farta de “acantos gregos, curveteios lombricoidais do *art nouveau*, capitéis coríntios, frisões de todas as Renascenças, arcos romanos e árabes, barrocos, rocalhas: o cancã inteiro das formas exóticas”<sup>46</sup>. Nada lembrava o homem, o meio ambiente e o momento brasileiro – nenhum estilo inconfundível, nenhum caráter. Nessa perspectiva, era necessário criar o estilo brasileiro, entendido como fisionomia, ou seja, “um modo de ser inconfundível” ou a feição peculiar da nação retratada nas artes.

Durval Muniz (ALBUQUERQUE JÚNIOR, s/d, p.2), analisando discursos sobre a nação brasileira no século XX, compreende tal entidade política como construção imaginária, um “molde” capaz de homogeneizar diversas relações sociais ao

---

<sup>42</sup> LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. p.74. [1. ed. 1919].

<sup>43</sup> *Ibidem*, pp.75-76.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.73.

<sup>45</sup> Cf. LOBATO, Monteiro. A criação do estilo: a propósito do Liceu de Artes e Ofícios. In: \_\_\_\_\_. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. pp.40-46.

<sup>46</sup> *Ibidem*. p.43.

centralizá-las em conceitos totalizantes, como “a nação, a cultura nacional, a política nacional, a economia nacional, o trabalhador nacional, o movimento trabalhista nacional” etc. criadores de sentido e identidade. Os reclames em prol da personalidade dos artistas brasileiros, através do manejo dos temas nacionais, tradicionais, históricos, ainda virgens, e a criação de obras concordes aos arranjos locais, “afirmativas da nossa individualidade racial”, denúncias de sua origem, “como as raças denunciam pelo tipo individual o grupo etnológico”<sup>47</sup>, podem ser compreendidas em parte pelas afirmações do historiador. No *Diário da Noite* (20-03-1926), Monteiro Lobato elucida a gravidade do dualismo brasileiro:

Porque é estranho isso de permanecermos tão franceses pela arte e pensamento e tão portugueses pela língua, nós os escritores, nós os arquitetos da literatura, quando a tarefa do escritor de um determinado país é levantar um monumento que reflita as coisas e a mentalidade desse país por meio da língua falada nesse país.

Formamos, os escritores, uma elite inteiramente divorciada da terra, pelo gosto literário, pelas ideias e pela língua. Somos um grupo de franceses que escrevem em português – absolutamente alheios, portanto, a um país da América que não pensa em francês, nem fala português.

A eterna queixa dos nossos autores, de que não são lidos, vem disso – dessa anomalia que eles não percebem. O público não os lê porque não lhes entendem nem as ideias nem a língua. Têm eles que contentar-se com um escol muito reduzido de leitores também educados à francesa, os quais em regra preferem ir logo às fontes, aos franceses de lá, aos Anatoles e Verlaines.<sup>48</sup>

A distância entre os intelectuais e o público e o alheamento dos escritores às “coisas e a mentalidade desse país” eram os resultados da admiração dos “arquitetos da literatura” e outros artistas pelas tendências europeias, sobretudo aquelas importadas da França. Essa ambiência mental impedia investigações acuradas sobre as múltiplas realidades do país, suas populações, disposição no território nacional, condições mesológicas, organização social, produção cultural etc., realizadas através de observações *in loco*, contraposição necessária às representações ufanistas ou àquelas baseadas em concepções artísticas estrangeiras, inaptas para desvendar e exprimir os traços humanos e naturais componentes do país. Sem este programa, o Brasil perpetuar-se-ia colônia mental da França<sup>49</sup> e nunca seria uma nação. Insistia, assim:

É preciso frisar que o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem abaçanado pelo sol; nos sertões onde o sertanejo vestido

---

<sup>47</sup> LOBATO, Monteiro. Estética oficial. In: \_\_\_\_\_. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. p.61.

<sup>48</sup> Idem. O nosso dualismo. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. pp.123-124. [Texto de 1926].

<sup>49</sup> Idem. Torpilhar. In: \_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p.88. [Texto de 1916].

de couro vaqueja; nas cochilas onde se domam poldros por esses campos rechinantes de carros de bois; nos ermos que sulcam tropas aligeiradas pelo tilintar do cincerro.

Está na “fazendas de ferro”, onde uma metalúrgica semi-bárbara *revive* um passado morto.

Está nas catingas estorricadas pela seca, onde o bochorno cria dramas, angústias e dores inimagináveis à gente litorânea.

Está na palhoça de sapé e barro, está nas vendolas das encruzilhadas, onde, a calor da pinga, se enredam romances e liquidam pendengas com argumentos de guatambu chumbado.

É desse filão de aspectos que há de sair o punhado de obras afirmativas da nossa individualidade racial.<sup>50</sup>

Os sertões evidenciavam as diferenças socioeconômicas e culturais existentes no território brasileiro. As distâncias espaciais logo convertem-se em descompassos temporais, suscetíveis de qualificar estas regiões, manifestando a *contemporaneidade do não contemporâneo* (KOSELLECK, 2014, p.19), isto é, a coexistência de realidades distintas no mesmo momento histórico: São Paulo anunciava o amanhã; o interior revivia um “passado morto”, mas ainda existente. Retorno à nossa hipótese geral: o descompasso entre as populações interioranas e a aceleração temporal nas metrópoles do país foi sentido como tensão entre determinado *espaço de experiência*, identificado com as áreas rurais, cidades mortas a viver do/no pretérito, abandonadas aos ermos e idealizadas na literatura romântica, e determinado *horizonte de expectativa*, a inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no progresso do Brasil. O contista dos *Urupês*, examinando os contrastes entre sertão x litoral ou passado x futuro, utilizou-os como argumentos da escritura e indícios da identidade nacional: Jeca Tatu, caboclo incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, tornar-se-ia símbolo da “nossa individualidade racial”. Era necessário, então, cadenciar os tempos da nação.

---

<sup>50</sup> LOBATO, Monteiro. Estética oficial. In: \_\_\_\_\_. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. p.64.

**3. ANTÍTESE:  
O PROGRESSO NÔMADE.  
O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE NACIONAL E OS PROJETOS DE  
REGENERAÇÃO DO JECA TATU.**

### 3.1. Literatura brasileira: da intransitividade ao engajamento literário.

#### 3.1.1. O ato intransitivo.

“Nunca viste reprodução dum quadro de Gleyre, *Ilusões perdidas?*”, perguntava Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, em correspondência de 15 de novembro de 1904. Na memória do remetente, na pintura, havia um cais “melancólico”, onde barcos saem; apenas um chega, trazendo à proa um velho cansado e andrajoso “com o braço pendido largamente sobre uma lira”<sup>1</sup>. Sua recordação falhava: o quadro é denominado *Soir – Illusions perdues* era um nome atribuído pelo público, e o velho estava fora da barca que, ao contrário, partia do cais. Mas os detalhes pouco importam aqui. Errando, mesmo sem querer, Monteiro Lobato compôs, no decorrer da missiva, uma metáfora que a ele caracterizava sua produção literária.

Neste momento, os amigos apenas iniciavam sua correspondência dedicada, sobretudo, aos diversos aspectos do fenômeno literário: autores, estilos, formas e suas próprias produções. Eram autores em potencial e leitores críticos um do outro, burilando nas letras em procura do *quid* misterioso característico dos grandes literatos. “Em que estado voltaremos, Rangel, desta nossa aventura de arte pelos mares da vida em fora? Como o velho de Gleyre? [...] Nossos dois barquinhos estão hoje cheios de velas novas e arrogantes, atadas ao mastro da nossa petulância. [...] Que lhes acontecerá?”, continuava indagando muito mais a si do que ao destinatário. Dúvidas de um principiante, talvez, mas também a certeza de uma vocação: “Somos vítimas de um destino, Rangel”<sup>2</sup>.

Que destino era esse? “Nascemos para perseguir a borboleta de asas de fogo – se não a pegarmos, seremos infelizes; e se a pegarmos, lá nos queimam as mãos”. Como notou o missivista, um fardo doentio que os conduziria de volta ao cais na “barca de Gleyre – com aquele mastro caído, a lira largada, a bússola sem agulha”, depois de longo trajeto. E por que isso, afinal? “Porque em nós três há uma coisa que nos obriga a partir, a caçar a borboleta, embora certos de que o retorno será na barca de Gleyre”<sup>3</sup>. Iriam partir, sem dúvida. Sua lira era a “borboleta de asas de fogo”.

---

<sup>1</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.77. (São Paulo, 15/11/1904).

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Ibidem, pp.77-78.

Esta lira, “um instrumento que temos de apurar, de modo que fique mais sensível que o galvanômetro, mais penetrante que o microscópio”, era também seu senso estético. Inconfundibilizá-la, reduzindo o senso estético a um “sexto sentido”, era o único jeito de pegar a borboleta. Para tal, precisavam “ser nós mesmos, apurar os nossos Eus, formar o Rangel, o Edgard, o Lobato”. Em suma: “Ser núcleo de cometa, não cauda. Puxar fila, não seguir”<sup>4</sup>. Só assim conseguiriam transmitir cenas, sensações estranhas e novas por meio de palavras, apreendendo os fenômenos opacos à análise. Neste eterno “procurar” palavras capazes de exprimir impressões difusas, estava delineado um programa literário reiteradamente lembrado durante quatro décadas:

Você me pede um conselho e atrevidamente eu dou o Grande Conselho: seja você mesmo, porque ou somos nós mesmos ou não somos coisa nenhuma. E para ser si mesmo é preciso um trabalho de mouro e uma vigilância incessante na defesa, porque tudo conspira para que sejamos meros números, carneiros dos vários rebanhos – os rebanhos políticos, religiosos ou estéticos. Há no mundo o ódio à exceção – e ser si mesmo é ser exceção. Ser exceção e defendê-la contra todos os assaltos da uniformização: isto me parece a grande coisa. Se a tomarmos como programa, é possível que apanhemos a borboleta de asas de fogo – e não tem a mínima importância que nos queime as mãos e a nossa volta seja como a do velho de Gleyre.<sup>5</sup>

Neste ano, 1904, Monteiro Lobato encomendou dez brochuras das obras de Friedrich Nietzsche, extraindo da leitura premissas para reflexões sobre o valor positivo da individualidade e o arbitrário das verdades absolutas, impelindo suas conclusões, ou desconstruções<sup>6</sup>, para a teoria literária. Ao amigo mineiro, aconselhava “rangelizar-te sempre e cada vez mais”, depreendendo o “VADEMECUM – VADETECUM” [“Queres seguir-me? Segue-te!”] nietzschiano<sup>7</sup>. O filósofo alemão estava *au delà du bien et du mal*, era um “ponto fixo acima da humanidade”, o “Grande Pecador” e “o abismo verlainiano da filosofia do Futuro Próximo”. A partir daí, será delineada uma

---

<sup>4</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.78-79. (São Paulo, 15/11/1904).

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.79.

<sup>6</sup> “Nietzsche me desenvolveu um velho feto de ideia. Veja se entende. O aperfeiçoamento intelectual, que na aparência é um fenômeno de agregação consciente, é no fundo o contrário disso: é desagregação inconsciente. Um homem aperfeiçoa-se *descascando-se* das milenárias gafeiras que a tradição lhe foi acumulando n’alma. O homem aperfeiçoado é um homem descascado, ou que se despe (daí o horror que causam os grandes homens – ou loucos – as exceções: é que eles se apresentam as massas em trajés menores, como Galileu, ou nus, como Byron, isto é, despidos das ideias universalmente aceitas como *verdadeiras* numa época). ‘Desagregação inconsciente’, eu disse, porque é inconscientemente que vamos, no decurso de nossa vida, adquirindo, ou, antes, colhendo as coisas novas – ideias e sensações – que o estudo ou a observação nos deparam. Essas observações, caindo-nos n’alma, lavam-na, raspam-na da camada de preconceitos e absurdos que a envolvem – a camada de antinaturalismos, enfim.” LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.59-60. (São Paulo, 02/06/1904).

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp.62-63. (São Paulo, 02/06/1904).

teoria do estilo: “Da obra de Spencer saímos spencerianos; da de Kant saímos kantistas; da de Comte saímos comtistas – da de Nietzsche saímos tremendamente nós mesmos”<sup>8</sup>.

E por que destacar tais leituras e fundamentos? Para marcar alguns pontos de inflexão na escritura lobatiana. Das proposições acima, e de outras, durante muito tempo, não há qualquer preocupação com uma suposta literatura brasileira. O crítico que, anos mais tarde, avaliará as obras por sua capacidade de exprimir as contradições profundas do país, dando-lhe uma forma, um sentido e uma realidade está muito longe neste momento. O engajamento da literatura não era seu *leitmotiv*, não era sua razão, não era o seu compromisso. Antes, interessava escrever. Também não era uma obrigação com as artes. Não pretendia ser “um Eça II ou um Ésquilo III, ou um sub-Eça, um sub-Ésquilo, sujeiras!”<sup>9</sup>. *Descascando-se*, explorava as possibilidades da língua materna perseguindo seu estilo (ou a borboleta de asas de fogo), “porque estilo não é uma coisa que se faça deliberadamente de acordo com certos moldes; estilo é cara, é feição, é fisionomia, é nariz”<sup>10</sup>. De qualquer forma, escrever era um ato intransitivo (BARTHES, 2004, pp.13-25).

Destaco este momento já que a angústia de elaborar e cadenciar os ritmos da nação inexistente, isto é, a literatura como missão não é um dado e surgiu na ligação entre a conjuntura da propaganda nacionalista, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e a formação do estilo lobatiano, ou seja, o estudo e o exercício da literatura. Como tal ligação foi possível? De que maneira entender esta reorganização na atividade literária? Monteiro Lobato avaliou os textos de maneira diferenciada de acordo com a atitude frente à literatura, quer dizer, na qualidade de ato intransitivo, insiste na beleza e expressividade do estilo, forma etc. e no engajamento com a descoberta e a denúncia da realidade nacional. O tempo é fator considerável nessa avaliação: o bom texto era de todos os tempos e nações, no primeiro caso; no segundo, enfim, o crucial era revelar a situação presente e projetar o porvir. Dessa forma, investigo a historicidade da escritura lobatiana.

Acompanhar as considerações sobre criação literária será matizar acepções a respeito de “literatura”, encontrando respostas diferentes para questões como “Que é escrever?”, “Por que escrever?” e “Para quem se escreve?”<sup>11</sup> a depender do momento de

---

<sup>8</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.66-67. (São Paulo, 24/08/1904).

<sup>9</sup> Ibidem, p.78. (São Paulo, 15/11/1904).

<sup>10</sup> Ibidem, p.246. (Taubaté, abril de 1911).

<sup>11</sup> Questões analisadas em SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*. Tradução: Carlos Felipe Moisés. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2006.

produção. Produção, já que um fabrico, uma manufatura, submetida aos influxos da experiência, do intelecto e do corpo. Monteiro Lobato compreendeu de início: escrever é um aprendizado. Requer, primeiro, um compromisso com a escrita. A responsabilidade do escrito rompe depois, paulatinamente.

Por volta de 1850, conforme Roland Barthes (2000, p.53), a escrita perde seu valor de uso, proveniente da universalidade da linguagem clássica, de uma forma acabada, como um “instrumento já formado, cujos mecanismos se transmitiam intatos sem nenhuma obsessão de novidade”. Surge, em contrapartida, o escritor-artesão, “um operário que trabalha em casa, e desbasta, talha, dá polimento e incrusta a sua forma, exatamente como um lapidário extrai a arte da matéria, passando nesse trabalho horas regulares de solidão e esforço” (BARTHES, 2000, p.56), e o valor-trabalho da escrita. O “labor da forma” transmuta a escrita em escritura<sup>12</sup>, dando ao texto o valor de seu trabalho, de sua fatura. O pensamento não poderia ser amoldado em formas preexistentes: o que conferia dignidade ao escritor era “um bom trabalho”, seus métodos, sua arte, assumindo a “responsabilidade de sua forma” (BARTHES, 2000, pp.57-58). Não surpreende, então, a recorrência de Gustave Flaubert, fundador dessa escritura, nas correspondências entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel.

“Flaubert me dá ideia dum pedreiro, dum carapina literário – dum sujeito que *faz* livros, em vez de expluí-los, exsudá-los, defecá-los”<sup>13</sup>, comunicava em 21 de janeiro de 1907. O *fazer* igualava a produção literária com a produção de manufaturados. O trabalho de Flaubert, na leitura de Monteiro Lobato, transparecia em toda sua obra: “Para mim é como se assistisse a uma ópera em teatro de vidro, onde os cenários e as paredes deixassem ver toda a maquinaria oculta”, onde um “anjo passa voando na apoteose final e toda a beleza do voo lá se vai porque o espectador está vendo os arames de suspensão”<sup>14</sup>. Era um labor doentio. O melhor seria admirá-lo como se admira a pirâmide de Quéops ou a Esfinge: como um monumento<sup>15</sup>. Era preciso desenvolver outras técnicas de construir frases, dissimulando sua confecção, e apartar-se do autor de *Madame Bovary*.

---

<sup>12</sup> De acordo com Leda Tenório da Motta (2011, p.65), Roland Barthes recorreu a *écriture* já que esta palavra designa “a linguagem em sua representação gráfica, a arte de escrever, o documento lavrado no cartório, o conjunto dos livros da Bíblia”. Cf. também os artigos “Escrita ou escritura?” e “Deslocamentos da noção de escritura” em PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Com Roland Barthes*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

<sup>13</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.139-140. (Areias, 21/01/1907).

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.95. (Taubaté, 19/08/1905).

<sup>15</sup> *Ibidem*, pp.139-140. (Taubaté, 15/07/1905).

Alcançar um estilo ou, em outros termos, caracterizar seu pensamento, era essencial ao fazer literário de Monteiro Lobato. De início, tudo dependia disso, embora explicasse tais ideias por meio de metáforas. O estilo poderia ser cara, feição, fisionomia, nariz, como visto, algo não deliberado, “uma coisa” necessária que “deixasses filtrar e assentar por si mesmo”. Desta maneira, usar cremes e rugas (utilizar moldes) trazia como consequência perder a cara e virar *maquillage*<sup>16</sup>. Em outra ocasião, poder-se-ia assemelhar ao dente do siso, “última coisa que nasce num literato”. Então, aparece quando “já está quarentão e já cristalizou uma filosofia própria, quando possui uma luneta só dele e para ele fabricada sob medida, quando já não é suscetível de influência por mais ninguém, quando alcança a perfeita maturidade da inteligência”<sup>17</sup>. Em nenhuma destas acepções importava o meio social ou artístico do autor.

As considerações críticas sobre obras e autores tecidas por Monteiro Lobato indicam o que considerava essencial em literatura e também o que era dispensável. Primeiro *Canaã*, de Graça Aranha. Era um livro “forte, sadio, certo”, com “excelentes paisagens” onde tudo vive. “Suas descrições de florestas fazem-me sentir um mormaço e um cheiro de folhas e musgos molhados”, sustenta. Algumas cenas originais e com “uns toques épicos” faziam de Graça Aranha um artista novo e um sociólogo. Neste pormenor, destaca a capacidade do autor em apresentar “a vida brasileira sem nenhuma deformação patriótica, com todas as suas chinfrinices”<sup>18</sup>, algo auxiliar, mas acessório. Contudo, a dualidade artista e sociólogo também suscitou censuras. Exatamente por seu enraizamento em questões contemporâneas, *Canaã* seria uma “obra fraca”:

Queres a minha opinião sobre a *Canaã* e a *Chácara*, e insistes nisso. *Canaã* é o que chamam uma “obra forte”, e “obra forte” quer dizer “obra fraca”. Não é paradoxo. As “obras fracas” no presente são as incompreendidas, ou de compreensão só possível no futuro. E as fortes são as que de tal modo satisfazem às exigências do presente que provocam estouros de entusiasmo – obras despóticas. Acho a tese de *Canaã* muito atual: imigração, colonização, absorção etc. Quando tudo mudar, daqui a cem anos, quem vai interessar-se pelas ideias de Milkau e Lentz? Quem hoje lê os romances sobre a escravidão? Os argumentos da *Cabana do Pai Tomás* nos fazem sorrir – e eram fortes no tempo que deflagraram uma guerra. Os romances de Madame de Staël nos dão ideia de anquinhas, saia balão. *Canaã* será um grande livro enquanto perduram os nossos problemas imigratórios; depois irá morrendo – os futuros leitores pularão os pedaços de Lentz e Milkau. Já o *Brás Cubas* é eterno pois enquanto o mundo for mundo haverá Virgílias e Brases; mas

---

<sup>16</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.246. (Taubaté, abril de 1911).

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.92. (Taubaté, 15/07/1905).

<sup>18</sup> *Ibidem*, pp.56-57. (Taubaté, 20/01/1904).

Milkau é um metafísico de hoje, tem ideias de hoje e filosofa hoje; amanhã só será lido pelos futuros Melos Morais.<sup>19</sup>

Conclui, vaticinando a permanência do artista e o olvido do sociólogo, porque “os sociólogos lidam com problemas passageiros; só os artistas lidam com coisas eternas”<sup>20</sup>. A boa literatura não estava atrelada ao prosaísmo da vida quotidiana. Enquanto produção artística, sua condição básica “é haver beleza”<sup>21</sup> através da concretização de emoções. Deste modo, sua potência residia na capacidade do autor em universalizar as narrativas produzidas, desimpedindo sua trama das exigências históricas e dos casos particulares, raros. Era uma questão de tempo: as grandes obras estavam além do momento de produção. Eram, em suma, portadoras de um encanto atemporal.

A contraposição entre *Canaã* e as *Memórias póstumas de Brás Cubas* não foi acidental. “Estilos, estilos... eu só conheço uma centena deles na literatura universal e entre nós só um, o de Machado”<sup>22</sup>, sentenciava Monteiro Lobato em 15 de julho de 1905. Se *Helena e Iaiá Garcia* eram obras insignificantes e ilegíveis, características da fase romântica de Machado de Assis, posto que possuía uma “bostinha de estilo igual ao nosso”<sup>23</sup>, e *Esau e Jacó* marcava seu declínio “pelo fato de muito requintar o seu *modus*, prejudicou a obra e obscureceu-a”, em *Brás Cubas*, *Dom Casmurro* e *Quincas Borba*, o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras alcança o “*optimum* absoluto”<sup>24</sup>. Era o artista perfeito: conhecia a propriedade exata dos vocábulos empregados, gastando “suas palavras como um nobre de raça fina gasta a sua fortuna”, e tinha a simplicidade “do maior dos sabidões”. Um clássico incomparável:

Achei heresia a comparação do *Brás Cubas* com as *Memórias de um Sargento*. Conquanto estas memórias sejam um dos pouquíssimos livros bons da nossa literatura inicial, falta-lhe a ironia e o pessimismo sibarita e anatoleano de Machado. E falta estilo. Tenho a impressão de que as *Memórias póstumas de Brás Cubas* foram escritas por um conjunto de mestres: Sterne, Anatole, Xavier de Maistre e Stendhal. Não sei a conta do que levar, mas livro nenhum, daqui ou de fora, jamais me soube tanto às minhas mais íntimas e misteriosas vísceras estéticas. Parece um livro ateniense, anacronicamente rebentado no Rio de Janeiro – essa coisa berrantemente tropical! As *Memórias de um sargento* têm contra si, no confronto, a vulgaridade plebeia das coisas ditas; e nem podia deixar de ser assim, pois que esperar dum sargento de milícias? Já o doutor Brás Cubas é fina floração de fim de raça, num *faineant* como aqueles das cortes luisescas

<sup>19</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.51-52. (Taubaté, 04/01/1904).

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.57. (Taubaté, 20/01/1904).

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.213. (Areias, 14/08/1909).

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.92. (Taubaté, 15/07/1905).

<sup>23</sup> *Ibidem*. (Taubaté, 15/07/1905).

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.172. (São Paulo, 03/01/1908).

de França. Flor de fim de Ordem Social. Ao primeiro sopro das Revoluções, os Brás Cubas morrem como passarinhos.<sup>25</sup>

Não importa a marca brasileira ou o engajamento social do texto. O doutor Brás Cubas distingue-se pela indiferença. O pessimismo e a ironia substituem o cunho sociológico de *Canaã*. Um livro ateniense nos trópicos, verdadeiro anacronismo. “Machado de Assis é o mais perfeito modelo de conciliação estilística; seu classicismo transparece de leve e nunca ofende os nossos narizes modernos”<sup>26</sup>, comentou em carta. Servia-se de expressões lusitanas e de outrora, mas mantinha-se moderno. Os estudos de Godofredo Rangel, ainda longe do romance de estreia, por exemplo, às vezes deixavam sua linguagem metade século XX e metade século XV<sup>27</sup>. Era a diferença entre o mestre “Machadão” e os aprendizes nas letras.

Mas a literatura poderia ter caráter nacional. Existiriam tantas literaturas quanto nacionalidades. O entrecho dos *Bem casados*, ainda em rascunho, de Godofredo Rangel, poderia render “um livro profundamente nacional” (dez. 1908)<sup>28</sup>. Não alonga a opinião. O plano do livro de contos a dois (jun. 1909) não precisava ser “nacional” ou fazer parte da “literatura brasileira”. Os pontos sugeridos eram: 1) não haver pressa; 2) apurar a forma, “de modo que os críticos exigentes não descubram nem uma lêndea de pronome mal colocado”; 3) ler e criticar a produção do outro; 4) conformar-se com as sentenças; 5) o material do livro deveria ser perfeito<sup>29</sup>.

O “romancista brasileiro” (nov. 1911) teria alguma vantagem temática:

Uma das vantagens do romancista brasileiro é poder lidar só com virgindades. Nenhum tema nosso tem “barriga suja”. A literatura faz *pendant* com a lavoura; ambas só lidam com as matas virgens, terras virgens. Tudo está por fazer. Aqui em São Paulo, quanto elemento de primeira ordem à espera dos Balzacs e Zolas, pedreiros que saibam assentar tijolos! A Terra Roxa, o caboclo queimador de mato, o bandoleiro *avant coureur* da civilização representada pelo colono italiano: o bandoleiro espanta o “barba rala” e permite que o calabrês se fixe na terra grilada; a invasão italiana nas cidades – o Brás e o Bom Retiro; a fusão das raças nas camadas baixas – e na alta; o norte de São Paulo invadido pela decadência do estado do Rio e a imigração dos fortes para o Oeste...<sup>30</sup>

Os filões virgens ainda não aparentam o “sentido” nacional que assumiriam. Seu interesse estava no potencial dos temas. Os elementos estavam “à espera dos Balzacs e Zolas” ou, em outros termos, dos escritores que dar-lhes-iam forma. O

<sup>25</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.239. (São Paulo, 30/07/1910).

<sup>26</sup> Ibidem, p.212. (Areias, 14/08/1909).

<sup>27</sup> Ibidem, p.246. (Taubaté, abril de 1911).

<sup>28</sup> Ibidem, p.188. (Areias, 10/12/1908).

<sup>29</sup> Ibidem, pp.197-198. (Areias, 27/06/1909).

<sup>30</sup> Ibidem, p.256. (Taubaté, 9/11/1911).

“espírito” brasileiro não era essencial. O “romancista brasileiro” indicava apenas a naturalidade do artista. Não designava filiação em alguma causa. Da mesma maneira, os romancistas franceses citados. Os assuntos “nacionais” eram objetos estéticos e não realidades à serem reveladas aos leitores.

Os argumentos iniciam outra inclinação em fevereiro de 1912. Em 7 de fevereiro, expôs a teoria do caboclo como o piolho da serra. “Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia”, informa<sup>31</sup>. A gravidade da obra literária em “gestação” estaria clara em outubro de 1914. Monteiro Lobato estava convencido de que “entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades”. E, acrescenta, “há o francês, o maldito macaqueamento do francês”<sup>32</sup>. Iria, então, avisar aos cidadãos as misérias do interior, colocar-se-ia mesmo como “uma voz do sertão”<sup>33</sup>. Os artigos escritos com base no “piolho da serra” serão a “vingança” do escritor (então fazendeiro) contra seus colonos (caboclos). Não obstante a aceitação dos textos nos círculos letrados paulistanos, em 20 de maio de 1915, ainda mostrou-se cético quanto à importância da literatura no país:

Não escrevo mais. Nunca mais. Se há quem escreva em outros países é que existem por lá compensações sérias, renome e dinheiro. Desde que entre nós não aparece compensação nenhuma, escrever não passa de pura manifestação de cretinice. Machado de Assis não fez outra coisa, e qual foi o prêmio? Ouvir o [Francisco] Alves dizer: “Não quero a obra dele nem de graça; viria atravancar estas prateleiras, tomando o espaço das minhas cebolas”. O Brasil ainda é uma horta, Rangel, e em horta, o que se quer são cebolas e cebolórios, coentros e couves-tronchudas, tomates e nabo branco chato francês. Não somos ainda uma nação, uma nacionalidade. As enciclopédias francesas começam o artigo Brasil assim: “*Une vaste contrée...*”. Não somos país, somos região. O que há a fazer aqui é ganhar dinheiro e cada um que viva como lhe apraz os instintos.<sup>34</sup>

Do jeito que a “Glória” e o “Valor Comercial” estavam divorciados, não tinha esperança em criar um “nome vendável”. “Tão cedo o livro será negócio de dar dinheiro no Brasil”, lamentava em abril de 1911<sup>35</sup>. Destarte, atou a criação artística aos ganhos monetários e ao renome. Não escreveria gratuitamente. Dava importância a compensação e não (ou pouco) a “missão” do intelectual. Monteiro Lobato concebeu a literatura como mercadoria e que seus textos mereciam retorno financeiro. Em carta ao

---

<sup>31</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.264. (Fazenda, 7/02/1912).

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.290. (Fazenda, 22/10/1914).

<sup>33</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.159. (Velha Praga, 1914).

<sup>34</sup> *Idem*. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.315. (Fazenda, 20/05/1915).

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.244. (Taubaté, 4/04/1911).

cunhado, alegou que “não é nenhuma honra a gente ver-se impresso de graça e lido a cem-réis por pessoa”. Havendo “alguma compensaçõzinha”, escreveria sobre tudo... menos “artigo jurídico” e “*diatribe* contra W. Luís”<sup>36</sup>.

Sobre o “caráter” pátrio da literatura, cabe atentar as características atribuídas aos livros russos, franceses, ingleses e alemães em agosto de 1907:

Que coisa grande e informe é a literatura russa!... Dum livro francês sai-se como dum salão galante onde todos fazem filosofia amável e se chocam adultérios. Dum livro inglês sai-se como um *garden party* onde há misses vestidas e branco, zero peito e olhos de *volubilis* da bem azul. Dum livro alemão (alemão moderno, porque nos grandes antigos não é assim) sai-se contente – o inconsciente contentamento do latino vicioso – [...] – contente com o sorriso das *gretchens* coradas, de touca e carrinho nos jardins cheios de soldados em folga, contente com a dona de casa que faz bolos cor de chocolate; contente com as meninas em idade de namoro que discutem pontos de higiene e comem salsichas com mostarda. [...] Mas sair dum livro russo é sair dum pesadelo!<sup>37</sup>

“A Rússia é a Grande Esterqueira onde fermenta o Futuro”, continua. Das terras de Dostoiévski, vão surgir “os futuros valores, os futuros pensamentos, os futuros moldes sociais, as futuras normas de tudo”<sup>38</sup>. Mais uma vez, ainda que de outro ponto de vista, o tempo encerrado nas obras determinava seu valor. *Memórias póstumas de Brás Cubas* mesclava linguagens anacrônicas e ignorava as tensões sociais contemporâneas; a literatura russa era a terra roxa do amanhã e germinava a imaginação do leitor. Nos dois casos, no entanto, a vida corrente não tinha relevância. Os assuntos candentes em jornais e revistas seriam tolices em anos vindouros. O presente era o momento de entroncamento entre o conhecimento dos grandes escritores de outrora e os sinais do tempo por vir. Não convinha por si.

O bom livro era de todos os tempos e em todas as nações. Neste entendimento, as novelas de Rudyard Kipling eram modelares. O britânico conseguia “escrever uma novela europeia, outra americana, outra indiana, outra esquimó”<sup>39</sup> através de observações no próprio local. Kipling, anotou em outra ocasião, era “o homem todo

---

<sup>36</sup> “Se o queres seriamente e se há possibilidade de alguma compensaçõzinha (que jeitinho, hein?) somente eu mandarei, para a Tribuna ver, um conto já escrito – Bocatorra e um artigo que posso escrever já – A Futura Guerra Anglo-Alemã. Querendo também qualquer coisa contra o Hermes, arranja-se. Sobre agricultura, sobre a cultura do Sisal vulgo Pita, sobre as vias férreas, sobre os assuntos palpitantes nacionais ou estrangeiros, sobre estética, sobre a morte de Mr. Chanchard, sobre a decadência do ensino no Brasil e os seus remédios, sobre a mentira eleitoral também se forma coisa bem arranjada. Só não sai artigo jurídico... nem *diatribe* contra W. Luís”. LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p.56. (Areias, 15/08/1909).

<sup>37</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.161-162. (Areias, 31/08/1907).

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.162. (Areias, 31/08/1907).

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.154. (Areias, 21/07/1907)

Índias, todo *jungles*, todo Himalaia, todo feras”<sup>40</sup>. Lê-lo era sentir o prazer do texto<sup>41</sup>. O autor de *Kim* extraiu a matéria dos seus livros ao conviver em ambientes diversos. Não estava preso ou condicionado aos temas ingleses.

A amplidão dos temas e a largueza de visão emanavam da influência do meio, acreditou em determinado momento. O segredo dos textos residia aí. Juízo angustiante, na verdade. “Não concebo artista capaz de construir obra valiosa se reside em cidade pequenina, marasmada”, anotou em caderno. Continuou, sustentando que “só nos grandes centros há ambiente para a criatividade, uma excitação cerebral contínua, formada pelos mil estímulos urbanos”<sup>42</sup>. O inconveniente estava na roça, onde achava-se. Queixou-se em setembro de 1907:

Nós dois somos o inverso. Somos cracas eternamente grudadas ao pago natal. Somos cogumelos, chapéus-de-sapo, temos o aparelho da locomoção destituído de rodinhas amarelas – libras ou dólares. Somos ápteros. Pinguins! Nossas capacidades embotam-se na mesquinhez da introspecção e na sordidez tacanha de meiozinhos roceiros píffios, onde não há os caracteres fortes e  *sintéticos*  que o romance requer para não degenerar em teatrinho do João Minhoca; onde não há dramas (como imaginar os Átridas em Areias?); onde nada há que não seja choco. Desta Areias onde apodreço há três meses nem o gancho dum Shakespeare tirava sequer um título de drama.

Parece-me erro supor que o artista cria independente do meio. Meio píffio, artista píffio –obra d’arte pífia. Entre nós, só no Rio há ambiente para alguma arte – e por isso todos que têm veia para lá acodem. Os que ficam no interior só dão de si água panada...Você casou; eu vou casar. Casamento: feixe de raízes que virão agravar ainda mais o nosso chapéu-de-sapismo. E, no entanto, nós temos talento, Rangel – sentimos isso, não? Ninguém sabe, ninguém percebe; talvez nunca desconfie disso o mundo – e no entanto temos talento!<sup>43</sup>

E, novamente, em 29 de setembro de 1908:

Nosso mal é que já apuramos o nosso instrumento de expressão, já sabemos jogar um período para o ar e vê-lo, qual um gato, cair sobre quatro pés. Pegamos toda a técnica do escrever e educamos o nosso senso de observação – mas vivemos embolorados dentro de caixas. Esta Areias é uma caixa e essa

<sup>40</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.183. (Areias, 29/09/1908).

<sup>41</sup> Como Barthes (2013, pp.7-8) definiu: “Ficção de um indivíduo (algum Sr. Teste às avessas) que abolisse nele as barreiras, as classes, as exclusões, não por sincretismo, mas por simples remoção desse velho espectro: a contradição lógica; que misturasse todas as linguagens, ainda que fossem consideradas incompatíveis; que suportasse, mudo, todas as acusações de ilogismo, de infidelidade; que permanecesse impassível diante da ironia socrática (levar o outro ao supremo opróbrio: *contradizer-se*) e o terror legal (quantas provas penais baseadas numa psicologia da unidade!). Este homem seria a abjeção de nossa sociedade: os tribunais, a escola, o asilo, a conversação, convertê-lo-iam em um estrangeiro: quem suporta sem nenhuma vergonha a contradição? Ora este contra-herói existe: é o leitor do texto; no momento em que se entrega a seu prazer. Então o velho mito bíblico se inverte, a confusão das línguas não é mais uma punição, o sujeito chega a fruição pela coabitação das linguagens, *que trabalham lado a lado*: o texto de prazer é Babel feliz”.

<sup>42</sup> LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. p.47. (Ambientes).

<sup>43</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.155. (Areias, 21/07/1907).

tua comarca é outra. Nossas cartas são como o rabinho de rato que Hansel mostrava para a velha feiticeira. Somos a velha feiticeira um do outro. Você estira o rabinho de rato epistolar para que eu veja como está gordo e forte no estilo; eu faço o mesmo. Mas que assuntos, que temas, podem existir dentro de caixas?<sup>44</sup>

Areias, comarca no interior paulista, quedar-se-ia nos contos lobatianos como uma “cidade morta”. Os assuntos viriam? Como pegar a borboleta de asas de fogo ali? Pensa em desistir várias vezes. Quando a escrita aborrece, pinta. Não abandona. Persiste. “Somos vítimas de um destino, Rangel”. Os contos vêm. Surgem nos momentos mais estranhos. Envia ao amigo. Corrige os defeitos. Os textos vão tomando forma. O “senso de observação” e o “instrumento de expressão” são apurados. Decorrem os anos. Continua na fatura. Sua carreira tem início em fins de 1914.

### 3.1.2. Os uivos de indignação na “nossa” literatura cor-de-rosa.

Como entender os textos de Euclides da Cunha? A crítica titubeia entre os termos homem de letras, engenheiro e sociólogo<sup>45</sup>. Monteiro Lobato, em contrapartida, considerou Euclides “um gênio americano”<sup>46</sup>. *Os sertões*, nos termos do escritor paulista, “rebentou na lagoa verde do nosso marasmo mental como um trovão em dia sem chuva, desses que por muitos segundos ecoam pelas quebradas invisíveis”<sup>47</sup>. Por quê?

Euclides da Cunha teria sido “o primeiro a ver a realidade do conjunto, a tragédia do homem derrotado pelo meio”, compondo esse drama com as cores da “lama negra dos barreiros, o vermelho do sangue em coágulos dos jagunços, as escorrências sépias do cangaço dos sertões e do cangaço pior da mazela administrativa”<sup>48</sup>. Em 1902, era *algo nuevo*:

Na nossa literatura de reflexo, insistentemente água-de-rosas, cor-de-rosa, maciazinha, cheia de “pequenas” cor de batata, de morenas de buço, de “Moreninhas” que se perdem com boêmios velhos e se casam com amanuenses de peito afundado; tremendamente burocrática em Machado de Assis; sem um herói que não fosse suburbano, sem uma paisagem que não fosse variante da palmeira com um céu “americanamente azul” atrás, irrompe

---

<sup>44</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.182-183. (Areias, 29/9/1908).

<sup>45</sup> Ver, entre outros, os ensaios e estudos críticos, literários e biográficos presentes em CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1996. 2 volumes.

<sup>46</sup> LOBATO, Monteiro. Euclides, um gênio americano. In: \_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. pp.248-253.

<sup>47</sup> Ibidem, pp.249-250.

<sup>48</sup> Ibidem. p.251.

de súbito Euclides como um Mongol Tonante a chispar raios – raios de metáforas inéditas, uivos de indignação, com asperezas de lixa grossa, com desprezo de todos os veludinhos<sup>49</sup>.

*Os sertões* foi publicado cinco anos depois da Campanha de Canudos. Nesse intervalo, Euclides da Cunha modificou a ideia original da obra, transformando a guerra no interior baiano em tema de assunto geral: esboçar, “ante o olhar dos futuros historiadores”, os traços gerais das “sub-raças sertanejas”. Cometimento urgente,

[...] porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra<sup>50</sup>.

Condenadas ao esmagamento pelas “raças fortes”, o jagunço, o tabaréu e o caipira se extinguíram pela inflexível “força motriz da História”<sup>51</sup>. Denúncia do crime cometido em Canudos, a obra também era uma forma de compreender as mudanças em curso no país, salvaguardar, através da escrita, a passagem evanescente de “sub-raças” longe dos centros urbanos, da ordem e do progresso. O devir inexorável, cruel e necessário extinguiria os rastros da frágil vida desses homens e mulheres.

O livro foi uma mancha na maquiagem da *belle époque* carioca (SEVCENKO, 1999, pp.25-77). Euclides da Cunha sustentou a existência de vários “Brasis”, subsistindo à margem da história. O futuro não viria sem consequências. A existência da “sub-raça sertaneja”, nessa visão, delineia os *brasileiros* como “etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente dos princípios civilizadores elaborados na Europa”. O afastamento das regiões e a ausência de comunicações não suscitou o divórcio somente entre duas civilizações, sertão incógnito e litoral urbano, mas entre duas coordenadas históricas: “mal unidos àqueles extraordinários patricios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”. Canudos foi “um refluxo para o passado”<sup>52</sup>.

Nos textos euclidianos, o tempo constitui-se fator autônomo ao reger a decadência e o progresso das sociedades. Criar e destruir: os corolários da civilização. O

---

<sup>49</sup> LOBATO, Monteiro. Euclides, um gênio americano. In:\_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. p.250.

<sup>50</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003. p.21.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

domínio do meio físico e a unidade de raça constituir-se-iam no futuro acaso dure a autonomia nacional. Daí as assertivas “condenados à civilização” n’*Os sertões*:

Não temos unidade de raça.  
Não a teremos, talvez, nunca.  
Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir o dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.  
Estamos condenados à civilização.  
A afirmativa é segura.  
Não a sugere apenas essa heterogeneidade de elementos ancestrais. Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram.<sup>53</sup>

E, novamente, em *À margem da história*:

Porque estávamos destinados a formar uma raça histórica, segundo o conceito de Littré, através de um longo curso de existência política autônoma. Violada a ordem natural dos fatos, a nossa integridade étnica teria de constituir-se e manter-se garantida pela evolução social. Condenávamos à civilização. Ou progredir, ou desaparecer.<sup>54</sup>

O intuito de Euclides da Cunha em “revelar” os rincões do Brasil, afastados no espaço e no tempo, também está manifesto e evidente nos textos lobatianos. O mesmo anseio em atinar a Terra, o Homem e a Luta, embora em formas distintas – Lobato escrevendo contos trágicos, cômicos e tragicômicos e Euclides da Cunha um ensaio científicista. Cabia escrever uma literatura *brasileira*, retratando a terra no seu aspecto “mais hostil à dominação do homem, mais queimada de sóis candentes, mais espinhenta, mais sujeita a longos períodos de estiagem cruel”; o homem que renegou “a toda a instrumentalidade da civilização” e “fez-se elementar até os últimos limites, copiou a sabedoria das cactáceas”; e a luta entre “o espinhento homem-cacto e o homem mais evoluído do litoral”, que por “não se compreendessem, atracaram-se”<sup>55</sup>. Cabia escrever uma literatura consoante às tensões evolução e atraso; ruína e apogeu; prosperidade e decadência; aurora e crepúsculo. E denunciar a antítese do progresso, indicar os descompassos.

Monteiro Lobato acaso encontrou nos textos euclidianos a consciência dos *estratos do tempo* no território nacional. Os *estratos* nos concedem “separar

---

<sup>53</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediuuro, 2003. p.103.

<sup>54</sup> Idem. *À margem da história*. Introdução, nota editorial e cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo: Cultrix; Brasília, INL, 1975. p.174.

<sup>55</sup> LOBATO, Monteiro. Eu tomo sol... In: \_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p.181.

analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”, nos termos de Reinhart Koselleck (2014, p.19). No mesmo espaço vários estratos coexistem, remetendo ou não uns aos outros, cadenciados de maneiras diversas, encerrando recorrências e acontecimentos singulares. “O proveito de uma teoria dos estratos do tempo”, argumenta o historiador alemão (KOSELLECK, 2014, p.22), “consiste em sua capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações ou atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem complexidade temporal”. Monteiro Lobato encontrou *estratos do tempo* ou regiões em outros tempos? Há *estratos* no mesmo espaço. Dessa maneira, os sertões da Bahia e o Rio de Janeiro constituem regiões diversas, não *estratos*. No entanto, imaginar a comunidade nacional (ANDERSON, 2008) exigia integrar as muitas regiões no todo Brasil. Assim, inteirados, os rincões e os centros urbanos converter-se-iam em planos temporais da nação. Cabia esclarecer a simultaneidade de tempos históricos no território nacional, entendido como unidade.

Contrastou a literatura “tremendamente burocrática” de Machado de Assis com a “montanha” euclidiana mais uma vez em 1938. O autor de *Dom Casmurro* foi “paciente analista dos tipos e das reações da gente burocrática”, retratados com senso e fino labor. O romancista foi “o menos machado, o menos contundente e cortante escritor sul-americano”. Obstar-se-ia ao anacronismo machadiano. O primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras foi “tão extemporâneo quanto é lógico Euclides da Cunha” no continente em formação<sup>56</sup>. Continua:

Um só vê os pequenos dramas íntimos de criaturas temporaneamente civilizadas, “por cópia conforme”, de certos núcleos do litoral – tudo coisa temporã, como essas frutas que amadurecem antes da frutescência total das árvores – e têm bichinho dentro. O outro vê o grande drama das linhas gerais. Um vê os homenzinhos da burocracia ou do dinheiro fazendo o jogo do coquetismo sexual às mulherinhas macias. O outro só vê montanhas, abismos, faunas e floras nos tremendos entreveros biológicos da adaptação; e vê a Seca nos seus horrores; e vê o bochorno dos sóis abissínicos; e vê, pulando dentro desse quadro, como sobre as brasas do ordálio medieval, um homem hirsuto, feio, o “gnóstico branco”, rijíssimo à força de abstinência, acuado por todos os inimigos cósmicos – e por fim acuado pela baioneta do homem do litoral.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> LOBATO, Monteiro. Eu tomo sol... In:\_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. pp.181-183.

<sup>57</sup> Ibidem, p.182.

Nas cartas não há tal arbítrio. Monteiro Lobato estimou Euclides da Cunha um “Homem Estupendo”<sup>58</sup> e anotou as impressões das leituras. À *margem da história*, por exemplo, continha ideias, pensamentos, estilo e língua inéditos. Investigou a “sóbria e vigorosa beleza” do estilo euclidiano em 11 de setembro de 1911. Observou que o autor evita prepor o adjetivo ao substantivo e usar advérbios em excesso, emprega formas verbais simples e raramente as compostas<sup>59</sup>. Convinha discernir os grandes escritores dos jornalistas. Não existia a consciência dos *Sertões* como a grande obra nacional. E Machado era inigualável.

Como entender tais vicissitudes? Nas cartas, examinou as formas, os estilos e o vigor dos escritores; nos artigos, o compromisso dos textos e a capacidade dos autores em exprimir “o país como ele é”. Do ato intransitivo ao engajamento. Do artista ao sociólogo. Do acróstico ao combate de todos os dias. Quais circunstâncias tornaram esses discursos possíveis? O escritor veiculou sua ideia de literatura *brasileira* na *Revista do Brasil*. Nas críticas aos novos livros, encontramos as amarras entre os textos lobatianos e a campanha nacionalista. Cabe investigar a ideia da *Revista*, os vínculos entre a ideia e o escritor estreante, e as críticas do esteta. Daí nasceu, nos termos de Sevcenko (1989, p.107), “a proposta estética mais cadente desse fim de período, da pena de Monteiro Lobato”.

\*\*\*

Em 1915, o grupo do *Estado de São Paulo* projetou uma nova revista, em que as condições do país seriam escrutinadas, avaliadas e dadas ao conhecimento do público, no intuito de “conhecer, explorar, administrar e defender o território”, segundo Tania Regina de Luca (1999, p.40). Os temores em torno da Primeira Guerra Mundial e do imperialismo das potências europeias puseram em xeque as imagens ufanistas da nação, que visavam aumentar os sentimentos patrióticos através de evidências da grandeza do Brasil e suas fundadas promessas<sup>60</sup>; os intelectuais examinaram as debilidades nacionais, escancarando as tensões socioeconômicas, a economia instável, a desordem governamental, a ignorância dos conterrâneos etc. Não por acaso, a direção

---

<sup>58</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.241. (Taubaté, 27/09/1910).

<sup>59</sup> Ibidem, pp.252-254. (Taubaté, 11/09/1911).

<sup>60</sup> O melhor exemplar desta literatura é *Porque me ufano do meu país* (1901), de Affonso Celso. Os motivos expostos são, em ordem de apresentação: sua grandeza territorial, sua beleza, sua riqueza, a variedade e amenidade de seu clima, ausência de calamidades, excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional, nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhações ou foi vencido, seu procedimento cavalheiresco para com os outros povos, as glórias a colher nele, a sua história. CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997. pp. 19-21.

da revista angariar como colaboradores intelectuais de diversas áreas do conhecimento, preocupados com os caminhos incertos do país e, através de sua produção, alvitando políticos e movimentos sociais para ações regenerativas ou inovadoras em nível nacional. O título marca a ideia do mensário, *Revista do Brasil*. De acordo com os intuítos dos diretores, o primeiro número foi publicado em 25 de janeiro de 1916, aniversário da cidade de São Paulo (LUCA, 1999, p.45).

Luca (1999, pp.54-55) destaca as muitas “correntes ideológicas e de posturas estéticas” nas páginas da *Revista*. A historiadora inventaria nomes da geração de 1870, escritores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nomes famosos no momento, pensadores autoritários, defensores do liberalismo, representantes do renascimento católico, os primeiros educadores nacionais, médicos envolvidos com os problemas sanitários e eugênicos, representantes da Academia Brasileira de Letras e das novas correntes. Plêiade devida ao programa da revista “não diretamente vinculada a partidos, instituições, movimentos ou religiões, [o que] favorecia, pelo menos em princípio, a diversidade de opiniões” (LUCA, 1999, p.33). As incertezas, as demandas e as vicissitudes do Brasil como nação amarrou as visões, muitas vezes antagônicas, dos colaboradores.

A revista interessou prontamente a Monteiro Lobato. Em 21 de setembro de 1915, comentou com Godofredo Rangel a estreia, em janeiro do ano vindouro, sustentando que “pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo que brota do *Estado*, empresa sólida e rizomática”<sup>61</sup>. Esta observação não foi casual: o autor possuía amizade com Pinheiro Júnior e Plínio Barreto, componentes da direção da *Revista*, e acompanhou as negociações em torno de sua organização. Dessa forma, pode-se supor que Monteiro Lobato tinha consciência da importância que seu nome e escritos poderiam ter no corpo da nova empresa. De início, talvez a possibilidade de introduzir seus textos em periódico estável, onde os paredros da intelectualidade brasileira também publicariam, tenha sobrepujado seu interesse pelo programa nacionalista veiculado. Mais uma vez, recorramos à sua correspondência:

Rangel,

(...) Já viste a *Revista do Brasil*? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo *Estado*, é a única nesse gênero em todo o país – e é *nossa*. Já no segundo número devo ocupar-lhe dez páginas com um conto de monjolos e monjoleiros, coisa muito buquirana, daqui – *Chóó-pan*. Vou acampar na revista e ficar lá à tua espera,

---

<sup>61</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.328.

para glória do Cenáculo (que no último número da *Revista da Semana* foi incidentemente citado).<sup>62</sup>

Nessa ocasião, não é a consideração da *Revista* como *sui generis* que importa, já anteriormente afirmado. Curioso é o pronome possessivo “nossa”, grifado por Monteiro Lobato. Quem comporia esse “nossa”? Poderíamos cogitar tratar-se de uma alusão nacional: a *Revista* seria “nossa”, porque discorre sobre assuntos nacionais, do “nosso” interesse (enquanto brasileiros) e não do “deles”, do estrangeiro. Nesse momento, as questões pátrias não eram sua prioridade. O “nossa” conecta-se com o “acampar na revista e ficar lá à tua espera, para glória do Cenáculo”. Juntamente com suas publicações, o contista almejava ver os antigos companheiros de boemia literária naquelas páginas, escritores maduros, mas desconhecidos.

Em outras oportunidades, reiterou sua influência e insistiu na divulgação através da *Revista*: “Falas em ‘conquistar’ a *Revista*! Mas a *Revista* é nossa, bobo... Unicamente porque não tens relações com o Plínio, que é quem manda lá dentro, proponho isso de entrares por meu intermédio”<sup>63</sup>. Em 13 de novembro de 1916, anunciava que “figurarei nos números de novembro, dezembro e janeiro. Isto é sintoma de que minha cotação cresce”<sup>64</sup>. Seis meses depois, queixa-se do ritmo de produção que a colaboração assídua impõe: “Aquilo está se tornando um Moloch insaciável. Querem dar um conto meu em cada número, como se eu fosse máquina”<sup>65</sup>.

O “nossa” terá outro sentido em carta de 27 de janeiro de 1917. Seguindo as correspondências de Monteiro Lobato, é neste fim de década que as preocupações nacionais assumem maior destaque. A *Revista do Brasil*, segundo o remetente:

[...] está se afastando do nosso programa. Neste número só falamos de coisas nossas, o Medeiros e eu. Tudo mais é coisa forasteira. Anda a nossa gente tão viciada em só dar atenção às coisas exóticas, que mesmo uma “revista do Brasil” vira logo revista de Paris ou da China. Nascida para espelho de coisas desta terra, insensivelmente vai refletindo só coisas de fora. Estou me preparando para um ensaio sobre as lendas e mitos, e um dia te mandarei o programa para que colabores.<sup>66</sup>

A censura acentua a ideia de arte como manifestação ou “espelho de coisas desta terra”. Com interesse em salvaguardar “nosso programa”, além de consolidar e incrementar sua atividade no campo literário brasileiro, compra o mensário.

<sup>62</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.340. (Fazenda, 20/01/1916).

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.346. (Fazenda, 10/03/1916).

<sup>64</sup> *Ibidem*, p.382.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.394. (Fazenda, 22/04/1917).

<sup>66</sup> *Ibidem*, pp.390-391.

Os textos publicados nas seções “Bibliografia” e “Movimento artístico”, em que resenha os lançamentos editoriais, dão a conhecer a proposta estética do escritor. Os critérios serão os mesmos utilizados na ascendência de Euclides da Cunha como gênio americano e maior escritor brasileiro.

Veiga Miranda mostrou “seus magníficos dotes de pintor de almas e costumes” em *Mau-olhado*, romance. O crítico destaca o “quadro agreste da vida roceira”, onde transcorre o enredo e o estilo cinematográfico da “luta bárbara contra a terra e luta contra a selvageria”. Os personagens merecem atenção: Lelé, sacristão e curador, está “apanhado ao vivo, o santarrão, tipo vulgar nos sertões, onde a extrema ignorância, a bruteza e o fanatismo do povilêu propiciam o surto destes místicos negociastas”<sup>67</sup>. Em suma,

*Mau-olhado* é, pois, uma preciosa contribuição para o acervo nada rico do romance brasileiro. Tudo ali é genuinamente nacional. Nenhum tipo, com nenhuma cena, entremostra arte alienígena, copiada inconscientemente. Se peca, peca por exuberância. A catadupa de incidentes que o movimentam reflete bem o informe e caótico da nossa natureza indomada, alternando precipícios e monstros com remansos poéticos e beija-flores. Eis por que, até nos defeitos, *Mau-olhado* é desses romances que se nos gravam na imaginação para sempre. É a terra, é o homem, é este caos onde se elabora uma raça, falha já em várias tentativas, mas sempre teimosa, a tatear uma forma estável de equilíbrio...<sup>68</sup>

*Ipês*, reunião dos versos de Ricardo Gonçalves, abrigava “a alma [do caipira] e nos fez sentir toda a poesia da roça e da sua gente”. O vate, irmanado “com o sentimento nacional”, deu a sentir o “perfume agreste, a trescalar o aroma das matas”<sup>69</sup>. O crítico conferiu-lhe o pioneirismo do nacionalismo na poesia:

Ricardo foi o precursor do nacionalismo na poesia. O fundo popular da sua poesia, sob uma forma apurada e culta, deu-lhe esse admirável equilíbrio que lhe valeu a qualidade – que é sua mais que de ninguém – de grande expoente na coletividade, do mais largo expoente mesmo do sentido poético da nossa gente. Sob este aspecto, a sua obra é prodígio de equilíbrio: o máximo de inspiração sertaneja e o máximo de literatura tradução dela. Por isso, teve sempre o mais largo círculo de admiradores e o seu livro tem agora a mais vasta procura.<sup>70</sup>

Com tais características, conceitua *Senhora de engenho*, romance de Mário Sette, “romance pernambucano onde paisagens e tipos realçam-se de muita cor local”<sup>71</sup>; considera uma das boas qualidades de *Redimidos*, Silviano Pinto, o cenário da fazenda

---

<sup>67</sup> LOBATO, Monteiro. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.63 e 65-66. (*Mau-olhado*, *Revista do Brasil*, nº 39, março de 1919).

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.66.

<sup>69</sup> *Ibidem*, pp.74-75. (*Ipês*, *Revista do Brasil* nº 72, dezembro de 1921).

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.75.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.50. (*Senhora de engenho*, *Revista do Brasil*, nº 64, abril de 1921).

sertaneja nos “últimos anos do regime monárquico, quando a vida agrária do país tinha por fator único o esforço dos escravos”, entrando assim na categoria dos romances nacionais<sup>72</sup>; Plínio Cavalcanti debatia “os nossos mais complexos problemas nacionais” e fixaria os “aspectos fugidios da psíquica brasileira, fugidia e furta-cor” em obras por vir<sup>73</sup>; mesmo os romances citadinos de Lima Barreto manifestavam “a *sensação carioca*” ao conjugar “o desenho dos tipos e a pintura do cenário”<sup>74</sup>. Outras críticas e prefácios externam argumentos semelhantes, aumentando as evidências *ad infinitum*.

Monteiro Lobato apregoa um projeto de literatura brasileira fundado na estética naturalista/realista, incumbindo os escritores a desvelar as realidades físicas e sociais do país. Com base nesta proposta, as obras consagrar-se-iam por sua “verdade” ao captar o “genuinamente nacional”, a “psíquica brasileira” ou “este caos onde se elabora uma raça”, tal como esclarece nas críticas. O nacionalismo lobatiano pressupõe o engajamento e a crítica social. Os escritores seriam intérpretes da terra e do homem, desnudando os ambientes por meio da verossimilhança entre a escritura e o referente. Quanto à forma, se “o objetivo de um escritor é transmitir ideias e sensações, essa transmissão será tanto mais perfeita quanto mais respeitar a psicologia média dos leitores”<sup>75</sup>. Isso posto, a literatura brasileira atingiria maior público, denunciando as duas civilizações do país: a cultura importada, “dos que vivem nas cidades”, e a cultura local, “filha da terra”<sup>76</sup>.

O momento histórico forneceu vigor e veemência ao anseio da literatura *brasileira*: a convergência entre a ascensão de São Paulo e a carência socioeconômica dos sertões, a Grande Guerra e os nacionalismos, a literatura como missão e as novas vanguardas. Dessa maneira excedeu a ideia de arte acrônica. Dentre os motivos de tal vicissitude, está a constatação do “*prisma que desnatura as realidades*” nas visões dos escritores citadinos. Monteiro Lobato, assim, rascunhou contos nos rincões de São Paulo, no intuito de mostrar a “verdade” do interior; assente nas experiências de promotor público e de fazendeiro norte-paulista, daria existência ao caboclo incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, “maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie”<sup>77</sup>, Jeca Tatu.

---

<sup>72</sup> LOBATO, Monteiro. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009. p.34. (Redimidos, *Revista do Brasil*, nº 41, maio de 1919).

<sup>73</sup> Ibidem, pp.78-79. (Silvestre Lagedo, *Revista do Brasil*, nº 46, outubro de 1919, p.171).

<sup>74</sup> Ibidem, p.49. (Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, *Revista do Brasil*, nº 39, março de 1919).

<sup>75</sup> Ibidem, p.43. (Os condenados, *Revista do Brasil*, nº 81, setembro de 1922).

<sup>76</sup> LOBATO, Monteiro. Prefácio às *Contas de capiá*, de Nhô Bento. In:\_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.41-42.

<sup>77</sup> Idem. *Urupês* (1914). In:\_\_\_\_\_. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p.169.

### 3.2. A outra face do progresso: as cidades mortas e os caboclos incapazes de evolução.

Em 14 de fevereiro de 1920, Monteiro Lobato lamentou a escassez do ele criativo, a Cólera:

Estou triste, Rangel, porque verifiquei que só escrevo coisas que prestem quando sob a influência da indignação. É a minha musa, a Cólera! Todos os meus contos e artigos brotam desse sentimento criador. Ora, com os anos, a faculdade da indignação vai arrefecendo, substituída pela tolerância filosófica. Passo hoje meses sem um assomo dos antigos ódios. Resultado: zero. Triste coisa a velhice...<sup>1</sup>

Os contos, então enfeixados nos livros (*Urupês*, *Cidades mortas*, *Negrinha* e, nos anos seguintes, *O macaco que se fez homem*), foram escritos entre 1904-1918, mais ou menos, ou seja, Monteiro Lobato retirou seus textos da gaveta e os publicou. Os encargos editoriais não lhe deram descanso: “Minha situação é esta: sinto-me maduro e apetrechado para a expressão; tenho na cabeça belos germes de contos, romances, o diabo. E tenho, o que é mais raro, público. Mas não disponho duma hora minha!”<sup>2</sup>. O embate entre literato/empresário foi constante na vida do escritor. De todo modo, insistiu na indignação como musa. Em 1938, informou o mesmo a Flávio de Campos: “Não escrevia deliberadamente; só quando a coisa vinha, quando a bolsa das águas rebentava e não há remédios senão parir. Ele paria para aliviar-se de subitâneos engravidamentos, sobretudo os causados pela indignação”<sup>3</sup>. E, ainda nesta carta, retornou ao estímulo: “E todos os contos dele saíram assim, por injunção interna. Em regra, como derivativo de uma indignação. Puras vinganças estéticas. Os inimigos muitas vezes nunca suspeitaram de nada, mas o autor se aliviava”<sup>4</sup>.

O ódio, também a raiva e o rancor de alguma coisa decorrem da ideologia, entre outros motivos. Monteiro Lobato não deixou dúvidas sobre sua irritação: “Tenho já 10 mortes trágicas aparelhadas para os prelos! Se os meus caboclos soubessem ler e soubessem como sou feroz...”<sup>5</sup>. Dessa maneira, abordarei a gestação das *cidades mortas* e do Jeca Tatu, as antíteses do progresso, atento aos argumentos ideológicos dos textos.

---

<sup>1</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.451.

<sup>2</sup> Ibidem, p.438. (São Paulo, 01/05/1919)

<sup>3</sup> LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986. p. 50.

<sup>4</sup> Ibidem, p.54.

<sup>5</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. p.81. (Buquira, 17/08/1916). “Dez Mortes Trágicas” seria o título de *Urupês*.

Por que, afinal, os trabalhadores rurais seriam incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso? Por que as cidades mortas do interior subsistem no pretérito? O decorrido seria inconveniente ao escritor? Por quê? Como entendeu circunstâncias socioeconômicas através de conceitos temporais? Quais argumentos firmam os textos? Destacarei assim os enunciados classistas na imagem dos sertões e dos caboclos. Neste item seguirei as carreiras de promotor público e de fazendeiro no Vale do Paraíba, ou seja, a *experiência* (KOSELLECK, 2006) de Monteiro Lobato no decaído norte de São Paulo. O fermento dos textos lobatianos surge daí, através do contato com a rotina e com os avessos ao progresso.

### 3.2.1. Um livro à Euclides.

O intuito do doutor Lobato, então bacharel em ciências jurídicas e sociais, era simples e estava de acordo com sua situação de neto de visconde: deixar a vida ideal das intermináveis discussões literárias e filosóficas e entrar na “vida prática”, ser fazendeiro e só falar em “milho e porcos, e te dê receita para acabar com o piolho das galinhas”<sup>6</sup>. Em 9 de dezembro de 1904, quando comunica a conclusão do curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, não havia empecilhos à ideia.

Os embaraços surgem logo. Em dezembro ainda. Não decorriam de condições sociais, contudo. Seu avô, Visconde de Tremembé, importante fazendeiro no Vale do Paraíba, possuía terras e influência suficiente. Órfão aos dezesseis, Monteiro Lobato e as irmãs, Judite e Ester, seriam os únicos herdeiros de enorme patrimônio. O embaraço, na verdade, vinha do seu temperamento.

Em 30 de dezembro, formado três semanas antes, escreve a Godofredo Rangel angustiado. Taubaté, sua cidade natal, se transformou em exílio. “Exílio, Rangel, pura verdade!”. Saltou, como explicou, da “libérrima vida estudantina de São Paulo” e caiu neste “convencionalismo de aldeia”. Sua individualidade, o VADEMECUM-VADETECUM nietzschiano, estava ameaçada pelo achatamento mental dos vigários, dos parentes e mais “pessoas gradas”. As arestas do seu gênio deveriam ser lixadas e sua índole arredondada. “Um homem aqui só fica bem ‘grado’

---

<sup>6</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.79-80. (São Paulo, 9/12/1904).

quando se confunde com todos os outros e é irmão do Santíssimo Sacramento”. Obrigar-se-ia a se defender “heroicamente”<sup>7</sup>.

Logo na volta, com o título de Doutor, os taubateanos organizaram uma manifestação em seu nome: foguetes, banda de música, crianças gritando e brincando, oito discursos, nos quais, segundo o remetente, se destacou o “raro brilhantismo”, “um dos mais”, “as venerandas arcadas” do neto do visconde. “Eu percebia o jogo”, revelou, “a manifestação era mais dirigida a ele do que a mim, porque ele é um grande visconde e eu não passo dum simples neto de visconde”. Respondeu às manifestações declarando que era bacharel mais pelo Largo do Rosário, onde se encontrava a boêmia paulistana, do que pela Academia e que os advogados são uma filoxera social etc. Ninguém entendeu nada. Não importava, de qualquer modo. Estavam ali pela cerveja e pelo avô<sup>8</sup>.

Consegue encher o tempo nos meses seguintes. Estudou, leu e trabalhou (embora não diga a ocupação) bastante. Jogava na loteria. Tinha três namoradas, “cada um[a] dum tipo”. Escreveu algumas críticas no jornal local, o que lhe valeu a declaração de “única autoridade crítica da terra”. “O meio de sermos admirados pelo povo é não sermos entendidos”, afirmou a Rangel<sup>9</sup>. O corpo também prosperou. Engordou nas fazendas do avô. Uma vida ociosa. Mas, no geral, detestava tudo isso. Esforçou-se, mas não conseguia “tomar tudo isso a sério”. Confessou, em 20 de fevereiro de 1905, seu desespero:

Ah, Rangel, eu brinco mas o desespero anda a assaltar-me. Meu processo de burrificação marcha firme. Este ar, esta coisa chamada “interior”, arrasa uma criatura em poucos meses. Sinto que estou me tornando tapera - com pés de juás, erva-de-santa-maria, cordão-de-frade e guaxumas no terreirinho outrora tão limpo... As ideias vêm-me lorpas, com o carimbo local, ideias de boticário da roça. Sinto uma ferrugem no cérebro, tudo *grin-cheux*, difícil... Que suicídio lento é este viver de aldeia! Suicídio mental apenas, porque o corpo prospera lindamente. Faz-me falta o oxigênio metropolitano.<sup>10</sup>

No “exílio” continua a interminável conversa sobre autores, livros, estilos e formas com Godofredo Rangel. Lê em inglês e francês. Projeta sua estreia, mas escreve pouco. Em março de 1906, fica noivo da “professora complementarista” Maria Pureza da Natividade<sup>11</sup>. Sobrevive em Taubaté. Sabe, porém, que precisa iniciar uma vida nova.

---

<sup>7</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.80-81. (Taubaté, 30/12/1904).

<sup>8</sup> Ibidem, pp.80-81. (Taubaté, 30/12/1904).

<sup>9</sup> Ibidem, pp.83-84. (Taubaté, 24/01/1905).

<sup>10</sup> Ibidem, pp.87-88. (Taubaté, 20/02/1905).

<sup>11</sup> Ibidem, p.106. (Taubaté, março de 1906).

Em dezembro deste ano (1906), cobriu as linhas das estradas de ferro Paulista, Mogiana e Sorocabana, passando em São Paulo e nas cidades do oeste “que da noite para o dia o café criou” – São Carlos, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e outras. Ficou impressionado. “Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragens novas, pois em toda a região da Terra Roxa – um puro óxido de ferro – recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente”<sup>12</sup>. O intuito em ser fazendeiro, traçado anos atrás, poderia cumprir-se.

Ribeirão Preto, por exemplo, com sessenta mil habitantes, teve uma colheita de quatro e meio milhões de arrobas, onde um fazendeiro, “o Schmidt”, colheu novecentas mil. “Costumes, hábitos, ideias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho São Paulo e da tua Minas”, comenta. No município, dizem-lhe, havia oitocentas “mulheres da vida”, todas estrangeiras. Não faltava champanha e francesas. Famílias do Rio e São Paulo vinham ganhar dinheiro aos montes. As meninas encantadoras, “tão mimosas, tão casadoiras”, eram pintoras, pianistas e professoras “ultrafina[s]” que estudavam com os mestres do Velho Mundo. Havia clubes de dança, onde os jovens flertavam<sup>13</sup>. Nada lembrava Taubaté.

“Esse meu passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas ideias”. Queria ser nomeado para as cidades do oeste. “Lá ninguém *mora*; apenas *estaciona* para ganhar dinheiro”<sup>14</sup>. Em fevereiro de 1907, então, começa a “cavar” uma promotória, com as credenciais do título de bacharel e, principalmente, com a influência do avô.

Monteiro Lobato alcançou a diferença entre as velhas fazendas do Vale do Paraíba e a onda verde no Oeste. A primeira, sua Taubaté, sem futuro; a outra, a riqueza das grandes plantações de café. Um desnível entre as duas regiões, acarretado pelas estradas de ferro, a imigração e a qualidade das terras. A infraestrutura necessária à monocultura cafeeira estava no Oeste, não nos outrora prósperos municípios ao norte do estado.

Em novembro de 1860, tem início a construção da estrada de ferro entre Santos e Jundiaí. Em 16 de fevereiro de 1867, a empresa The São Paulo Railway Company, formada em Londres pelo Barão de Mauá e outros sócios, inauguram os 139 quilômetros da linha (MORSE, 1970, pp.205-206). Em março de 1870, começam os

---

<sup>12</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.133. (Taubaté, 18/01/1907).

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp.133-134. (Taubaté, 18/01/1907).

<sup>14</sup> *Ibidem*.

trabalhos da Cia. Paulista, abrindo caminhos na direção de Jundiaí a Campinas. Seria entregue em dois anos e meio (HOLANDA, 1996, pp.273-274). Quatro anos depois a Cia. estende seus trilhos a Limeira e Rio Claro (1876) e Descalvado (1881). Outras empresas surgem neste momento. De Moji Mirim e Amparo (1875), a Mogiana segue a Casa Branca (1878), Ribeirão Preto (1883) e Poços de Caldas (1886). Sorocabana, a última linha menciona por Lobato, abriu a Sorocabana e Ipanema (1875) e a Tietê, em 1883 (MORSE, 1970, pp.228-229). Desta maneira, as construções férreas interligavam as áreas do Oeste e transportavam a produção cafeeira ao porto de Santos.

Os fazendeiros do Paraíba, ao contrário, estavam sujeitos ao transporte em lombo de burro, exportando seus produtos da província ao Rio de Janeiro e sul de Minas Gerais por terra. Esses constituem a Companhia São Paulo a Rio de Janeiro, construindo trilhos em Moji das Cruzes (1875), Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté (1876) e, um ano depois, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena e Cachoeira, onde se junta com a estrada de ferro Pedro II (HOLANDA, 1996, pp.275-276). Outras duas vias seriam iniciadas. Como a linha São Paulo a Rio de Janeiro não cobria todas as comarcas, uma estrada de ferro ligando Rezende a Areias foi construída. No entanto, não seguiu o traçado e não chegou a Areias. Outra, a de Bananal, aberta em 1889, não vingou e foi encampada pelo governo (HOLANDA, 1996, pp.278-279). Nenhuma dessas construções mudou a sorte da região.

Nas fazendas do Oeste, também era maior a presença de imigrantes europeus, sobretudo italianos. Em 1883, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2006, pp.277-278), entraram mais de 30 mil destes imigrantes, subindo para 55.965 em 1887 e atingindo, no ano seguinte, a marca de 133.255. Os fazendeiros do Vale dependiam da mão-de-obra escrava, cada vez mais cara desde a proibição do tráfico internacional, e não souberam incrementar o trabalho livre. Com a abolição veio a estagnação; por fim, o declínio. No Oeste, ainda, as plantações eram novas e o solo, “entreamado de manchas de terra rosa”, mais produtivo do que as do Paraíba (HOLANDA, 2006, pp.277-278). Não causa espanto o “sabor de riqueza latente” experimentado em 1906.

A “cavação de promotoria” tem resultado. Monteiro Lobato, em 4 de março de 1907, derrotando mais de cem candidatos, foi nomeado promotor público da comarca de Areias, ainda no Vale do Paraíba. Como informou em carta, uma missiva do seu avô ao general Glicério, mais a ajuda do secretário (e futuro presidente da República) Washington Luís, foram seu trunfo. Caso nada destoante dos mecanismos de

manutenção e distribuição do poder na Primeira República. De lá “passarei para uma comarca da Terra Roxa, a terra abençoada onde se ganha dinheiro” e então se casaria<sup>15</sup>. Nada muito demorado. Nada muito trabalhoso.

Areias, outrora, era prospera. Chegou, em 1854, a produzir 78% do café paulista. De acordo com Edgard Cavalheiro (1956a, p.124), uma epidemia de varíola (1873) e outra de febre amarela (1900) dizimaram parte considerável da população municipal. Em 1888, a abolição “retira do eito três mil braços” e as lavouras declinam. Os fazendeiros vão para o Oeste. Muitos emigraram. Em 1907, quando Monteiro Lobato chegou, menos de 4% do café paulista era ali produzido e do tempo já findo resistiam os casarões abandonados de dois ou três andares.

“Areias, Rangel! Isto dá um livro à Euclides”, começa sua descrição da comarca em 14 de maio de 1907. Um tipo de “ex-cidade”, de “majestade decaída”. “A população de hoje vive do que Areias foi” e fogem “da anemia do presente por meio de uma eterna imersão no passado”. Os dramas da velha grandeza empolgam o promotor. Daria, talvez, algum texto – com crimes, lendas e mistérios<sup>16</sup>.

Contudo, as coisas não ocorrem como planejado. A promotoria na terra roxa não vem. Os anos decorrem, lentos. Do entusiasmo da nova situação ao tédio. O livro à Euclides também não sai. Não ainda. Não feito *Os sertões*. Na verdade, anota algumas impressões e esboça alguns textos sobre a cidade destoante da animação inicial:

*Tedium vitae*

Três dias de chuva contínua – sexta, sábado, domingo... O bolor domina, e invisível bolor paira nas fisionomias. Até o rosto de Lucy, sempre tão vivo, pareceu-me embolorado.

No minuto em que o sol bruxuleou, pálido, da palidez dos convalescentes, correram pela terra suspiros de alívio e esperança. Mas as nuvens de novo se cerraram e sobre as coisas e as almas recaiu de novo o bolor.

Bolor, mofo: tédio das coisas.<sup>17</sup>

Ou, tornando mais claro a situação de Areias, a nota “Idade Média”:

Oblivion todinha, das cozinheiras ao promotor, acudiu ontem à janela quando chegou de sua fazenda dona Briolanja de Lemos. Vinha em trole coberto, puxado por duas juntas de bois, seguida do filho e mais um pajem, ambos a cavalo.

---

<sup>15</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.143-144. (São Paulo, 14/04/1907).

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp.147-148. (Areias, 14/05/1907).

<sup>17</sup> LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. p.85.

É bem a senhora feudal que de longe em longe dá a honra de sair do seu castelo e vir espairecer entre a peonagem arranchada no pequenino povoado nascido e crescido à sombra dele.

Lindo! Lindos este respeito, esta veneração, este prestígio de família nobre que sabe impor-se ainda mesmo na decadência.

Seu castelo – a fazenda – pouco vale, quase tapera que é. Em riqueza vence-a qualquer italiano com armazém no povoado. Mas a fazendeira é a mesma fidalga de outrora, medieval e hierática, diante de cuja majestade a peonagem liberta dobra a espinha naturalmente.<sup>18</sup>

Oblivion [do inglês, esquecimento] poderia ser Areias, Taubaté, Bananal ou qualquer outra cidade do Vale do Paraíba. O tédio das coisas fazia a vida bolorenta. As fazendas, “quase tapera que é”, estavam acabadas. Sua população, “a peonagem”, venerava dona Briolanja de Lemos (uma personagem fictícia) pelo resto de prestígio da nobre família. O fato é que “a senhora feudal” e seu “castelo” eram anacrônicos. Oblivion ainda estava na Idade Média. Monteiro Lobato, em tais regiões, via reflexos para o passado. Seria este o tema euclidiano. Uma ex-cidade, anotou em carta. “Cidades mortas”<sup>19</sup>, escreveu no diário.

Para neutralizar Areias, comenta com Rangel, lia o *Weekly Times* e traduzia seus artigos interessantes, mandando-os para *O Estado de São Paulo*. Ganha 10 mil-réis com cada texto. Escreve, também quando quer, para *A Tribuna de Santos*<sup>20</sup>. E, sobretudo, compõe grande parte dos contos enfeixados em *Cidades mortas* (1919). É a partir deste livro que poderemos examinar o progresso “nômade” da região Norte do estado.

Considerando os muitos contos, convém circunscrever a análise às impressões “Cidades mortas” (1906) e “Coisas do meu diário” (1908), desdobrado nas edições seguintes em “A vida em Oblivion”, “Os perturbadores do silêncio” e “Vidinha ociosa”. São escritos a partir da vivência em Taubaté e Areias e constituem a base dos demais textos do livro. Monteiro Lobato aí descreveu as cidades do Vale do Paraíba: seu declínio, suas fazendas, seus habitantes, seu viver modorrento etc. O autor evidencia a simultaneidade de ritmos no estado e julga as diferenças socioeconômicas e culturais entre o Norte e o Oeste como descompassos temporais nas ficcionais Itaoca e Oblivion.

O início de “Cidades mortas” expõe com clareza a situação da região:

---

<sup>18</sup> LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. p.40.

<sup>19</sup> O fragmento “Cidades mortas” anuncia alguns elementos do livro homônimo: “Uma ex-cidade, Oblivion. Foi, não é. Vive a vida músculo-nervosa das sucuris às quais rebentaram o crânio. Duram dias assim, as serpentes, vitalizadas pelas reservas nervosas em acúmulo e morrem com a lentidão da lagoa que o sol enxuga”. LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo: 2008. p.35.

<sup>20</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.202-203. (Areias, 01/07/1909).

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.<sup>21</sup>

O grupo de fatores era discriminável. “A uberidade nativa do solo é o fator que condiciona”. Quando a uberidade se esvai, também desaparece o capital. Sem adubo, o “progresso de cigano” emigra e arrasta os melhores trabalhadores. O desenvolvimento acaba. “Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora”<sup>22</sup>. Nenhuma fortuna sobrou. Os grandes fazendeiros se mudam para o Oeste, terra da promessa. No lugar da onda verde, o deserto.

Sobraram um punhado de caboclos “incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência” e os mesmeiros, que sempre fazem as mesmas coisas e “pitam longos cigarrões de palha, matadores de tempo”<sup>23</sup>. Não havia esperanças. Os homens restantes não lavravam o solo e viviam do tempo já decorrido. Os dias se repetiam. Não havia *horizonte de expectativa*. O passado luminoso, distante. O tempo parou. Na fadiga e na incapacidade de fecundar a terra, há uma relação com o tempo fatalista. Nada de novo acontecerá. O futuro, mero derivado das arrobas de café, não será cultivado. Desta maneira, todos os dias são iguais. O boticário inventou, assim, uma folhinha para “distinguir uma segunda duma terça ou quarta-feira”<sup>24</sup>. Só no domingo, em virtude da missa, as cidades mortas têm alguma atividade.

Juntos dos antigos armazéns, das praças abandonadas e do velho teatro estavam as desertas casas de dois ou três andares, “os palácios mortos da cidade mortas”, onde

Vivem dentro, mesquinamente, vergôntes mortças de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem da pátina dos anos e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa à força de goteiras, paira o bafio da morte. Há nas paredes quadros antigos, *crayons*, figurando efigies de capitães-mores de barba em colar. Há sobre os aparadores Luís XV brônzeos candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se acendem as velas, nem se guardam os nomes dos enquadrados – e por tudo se agruma o bolor rânido da velhice.<sup>25</sup>

No campo, a mesma fragilidade e abandono:

---

<sup>21</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.21.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp.21 e 23.

<sup>23</sup> *Ibidem*, pp.24 e 27-28.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.38.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.22.

As fazendas são Escoriais de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Ladeando a Casa-Grande, senzalas vazias e terreiros de pedra com viçosas guanxumas nos interstícios. O dono está ausente. Agregados dispersos. Subsistem unicamente, como lagartixas na pedra, um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam – a fauna cadavérica de última fase a roer os derradeiros capões de café escondidos nos grotões.<sup>26</sup>

O espaço dos palácios e das fazendas foi temporalizado. Os românticos e antiquários, malgrado suas diferenças, veriam na “pátina dos anos” a materialidade do tempo já findo ou a presença do passado no presente. No caso, a imaginação e os sentidos agiriam sobre as camadas de poeira na escritura de romances que restituíssem, através da ficção, os contornos das construções em ruínas, evidenciando, desta maneira, a separação entre o passado e o presente (RAMOS, 2014, pp.238-239). Outra era a sensibilidade de Monteiro Lobato. O infortúnio das cidades mortas decorria da permanência do passado, o passado que não passa, insiste e persiste. Não havia qualidade positiva na “pátina dos anos”. O decorrer dos anos deixava marcas de corrupção na matéria e nas pessoas. O tempo não avançava. O tempo deteriorava.

Os românticos eram lidos em Oblivion. Três livros promoviam a educação literária dos cidadãos cultos. Livros, como a cidade, já encardidos e sujos, lidos e relidos nos serões familiares “por sucessivas gerações”. Eram eles *La mare d’Auteuil*, de Paulo de Kock, “para uso dos conhecedores de francês”, alguns volumes do *Rocambole*, “para enlevo das imaginações femininas”, e *Ilha maldita*, de Bernardo Guimarães, “para deleite dos paladares nacionalistas”<sup>27</sup>. Desses, o último, considerado uma “obra-prima nacional” entre os leitores, recebeu duras críticas pelo narrador:

No concerto dos nossos romancistas, onde Alencar é o piano querido das moças e Macedo a sensaboria relambória dum flautim piegas, Bernardo é a sanfona. Lê-lo é ir para o mato, para a roça – mas uma roça adjetivada por menina de Sion, onde os prados são *amenos*, os vergéis *floridos*, os rios *caudalosos*, as matas *viridentes*, os píncaros *altíssimos*, os sabiás *sonoros*, as rolinhas *meigas*. Bernardo descreve a natureza como um cego que ouviu contar e reproduziu as paisagens com os qualificativos surrados do mau contador. Não existe nele o vinco enérgico da impressão pessoal. Vinte vergéis que descreva são vinte perfeitas e invariáveis amenidades. Nossas desajeitadíssimas caipiras são sempre lindas morenas cor de jambo.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. pp.23-24.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.28.

<sup>28</sup> *Ibidem*, pp.28-29.

O juízo não deixa margem para dúvida. “Bernardo mente”. Os carrapatos, pernilongos e espinhos do mato, continua o autor, são “doçuras, insetos maviosos, flores olentes” no romancista<sup>29</sup>. O patriotismo literário da desconhecida Oblivion era falso e tosco. Não atinavam sua condição miserável e recorriam a mentiras. Os escritores brasileiros, sobretudo os românticos, serão citados em vários textos do autor como ignorantes das “reais” condições do interior e desacreditados intelectuais de gabinete. Desta junção de leitores acríticos e escritores estranhos ao país, resultaria um patriotismo tosco e mentiroso: o ufanismo<sup>30</sup>.

O silêncio domina as ruas das cidades mortas e indica a ruína da região. Não vibram “fonfons de auto, nem cornetas de bicicletas, nem campainhas de carroça, nem pregões de italianos, nem *ten-tens* de sorveteiros, nem *plás-plás* de mascates sírios”, mas somente o sino da igreja, o vaguear dos carros de boi, os rumores na farmácia, o berreiro das crianças no fim das aulas etc<sup>31</sup>. O som mais destoante é o do carrinho da Câmara. O veículo sai gemendo e rangendo “*nhem-nhim*” na rua devido a ferrugem no eixo das rodas. O moderno não tem lugar em Oblivion. Os habitantes censuram o carro. O maquinismo de ferro aberra na paisagem da cidade. O barulho sinaliza atividade, algo inexistente ali. O marasmo deve continuar e o silêncio a reinar.

“A cidadezinha onde moro lembra soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além”<sup>32</sup>. O trecho acima encerra o drama das cidades mortas. A nuvem de poeira assemelha-se ao acúmulo de “ruína sobre ruína” das teses de Walter Benjamim. O progresso cigano seria a “tempestade [que] o impele [o anjo da história] irresistivelmente para o futuro” (ou, no caso, para Oeste). Oblivion – outro nome de Taubaté, Areias ou Bananal – encarnaria “o amontoado de ruínas [que] cresce até o céu” (BENJAMIN, 2012, pp.13-14). Progresso e ruína eram indissociáveis. Na verdade, o progresso acarreta o aniquilamento do passado.

Em suma, nas cidades mortas, não “se conjugam verbos no presente”. Tudo é pretérito e não há futuro. Seu esplendor passou. “Ali tudo foi, nada é”. Os jornais e as cartas ainda lembram às pessoas que o mundo existe. Os fios telegráficos não

---

<sup>29</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.29.

<sup>30</sup> Cf. acerca do ufanismo na Primeira República: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. Em co-edição com o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira; co-edição MCT/CNPq. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp.95-109.

<sup>31</sup> LOBATO, *Op. cit.*, pp.23 e 33.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.27.

funcionam mais. As estradas de ferro não chegam. “Desviou-se dela a civilização”<sup>33</sup>. Monteiro Lobato discernia os fatores da decadência. Observou e registrou a ineficiência do estado, a incompetência burocrática, a mistificação do interior pelos intelectuais, o abandono da região, a ignorância das gentes, a monocultura e o esgotamento do solo etc. Descreveu esses aspectos com termos temporais :“atraso”, “progresso”, “passado”, “presente” e outros. Não tinha dúvida da simultaneidade de ritmos no território nacional. Não sabia ainda a solução do descompasso. Isso viria depois. Entre 1907-1918 iria investigar o assunto e escrever seus contos.

### 3.2.2. “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!”.

Monteiro Lobato abandona a carreira de promotor público em abril de 1911. Com a morte do avô, em 27 de março, herdou algumas propriedades no Vale do Paraíba. Na partilha com as irmãs, adquire os dois mil alqueires da Fazenda Buquira, na Serra da Mantiqueira<sup>34</sup>. Finalmente seria fazendeiro.

Em dezembro de 1911, estando há uma semana na fazenda, confessou em carta não ter adquirido o senso utilitário da administração. Usava muito “o estético – e temo que isso me dê prejuízo no fim do ano”<sup>35</sup>. Não errava. Em fevereiro de 1912, por exemplo, contrata um avicultor grego para “valorizar minhas Leghornes dou-o como descendente bastardo de Homero”. Os produtos do prometido lote de Orpingtons da “criação de luxo” do Ministro da Agricultura foram descritos como “aves aristocratas, ministeriais, de bom *pedigree* inglês e criadas por um neto de Homero – talvez um Átrida!”. Destacou, na mesma ocasião, o requinte das galinhas<sup>36</sup>.

Procurou ter êxito. Leu a *Galinocultura*, de Delgado de Carvalho, e ficou extasiado com a hibridização e seleção das raças. “Estou empenhado em fixar uma nova

---

<sup>33</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. pp.21 e 27.

<sup>34</sup> Segundo Edgard Cavalheiro, a Fazenda do Buquira era “uma enorme propriedade, abrangendo 1515 alqueires de terras, que acrescidas de outras do espólio paterno, perfazem cêrca de dois mil alqueires, um fazendão mesmo naqueles tempos. Encravados na Serra da Mantiqueira, seus campos, morros e matas perdiam-se de vista. A casa-grande fôra construída numa baixada, formidável casarão de oitenta janelas e portas. Só a sala de jantar media quatorze metros de comprimento. Um tanto lúgubre, com os longos corredores e os inumeráveis aposentos que dariam para abrigar, não duas famílias como a do novo proprietário, mas pelo menos cinco. Uma larga escadaria de pedras dava acesso à porta principal; ao redor, formando um quadrado, a casa da máquina, a tulha, antigas senzalas, cocheiras, residência do administrador e camaradas. Atrás da casa-grande o amplo e bem formado pomar”. CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Tomo I. 2.ª edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956a. p.142.

<sup>35</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.259-260. (Fazenda, 10/12/1911).

<sup>36</sup> *Ibidem*, pp.263-264. (Fazenda, 07/02/1912).

raça de galinhas por meio do cruzamento da Wyandotte Silver-laced com uma raça crioula que encontrei aqui, muito rústica e adaptada”. Os “processos americanos” seriam o guia. Contudo, a empresa ainda não é exclusivamente comercial. O cruzamento das galinhas, escreveu, era a “melhor distração, e mais nobre, para um homem de letras”<sup>37</sup>. Prova disto vem da dificuldade em vender as ninhadas. Como era preciso remeter para São Paulo, segundo carta provavelmente de 1915, o fazendeiro comia galos Leghorn, Leythur e Orquitho “que valem 30 e 50.000 [réis] por aí”<sup>38</sup>. Faltou-lhe, isto posto, o espírito do capitalismo.

Não teve menos sorte na produção do café. Suas cartas sobre a colheita e venda do produto são cheias de promessas e frustrações. Em 1913 ou 1914, por exemplo, iria vender o café de Buquira, “mas aquela história de Nova Iorque deu tamanho tombo nos preços que é melhor não se pensar nisto”<sup>39</sup>. Desta maneira, já em dezembro de 1913, recorre a empréstimos no Banco de Custeio de Caçapava para bancar a fazenda<sup>40</sup>. Mesmo os 40.000 pés de café plantados em 1915 não custeiam os gastos<sup>41</sup>. O atoleiro vai aumentando. “Este mês tenho que entrar com 2 contos para o Banco Agrícola e perco mais 3 de uma letra que endossei e tenho de pegar”, informou à Ester em junho de 1915<sup>42</sup>. No ano seguinte, considerou que, possivelmente, não teria lucro devido à escassez do café. Em 1915, ainda, embora amortizadas em 41:300\$000, tinha as dívidas em 15 contos mais o que devia aos cunhados<sup>43</sup>.

Inicia a construção da Fazenda do Rosaral em 1915. Preparou aí grandes roças de milho e feijão. Na Fazenda Buquira fez cercas de madeiras de lei para os porcos, esperando nascerem 80 em setembro. “Este ano acabo de liquidar toda a dívida”<sup>44</sup>. Se conseguisse, venderia a fazenda e iria para São Paulo. Mas não consegue. Não prospera. O solo não aguentava seus planos. Estava esgotado. O fazendeiro cada vez mais arruinado procura os culpados. Quem seriam? Monteiro Lobato não mostrou dúvida na correspondência ativa:

Heitor (...)

Por aqui vai a saúde de sempre e o contentamento de decepar este ano umas 15 cabeças da grande hidra Dívida. Infelizmente esta hidra tem

---

<sup>37</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.266-267. (Fazenda, 19/08/1912).

<sup>38</sup> Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p.70. (Provavelmente de 1915).

<sup>39</sup> Ibidem, p.65. (Escrita a Fazenda do Buquira em 1913 ou 1914).

<sup>40</sup> Ibidem, pp.66-67. (S. Paulo, 03/12/1913).

<sup>41</sup> Ibidem, p.70.

<sup>42</sup> Ibidem, p.72.

<sup>43</sup> Ibidem, p.74.

<sup>44</sup> Ibidem, pp.76-77. (Buquira, 19/01/1916).

cabeças demais (conto cada uma a conto de réis) e algumas renascentes, de modo que não é tão cedo que decepo todas. Farto ando da roça e de me aborrecer diariamente com a maior peste que Deus ou o Diabo botou no mundo para o eterno castigo dessa besta de carga que é um fazendeiro nortepaulista: o caboclo. Oh! Quadrumanos! Oh! quadrupedes (ainda não me afirmei em qual espécie eles residem) vagabundos! Que horror têm eles ao trabalho! Suspiro pelo domínio alemão no mundo, porque só o alemão, conquistando esse país, teria o topete bastante para revogar a Lei 13 de Maio, pichar a caboclada e pô-la a substituir o negro no eito, sob vistas de truculentos feitores armados de uma maquina de surrar aperfeiçoadíssima, movida a eletricidade.<sup>45</sup>

Os caboclos eram seus trabalhadores. Deram-se alguns conflitos entre os colonos e o fazendeiro. Houve acontecimento declarado uma “revolução” contra seu mando, na visão do proprietário. Esse incidente concede-nos a chance de atinar as relações entre os empregados e o empregador, ou seja, entre os caboclos e o escritor.

Monteiro Lobato abriu mão do administrador da Fazenda Buquira, um tal de Cesar, em maio de 1914. Cansado da literatura, de fazer fotografia e de pintar aquarelas, resolveu deixar de ser “hóspede em minha fazenda” e governar ativamente a propriedade. O administrador pediu uma semana de prazo “e pôs-se a conspirar nas minhas ventas sem que eu percebesse”. Convenceu alguns e ameaçou outros colonos a interromperem todos os serviços da fazenda. “Seu doutor, sem eu aqui a colheita deste ano está perdida, mas continuo sempre às suas ordens”, disse antes de partir<sup>46</sup>.

Quando foi para a Casa de Administração, por fim encarregar-se da fazenda, os colonos começam a retirar-se em carros de bois e burros de tropa vindos “das fazendas e lugarejos vizinhos”. Monteiro Lobato, então atônito, interroga um italiano que estava há trinta anos na fazenda e veio despedir-se:

- “Então você vai também, Raimundo?”.
- “Que remédio! Tenho de ir...”.
- “Tem de ir? Como? Não entendo...”.
- “Eu não posso falar, seu doutor. Tenho de ir, tenho de ir...”<sup>47</sup>.

O fazendeiro inquiriu mais. Raimundo contou, à vista disso, a conspiração do administrador. Cesar planejou “um êxodo em massa” no dia de sua partida. Arranjou ocupação nas fazendas vizinhas para todos os colonos e ameaçou de morte os que não saíssem. Regressaria no dia seguinte para conferir a obediência dos caboclos. “O plano era deixar-me impossibilitado de colher o café – a não ser que eu o readmitisse como

---

<sup>45</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. pp.80-81. (Buquira, 17/08/1916).

<sup>46</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.283. (Fazenda, 15/05/1914).

<sup>47</sup> O diálogo encontra-se em LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.283-284 (Fazenda, 15/05/1914). Reproduzo *exatamente* como na fonte.

administrador, caso em que todos os colonos voltariam e ficaria tudo como dantes”<sup>48</sup>.  
Resolveu não voltar atrás:

- “Raimundo, vai-te para o inferno! Que todos vão para o inferno! Não preciso de ninguém aqui. Eu sabia de tudo, escrevi para São Paulo e mandei contar lá cinquenta colonos novos. Você vá dizer para essa gente que está saindo, ou vai sair, que o que quero é que saiam todos o mais breve possível para desocupar as casas. Preciso delas para os colonos novos”.

E, por fim, acrescenta: “Se [Cesar] voltar, não passa daquela porteira! Mato-o como quem mata um cão!”<sup>49</sup>.

Raimundo corre a contar aos outros o acontecido. “Todos se convenceram de que o patrão era mesmo um homem tremendo, que matava de verdade, e começaram a mudar de ideia, a perder o medo do administrador”. Cesar não voltou no dia seguinte, mas os trabalhadores sim. Monteiro Lobato controlou a “revolução” e saiu “vencedor e dono final da minha fazenda”<sup>50</sup>. Com a demissão, economizaria de 5 a 6 contos por ano e ainda teria o controle dos serviços executados<sup>51</sup>. O embate, que fez o escritor sustar a discussão literária com Godofredo Rangel para comunicar-lhe o episódio, mostrou o pouco interesse na administração da fazenda até então e as tensões entre o fazendeiro e os caboclos (seus colonos).

Os caboclos foram objetos de suas considerações desde fevereiro de 1912. “Já te expus a minha teoria do caboclo, como o piolho da terra, o *Porriigo decalvans* das terras virgens?”, pergunta a Rangel<sup>52</sup>. O assunto retorna em 9 de abril de 1912: “Vou ver se consigo escrever um conto, o *Porriigo decalvans*, em que considerarei o caboclo um piolho da terra, uma praga da terra”<sup>53</sup>. Não garantiu nada na ocasião. Não causa espanto as considerações mais acabadas sobre o tema serem de outubro de 1914, já passados alguns anos como fazendeiro e a conspiração do administrador.

“Quantos elementos cá na roça encontro para uma arte nova!”, inicia a missiva de 22 de outubro de 1914. *Gestava*, segundo a carta, uma obra literária inédita no país, baseada no pressuposto que “*entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas*

---

<sup>48</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.284. (Fazenda, 15/05/1914).

<sup>49</sup> Ibidem, p.284.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p.69. (Faz. 01/06/1914).

<sup>52</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.264. (Fazenda, 7/02/1912).

<sup>53</sup> Ibidem, p.265. (Fazenda, 9/04/1912).

*da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades*<sup>54</sup>. Não sabia se seria um romance ou uma série de contos, mas a ideia central estava mais ou menos definida: o caboclo como piolho da serra. Conta a evolução do projeto:

Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. Nasce por mãos duma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba. Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurada no nariz. Vê-lo virar menino, tomar o pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mate, matar com a pica-pau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sítio onde nasceu, até que a morte o recolha. Constrói lá uma choça de palha igualzinha à paterna, produz uns piolhinhos muito iguais ao que ele foi, com a mesma lombriga nas ventas. Conta a obra de pilhagem e depredação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas árvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. Havia uma gameleira colossal perto da choça, árvore centenária – uma pura catedral. Pois ele derrubou-a com “três dias de machado” – atorou-a e dela extraiu... uma gamelinha de dois palmos de diâmetro para os semicúpios da mulher! Também extraiu da gameleira morta um pilãozinho de moer sal. Como aproveitou a gameleira, assim aproveita a terra. Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho. E assim por diante. Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhoria-se da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante.<sup>55</sup>

Continua a carta. O caboclo era romantizado por sujeitos que escreviam nas cidades e “não penetram nos campos de medo dos carrapatos”. O único meio de curar-lhes do prisma era dar “a cada um (...) uma fazenda na serra para que a administrem”. Se não, continuariam a fantasiar o piolho da serra. Suas afirmações são categóricas: “Rangel, é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto”<sup>56</sup>. Escreveu os artigos “Uma velha praga” e “Urupês” com tal concepção do homem do campo.

Como visto acima, ambos são publicados na seção “Queixas e reclamações” d’*O Estado de São Paulo* em 14 de novembro e 23 de dezembro de 1914. Em termos de ideias, não havia muito de novo em relação ao já visto nas correspondências. Na verdade, são onde deu forma narrativa à experiência como fazendeiro e sua percepção do caboclo paulista, criando o estereótipo<sup>57</sup> Jeca Tatu. Mas alguns elementos novos

---

<sup>54</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.290. (Fazenda, 22/10/1914).

<sup>55</sup> *Ibidem*, p.291. (Fazenda, 22/10/1914).

<sup>56</sup> *Ibidem*, pp.291-292. (Fazenda, 22/10/1914).

<sup>57</sup> De acordo com Barthes (2013, pp.52-53): “O estereótipo é a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo, como se fosse natural, como se por milagres essa palavra que retorna fosse a cada vez adequada por razões diferentes, como se imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra

evidenciam de que maneira desigualdades sociais, econômicas e culturais são expressas em termos temporais. Cabe, então, analisar os textos.

Monteiro Lobato apresenta-se como “uma voz do sertão” em “Uma velha praga”. Se as aldeias europeias eram reduzidas a “um imenso cinzeiro” pelo fogo da guerra, “fogo não menos destruidor” ardia na Serra da Mantiqueira. Desta, restava apenas algumas áreas verdes no monte de “crepe negro”<sup>58</sup>.

O autor censura, no início do texto, sobretudo, a ignorância dos brasileiros em relação a sua terra. “Preocupa à nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa, por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte de uma assombrosa queima destas”<sup>59</sup>. A destruição das camadas de húmus e a erosão, arrastando os sais da terra, paralisavam o rejuvenescimento do solo. Secas agravariam a situação da fauna e da flora da região, atravancando as culturas e os pastos. Perdas incalculáveis para as velhas fazendas e, de modo geral, para a “vocaçã agrária” do Brasil.

O fazendeiro aponta a causa de tal situação:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriigo decalvans*, o parasita de couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalsada. Em quatro anos a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias – seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha e, descendo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro – sua tortura e vergonha.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Escorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.<sup>60</sup>

Nômade, monta sua choça de sapé em algum sítio, nada muito destoante da natureza circunvizinha; nada indicativo de “cultura” para sugar a seiva da terra e esgotar a uberdade da região. Daria cabo das “aves incultas” da floresta com a pica-pau e

---

sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora sua própria insistência. Nietzsche fez o reparo de que a ‘verdade’ não era outra coisa senão a solidificação de antigas metáforas. Pois bem, de acordo com isso, o estereótipo é a via atual da ‘verdade’, o traço palpável que faz transitar o ornamento inventado para a forma canonical, coercitiva, do significado”.

<sup>58</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.159. (Velha Praga, 1914).

<sup>59</sup> Ibidem, p.160.

<sup>60</sup> Ibidem, pp.160-161.

derrubaria as árvores centenárias para semear um punhado de milho, arroz e feijão em poucas semanas. “Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio”. Não deixa vestígios de sua passagem. Neste quadro, não restam dúvidas, o caboclo “é uma quantidade negativa”<sup>61</sup>.

De todas as características atribuídas ao “piolho da serra”, cabe destacar a ideia de um homem inadaptável à civilização, conservando-se fronteiriço ao progresso e condenado a “vagos atavismos” e a uma rotina eterna. O conjunto destas manifesta uma relação com o tempo baseada na inércia e na ociosidade. Dentro da ética do trabalho, sustentáculo do capitalismo, a ociosidade não produz lucros. Nesta visão, perceptível no artigo, o homem rural vive de qualquer jeito e não prospera. Imprevidente, vive da rotineira esterilização dos sítios. Desnecessário inovar. O progresso – a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade – assustava os caboclos. Inadaptável à civilização, modorra de cócoras. Sua miséria advém da incapacidade de lidar com os ritmos do progresso. A inserção do país no sistema capitalista exigia cada vez mais presteza e rendimento dos meios de produção de todas as categorias profissionais ou atividades. O jogo da distribuição, oferta, demanda e preços impõe a coincidência entre tempo e dinheiro. Recusando a adaptar-se, ao “homem baldio” restava viver nas zonas fronteiriça. Sua vida limitava-se a satisfação das necessidades fisiológicas.

“Urupês” continua as mesmas críticas, embora mais contundente. Novamente, censura o prisma desnaturador dos românticos. O “caboclismo” veio suprir a falta do indianismo. O “substrato psíquico” era o mesmo: “orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heroica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras”. Novo símbolo da nacionalidade, o caboclo era o “Ai Jesus!” nacional<sup>62</sup>. Mas, na visão do escritor (e fazendeiro), estava tudo errado:

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.<sup>63</sup>

Surge Jeca Tatu. “Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie”. O caboclo era o maior adepto da lei do menor esforço. “Não paga a pena”, seria sua atitude filosófica

---

<sup>61</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.164. (Velha Praga, 1914).

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.168. (Urupês, 1914).

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.169.

diante das necessidades da vida<sup>64</sup>. Improdutivo, soturno e ocioso, Jeca Tatu era uma sombra dos processos ocorridos nas grandes metrópoles. Suas características eram as mesmas vistas em “Uma velha praga”.

Em todas as atividades da vida mostrava doses de fatalismo e modorra. “O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente”, sentenciou Monteiro Lobato. Desta maneira, Jeca seria o resultado das “benemerências sem conta da mandioca” e do que era oferecido pela natureza: a mandioca, o milho e a cana<sup>65</sup>. Não lavrava. Nenhum cuidado no plantio. “De qualquer jeito se vive”. Um nômade sem cultura ou comodidade.

E assim como ao lado do restolho cresce o bom pé de milho, contrasta com a cristianíssima simplicidade do Jeca a opulência de um seu vizinho e compadre que “está muito bem”. A terra onde mora é sua. Possui ainda uma égua, monjolo e espingarda de dois canos. Pesa nos destinos políticos do país com o seu voto e nos econômicos com o polvilho azedo de que é fabricante, tendo amealhado com ambos, voto e polvilho, para mais de 500 mil-réis no fundo da arca.<sup>66</sup>

Contraste flagrante. Jeca Tatu vive em “casa de sapé e lama que faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro”. Nenhuma mobília ou talher. Sua cama é uma “esteira de peri” estendida no chão de terra batida<sup>67</sup>. A natureza vence a cultura. Goteiras e buracos na parede não incomodam o caboclo. Não remenda. Segue a vida na choça.

Cumprir as ordens do coronel. Nas eleições, vota no governo. “Não sabe em quem, mas vota”. Os sentimentos de pátria e civismo lhes eram desconhecidos. O país lhe é estranho e o presidente da República ignorado (“Pois de certo há de ser o imperador”, responderia). Resumia na palavra “reclutamento” todo o seu entendimento sobre “guerra, defesa nacional [e] ação administrativa”<sup>68</sup>. Impossível formar uma nação com este elemento.

Em essência:

O caboclo é soturno.  
Não canta senão rezas lúgubres.  
Não dança senão o cateretê aladainhado.  
Não esculpe o cabo da faca, como o cabila.  
Não compõe sua canção, como o felá do Egito.

---

<sup>64</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. pp.169 e 172. (Urupês, 1914).

<sup>65</sup> *Ibidem*, pp.172-173. (Urupês, 1914).

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.170.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.174.

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachoo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele, no meio de tanta vida, não vive...<sup>69</sup>

“Urupês” condensou todas as críticas aos caboclos em Jeca Tatu. O “piraquara do Paraíba” era “incapaz de evolução” e “impenetrável ao progresso”. A recorrência da ideia talvez evidencie a impossibilidade de integrar o homem rural na lógica e no ritmo do capital. Obstáculo consequente da inércia e da ociosidade atávica. Campos (1986, pp.13-14) destacou as ressonâncias das teorias de Gustave Le Bon na escritura dos artigos. O psicólogo francês sustentou a existência de diferentes raças humanas, dotadas de caracteres biológicos únicos. Nesta perspectiva, a mistura de raças seria a causa e a explicação dos vícios e da degenerescência dos mestiços – por extensão, dos caboclos. Compreende-se a noção de “raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade” no texto lobatiano e uma certa simbiose entre natureza e cultura nas ações do Jeca. Ciência e experiência do tempo andavam lado a lado. O saber etnológico também cumpria a missão de tirar o véu do prisma desnaturador dos românticos e deixar ver a realidade do interior. O autor ressaltava a miséria de vastas regiões ao contrastar sua experiência de fazendeiro com as imagens literárias sobre o caboclo. Mostrou aos leitores citadinos d’*O Estado de São Paulo* a outra face do progresso. Se uma das metáforas do progresso era a locomotiva, os caboclos seriam aqueles passageiros que perderam a hora. Ficaram para trás, condenados. E ninguém voltaria por eles.

### 3.2.3. Uma vingança?

Nos dias 20 de março e 2 de maio de 1946, nas páginas d’*O Est. de S. Paulo*, Sérgio Milliet censurou os argumentos de “Urupês”. Ocasão conveniente: a Brasiliense editava os volumes das Obras Completas de Monteiro Lobato. O crítico destacou sem demora “a importância do ressentimento na criação literária de Lobato”. O intuito seria sustentar que “Jeca Tatu é uma vingança”, não uma obra de arte isenta de valores. O motivo, enfim:

---

<sup>69</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.177. (Urupês, 1914).

Jeca Tatu é uma vingança. A vingança do fazendeiro fracassado contra o caboclo que lhe põe fogo na mata. É o julgamento de um representante da classe dos que possuem alguma coisa e por isso mesmo não podem compreender a psicologia diferente dos miseráveis. A sentença inapelável dos que não perceberão jamais que viver não é apenas criar riqueza. Dos que embora não dêem aos desgraçados os meios de se educarem e requintarem exigem dos pobres diabos uma atitude na vida semelhante à sua própria. Dos que pensam sempre ser uma grande honra para o escravo servir o senhor e encaram o descontentamento dos subordinados como se fossem gestos de ingratidão.<sup>70</sup>

Não obstante o intuito em decretar a obra lobatiana como conservadora no vocabulário e na sintaxe, escrita a partir de um naturalismo estreito e não ultrapassando “a reprodução exterior e pitoresca da anedota ou do fato cotidiano” – as mesmas críticas usadas pelos modernistas para classificarem Monteiro Lobato como “pré-moderno” -, acerta na avaliação acima. Os artigos “Uma velha praga” e “Urupês” podem ser lidos como a reação de um fazendeiro arruinado.

De fato, sua produção talvez esteja associada com a experiência do “pai de Jeca” na fazenda e da situação das oligarquias do Vale do Paraíba. O período em Buquira concedeu os temas e os argumentos necessários à “gestação” dos artigos. Os escritos marcam a distinção de concepções e atitudes entre o autor (um fazendeiro) e o objeto censurado (os caboclos) através da visão “da classe dos que possuem alguma coisa” e desejam “apenas criar riqueza”.

Destaca-se a publicação. De acordo com Enio Passiani, “o grupo do *Estado*” reuniu alguns “barões do café” norte-paulistas aliados do jogo político desde o progresso no Oeste. Controlando a máquina estatal, a nova “burguesia paulista do café”, organizada no Partido Republicano Paulista, assentou sua hegemonia econômica por meio dos programas de valorização do café e do controle da flutuação cambial – medidas prejudiciais aos esmorecidos negócios dos fazendeiros do Vale. Desta maneira, “a reação de Lobato, travestida sob a forma do Jeca Tatu, não representa a reação individual dele, Lobato, mas de todo um setor consideravelmente importante da sociedade paulista, uma oligarquia rural em crise”, argumenta Passiani (2003, p.122). Nesta perspectiva, parte do sucesso do autor se deveu ao cunho classista dos textos.

Os artigos são impressos na seção “Queixas e Reclamações” do diário. Feito deste modo, o público não os leria na qualidade de contos, mas como um protesto ou uma reclamação. O exame “objetivo” oculta a ficção presente no quadro. Jeca Tatu, embora um estereótipo, “resume as características da espécie”, assim falou “uma voz do

---

<sup>70</sup> MILLIET, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. In: *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 231-235, jul./dez., 1981. p.232.

sertão”. Há correspondência entre a imagem criada e o referente. Sobressai, portanto, o efeito de real na união texto, suporte e leitura.

As evidências corroboram o julgamento de Sérgio Milliet. Contudo, surge uma interrogação: por que a vingança de um fazendeiro arruinado obteve tanto sucesso?<sup>71</sup> Cabe investigar as leituras que os artigos receberam. Dessa maneira, entenderemos a emergência de Jeca Tatu como símbolo da nacionalidade brasileira, bem como os obstáculos aos dias vindouros.

---

<sup>71</sup> Milliet trata a mesma interrogação no artigo anteriormente citado, mas oferece outras conclusões: “Com isso tudo, como se explica a posição excepcional de Monteiro Lobato em nossas letras? Creio que ela se explica por dois motivos principais: o ‘lançamento’ de Rui Barbosa e a sua prisão no período ditatorial. Lobato era contra o governo. Sempre foi contra, o que não deixa de provocar enorme simpatia no Brasil, simpatia de tal monta que ninguém percebe ser ele “a favor” de ninguém. Daí a confusão de tomar-se o campeão do ressentimento pelo campeão da liberdade. E dessas circunstâncias beneficiou-se o escritor, que é de fato um grande escritor mas não um inovador e nem mesmo me parece um escritor essencial”. MILLIET, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. In: *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 231-235, jul./dez., 1981. p.234.

### 3.3. O admirável escritor paulista ou o pessimismo inestético da difamação genérica.

“Rui Barbosa... No Lírico... *Urupês*... Jeca...”, alguém da redação d’*O Estado de São Paulo* falava do outro lado da linha. O telefone soou dez horas da noite. Monteiro Lobato, acordado de repente e ainda sonolento, não entendeu nada. Desligou e voltou a dormir<sup>1</sup>.

No dia seguinte, descobriu o que queriam lhe informar tão tarde. No dia anterior, 20 de março de 1919, Rui Barbosa, então em campanha presidencial, leu uma conferência no Teatro Lírico do Rio de Janeiro sobre “a questão social e política no Brasil”, iniciando com a descrição do Jeca Tatu, dos *Urupês*. O texto estava publicado na primeira página do jornal e foi transcrito e comentado em outros diários sem demora.

Monteiro Lobato, enfim, leu o discurso.

“Senhores”, inicia o orador, “Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista?”. Jeca Tatu, esclarece Rui Barbosa, usando os termos do autor, sintetizou a raça que “entre as formadoras da nossa nacionalidade” vivia “a vegetar, de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso”. Monteiro Lobato, de acordo com o conferente, compôs a imagem do caboclo “na sua rudeza” através “desse pincel de uma arte rara”<sup>2</sup>. O candidato abonou a caricatura e louvou o escritor.

Mas a intenção de Rui Barbosa não era consagrar o escritor ou confirmar o acerto da figura. Por algum motivo as declarações do candidato são tomadas como encômios e o enaltecimento da criatura e do criador. Na verdade, se se continua na leitura do texto, o objetivo é justamente outro:

Não sei bem, senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção que tem da nossa nacionalidade os homens que a exploram.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> LOBATO, Monteiro. Um mundo sem roupa suja... In: \_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.225-226. Entrevista de Justino Martins para a *Revista do Globo* em janeiro de 1945.

<sup>2</sup> BARBOSA, Rui. A questão social e política no Brasil. In: *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 171-175, jul./dez., 1981.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

E, assentando seus argumentos, descreve a ideia dos “homens que a exploram” (ou “politiqueiros” e “mandachuvras”):

Eis o que eles enxergam, o que eles têm averiguado, o que os seus atos dão por líquido, no povo brasileiro: uma ralé semi-animal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos e gerados para a obediência, como o muar para a albarda, como o suíno para o chiqueiro, como o gorila para a corrente; uma raça cujo cérebro ainda se não sabe se é de banana, ou de mamão, para se empapar de tudo o que lhe imbutam; uma raça cujo coração ainda não se estudou se é de cortiça, ou de borracha, para não guardar mossas de nada, que o contunda; uma raça, cujo sangue seja de sânie, ou de lodo, para não sair jamais da estagnação ou charco, ou do esfácelo da gangrena; uma raça, cuja índole não participe, sequer, por alguns instintos nobres ou úteis, dos graus superiores da animalidade.<sup>4</sup>

O discurso afluíu e centrou nas condições de trabalho e moradia da classe operária. Rui denunciou o descaso dos governantes, a corrupção política e a situação do operário: os baixos salários, a violência sexual contra meninas e mulheres, o trabalho infantil, as casas de cômodo, a ineficiência do Estado etc.<sup>5</sup> Com reformas equitativas e a educação técnica e científica necessária ao trabalho industrial e à formação cidadã, surgiria outro Brasil (não milhares de “Jecas”):

O Brasil não é “isso”. É “isto”. O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta assembléia. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano. Não são os oligarcas estaduais. Não são os ministros da tarraxa. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguer. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. São as células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente, que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas energias. É o povo, num desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade.<sup>6</sup>

Rui Barbosa não escolheu Jeca Tatu a esmo, decerto. O candidato serviu-se de texto enfeixado em livro meses antes, mas de considerável vendagem: estava na terceira edição. Jeca Tatu impressionava na imagem e na saída. Os espectadores, os “operários brasileiros”, acaso conheciam o “piraquara do Paraíba”? Não sabemos.

---

<sup>4</sup> BARBOSA, Rui. A questão social e política no Brasil. In: *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 171-175, jul./dez., 1981.

<sup>5</sup> Cf. sobre a conferência BARROS, Aparecida Vânia Petrini de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa. *Acta Sci. Human Soc. Sci.* Maringá, v. 28, n. 1, pp.81-91, 2006.

<sup>6</sup> BARBOSA, *Op. cit.*

Monteiro Lobato (e Jeca Tatu) extravasou os limites do mercado paulista e tornar-se-ia mais afamado no Rio de Janeiro, em todo caso<sup>7</sup>.

O escritor refutou o conferencista? O “mandachuva”, na verdade, fazendeiro arruinado, não concebeu o caboclo a fim de se vingar?

“O discurso do Rui foi um pé de vento que deu nos *Urupês*”, informou em carta. E continuou: “Não ficou um [livro] para remédio, dos sete mil! Estou apressando a Quarta edição, que irá do oitavo ao décimo segundo milheiro. Tiro-as agora aos quatro mil. E isto antes de um ano, hein? O livro assanhou a taba – e agora, com o discurso do Cacique-Mor, vai subir que nem foguete.” O editor usufruiu dos excertos como ocasião favorável na venda das obras. Não unicamente *Urupês*: “Tenho no prelo outro livro, sem nome ainda. Coisas velhas. Infame exploração do reclame do Rui...”<sup>8</sup>. Os lucros avultam da exploração, entendia o empresário. Rui Barbosa trouxe-lhe vazão de mercadoria. Neste caso, denúncia ou aclamação dá no mesmo.

O discurso extrapolou a campanha presidencial. Rui Barbosa, afinal, nos termos de Violeta de Sá, articulista do *Correio Paulistano*, “é um velhinho de 72 annos, ex-ministro da Republica, ex-embaixador do Brasil em Haya, senador e político em quem os homens de nossa época se habituaram a vêr a personalidade mesma do respeito, da circumspecção, da austeridade”<sup>9</sup>. Os enunciados do candidato carregavam o peso da autoridade. Jeca Tatu tornar-se-ia o símbolo da “nossa raça”, então. O texto, outrora a reclamação de um fazendeiro, ressurge com as novas leituras, reaviva entusiasmos e censuras, excede a ideia do escritor:

- E o “Jéca Tatú” dos “Urupês” de Monteiro Lobato que o Ruy focalizou na sua conferencia para os operarios no Lyrico?
- O Jéca Tatú é o caxingó do Sul.
- E o Monteiro Lobato?
- É um moço de talento que faz literatura a primor, mas forrado de pessimismo, dir-se-ia de objectivo calculado, estereotypando de preferencia o que possuímos de ruim.
- Como?
- Achando que vivemos no mais acabado abandono, que os elementos formadores da nossa raça estão apodrecidos, que dentro da moldura da mais opulenta e fertil Natureza nos arrastamos numa irremediavel situação mendicante.
- É monarchista esse escriptor?

---

<sup>7</sup> “Naqueles tempos o escritor provinciano vivia bem mais ilhado do que hoje. Só era possível qualquer projeção quando irradiada da Capital Federal. Pode-se afirmar que até a publicação de “Urupês” [livro], o nome de Monteiro Lobato não ultrapassara ainda a fronteira paulista. Seus coestaduanos talvez só o julgassem em confronto com as glórias locais”, informa Edgard Cavalheiro (1956a, pp.187-188).

<sup>8</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.437. (São Paulo, 20/04/1919).

<sup>9</sup> SÁ, Violeta de. Dialogos do Rio. In: *Correio Paulistano* – Quarta-feira, 27 de março de 1919. p.2.

- Sei lá: apenas conheço-lhe o livro que é um mimo, principalmente, para os argentinos lerem.
- Para os argentinos?
- Os argentinos e todos que queiram fazer uma propagandazinha contra o Brasil.<sup>10</sup>

O diálogo acima condensa as discussões em torno do Jeca Tatu. Na controvérsia Monteiro Lobato assoma como “um moço de talento que faz literatura a primor”. Não houve dúvidas nesse tema. O “pessimismo” suscitou desacordos, entretanto: o “admirável escritor paulista” caluniou, infamou e descreditou os brasileiros? Ou denunciou o abandono e a miséria de milhares de conterrâneos? Jeca Tatu “é o caxingó do Sul” ou encarna os sertanejos em todo território nacional? Como os estrangeiros notariam os brasileiros agora? Cabe investigar algumas críticas. O destino da nação estava no cerne da controvérsia a seguir, inflamada com as *expectativas* (KOSELLECK, 2006) dos envolvidos. Como construir um futuro com símbolos toscos? Que futuro aguardaria os brasileiros?

Leonidas Loyola refutou a imagem lobatiana no órgão do Partido Republicano Paranaense, *A República*, com os cinco artigos de “*Urupês*” e *o sertanejo brasileiro*. O desdém com a conferência de Rui Barbosa atinge o paroxismo no último texto:

Agora, o que se não concebe é que um homem como Ruy Barbosa, com o seu talento e a sua cultura; Ruy Barbosa, que é a maior potencia verbal da nossa lingua; Ruy Barbosa, que nos obriga a remontar ao passado para encontrar um seu emulo em Antonio Vieira; Ruy Barbosa não tenha uma visão sua do sertanejo brasileiro e precise ir pedil-a de emprestimo ao Sr. Monteiro Lobato, a não ser que expliquemos esse facto pelas suas estreitas e intimas relações com “O Estado de S. Paulo” e a “Revista do Brasil”... Ruy Barbosa, si, por política, fez tal cousa, fel-a de modo desastrado, impolítico e incorreu, mais uma vez, na accusação de que não é pensador, sobrando em verbalismo o que lhe falta em pensamento.<sup>11</sup>

O fragmento censura Monteiro Lobato e, sobretudo, Rui Barbosa. O candidato não consentia com a imagem de Jeca Tatu: ressaltou “o admirável escritor paulista” e o “pincel de uma arte rara”, mas argumentou que o Brasil não é isso. Não interessa, no caso, já que a leitura vai além das ideias do autor, criando entendimentos diversos do texto<sup>12</sup>. O fato, “um homem como Ruy Barbosa, com seu talento e a sua

<sup>10</sup> SÁ, Violeta de. Dialogos do Rio. In: *Correio Paulistano* – Quarta-feira, 27 de março de 1919. p.2.

<sup>11</sup> LOYOLA, Leonidas. “Urupês” e o sertanejo brasileiro - V. In: *A Republica*, Curitiba, 5 de JULHO de 1919. Não encontrei maiores informes acerca do autor.

<sup>12</sup> Roger Chartier (1992, pp.211-238) concebe a leitura como “prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores de livros”. O historiador restitui a complexidade do ato ao examinar as relações entre “o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende”. Cf. também CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*.

cultura” citar os “Urupês” em campanha presidencial, consagrava o escritor e autorizava a caricatura. Destaco a conferência já que os críticos a mencionam e a julgam. No entanto, lembremos: “Urupês” surgiu em 23 de dezembro de 1914 (*O Est. de S. Paulo*); *Urupês*, as doze estórias trágicas enfeixadas em livro, de 1918, atingia a terceira edição na ocasião da conferência; Monteiro Lobato subscrevia críticas de arte n’*O Est. de S. Paulo*, administrava e dirigia a *Revista do Brasil* e estreava no mercado livreiro como autor e editor em 1919. O escritor não era ignorado e o texto não era inédito. O discurso lido no Teatro Lírico do Rio de Janeiro transmudou uma raça “entre as formadoras da nossa nacionalidade” na síntese da nacionalidade. Jeca Tatu, “o piraquara do Paraíba”, metamorfoseia-se em símbolo contra a vontade do escritor e da “maior potencia verbal da nossa língua”.

Mas como uma caricatura encarna uma nacionalidade? Questão incômoda.

Leonidas Loyola desmentiu a imagem. “Jeca Tatú não é o sertanejo brasileiro”, inicia. “Será, quando muito, o sertanejo paulista. Simplificamos assim desde logo a questão, fazendo essa primeira restrição, que se refere ao critério quantitativo”. E continua:

“Jeca Tatú” é o caipira paulista, o “piraquara do Parahyba”. “Jéca Tatu”, felizmente, não symbolisa o sertanejo brasileiro porque Monteiro Lobato não conhece o jagunço e não conhece o gaúcho. Não viu o jagunço na batalha, como o viu Euclides da Cunha; não viu o gaúcho nas cargas de cavallaria e nos trabalhos campeiros.

“Jeca Tatú” não póde symbolisar aquelles extraordinarios patricios do nordeste que, em dez annos, desbravaram e povoaram a Amazonia; que ao mando de um gaucho destemido, Placido de Castro, facilitaram a tarefa diplomatica do immortal Rio Branco, que poude incorporar o Acre no dominio do Brasil. “Jeca Tatú” não póde symbolisar os gauchos que, naquella fronteira do Rio Grande, “ha cem annos batida á pata de cavallo”, como disse Euclides da Cunha, têm defendido a liberdade e a honra do Brasil.<sup>13</sup>

O analista circunscreveu os sertanejos brasileiros em regiões. Como associar o caboclo lobatiano, o sertanejo euclidiano e o gaúcho alencariano de outro modo? O mais razoável foi localizá-los no interior da Bahia, nas fronteiras do Rio Grande do Sul e nas serras de São Paulo e indicar as similitudes e os contrastes. Desses, em conclusão, o caipira paulista de maneira nenhuma engrandeceu a nação. Jeca Tatu não existia? Sim, mas não resumia a nacionalidade.

---

Sob a direção de Roger Chartier; uma iniciativa de Alain Paire; tradução de Cristiane Nascimento; introdução de Alcir Pécora. 5ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

<sup>13</sup> LOYOLA, Leonidas. “Urupês” e o sertanejo brasileiro - I. In: *A Republica*, Curitiba, 19 de JUNHO de 1919. pp.1-2.

O símbolo não tinha cabimento. Negou o epítome e negaria a caricatura. Os insultos de Monteiro Lobato faziam jus ao caipira paulista? “Ainda mesmo restricta a questão ao caipira paulista”, comenta Leonidas Loyola,

[...] resta saber si elle com os recursos de que dispõe poderia ter feito mais do que fez. Parece-nos que não. Pouca ou nenhuma protecção, como aliás á toda a população sertaneja, lhe tem sido dispensada. Pobre, analphabeto, roído de vermes, ignorante, agricultor de methodos rudimentares e barbaros, o matuto não poderia ter feito mais do que fez. Qual a iniciativa que póde ter um homem rude e ignorante, doente e insulado no deserto? “Jéca Tatú” é victima e como tal precisa mais de defeza do que de ataque. Porque a verdade é esta: emquanto nós importamos o immigrante estrangeiro, a tanto por cabeça, e lhe damos toda a protecção, desde o porto de embarque na Europa até o nucleo colonial que lhe é designado, o “Jéca Tatu” continua analphabeto, doente e desprotegido. E imagine-se qual será o espanto de “Jéca Tatú” ao ver, certo dia, em uma estação ferro-viaria do interior parar um monstro que deita fumo e puxa uns carros exquisitos que elle nunca pudera conceber na sua simpleza primitiva!<sup>14</sup>

Jeca, como toda a população sertaneja, era vítima do descaso governamental e do chiste lobatiano. “Pobre, analphabeto, roído de vermes, ignorante, agricultor de methodos rudimentares e barbaros” não causa espanto Monteiro Lobato julgar os caboclos do interior paulista incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso, estes homens e mulheres de “simpleza primitiva!”. Não obstante a veemência da imagem, Jeca era inocente. Não entende as ferrovias e arreceia os imigrantes, já que vivia no limiar da modernidade e ignorava as tecnologias e as outras culturas. Como chegou nesta situação?

Sempre o eterno divorcio entre o mar e o sertão, que é o maior, o grande, e, talvez, o unico problema sério do Brasil. Em geral, a ideia corrente nas cidades, a opinião do nunca assaz decantado bom senso commum (que, ás vezes, é a negação absoluta de qualquer senso) é que nos sertões só existem bandidos e inuteis.

As gentes do interior, por sua vez, julgam que nas cidades só existem vagabundos. Opiniões absolutas, são falsas ambas. Ha trabalho, e muito, nos sertões, como ha muito heroismo obscuro e muita lucta tenaz nas cidades. A verdade é esta: o Brasil não se conhece a si proprio. É uma verdade dura, dolorosa, mas é verdade... e a verdade manda Deus que se diga.<sup>15</sup>

O divórcio entre o mar e o sertão foi reiterado. Não contestou os argumentos de Monteiro Lobato, que também sustentou a ideia do “Brasil não se conhece a si proprio”. O desacordo está no tempo: o contista dos *Urupês*, embora entusiasta da tecnologia norte-americana e ansiando a prosperidade socioeconômica da nação, não

---

<sup>14</sup> LOYOLA, Leonidas. “Urupês” e o sertanejo brasileiro - II. In: *A Republica*, Curytiba, 21 de JUNHO de 1919.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

concebia o tempo como fator autônomo, eficiente e suficiente, isto é, não encaminha ao progresso *per se*. O progresso tornar-se-ia admissível com trabalho eficiente, proveitoso e lucrativo. O tempo, nesse entendimento, é experiência e acúmulo de cultura. O progresso suceder-se-ia da otimização das indústrias e do incremento de novas tecnologias nas atividades cotidianas, ou seja, não causaria o desenvolvimento – antes, é o seu resultado. O colunista inverteu os termos resultante-efeito:

Foi elle [Eucydes da Cunha] quem, ao estudar a differença de kilometragem entre as nossas estradas de ferro e as argentinas, disse que o progresso, na Argentina, é uma resultante, consequencia e effeito das estradas de ferro, ao passo que, entre nós, as estradas de ferro são uma resultante do nosso progresso, que é quem as reclama e exige. O que lá é effeito (o progresso), aqui é causa... Os argentinos progridem porque têm estradas de ferro; nós temos estradas de ferro porque progredimos. “Jéca-Tatú” progride. Pobre “Jéca”! Elle não é tão feio como o pintaram. Os pintores é que parecem que não vão lá das pernas... E progride, apesar das fatalidades historicas que lhe foram desfavoraveis, apesar das condições mesologicas desfavoraveis, apesar da falta quase absoluta de assistencia por parte daquelles que, de ha muito, lhe deveriam ter proporcionado a hygiene, a saude, as estradas e a escola.<sup>16</sup>

O Brasil seria uma das grandes potências do globo, concluiu Leonidas Loyola, acaso houvesse “circunstancias historicas favoraveis, clima identico ao europeu, o nosso territorio uma planicie, uma forte imigração que constituísse o nucleo principal da população...”. Outra nacionalidade formar-se-ia com condições favoráveis, seguramente, entretanto ainda denominar-se-ia Brasil? Continua L. Loyola: “Não o é ainda [uma das grandes potências]. Sel-o-á no futuro. É uma questão de tempo”<sup>17</sup>. Jeca Tatu manter-se-ia de cócoras, já que o progresso é uma questão de tempo. O progresso é obra do tempo e não de instituições, iniciativas ou projetos humanos. O caboclo seria integrado na civilização no momento oportuno, efeito “do nosso progresso, que é quem as reclama e exige”. Cabia aguardar.

Jeca Tatu é uma caricatura errada, falsa, inverossímil, “[e] não resiste ao menor embate da crítica”. Listou dois motivos no intuito de negar a imagem: a) a caricatura não figura as “virtudes heroicas da nossa nacionalidade”; b) o caboclo está “errado em face da historia, da geographia, da anthropogeographia, da medicina, da psycholohia...”<sup>18</sup>. O caipira paulista não “póde ser aceito como uma representação do

---

<sup>16</sup> LOYOLA, Leonidas. “Urupês” e o sertanejo brasileiro - IV. In: *A Republica*, Curytiba, 30 de JUNHO de 1919.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> LOYOLA, Leonidas. “Urupês” e o sertanejo brasileiro - V. In: *A Republica*, Curytiba, 5 de JULHO de 1919.

sertanejo brasileiro” e o “Sr. Monteiro Lobato está na obrigação moral de, nas novas edições, expurgar o seu livro dessa caricatura infeliz que é Jéca-Tatú”. Em suma,

“Urupês” deve ser considerado mais um sucesso de livraria do que um sucesso propriamente literário; e mais ainda do que um sucesso de livraria, um sucesso político.

Mas, sucesso de livraria, sucesso literário ou sucesso político, o que nos trouxe á imprensa para refutal-o na parte referente ao sertanejo brasileiro foi o desejo ardente e sincero de, como modesto e obscuro nacionalista, não concorrermos com o nosso silencio para que corram mundo injustiças e inverdades sobre a terra e a gente do Brasil, ainda que venham endossadas pelo Sr. Ruy Barbosa, porque a homem algum é dado se sobrepôr à sua patria, e si algum o tentar, nós ficaremos com a Patria contra o homem.<sup>19</sup>

O desdém estrangeiro causava temor. Os *Urupês*, isto é, obra brasileira de sucesso evidente, atestaria as injúrias de país condenado pelo meio e pela raça. Não obstante as críticas assentes nos conhecimentos científicos de então<sup>20</sup>, Leonidas Loyola, mesmo sem intenção, contribuía no aumento das vendas com a querela. Monteiro Lobato, malgrado a impetuosidade do colunista, lucrava. O renome do escritor paulista ascendia. As edições, atentou o analista, “se esgotam com rapidez incrível e o livro já está no decimo milheiro!”. Opor-se ao “piraquara do Paraíba” não seria fácil.

Houve também uma investida cearense. Não somente a conferência lida no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, mas a memória de José de Alencar e as produções imagético-discursivas sobre o Nordeste envolvem-se na contenda.

Nos primeiros parágrafos de “Urupês”, Monteiro Lobato recusa e desmerece o indianismo de José de Alencar:

Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e *Iracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.

Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza de alma e corpo.

Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz,

---

<sup>19</sup> LOYOLA, Leonidas. “Urupês” e o sertanejo brasileiro - V. In: *A Republica*, Curytiba, 5 de JULHO de 1919.

<sup>20</sup> Na “Bibliographia” dos artigos conta o Discurso do Deputado Dr. Alvaro Fernandes, pronunciado na Camara Federal, em 1916, e publicado pelo “O Imparcial”; Euclides da Cunha – “Perú *versus* Bolivia”, “Á Margem da Historia”; Alberto Torres – “O Problema Nacional Brasileiro”, “A Organização Nacional”; Afranio Peixoto – Outros Males, “Revista do Brasil”, n. 35, Novembro 1918; José Maria Bello – “Estudos Criticos”; Roquette Pinto – “O Brasil e a anthropogeographia”. “Revista do Brasil”, n. 12, Dezembro, 1916; Alberto Rangel – “Rumos e Perspectives”.

muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci.<sup>21</sup>

O indianismo crismou em “caboclo”, ou seja, subsistia nos caipiras o “orgulho indomável, [a] independência, [a] fidalguia, [a] coragem, [a] virilidade heroica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras”. No futuro a ciência ruiria tal mentira (“que feias se não de entrever as caipirinhas cor de jambo de Fagundes Varela!”), mas no momento, isto é, entre a escritura e as edições, o caboclo era o intocável “Ai Jesus!” nacional<sup>22</sup>.

Usar os romances alencarinos como pretexto, malsinar as imagens e satirizar os continuadores não agradou a todos. José de Alencar compôs o passado cearense com *Iracema* e *O sertanejo*, dando-lhe, no encontro do romance, da história e do mito, “uma existência mais legível, e por isso mesmo mais legítima” (RAMOS, 2012, p.7). Narrando, entrelaçando documentação e imaginação, de acordo com Ramos (2012, p.29), Alencar buscou “a unidade no tempo: mostrar que a nação [e o Ceará] foi se compondo por um espírito que vai tomando conta de portugueses, índios e africanos, como se tais povos fossem naturalmente assumindo um amor pelo Brasil”. O Ceará, delimitado no espaço e instituído no tempo, irmanava-se com a nação, engrandecendo, com o fato e a fábula, a história do Brasil. Definitivamente, Monteiro Lobato comprou uma briga.

Quem investiu contra Monteiro Lobato e Jeca Tatu no Ceará? Ildefonso Albano, outrora intendente de Fortaleza e na ocasião deputado federal na legislatura 1918-1920, e o filho de José de Alencar, Mário. O caboclo do interior paulista não deveria representar os brasileiros, absolutamente. Restava criar outro símbolo, condensando as virtudes do homem rural e, em tal caso, ignorar-lhes os vícios. O “ser” nacional seria vigoroso e nobre, imagem do “verdadeiro” sertanejo.

*Jeca Tatu e Mané Xiquexique* de Ildefonso Albano surge em 1919, editado pela Livraria Araújo, do Rio de Janeiro, com ilustrações de SETH e prefácio de Mário de Alencar, a fim de contestar “Urupês”. Mané Xiquexique é a antítese do caboclo lobatiano, visto encarnar a “formiga modesta e tenaz, motor anônimo da colossal máquina, sustentáculo obscuro da Nação, desconhecido, desprezado, vilipendiado”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> LOBATO, Monteiro. Urupês. In: \_\_\_\_\_. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p.167.

<sup>22</sup> Ibidem, p.168.

<sup>23</sup> ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p.91.

Não a caricatura da nacionalidade, mas o símbolo desta. Contra a imagem indolente, a figura intrépida.

O texto foi impresso em seguida a conferência de Rui Barbosa, como mostrado no prefácio. Mário de Alencar investiu de modo veemente contra o candidato, embora sem citá-lo diretamente:

Aproveitou-as, tomando-as no sentido grosso e pesado, a retórica política em paroxismo de oposição, e a eloqüência inchada gritou aos quatro ventos a existência e a miséria do Jeca Tatu, tipo simbólico do povo brasileiro, que habita o interior, em contraste com o brasileiro da cidade e a gente da administração do governo. Só a cegueira não discerniria a vacuidade desse contraste, e a contradição do apóstolo furibundo, até ali confortavelmente indiferente à sorte dos seus patrícios, à última hora miserandos. Podia responder-lhe o bom senso que, a existir realmente um Jeca-Tatu, tinham sido Jecas-Tatus os seus colaboradores na Constituinte e na imprensa, eram Jecas-Tatus os seus partidários, e em tôdas as partes do país e em tôdas as classes, no governo e no parlamento, os havia, felizes e infelizes, fortes ou fracos, segundo a boa ou má estrêla de cada um. Recurso de oratória ribombante em propaganda egotista, de alguma coisa serviu êsse pegão de Jeca –Tatu: serviu à fama de Urupês, que em pouco tempo multiplicou as suas edições.<sup>24</sup>

Rui Barbosa não foi eleito e, com efeito, mencionar Jeca Tatu trouxe mais dividendos ao editor da *Revista do Brasil*. Discutido, no fervor da campanha presidencial e no momento de interrogações e invenções em torno da identidade nacional, Monteiro Lobato angariava leitores. No entanto, Mané Xiquexique trouxe mais questões na contenda, não consistindo em mero efeito da conferência. O livro é dedicado à “gloriosa memória de José de Alencar, através de cujo romance IRACEMA suspira e canta a jandaia” e foi prefaciado por Mário de Alencar. Houve a ideia de resgatar a memória do fundador e reafirmar a grandeza dos descendentes de Moacir? O autor ainda homenageia Juvenal Galeno, o poeta popular, Rodolfo Teófilo, o cronista das secas, e Antônio Sales, o cantor de *Minha Terra*<sup>25</sup>, aproximando-se de escritores cearenses ou escritos acerca do Ceará, atribuindo sentidos ao texto, qual seja, escrito de conterrâneo sobre o torrão natal.

Mário de Alencar, estremando a imagem do “piraquara do Paraíba”, considerou Monteiro Lobato um sociólogo sem isenção de artista, que “pretendeu desvanecer a impressão transmitida pela maioria dos escritores brasileiros a respeito do brasileiro agreste, que êles em geral apresentam sob o aspecto da bravura, da fôrça, da

---

<sup>24</sup> ALENCAR, Mário de. Prefácio. In: ALBANO, Ildelfonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p.34.

<sup>25</sup> Cf. ALBANO, *Op. cit.*

agilidade, da inteligência, da imaginação e da heroicidade”, embora omitindo as medidas da observação – a localização do caboclo a um recanto do território nacional – e “que ainda naquele canto haveria condições topográficas, circunstâncias éticas e econômicas, acidentes e peculiaridades pessoais, que determinassem a miséria daqueles e outros tipos vizinhos, mas que não eram permanentes e gerais, ali mesmo talvez, e não com certeza em tôda a terra do Brasil”<sup>26</sup>. O autor dos *Urupês* encobria os contornos da figura e mentia ao generalizar.

O sociólogo-artista preferiu o “pessimismo possivelmente maléfico e seguramente inestético da difamação genérica” ao otimismo romântico da poesia brasileira. O brasileiro agreste não causa os risos da chacota e da ironia, antes constitui “um tipo de sub-raça, que a hereditariedade e o ambiente da natureza preservam e garantem de extinção, na provável mescla aluvial de outras raças acorrentes”. Jeca Tatu, dessa maneira, “é mero accidental de um ponto de solo insalubre ou de um momento adverso” e generalizá-lo “a todo Brasil é um êrro de sociologia leviana ou uma cincada de política inconsciente”<sup>27</sup>. Mário, tal como Leonidas Loyola, regionalizou o caboclo do interior paulista e negou-lhe o *status* de símbolo nacional. Outra figura, mais próxima do sertanejo alencarino, deveria sobrevir na qualidade de representante da raça.

Na década de vinte, movimentos nacionalistas intentaram construir a nação descortinando as diversas regiões do território, conhecendo as particularidades socioeconômicas e culturais das populações, estabelecendo vínculos e concebendo o *brasileiro*. De acordo com Durval Muniz (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.54), os “regionalismos são sempre pensados como um entrave a esse processo, embora só se acentuem à medida em que a constituição da nação não era um processo neutro, mas um processo politicamente orientado, que significava a hegemonia de uns espaços sobre outros”. Nos jornais e revistas, como *O Estado de S. Paulo*, artigos e relatos de viagem instituíam imagens ao Nordeste, então a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS, 1919), como região atrasada, arcaica, “grande espaço medieval” arrasado nas secas constantes; São Paulo, por outro lado, encarnava a eugenia, “a ascendência econômica e política no seio da nação” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.56), a extática vida urbana, enfim, o progresso. Os intelectuais tramavam produções imagético-discursiva acerca de suas regiões, inventando tradições,

---

<sup>26</sup> ALENCAR, Mário de. Prefácio. In: ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p.33.

<sup>27</sup> *Ibidem*, pp.34-35.

fundindo os habitantes (o “ser” nordestino, p. ex.), unindo os desacordos e instituindo as “verdades” sobre o espaço<sup>28</sup>. Certame de imagens: os conceitos regionais tentando atingir o *status* nacional, denotando os brasileiros. Jeca Tatu, assim, encarnaria tal estímulo: do caboclo do interior paulista ao símbolo da nação. Cabia combatê-lo.

Mané Xiquexique concorre a símbolo da nação? Ou, ao menos, estabelece o desacordo (e a integridade, generosidade e medida) do cearense e do caboclo paulista? Nessa contenda, Mané encarna o Hércules-Quasimodo euclidiano. Ildefonso Albano foi sensível ao “secular problema do Nordeste”<sup>29</sup>: na Presidência do Estado, na década de vinte, investiu em obras contra as secas na região, montando turmas de estudos com interesse em “reconhecer o meio geográfico e preparar uma infra-estrutura mediante obras preliminares” e ademais “procedendo a levantamentos, construindo açudes, pontes e estradas, abrindo poços, executando serviços diversos”. Mané rebentou da estiagem, bem como a cactácea da caatinga, xiquexique; cria de um espaço seco. Assim, talvez, o nêmesis de Jeca Tatu estava fincado nas então discussões imagéticas sobre o Nordeste, marcando a figura das suas gentes e o contraste com a caricatura lobatiana.

Ildefonso Albano não ignorou os “jecas”, no entanto. Os manos Jeca e Mané: “filhos dos mesmos pais, com o mesmo sangue nas veias, educados na mesma escola, temos o Jeca Tatú, preguiçoso e bisonho, e seu irmão Mané Xiquexique, afoito

---

<sup>28</sup> Conforme Durval Muniz (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, pp.61-62): “Determinadas práticas diferenciadoras dos diversos espaços são trazidas à luz, para dar materialidade a cada região. A escolha de elementos como o cangaço, o messianismo, o coronelismo, para temas definidores do Nordeste, se fez em meio a uma multiplicidade de outros fatos, que, no entanto, não são iluminados como matérias capazes de dar uma cara à região. A escolha, porém, não é aleatória. Ela é dirigida pelos interesses em jogo, tanto no interior da região que se forma, como na sua relação com outras regiões. A questão da identidade nacional põe, na ordem do dia, a questão das diferentes identidades regionais no país, que deviam ser destruídas para uns e reafirmadas para outros, já que para a visão moderna a identidade é uma essência que se opõe à diferença, vista como superficial, ela é um “ser”, uma função invisível e central. A imagem da região precisa, portanto, ser reelaborada segundo estratégias variadas, sendo, portanto, móvel. O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, *ele a institui*. Ele, neste momento, não faz mais parte da mímese da representação que caracterizava a *epistème* clássica e que tomava o discurso como cópia do real; na modernidade este discurso é regido pela mímese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico. O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de ‘verdades’ sobre este espaço”.

<sup>29</sup> Cf. ALBANO, Ildefonso (Deputado Federal pelo Ceara, Director da Associação Commercial, Cons. hon. da Escola de Agricultura do Quixadá). *O secular problema do Nordeste*. Discurso pronunciado na – Camara dos Deputados – em 15 de outubro de 1917. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. Disponível em: <https://archive.org/details/osecularproblema1918ilde>. Acesso: 22/09/2015, 20:32.

como o jaguar, resistente como o xiquexique<sup>30</sup>. Sob a colcha de retalhos da nação, cosida das diversas regiões, o antagonismo entre os manos inexistia. Contudo, na tensão entre as partes e o todo, os cearenses (ou os nordestinos no geral) encarnavam a hombridade, a dignidade e a bravura, ou seja, as virtudes e o ideal.

Quem é Mané Xiquexique, afinal? Outro indivíduo a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso? Não. “É êste o Jeca Tatu”, avisa aos leitores Ildefonso Albano. O escritor, iniciando com tais termos, desvenda Mané a partir de outros sentidos do tempo:

Reza a História que, cinco anos antes do grito do Ipiranga, já se ouvira um grito de Liberdade, que, percorrendo os sertões do Nordeste, ecoara nas quebradas do Araripe.

Quatro anos antes do 13 de Maio, já estavam partidos os grilhões e fechadas as senzalas em vastas zonas Nordeste: não mais se davam as cenas de selvageria, nem se ouviam as lamentações e gemidos de infelizes escravos.

Antes do 15 de Novembro, 65 anos já existira em territórios brasileiro a Confederação do Equador.

Antes do cenário da revolta de 1893, já os campos paraguaios haviam presenciado o heroísmo e a coragem dos que defenderam o auriverde pendão...

Quem deu o grito de Liberdade em 1817?

Quem libertou os escravos em 1884?

Quem fundou a Confederação do Equador em 1824?

Quem foi o herói do Riachuelo, do Tuiuti e do Campo Grande?

Quem, nos tempos que correm, realiza a moderna epopéia do desbravamento da Amazônia?

Jeca Tatu?... Decerto que não! pois êle vive de cócoras! Acocorado, ninguém dá vivas à Liberdade, nem liberta escravos. Em cócoras, ninguém abate ditadores, nem funda repúblicas. De cócoras, ninguém desbrava florestas, nem povoa terras.<sup>31</sup>

Certas passagens do texto são o avesso de fragmentos dos “Urupês”, tal qual o excerto acima, estabelecendo antíteses entre as figuras em questão<sup>32</sup>. Jeca Tatu continua de cócoras, a modorrar, nas grandes mudanças do país, tornando-se espectador

---

<sup>30</sup> ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p.41.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.40.

<sup>32</sup> O trecho em “Urupês”:

Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhado à crise duma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.

Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num *uf!* o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, imagina e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

Em 15 de Novembro troca-se um trono vitalício pela cadeira quadrienal. O país bestifica-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa.

Vem Floriano, estouram as granadas de Custódio; Gumercindo bate às portas de Roma; Incitatus derranca o país. O caboclo continua de cócoras, a modorrar...

LOBATO, Monteiro. *Urupês* (1914). In: \_\_\_\_\_. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.169.

alheio aos rumos da nação, aliás ideia totalmente desconhecida. Mané Xiquexique, ao contrário, deu o exemplo a Pedro I, precedeu a Isabel, a Redentora, e adiantou a Deodoro. O homem agreste, nordestino (e, neste conjunto, cearense), é um precursor: sua ação e suas ideias adiantam os destinos do Brasil, transfigurando-lhe em tipo à frente do seu tempo. Mané faz história, alheio aos louros da vitória. O cearense rompe as amarras e determinações sociais, ensaia os movimentos vindouros e se converte em exemplo. Um, continua à margem da história; outro, constrói o amanhã. Duas atitudes ante o tempo – a estagnação e a antecipação – conferem atributos e sentidos aos personagens.

O tempo, nesse caso, intrínseco aos serviços na terra e no mar, ao afã de submeter a natureza à cultura e ao encargo de sustentar a nação, é experimentado na rotina de Mané. No roçado planta algodão, milho, feijão, mandioca, macaxeira e “êlé colhe os abençoados frutos da terra e enche os estaleiros com fartas provisões para os meses de estio”<sup>33</sup>. Há fartura, decerto. “O tempo de Mané é preciso; êlé dorme pouco”<sup>34</sup>, ou seja, é regular na labuta, aproveita o tempo. Enquanto Jeca modorra, Mané estruma o roçado, “vasto a perder de vista, lavra o solo, fecundando-o com o suor de seu rosto”. O sertanejo entende a natureza brasílica e desfruta os seus recursos, tanto quanto lhes poupa e resguarda em função das estiagens. Em resumo:

Educado na escola áspera do sofrimento, criado no campo rude da luta, Mané Xiquexique não *broma*; êlé é sempre o mesmo, quer tirando do seio da terra a protuberante mandioca, o louro milho, o variegado feijão ou o *ouro branco*, ou feito *cassaco* na construção das estradas de ferro, quer como *tangerino aboiando* o gado para as feiras, criando nos sertões o vermelho *caracu* ou *campeando* nas *caatingas* o arisco *barbatão*, quer numa frágil jangada, *emblemata da Esperança*, tangida pelo terral ou batida pelo alísio, em luta com os *verdes mares bravios de sua terra natal*.

É sempre o mesmo Mané Xiquexique, quer na nossa fronteira setentrional empunhando o *rifle* em defesa do sagrado solo da Pátria, quer arvorando a *machadinha*, a tirar da seringueira o *ouro negro*, que de permeio com seu sangue generoso vai encher o erário público.

Abatido pela sêca ou saturado de quinino, é sempre o mesmo Mané Xiquexique, nobre, ativo e progressista.

É êste irmão de Jeca-Tatu, que realizou a epopéia heróica do desbravamento da Amazônia!

São desta fibra as inúmeras vítimas, esquecidas dos governos, caídas na luta tremenda e secular contra a sêca do Nordeste e na peleja heróica contra a pujança mortífera do *Inferno Verde*!

É esta a raça forte e fecunda, tenaz e afoita, sóbria e resistente, cuja expansão só a grandeza assassina da Amazônia tem conseguido sopitar!

É esta a *rocha viva da nossa nacionalidade*!

---

<sup>33</sup> ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. p.46.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.51.

Esta capital moderna e saneada, cortada de belas avenidas, com vastos edifícios e luxuosos palácios, o nosso glorioso exército e a nossa poderosa marinha, êsses magníficos portos, essas estradas de ferro, que percorrem os nossos sertões, êsse intenso movimento comercial, os nossos produtos de exportação, tudo enfim, que está sob o auri-verde pendão da Pátria, tudo é produto do trabalho de Mané Xiquexique, formiga modesta e tenaz, motor anônimo da colossal máquina, sustentáculo obscuro da Nação, desconhecido, desprezado, vilipendiado.

Seria êste o herói capaz de vencer a Natureza, se ela fôra vencível!<sup>35</sup>

Há comentários sobre o isolamento, o abandono e a ignorância das populações interioranas nos revides contra “Urupês” examinados. O caipira paulista não estaria condenado em virtude do meio ou da raça, mas devido à incúria dos governantes; o sertanejo, também. “Forneça-lhe instrução, dê-lhe educação, desaparecerá a rudeza”<sup>36</sup>, indica a leitura de *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. Os trabalhadores rurais constituíam o “sustentáculo obscuro da Nação”, de modo que não bastava constatar a indignação e a incultura desses homens e mulheres, mas lhes restaurar a saúde e educá-los tecnicamente. “Modesto e despretensioso, não passa de sertanejo, desprezado e vilipendiado; mas, nos momentos difíceis, nas guerras sangrentas, recorrem a êle, valente soldado e bravo marujo, para carne dos canhões”<sup>37</sup>, acrescenta Ildefonso. Destarte, os intelectuais em discussões acerca do “ser” brasileiro elaboraram projetos a fim de reestruturar/regenerar a nação: somente assim alcançariam o *horizonte de expectativa* ansiado.

Mas Jeca e Mané constituem antíteses inconciliáveis? Ildefonso Albano e Mário de Alencar encontraram a solvência do caso. “Vemos muitas vezes”, esclarece Albano, “na mesma família, filhos dos mesmos pais, com o mesmo sangue nas veias, educados na mesma escola, se tornarem um, um estróina, preguiçoso e rotineiro; outro, um homem honrado, trabalhador e progressista”<sup>38</sup>. Figuras irmãs, crias da mesma pátria, representando a diversidade regional no território brasileiro e nutrindo a fraternidade necessária à união e composição da nação. Não haveria maiores tensões, portanto. Mário, em alternativa, sugeriu a junção das imagens: “Contemplação e ação, indiferença e esforço, silêncio e rumor, parada e movimento: tudo é relativo; tudo são modalidades da inércia, que não deixam sentir a vida, no seu caminho inevitável para o Nirvana”<sup>39</sup>. O

---

<sup>35</sup> ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969. pp.90-91.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.41.

<sup>39</sup> ALENCAR, Mário de. Prefácio. In: ALBANO, *Op. cit.* p.38.

“ser” brasileiro surge da união das contrapartes? Ofereceu uma síntese com esse enunciado aberto, vago e ambíguo?

O caso “Jeca Tatu” indica as encruzilhadas da nacionalidade, entre o retrato sociológico, a caricatura zombeteira e a idealização hercúlea do “ser” nacional. Houve outros arranjos e matizes, decerto. Discutir a identidade do povo brasileiro, investigando a história pátria e/ou examinando suas características físicas e sua índole, assinala as dúvidas acerca da “essência” nacional e dos caminhos porvir. Na controvérsia, estava o sentido do tempo, ou seja, as *expectativas* em torno da formação da nação e da nacionalidade. “É uma questão de tempo”, como afirmou Leonidas Loyola. Não obstante a espera, cumpria aos intelectuais instigar e/ou assegurar o amanhã mediante projetos de reforma na saúde e na educação. Quais as saídas encontradas por Monteiro Lobato em favor dos homens e mulheres do interior? Como refutou as críticas?

### 3.4. Perdoados? O saneamento rural como *projeto* de regeneração nacional.

Monteiro Lobato não aguardou a conferência no Teatro Lírico do Rio de Janeiro ou as críticas acima, ambas de 1919, para reconsiderar as condições de existência do Jeca Tatu. Na primeira edição de *Urupês*, lemos a seguinte “Explicação desnecessária”:

Entra neste livro de contos uma caricatura que o não é, Urupês. Ella veio solver o tremendo problema baptismal. E aqui aproveitou o lance para implorar perdão ao pobre Geca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatú, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquelle tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoados?<sup>1</sup>

Jeca Tatu, doente? Como a doença arruína o mamparreiro? Como inferiu os novos argumentos? O escritor corrigiu as ideias raciais? Quais as novas *expectativas*? Como construir novamente a nação? Jeca ainda seria inábil ao progresso? Quais os novos *projetos* do escritor? Por que, afinal, mudou seu entendimento?

\*\*\*

O prof. Miguel Pereira saudou o regresso do diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Aloysio de Castro, da Argentina com o afamado discurso “O Brasil ainda é um immenso hospital” em outubro de 1916. O momento vindicou aos intelectuais exames acerca da situação brasileira em meio a “atmosfera pesada e anciosa” da guerra mundial. O conferente não fugiu ao encargo: a pátria, “exposta e sem defesa, immensa e sem grandeza, expoliada e sem justiça, rica e sem crédito, culta e sem escolas, forte e sem armas”<sup>2</sup>, não contava com ninguém para defendê-la. Na “republica que se desmancha em feudos e se dissolve na impunidade” as forças armadas encerravam homens fracos, enfermos e miseráveis. Continua:

E bem que se organizem milicias, que se armem legiões, que se cerrem fileiras em torno da bandeira, mas melhor seria que se não esquecessem nesse paroxismo de entusiasmo que fóra do Rio ou de S. Paulo, capitaes mais ou menos saneadas, e de algumas outras cidades em que a previdencia superintende a hygiene, o Brasil é ainda um immenso hospital. Num impressionante arroubo de oratoria já perorou na Camara illustre parlamentar que, se fosse mistér, iria elle, de montanha em montanha, despertar os

---

<sup>1</sup> Cf. LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.

<sup>2</sup> PEREIRA, Miguel. O Brasil é ainda um immenso hospital. *Revista de medicina*. Orgam do Centro Academico “OSWALDO CRUZ” da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Anno VI. São Paulo, agosto de 1922. Vol. III. Num. 22. p.5.

caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderavel, dessa brava gente não se levantaria; invalidos, exangues, esgotados pela ankylostomiase e pela malaria; estropiados e arrazados pela moléstia de Chagas; corroidos pela syphilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, tristes deslembrados se erguer da sua modorra ao appello tonitroante de trombeta guerreira, ressoando de quebrada em quebrada ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam comprehender porque a Patria, que lhes negou a esmola do alphabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva. A não ser que fosse para que, na primeira arrancada mais facilmente lh'a arrebatasse o inimigo... Não carrego as cores ao quadro. É isso sem exagero a nossa população do interior. Uma legião de doentes e emprestaveis. Quaes os soldados que o orador ira equipar? Os do seu Estado natal? Mas foi exactamente ahi que o descobrimento genial de Chagas, numa zona que se alonga e se dilata por centenas de quilômetros quadrados, revelou ao paiz, sem nenhum resultado pratico ou consequencia prophylatica, espectáculo dantesco de uma morbilidade fatal e progressiva que amontôa gerações sobre gerações de disformes e paralyticos, de cretinos e idiotas.<sup>3</sup>

Discutir saúde acarretava tratar os temas em torno da construção da nação, tais como alistamento militar, imigração, higiene, soberania nacional etc. Nessa reunião de assuntos, estavam em causa os obstáculos ao progresso do país. Conforme Miranda de Sá (2009, p.184), na virada do século XIX para o XX, “a medicina não deve ser meramente considerada conhecimento e prática científica relacionada à manutenção da saúde, mas discurso sobre a sociedade e programa visando à reforma social”. Por quê?

Neste mesmo ano, veiculam comentários acerca do relatório da viagem científica pelo Norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, em 1912, pelos Drs. Arthur Neiva e Belisário Penna – estudos feitos à requisição da Inspeção de Obras contra as Secas, subordinado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas – em periódicos. O documento suscitou controvérsias já que anunciava o estado de abandono socioeconômico e cultural dos sertanejos, causa das doenças e do atraso nessas paragens. Observemos as “considerações gerais” dos doutores:

Os homens e mulheres do sertão estavam isolados do mundo e entregues a tripanossomíase americana, a ancilostomose e a malária. Como não estariam? Havia muitas povoações "sem esgoto, iluminação, água encanada, pavimentação"<sup>4</sup>; a alimentação insuficiente e má: carne de bode, farinha e rapadura; escassez de água na região e desasseio corporal: a água poluída é “comum para homens e animais” e o

---

<sup>3</sup> PEREIRA, Miguel. O Brasil é ainda um immenso hospital. *Revista de medicina*. Orgam do Centro Academico “OSWALDO CRUZ” da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Anno VI. São Paulo, agosto de 1922. Vol. III. Num. 22. p.6.

<sup>4</sup> NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. *Viajem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piaui e de norte a sul de Goiaz*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz [online]. 1916, vol.8, n.3, p.179.

hábito de banho “só existe para os habitantes das lagoas e cursos d’agua”<sup>5</sup>; religião católica eivada de “exageros e superstições”<sup>6</sup>; “inauditos impostos” do governo<sup>7</sup>; analfabetismo em 80% nas caatingas; crueldade “inexplicavel” dos habitantes; criminalidade elevada; dependência do proprietário das terras. Destaco os juízos assentes em conceitos temporais:

O sistema métrico consiste em anacronismo (palmo, côvado, vara, oitava e onça); o transporte em muares ou jumentos “era usado ha 4 mil anos pelos egípcios [...] certamente em melhores estradas”<sup>8</sup>; domínio do “natural espirito de rotina”, já que “impermeáveis ao progresso”<sup>9</sup>; o engenho de açúcar “é inferior ao usado em Pernambuco no tempo do dominio dos holandezes”<sup>10</sup>; agricultura “atrazadissima”; no *Folk-lore* “os habitantes foram incapazes de crear algo de novo”<sup>11</sup>; palavras consideradas arcaísmos subsistem; cumprimentos “de etiqueta usada em outras epocas” etc. Os doutos encontraram “uma organização atrasada e rudimentar”, gente vivendo “á margem da civilização”, isto é, “o sertão em toda a sua primitividade”<sup>12</sup>.

Havia recurso a fim de sanar tais carências e ingressar tais homens e mulheres no progresso? Sim. “Para nós”, esclarece Neiva e Penna, “o progresso no Brazil, em grande parte, é devido ao estrangeiro e uma incompreensivel politica passivamente permitida pelos nortistas, criou a lenda de ser o Norte improprio ao imigrante europeu”<sup>13</sup>. Dos 192.683 imigrantes entrados no Brasil em 1914, “destes apenas 2.150 destinaram-se á Bahia, nada cabendo aos Estados de Piauhí, Pernambuco e Goiaz”<sup>14</sup>. Nessa visão, os nacionais continuariam na rotina e na mesmice sem a iniciativa e tirocínio dos estrangeiros - sobretudo os europeus, agentes do progresso no continente americano. O governo, e esse é outro recurso, deveria estabelecer vias de comunicação entre o sertão e o litoral, já que “tudo quanto a maquina permite crear, alí não pode ser aproveitado, pela impossibilidade material de se transportarem em maquinismos pezados em caminhos intransitaveis e apenas transposto pelos jumentos e

---

<sup>5</sup> NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. *Viajem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauhí e de norte a sul de Goiaz*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz [online]. 1916, vol.8, n.3, p.166.

<sup>6</sup> Ibidem, p.168.

<sup>7</sup> Ibidem, p.169.

<sup>8</sup> Ibidem, p.171.

<sup>9</sup> Ibidem, p.173.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem, p.177.

<sup>12</sup> Ibidem, p.179.

<sup>13</sup> Ibidem, p.181.

<sup>14</sup> Ibidem, p.175.

muares de pequeno vulto, mal suportando [...] peso superior a 100 quilogramas”<sup>15</sup>. Com as vias dar-se-ia o escoamento da produção e estruturar-se-iam mercados concorrentes. E, ainda nessa matéria, aproximar-se-iam os sertões do restante da nação: “Até hoje, aquelas rejiões têm sido desamparadas pela Nação que se tem colocado em situação de metropole para colonia; esta pratica tem sido uma das causas do seu atrazo e por isso convem, que, as relações se façam em condições de mais equidade onde um sincero sentimento de solidariedade possa existir”<sup>16</sup>. Deslindar-se-ia o inconveniente atraso das regiões estudadas e constituir-se-ia a nação – a camaradagem como um dos alicerces das *comunidades imaginadas* (ANDERSON, 2008).

Os doutores idearam outros dois projetos: a agricultura metodizada e o serviço médico itinerante. Os latifúndios, “pela extensão, dificultam a exploração metodizada” e as partilhas familiares de uma mesma fazenda “impede uma ação harmonica no sentido de determinada exploração”<sup>17</sup>. O algodão, indicam os doutores, nasce e se desenvolve otimamente na região, de jeito que “estudando as especies e variedades mais adequadas ao sólo, dar-se-á a grande transformação e a abundancia virá”<sup>18</sup>; as pastagens naturais, sem carrapatos ou bernes, serviam a criação de gado bovino e cavalari. “A probabilidade desta zona se desenvolver enormemente, está por isso assegurada”<sup>19</sup>, concluem. O serviço médico itinerante transitaria nos sertões com farmácia e médicos, acudindo os enfermos e estudando as “enfermidades obscuras e mal conhecidas, ali presentes e, que, merecem ser pesquisadas de melhor modo”<sup>20</sup>, ordenando um bacteriologista, então. Em suma:

Somente com auxilio de pesquisas científicas, poder-se-á com segurança, saber-se qual a possibilidade economica da rejião do nordeste e os meios de desenvolvê-la e explorar as riquezas naturais que por acaso possua, colocando o homem em situação de dominar o meio pelo conhecimento perfeito de todos os fatores diretos ou não e que exerçam influencia proxima ou remota, no desenvolvimento duma civilização moderna, entre populações que ha mais de 3 seculos quasi nada assimilaram das grandes transformações operadas em todo o universo e que, a parcela minima de aproveitamento que lhes chega das grandes forças que realizaram a revolução industrial como a locomotiva, ou lhes é desconhecida totalmente como nos Estados do Piauí e Goiaz, ou se arrasta morosamente em dias alternados, partindo da Capital da Bahia e levando pelos menos 33 horas a vencer 575 quilometros a maior

---

<sup>15</sup> NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. *Viajem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiaz*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz [online]. 1916, vol.8, n.3, p.181.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.182.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.175.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.176.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.182.

parte estendidos em enormes tangentes, afim de levar a Joazeiro, centro de toda a zona do nordeste, a civilização já adiantada do litoral.<sup>21</sup>

Monteiro Lobato difundia os cuidados higiênicos e os conhecimentos oriundos do paradigma microbiano e bacteriológico ao autorizar os artigos e resenhas dos médicos sanitaristas e outros intelectuais na *Revista do Brasil*. O didatismo das matérias intentava “informar o leitor a respeito de cada uma das principais doenças, seu histórico, formas de contágio, estratégias de combate e prevenção” (LUCA, 1999, p.212). Cabia aos homens da ciência, escorados na nova medicina, socorrer os citadinos e os interioranos enfermos. Havia resistências: a ignorância e a omissão do Estado. Os governantes deveriam outorgar autonomia aos higienistas e estruturar a saúde pública em nível federal. Contra a ignorância e a credence dos incautos, dicas de culinária (as vitaminas fundamentais), de puericultura, de cuidados nas residências, de exercícios e outros, contribuem no asseio e na conservação da saúde dos leitores da revista. O fim: prescrever condutas, formalizar hábitos e normatizar o cotidiano dos indivíduos.

O escritor assumiu as diagnoses dos higienistas de Manguinhos. Por quê? Reabilitar e valorizar o brasileiro, consoante Luca (1999, p.216), “ou melhor, discipliná-lo, adestrá-lo, moralizá-lo para transformá-lo em um agente capaz de concretizar as inumeráveis potencialidades da terra, esse o ideal apregoado pelos apóstolos do discurso higienizador”. Dessa maneira, os tratamentos amontoavam saúde, educação e economia. Novos saberes, novo *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006). Surgem daí projetos de regeneração dos sertões.

A noção de *projeto* propicia estreitar as experiências e as expectativas. Nas sociedades complexas, coexistem diversos estilos de vida e visões de mundo, interesses e valores em redes de relações, constituindo o fenômeno da *negociação da realidade* entre os indivíduos. “Como sabemos”, informa Gilberto Velho (1999, pp.21-22), “não só o conflito, mas a troca, a aliança e a interação em geral, constituem a própria vida social através de experiência, da produção e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes”. Distintos enunciados e representações constroem a realidade, fundadas nas posições diferenciadas e múltiplos papéis dos indivíduos, ou seja, a dinâmica entre esferas de atividades e *províncias de significados* constituindo mundos diferenciados na sociedade complexa (VELHO, 1999, pp.26-27). Na “dialética de unidade e fragmentação”, isto é, no convívio entre as esferas sociais e províncias de

---

<sup>21</sup> NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. *Viajem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz [online]. 1916, vol.8, n.3, pp.183-184.

significados, os indivíduos constantemente transitam entre múltiplas realidades e papéis sociais devido ao *potencial de metamorfose*. Na vida social, então, os indivíduos agem mediante os *campos de possibilidades* e os *projetos*. O *campo de possibilidades* “trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”; o *projeto* “no nível individual lida com performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (VELHO, 1999, p.28). Como acordar a ideia de *projeto* com as experiências e as expectativas?

O projeto é a “*conduta organizada para atingir finalidades específicas*” (VELHO, 1999, p. 40). A execução dos projetos, no entanto, não advém unicamente da vontade individual, mas do *campo de possibilidades* e das tensões socioculturais obstruindo ou favorecendo a implementação. O *projeto* individual interage com outros, concorrendo ou não, e mesmo o coletivo “não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham” (VELHO, 1999, p.41). As trajetórias dos indivíduos, nos termos de Gilberto Velho (1999 p.47), “ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos”. Dessa maneira, os indivíduos mudam através dos *projetos*; esses também mudam conforme as dinâmicas sociais. O *projeto*, urdido através das experiências, direciona as energias visando as expectativas, estreitando os dias atuais e os dias por vir.

Monteiro Lobato aceitou as evidências dos médicos-sanitaristas e entendeu a vivência dos caboclos de outra maneira. Descritos tais como os urupês “de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas”, com a mesma existência sofrida, miserável e ignorada, restolhos de gente inermes, os sertanejos de Neiva e Penna exibiam Jeca Tatu *d’après nature*. O contista testemunhou as gentes e os cenários do relatório, acaso os reconheceu mesmo remotos de São Paulo. Havia *algo* distinto: a ausência da visão classista, ao menos não mais de um fazendeiro irascível; o novo ângulo dos doutores admitia ignorar os axiomas raciais e acatava os motivos médicos e higiênicos. Jeca não estava condenado; estava doente. Monteiro Lobato encontrou o recuso ao soerguimento socioeconômico da nação, isto é, os alicerces do futuro. O escritor favorece a causa do saneamento do Brasil com uma série de 14 artigos disseminados no *Est. de S. Paulo*, entre março e junho de 1918 (SILVA, 2014, pp.59-60). No mesmo ano, reúne os textos em *Problema vital*, também enfeixados por decisão da Sociedade Eugênica de S. Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Cabia reavaliar a tragicômica caricatura:

E a ideia-força [do saneamento] caminha avassaladora.  
Avassaladora e consoladora, porque o nosso dilema é este: ou doença ou incapacidade racial.  
É preferível optarmos pela doença.  
Destarte coincidirá a lição científica, que afirma ser doença com os anelos do nosso amor-próprio, que prefere à confissão de doença a confissão desalentadora da incapacidade.  
Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento que ansiávamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta da biologia.<sup>22</sup>

O encanto com o “moderno espírito científico”, ou seja, os métodos modernos e o “seguro critério pasteuriano”<sup>23</sup>, está claro nesses textos. Contra a ciência racistas de Le Bon, a consulta aos laboratórios e o conhecimento microrgânico. Doença, então. O pauperismo e a ignorância do piraquara não afiguravam insanáveis, mas estado remediável. Haveria futuro.

O porvir não estava garantido, contudo. Diagnóstico excruciante: dos 25 milhões de habitantes do Brasil, “dezessete milhões de criaturas vivem para uso e gozo do ancilóstomo e três milhões pagam pesado tributo de sangue, de vida e de inteligência a um miserável percevejo, dez milhões tiritam na febre consuntora do impaludismo”, ou seja, a maioria dos doentes abrigam “simultaneamente no organismo os três hóspedes letais”<sup>24</sup>. Os doutores de Manguinhos denunciaram os sertanejos eivados de ancilóstomo, tripanosoma, protozoário de Laveran, bacilo de Hansen, leishmânia tropical e assinalaram a interferência das endemias no progresso da nação. Como socorrê-los?

“O déficit econômico é reflexo do déficit da saúde”, esclarece Monteiro Lobato. Por quê? O trabalhador rural, carente na saúde e rico de mazelas fisiológicas, gerava a riqueza pública. Corrigiu os julgamentos de outrora:

Sem restaurar a saúde do povo não há solução possível para os efeitos mediatos e imediatos da doença.

A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doente se torna menos eficiente na produção de riqueza é.

Se está carunchada pelas verminoses e exangue pela sucção dos parasitas endêmicos, o edifício construído sobre ela claramente que há de ruir.

Opilada, impaludada, tracomatosa, embarbeirada, roída de inteligentíssimos vermes por dentro e sugada no exterior por ineptos coronéis

---

<sup>22</sup> LOBATO, Monteiro. O início da ação. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.76.

<sup>23</sup> Cf. Idem. A ação de Oswaldo Cruz. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. pp.22-26.

<sup>24</sup> Idem. Dez milhões de impaludados. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.40.

prepostos como manoplas estranguladoras no gasnete da vítima pelo bacharel político – triatoma por tabela que folga e ri nas capitais -, essa gente opera prodígios produzindo o pouco que ainda produz.

Curá-la é salvar o país.<sup>25</sup>

Desse modo, a lide dos milhões de Jecas gerava a riqueza da nação. Curá-los é “estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e financeira”. Os males socioeconômicos, afinal, seriam sanados com a atividade e o aumento de eficiência dos homens e mulheres sadios, corolário do saneamento rural. Os governantes (e os latifundiários) não necessitariam custear os estrangeiros: o caipira remediado e renovado, aderente à reforma sanitária, agora efetivamente um homem, trabalharia como os italianos, alemães, espanhóis etc. Na máxima lobatiana: O caipira não “é” assim. “Está” assim<sup>26</sup>. O crucial foi conceber o atraso brasileiro, e as decorrências deste, como estado momentâneo e remediável.

Garantir-se-ia o futuro, assim. Contra o ceticismo, a ideia “falimos como povo, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente” – a crença no amanhã. Discursos como “não há salvação”, “estamos condenados ao desaparecimento”, “apodrecemos antes de amadurecer”, “se vamos à garra mais dia menos dia, viva o presente!”, “grande tolice pensar no futuro”, “depois de mim venha o dilúvio”<sup>27</sup> indicam o derrotismo em algumas inteligências. Atitudes, consoante Monteiro Lobato, resultantes das endemias e lesões orgânicas. Otimismo e fé, sustentáculos do progresso, surgem da “boa circulação do sangue, das glândulas em normalidade de funcionamento, dos pulmões bem oxigenados de ar puro”<sup>28</sup>. Inviável construir a nação por vir (ou desenvolver toda atividade) com a vida exangue.

O futuro estava em jogo:

Vem dela [o déficit da saúde] a dívida externa, colossal em relação à penúria produtiva; vem dela o regime iterativo das moratórias, o pedinçamento sem-fim de empréstimos e a conseqüente hipoteca de alfândegas e de todos os bens valiosos do patrimônio nacional. Vem dela o criminoso saque contra o futuro, levado a proporções incompatíveis com a permanência da soberania.

Tudo quanto o paciente trabalho da Monarquia acumulou em 50 anos de vida séria jaz virtualmente alienado ao judeu inglês.

---

<sup>25</sup> LOBATO, Monteiro. Déficit econômico, função do déficit da saúde. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. pp.62-63.

<sup>26</sup> Idem. Um fato. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.69.

<sup>27</sup> Idem. Reflexos morais. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.50.

<sup>28</sup> Ibidem, p.51.

E não contentes com isso os geniais e honradíssimos estadistas republicanos penhoraram o suor, o cabelo e o sangue dos nossos filhos, dos nossos netos e dos filhos dos nossos netos.<sup>29</sup>

Não haveria amanhã nesse estado. Como agir?

Monteiro Lobato indicou caminho. O primeiro passo “consiste em matar esta ilusão, desprezar a opinião do suborno externo e a mentira pia interna, não mais soltar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista – polos do mesmo erro – e sim, pura, sincera e exclusivamente, verdadeiros”<sup>30</sup>. Quais mentiras? Os três dogmas: a) “*Somos um dos povos mais inteligentes e sensatos do mundo*”; b) “*Somos o país mais rico do mundo*” e c) “*O Brasil é o único país, além do Japão, que jamais foi vencido em guerra*”<sup>31</sup>. Não havia administração eficiente e justiça, grassava a “*degradação moral, política e financeira*” no país, ou seja, nação incapaz de organização e progresso. O Brasil é o país mais rico do mundo? “Em parasitos hematófagos transmissores de moléstias letais”<sup>32</sup>, concluiu o autor. O ufanismo obstruía a nação.

Os verdadeiros patriotas, nessa visão, não estavam nos paredros da retórica nacional, com os discursos ufanistas, os dogmas acima, mas nos milhares de trabalhadores anônimos dos recônditos do país. “A esta hora milhões de verdadeiros patriotas lá estão no eito, porejantes de suor, na faina da limpeza e do plantio”<sup>33</sup>, comentou. Sustentáculos da nação: as atividades desses homens e mulheres erigia as novas estruturas brasileiras; o abuso na faina diária assegurava a vinda das tecnologias norte-americanas e os artigos da cultura europeia. “Febrentos de maleita, exaustos pelo amarelão, espezinados pelo ácaro político, lá estão cavando a terra como podem, desajudados de tudo, sem instrução, sem saúde, sem gozo da mais elementar justiça” – mas “fazendo” patriotismo<sup>34</sup>. Não haveria retórica curativa, nem motivo de ufanía. Mas também não havia mistério:

O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso,

---

<sup>29</sup> LOBATO, Monteiro. Déficit econômico, função do déficit da saúde. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.61.

<sup>30</sup> Idem. Primeiro passo. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.58.

<sup>31</sup> Idem. A ação de Oswaldo Cruz. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.22.

<sup>32</sup> Idem. Dez milhões de impaludados. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.40.

<sup>33</sup> Idem. Primeiro passo. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.58.

<sup>34</sup> Ibidem.

preliminarmente, convencemos o país da sua doença; e em seguida fazer ideia o programa de todos os governos, a ideia fixa de todos os particulares.

Tudo mais rola para o plano secundário.

Sanear é a grande questão.

Não há problema nacional que se não entrose nesse.

Só a alta crescente do índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político.

Não fazer isso é condenar-nos ao papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir nos regatos da conquista pacífica.

Não fazer isso é morrer na lenta asfixia da absorção estrangeira.

Não fazer isso é apodrecer.<sup>35</sup>

Clareou ainda mais os argumentos:

Fala-se hoje em pátria mais do que nunca. Jamais o dispêndio de hinos, versos, conferências, artigos, livros, boletins e discursos patrióticos foi maior. No fundo de tudo isso, porém, está a retórica vã, a mentira, a ignorância das verdadeiras necessidades do país.

Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.

*E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta e proveito próprios.*

Se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil.

Por instinto de conservação, é força pois que o bacharel – *Triatoma bacalureatus* – entregue o cetro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, conserte a máquina brasílica, desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubim.<sup>36</sup>

Monteiro Lobato adentrou no assunto entre a expectativa e o receio. O temor da conquista estrangeira atravessa os textos: não sanear “é condenar-nos ao papel de adubo inerte onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir nos regatos da conquista pacífica”<sup>37</sup>. Discussão oriunda do século anterior e emergente com a guerra. O inconveniente dos bacharéis, as falhas e os vícios políticos reordenam os juízos acerca do Jeca Tatu e institui os deveres do Estado. Os bacharéis, consoante o polemista, dominando “sem peias na política e na administração, não conseguiu

<sup>35</sup> LOBATO, Monteiro. Primeiro passo. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.59.

<sup>36</sup> Idem. Três milhões de idiotas. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.38.

<sup>37</sup> Idem. Primeiro passo. In: \_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.59.

organizar sequer a justiça”<sup>38</sup>. No Brasil, continua, a justiça “funciona por intermédio dele, para uso, gozo e proveito dele – e no entanto positivamente falida”. Chegou a hora dos cientistas. O Estado, afinal, deveria fabricar e distribuir gratuitamente os medicamentos necessários e incentivar e subsidiar as atividades dos médicos sanitaristas. Jeca Tatu figurava vítima do abandono e do descaso governamental.

Oswaldo Cruz iniciou o movimento redentor na chefia da higiene no Rio de Janeiro. O Instituto Oswaldo Cruz, uma vitória das técnicas modernas. Deveria haver continuadores. Belisário Pena, estudioso de Manguinhos, seguidor de Oswaldo, soltou “um grito lancinante de angústia para que afinal volvéssemos para os males caseiros os olhos há tantos anos postos nas coisas europeias”<sup>39</sup>; Artur Neiva, com as mesmas credenciais de Pena, dirigia e organizava o Serviços Sanitário de São Paulo, instituindo, conforme Monteiro Lobato<sup>40</sup>, um dos códigos sanitários mais completos.

Os casos mais graves estavam no interior, no entanto. No Tremembé, a beira do Paraíba, havia população ribeirinha de “singular feiura” e “singular apatia”, reflexos da ruína fisiológica<sup>41</sup>. As casas de sapé e lama, com rachaduras “onde os triatomas fazem o ninho”, mostravam a carência socioeconômica, a ausência de criatividade e admitia as endemias. “Lá [na casa] verá, alumiados pelas brasas do fogão, o pobre homem, chefe da família, estirado nuns fiapos de esteira sobre a terra úmida”, escreveu. A via férrea lhes era inusitada: a “pressa, a lufa-lufa de um trem que chega, chia e parte, os silvos agudos, o italiano, a gente bem vestida – esta faixa de vida fumegante que a estrada de ferro cria por onde passa, opunha a sudoeste uma barragem aterrorizante ao piraquara”<sup>42</sup>. Continua:

De lavoura, nada.

Parasitas do rio e da lezíria, olhavam as fazendas com horror, e daí, na boca dos fazendeiros, a sua má fama de indolentes. Indolentes e ruins, incapazes, restolho de gente, lesmões humanos. Era unânime esta opinião na lavoura circunjacente, caída em modorra por falta de braços.

Desorganizados pelo 13 de Maio e desprovidas de colonos italianos, as ricas fazendas de outrora, em penúria de músculos, apelavam em vão para os urumbevas ribeirinhos. O piraquara não dava de si nenhum trabalho compensador, ainda quando armado da melhor boa vontade. Não valem o que comem – dizia todo mundo.<sup>43</sup>

<sup>38</sup> LOBATO, Monteiro. Três milhões de idiotas. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.37.

<sup>39</sup> Idem. Dezessete milhões de opilados. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.32.

<sup>40</sup> Cf. Idem. O início da ação. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. pp.76-79.

<sup>41</sup> Idem. Um fato. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.66.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Ibidem, p.67.

Como agir? Com alimentação abundante, casas higiênicas em lugares secos e os curativos ser-lhes-ia iminente uma ressurreição. Profilaxia, sobretudo. No combate a ancilostomose, por exemplo, bastava “defender os pés contra a infecção pelo uso dos sapatos e evitar a infecção pelo uso da fossa”<sup>44</sup>. Nada de “terapêutica pé no chão”, somente a higiene. Nada de bacharéis ou os negros velhos curandeiros, somente os médicos. Com efeito, consoante Monteiro Lobato, retrato “do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade fotográfica, é o médico ao desenhar o quadro clínico do ancilostomado”, sendo tudo mais “mentira, retórica, verso”<sup>45</sup>. O escritor reavaliou inteiramente os juízos anteriormente emitidos acerca das populações rurais:

Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados de sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robusteza e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho, mantêm eles sempre elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, mantêm em alta o índice biológico da raça, pois é com o sangue e o músculo forte do camponês que os centros urbanos retemperam a sua vitalidade.

O urbanismo é um mal nocivo à espécie humana. Os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiênica se conjugam para romper o equilíbrio orgânico do homem citadino, rebaixando-lhe o tônus vital. Mas o campo intervém e restaura-se o equilíbrio. A infiltração permanente de sangue e carne de boa têmpera, vinda dos campos, contrabalança o desmedramento das cidades.<sup>46</sup>

Não escrevia o outrora fazendeiro inflamado, representativo das censuras agora enunciadas, mas “outro” Monteiro Lobato. O intelectual Monteiro Lobato: diretor da *Revista do Brasil*, colaborador do *Estado de S. Paulo* e contista dos *Urupês*. Novas experiências, como a discussão acerca do saneamento do interior e os relatórios dos doutores de Manguinhos, transformaram antigas ideias e posicionamentos, concebendo novas expectativas. “O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela experiência anterior”, alega Koselleck (2006, p.313). “Assim”, continua o historiador alemão, “a superação temporal das expectativas organiza nossas duas dimensões de maneira nova”. Outrossim, os *projetos* de reforma sanitária e cura dos homens, mulheres e crianças do interior buscava adiantar as *expectativas*, incitado o atual estado de coisas rumo ao futuro. Não convém esperar, nessa visão.

---

<sup>44</sup> LOBATO, Monteiro. Dezessete milhões de opilados. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.31.

<sup>45</sup> Ibidem, p.30.

<sup>46</sup> Idem. Diagnóstico. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. pp.47-48.

O escritor entendeu a saúde pública como problema nacional: a eficiência do trabalho e a consecutiva geração de riqueza advêm de uma mente sã e um corpo são. Jeca Tatu indolente? Não, doente. Da cura das endemias sobreviria a moral e a ética do trabalho. Problema nacional ainda, já que encargo dos governantes favorecer tais homens, mulheres e crianças outrora avaliados incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso. Concernia aos médicos, instruídos na microbiologia e no laboratório, restaurar o vigor dos “dezessete milhões de opilados”, dos “três milhões de idiotas” e dos “dez milhões de impaludados” e lhes assegurar um futuro, não aos ufanistas e bacharéis meandrosos. Questionou ainda as teses de inferioridade racial dos brasileiros, fundamento dos vaticínios descrestes do Brasil como nação, e estatuiu novas alternativas aos males do país.

Monteiro Lobato buscou sensificar a opinião pública nesses artigos, descrevendo os distúrbios fisiológicos e a falência moral dos trabalhadores rurais. Os argumentos vêm de cima, do intelectual retratando e diagnosticando o “outro”, cobrando providências dos governantes, também distantes dos sertões. O polemista foi mais adiante, no entanto. “Jeca Tatuzinho” (1920), brochura sobre as endemias do sertão e a ressurreição do Jeca, prega as medidas profiláticas e as receitas medicinais de Candido Fontoura como sobreaviso e cura da ancilostomíase. O folheto, devido ao pequeno formato e as grandes tiragens, atingiu os ermos do território nacional e “[as noções dadas] já entraram no conhecimento do povo roceiro, habilitando milhares e milhares de criaturas a se defenderem e também a se curarem, quando por elas alcançados”<sup>47</sup>. Distribuída gratuitamente, Monteiro Lobato escreveu didaticamente uma história acerca da cura e do ajustamento do Jeca ao progresso.

Certo dia um doutor encontra Jeca Tatu doente: anêmico, mole e desanimado. “Você sofre de ancilostomíase”<sup>48</sup>, diagnosticou. O doutor, então, lhe receita o remédio adequado e lhe instrui a comprar um par de botinas e nunca mais beber pinga. Com a saída da “bicharia tremenda [que] estava se criando na sua barriga”<sup>49</sup>, Jeca nunca mais iria duvidar da Ciência: “Nunca mais! Daqui por diante Nhá Ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então, nem pra remédio...”<sup>50</sup>. Desta forma Jeca prosperou e suplantou o italiano:

---

<sup>47</sup> LOBATO, Monteiro. Jeca Tatu. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.111 (NOTA).

<sup>48</sup> Ibidem, p.104.

<sup>49</sup> Ibidem, p.105.

<sup>50</sup> Ibidem, p.106.

Em pouco tempo os resultados foram maravilhosos. A porcada aumentou de tal modo que vinha gente de longe admirar aquilo. Jeca adquiriu um caminhão Ford, e em vez de conduzir os porcos ao mercado pelo sistema antigo, levava-os de auto, num instantinho, buzinando pela estrada afora, *fom-fom! fom-fom!...*

As estradas eram péssimas; mas ele consertou-as à sua custa. Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês.

- Quero falar a língua dos bifés para ir aos Estados Unidos ver como é lá a coisa.

O seu professor dizia:

- O Jeca só fala inglês agora. Não diz porco; é *pig*. Não diz galinha; é *hen*... Mas de álcool, nada. Antes quer ver o demônio do que um copinho de “branca”...<sup>51</sup>

O caboclo, antigamente incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, agora integrava o interior aos desenvolvimentos tecnológicos norte-americanos. Não mais uma quantidade negativa, mas construtor do progresso pátrio. De vítima abandonada, Jeca Tatu agora gerava empregos, velando a saúde dos novos colonos, e riquezas em prol de si e do Brasil. O piraquara, enfim, encarnava o verdadeiro patriota: “Quando morreu, aos 89 anos, não teve estátua, nem grandes elogios nos jornais. Mas ninguém ainda morreu de consciência mais tranquila. Havia cumprido o seu dever até o fim”<sup>52</sup>. Monteiro Lobato conclui com clamor:

Meninos: nunca se esqueçam desta história; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles um grande benefício, é para vocês um alto negócio. Vocês verão o trabalho dessa gente produzir três vezes mais.

Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade da sua gente. Ter saúde é a grande qualidade de um povo. Tudo mais vem daí.<sup>53</sup>

Meninos? Por que, afinal, comunicar tais ensinamentos aos meninos? Neste momento emergia os discursos da criança como a humanidade de amanhã. Cabia aos meninos e meninas construir a nação vindoura, efetuar as *expectativas* dos ancestrais. Como massas sem forma determinada, os intelectuais e os mentores educá-las-iam no caminho do progresso. Monteiro Lobato, como intelectual, editor e genitor, precipitaria esses sentimentos.

---

<sup>51</sup> LOBATO, Monteiro. Jeca Tatu. In:\_\_\_\_\_. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. p.109.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p.110.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.111.

#### **4. SÍNTESE:**

**O SÍTIO DO PICAPAU AMARELO:**

**A CONFLUÊNCIA DOS TEMPOS DE MONTEIRO LOBATO.**

#### 4.1. Nação, literatura infantil e infância em construção: uma breve introdução.

*A terra fluminense* (1898), educação cívica, marca o início da literatura escolar de Olavo Bilac e Coelho Netto<sup>1</sup>. No termo do século, intelectuais brasileiros de sucesso e prestígio, além de assumirem cargos eminentes no cenário educacional e político da *res publica*, como os dois escritores acima, Manoel Bomfim e Affonso Celso, entre outros, iniciam novo gênero destinado aos meninos e meninas: a literatura escolar ou a literatura infantil *brasileira* (HANSEN, 2007). O intuito, amostrado nos textos introdutórios dos livros, foi influenciar os destinos do Brasil através da escrita, tentando inculcar sentimentos, valores, normas e costumes nos construtores da pátria futura: as crianças. Nas páginas carregadas de ensinamentos morais e cívicos, projetos de nação foram delineados e o futuro concorrido.

O dever encontrou obstáculos. Como escrever aos meninos e meninas? Como escrever uma literatura infantil *brasileira*? Não havia referência, fora os textos estrangeiros. Olavo Bilac tateou e concebeu lições, contos, teatro, poesias e romance na busca da forma conveniente aos leitores e aos fins. Outro cuidado, anunciado em algumas circunstâncias, mas manifesto em todos os textos, encontra-se nas diversas infâncias dos autores e dos leitores. Olavo, ainda, afirmou “que nunca fui verdadeiramente menino e nunca fui verdadeiramente moço”, educado sem gosto de viver, divertimentos ou farras com amigos, como a mocidade carioca nesse momento, isto é, 1908; ao contrário, grassava a “cara amarrada, palmatória dura, estudo forçado, e escravização prematura à estupidez das fórmulas, das regras e das hipocrisias”<sup>2</sup>. O príncipe dos poetas brasileiros intentou criar uma nova infância, já que aos meninos e meninas incumbia construir o amanhã do Brasil. Infância, então, tornar-se-ia, cada vez mais, um conceito temporal.

Dessa maneira, uma tensão intrínseca aos autores atravessa os textos: o embate entre o *espaço de experiência* dos escritores, instruídos, já em tenra idade, como adultos e o *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006), as novas crianças brasileiras, educadas moral e civicamente como futuro da nação, encarando uma fase da

---

<sup>1</sup> NETTO, Coelho; BILAC, Olavo. *A terra fluminense* – educação cívica. Livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

<sup>2</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. pp.895-896.

vida *sui generis*, onde os deveres não esmagam as alegrias. Olavo Bilac, tomado como figura emblemática entre os intelectuais temerosos com a infância, solucionou tal tensão?

Na carta de 8 de setembro de 1916, remetida a Rangel, Monteiro Lobato comentou acerca da situação das fábulas em português: “É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos”. E encerra: “Mais tarde só poderei dar-lhes o *Coração* de Amicis – um livro tendente a formar italianinhos...”. O então fazendeiro considerava os livros acessíveis aos miúdos “pequenas moitas de amora-do-mato – espinhentas e impenetráveis”<sup>3</sup>. Como escrever aos meninos e meninas, mais uma vez?

A interrogação acima subentende outra mais vasta: afinal, como entender uma criança? Quais suas singularidades? Os escritores dos livros escolares (ou de leitura) buscaram entendê-las e, assim, escrever seus textos. Destarte, investigar tais obras será uma maneira de entender como os intelectuais do início do século anterior conceituaram a infância, criando imagens contraditórias e concorrentes, mas duradouras. Nesse momento, também, os liames unindo infância, feitura da nação e experiência do tempo surgem constantemente na literatura infantil.

Neste capítulo, investigarei as tensões entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* anteriormente anunciado, bem como os ideais de infância existentes nas literaturas infantis de Olavo Bilac e Monteiro Lobato. Não obstante coetâneos, suas visões e conceitos destoam: o primeiro, constrangido entre o passado e o futuro, tentou educar as novas crianças à sombra de antigas ideias, sob a égide do amor ao Brasil, do sentido de dever, da ordem e da obediência; o segundo arrebentou os limites da “cultura nacional”, investiu no entusiasmo das descobertas e das aventuras, acreditou na imaginação. Os dois anteviram na educação das crianças a saída dos descompassos entre o outrora e o porvir. Dessa maneira, ambos escreveram sínteses. Cotejar seus textos oferece maior inteligibilidade à obra infantil de Monteiro Lobato, muitas vezes tomada como marco, única no gênero, mas isolada de sua ambiência histórica. O criador da Emília não ignorou os outros autores brasileiros, medidos consoante seu conceito de infância. Daí, isto é, das dúvidas suscitadas em virtude do novo gênero, da literatura infantil *brasileira*, emerge a noção da criança como a humanidade de amanhã, inerente aos anseios e temores da intelectualidade.

---

<sup>3</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.370.

## 4.2. Olavo Bilac: O “apóstolo-socialista pregando a instrução”.

### 4.2.1. O ruir das torres de ouro e marfim.

Uma interrogação inquietou os membros da Academia Brasileira de Letras em 1919: que poeta substituiria Olavo Bilac, membro fundador da instituição e criador da Cadeira nº. 15, tendo como patrono Gonçalves Dias? Nenhum poeta merecia substituí-lo, alguns afirmaram; ou, defendiam outros, necessário colocar alguém que não fosse poeta de todo. Esta última consideração animou Amadeu Amaral, então poeta, ensaísta e filólogo, a solicitar a cadeira<sup>1</sup>. O fito de *suceder-lhe* na qualidade de acadêmico e não *substituir-lhe* como poeta, juntamente a conhecida amizade entre Bilac e o requerente da vaga, estabeleceu transferência “sem atritos, sem chicanas, sem embargos, sem margem para alheios protestos, dependendo sua efetivação do cumprimento de umas tantas formalidades, apenas pela praxe exigida”, de acordo com Monteiro Lobato<sup>2</sup>.

Uma das praxes exigidas foi o discurso de recepção em 14 de novembro de 1919. Amadeu Amaral usufruiu da ocasião, o momento e o recinto, e fez elogio/estudo da vida e da obra do falecido poeta. Conforme Monteiro Lobato, mais uma vez, “o novo acadêmico soube fazer magistralmente um estudo perfeito da personalidade de Bilac, sem se deter em pormenorizações curiosas e justas, talvez, em estudos de outra natureza e oportunidade, mas descabidos no contexto de uma oração acadêmica”<sup>3</sup>, ou seja, acaso o discurso, logo editado na Tipografia de *O Estado de S. Paulo*, é uma entrada apropriada ao entendimento da personalidade e o fenômeno Olavo Bilac.

Amadeu Amaral recordou a vez e o meio onde surgiu-lhe Bilac. O menino, ainda em Capivari, interior de São Paulo, recebia alguns jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, entre os quais *A Semana*, “a célebre folha literária de Valentim Magalhães, então na sua primeira fase”<sup>4</sup>. Certo número trouxe artigo de Alberto de Oliveira sobre Olavo Bilac, “acompanhado de uma caricatura onde o poeta aparecia com a parte inferior do corpo convertida em lira que êle próprio dedilhava, todo cercado de estrêlas...”, comentou o discursador. A caricatura, gravada na memória, deu-lhe então a

---

<sup>1</sup> AMARAL, Amadeu. *Discurso que pronunciou ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Tipografia de *O Estado de S. Paulo*, 1919. pp.3-4.

<sup>2</sup> LOBATO, Monteiro. Discurso de Amadeu Amaral. In: \_\_\_\_\_. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009. p.185. Originalmente em *Revista do Brasil*, nº 49, janeiro de 1920.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.186.

<sup>4</sup> AMARAL, Amadeu. *Op. cit.* pp.6-7.

representação bem-acabada do que foi Bilac, isto é, “um homem esguio e aéreo, sempre entre estrêlas, e que fazia de si próprio, sem deixar de ser homem, num sacrifício e num sonho, um instrumento inefável de maravilhosos acordes”<sup>5</sup>.

Bilac, a seguir, foi analisado no tríplice aspecto de poeta, cronista e patriota. De modo geral, em seguida a mocidade boêmia e a arte sensual, “foi, aos poucos, espiritualizando tanto a sua vida como a sua arte” e “já surgia quasi perfeito”<sup>6</sup>. Daí entendeu a vida, conheceu as almas e os corações de homens e mulheres, “as inclinações boas e más”, a mediocridade do senso comum etc. Acaso “tenha malbaratado e prejudicado alguma coisa de si; mas esse foi o preço fatídico da larga compreensão melancólica, sem dúvida, mas cheia de perdão e de doçura, de coragem e de tolerância”<sup>7</sup>. Olavo Bilac seria único, cume do sentimento artístico.

O poeta, de acordo com Amaral, surgiu no “momento que se operava a renovação técnica e teórica da nossa poesia”, dessa forma, deixando as atitudes românticas e adentrando na corrente parnasiana, onde “modificaram-se as atitudes, balisaram-se novos rumos, refez-se a provisão de assuntos gerais, reeducou-se a técnica transviada e claudicante”<sup>8</sup> no verso esculpido por poetas/ourives. A “Profissão de fé” de Olavo Bilac é modelar deste fazer poético:

Invejo o ourives quando escrevo:  
Imito o amor  
Com que êle em ouro o alto relevo  
Faz de uma flor.

Imito-o. E, pois, nem de Carrara  
A pedra firo:  
O alvo cristal, pedra rara,  
O ónix prefiro.

Por isso, corre, por servir-me,  
Sôbre o papel  
A pena, como em prata firme  
Corre cinzel.

Corre; desenha, enfeita a imagem,  
A ideia veste;  
Cinge-lhe ao corpo a ampla roupagem  
Azul-celeste.

Torce, aprimora, alteia, lima  
A frase; e, enfim,  
No verso de ouro engasta a rima

---

<sup>5</sup> AMARAL, Amadeu. *Discurso que pronunciou ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Tipografia de O Estado de S. Paulo, 1919. pp.7-8.

<sup>6</sup> *Ibidem*, pp.22-23.

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp.21-22.

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp.26-27.

Como um rubim.

Não há muitas considerações a fazer sobre os versos de “Panóplias”, “Sarças de fogo” ou “Via-láctea”, embora grande parte do discurso seja dedicado ao poeta. “Êstes versos perfeitos [comenta acerca de “Profissão de fé”], assim engenhosamente entrelaçados, assim solidamente construídos, assim minuciosamente passados sob uma lima sutil, sem uma trinca, um derrame, uma falha, um desvio, uma rebarba, estes versos dão o tom e a norma invariável de todo os”<sup>9</sup> poemas. Dados esses elogios, não resta outra conclusão além da enunciada: “Digamos antes: isto é belo; e basta”<sup>10</sup>.

O cronista reuniu textos admiráveis em *Crítica e Fantasia* (1904) e *Ironia e Piedade* (1916), dando “êsse aspecto de obra meditada e acabada” e julgando por características da prosa a solidez e o acabamento. Interessa ao discursador a exaltação, sobretudo. Então a evolução da prosa de Bilac, como “uma ascensão sem retôrno e sem parada”, é seu tema. “O artista atingiu a arte pura, inimiga do artifício, ... a força e a graça na simplicidade”<sup>11</sup>, afirmou. As crônicas escritas para a *Gazeta de Notícias* eram “sempre curtas, mas completas; ligeiras, mas *orgánicas*”<sup>12</sup>. O plano e encadeamento das ideias, dotadas de introdução, exposição e conclusão, não davam lugar “às indecisões e vacilações em que geralmente nos enredamos”<sup>13</sup> e “êle arredondava-as e rematava-as, como arredondava e rematava, com mais trabalho e mais amor, os seus sonetos de cristal, macissos e transparentes”<sup>14</sup>. A finalidade de tais linhas logo se mostra canonizar Olavo Bilac: “O homem chegou às raias da santidade”. Tudo conforme a ocasião. Este louvor, mistura de sagrado e profano, das lembranças sobre o morto e da herança deste, tanto na literatura como nas grandes comoções nacionais, encontra seu termo e marco na imagem do patriota.

Nesta faceta Bilac foi igualmente modelar, segundo Amadeu Amaral. Distanciando-se dos exageros do patriotismo brasileiro, “a descrença rastejante e o entusiasmo catacego”, Olavo Bilac impulsionou novo ardor cívico no país durante a conflagração mundial de 1914-1918. Na desorientação geral, em que os perigos eram

---

<sup>9</sup> AMARAL, Amadeu. *Discurso que pronunciou ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Tipografia de *O Estado de S. Paulo*, 1919. pp.30-31. “Profissão de fé”, acima transcrito, está nestas páginas.

<sup>10</sup> *Ibidem*, pp.39-40.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.53.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.45.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.47.

<sup>14</sup> *Ibidem*, pp.44-45.

avaliados e o futuro duvidoso, a “voz potente e cálida [do poeta] reboou no espaço”. O início, o discurso proferido na Faculdade de Direito em São Paulo, a 9 de novembro de 1915, foi a faísca de nova consciência nacional, alastrada em todo Brasil. Os resultados?

Reconciliou-se a Nação com as armas. A conscrição foi aceita. Os quartéis, atingidos pela onda reconfortante da solidariedade pública, assearam-se, arejaram-se, cresceram, e, escancaradas portas e janelas, varados de ar e de sol, ressoantes de hinos e de clarinadas, se puzeram em comunicação aberta e tranquila com o exterior. Multiplicaram-se as linhas de tiro. Os militares puderam dirigir-se ao povo sem correr o risco de não os querer ouvir, ou de os quererem desprezitar. As noções de defesa indispensável, de dever civil entrelaçado ao dever militar, de sacrifício voluntário e jovial das comodidades em favor de um desígnio colectivo, todas essas ideias tão antigas e tão repetidas, Bilac as condensou em alguns períodos de prosa singela, desempeceu-as de equívocos, aligeirou-as de inutilidades, deu-lhes um geito, estirou-lhes duas azas, a aza da beleza e a aza do sentimento, deu-lhes as rectrizes da ternura e do entusiasmo, soltou-as no ar, - e elas ficaram voando, e entre vôos e cantos se multiplicaram, e encheram os ares do Brasil em infinitas revoadas.<sup>15</sup>

Bilac, no seu “fecundo apostolado”, deu forma ao difuso sentimento patriótico, como tangia aos literatos, conferindo-lhe jeito, beleza e sentimento, isto é, um sentido, e usou do prestígio no intuito de angariar partidários e divulgar as ideias. Entre os efeitos da “cruzada”, além dos mencionados, estão “a campanha pro saneamento, intensificou-se a luta contra o analfabetismo, [e] levantaram-se umas após outras novas iniciativas patrióticas”<sup>16</sup>. O discurso encerra igualando Olavo Bilac à “calma imponência de um monte de possantes flancos e de alteroso cume”<sup>17</sup> e reverenciando os sucessos deste único homem. Tudo conforme a ocasião.

No entanto há uma faceta de Bilac ignorada no discurso. Uma faceta de convergência entre o poeta, o cronista e o patriota e além. Olavo não a ignorou; antes a defendeu e a fez uma grande responsabilidade. Amadeu Amaral a citou em linha fugidia: “Escreveu livros didáticos”<sup>18</sup>. Bastava. Que importava essa literatura? E era, afinal, literatura? Escrever alguns livros didáticos foi somenos na carreira do consagrado autor de *Poesias* (1888), do sucessor de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, do membro fundador da Academia Brasileira de Letras, do artista (brasileiro) cultuado na Argentina e Portugal, do ardoroso defensor do alistamento militar obrigatório e, coroando estes e outros tantos feitos, do eleito “Príncipe dos Poetas

---

<sup>15</sup> AMARAL, Amadeu. *Discurso que pronunciou ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Tipografia de O Estado de S. Paulo, 1919. pp.66-67.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.67.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.68.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.13.

Brasileiros” (1907), ao que tudo indica no texto do imortal eleito. É oportuno, então, investigar essas obras pouco lembradas ou ignoradas.

João do Rio, mais ou menos em 1904, realizou uma série de entrevistas com os principais literatos do momento, compilando os resultados em livro intitulado *O momento literário*. Seu intuito foi apresentar ao leitor um panorama da atual produção literária no Brasil, inquirindo os autores acerca dos destinos da literatura, suas opiniões sobre as novas escolas e tendências, o bem ou o mau do jornalismo e outras questões<sup>19</sup>. Os escritores escolhidos foram aqueles que gozavam de ampla popularidade e vendagem, somando 35 entrevistados, entre estes, Olavo Bilac.

Olavo Bilac escrevia há horas no momento em que Paulo Barreto entrou na casa. O visitante indagou, curioso:

- Versos?  
- Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas – livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto. Talvez sejam idéias de quem começa a envelhecer, mas eu consagro todo o meu entusiasmo, o entusiasmo – que é a vida – a este sonho irrealizável.<sup>20</sup>

A caricatura evocada no discurso de Amadeu Amaral, isto é, o homem com a parte inferior do corpo convertido em lira “que êle próprio dedilhava, todo cercado de estrêlas...”, esguio e aéreo, desfaz-se e outro júízo surge. João do Rio notou, então, a conversão do “poeta sensual dos amores imensos, o vate embevecido nas vozes das estrelas, aquele que durante vinte anos dera intenções e idéias à natureza” em “apóstolo-socialista pregando a instrução”<sup>21</sup>. Ou seja, Bilac emudeceu as estrelas e deixou a torre de marfim e encarava os problemas da “instrução das crianças e o bem dos miseráveis”. O entrevistado guiou a entrevista, esclarecendo as ideias misturando amargura e ardor. “Que queres tu, meu amigo?”, bradou e continuou no seu ideal:

---

<sup>19</sup> As questões eram: Para a sua formação literária, quais os autores que mais contribuíram? Das suas obras, qual a que prefere? Especificando mais ainda: quais, dentre os seus trabalhos, as cenas ou capítulos, quais os contos, quais as poesias que prefere? Lembrando separadamente a prosa e a poesia contemporâneas, parece-lhe que no momento atual no Brasil, atravessamos um período estacionário, há novas escolas (romance social, poesia de ação etc.) ou há a luta entre antigas e modernas? Neste último caso, quais são elas? Quais os escritores contemporâneos que as representam? Qual a que julga destinada a predominar? O desenvolvimento dos centros-literários dos Estados tenderá a criar literaturas à parte? O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária? RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba: Criar Edições, 2006. pp.12-13.

<sup>20</sup> RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba: Criar Edições, 2006. p.15.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.17.

- A Arte não é, como ainda querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. Todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fechavam, ruíram desmoronadas. A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano. Somente um louco – ou um egoísta monstruoso -, poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças...<sup>22</sup>

Tudo muito distinto de “Profissão de Fé”, onde servia a Deusa serena, Serena Forma. No entanto a literatura continuava uma Arte, embora com serventia mais imediata. O patriota não iniciou sua cruzada, mas as interrogações acerca do futuro do Brasil e o propósito de intervir e moldar os destinos da nação existia ali. Olavo Bilac escreveu livros didáticos no intuito de criar a nação brasileira e, ainda dentro deste projeto, formar a criança *brasileira* e instituir a infância como fase da vida *sui generis*, distinta da maioridade. Deste modo investigo a emergência dos discursos concernentes à necessidade de uma literatura didática *brasileira* e à emergência da infância como conceito temporal. Bilac escreveu sua literatura escolar munido desse entendimento e buscou, antes de tudo, disseminar a nova sensibilidade em artigos, entrevistas e conferências.

Disseminar e recomendar esta nova sensibilidade não foi fácil. A crônica de 27 de setembro de 1908 (*Gazeta de Notícias*) foi escrita com melancolia e estranheza. A primavera trouxe eventos alegres à mocidade, Rio de Janeiro e afora. O Congresso dos Estudantes, em Montevideu, realizou o curso das carroças, “formidável caricatura animada, estrepitosa *charge* que deu à vida da cidade uma nota de inesperada alegria”; na Exposição Nacional de 1908, em 23 de setembro, houve festa dedicada às crianças dos colégios; as notícias dos acampamentos dos voluntários em Deodoro diziam que “as barracas têm tabuletas satíricas, em prosa e verso” e “à noite, gemem os violões e o céu fica povoado de canções líricas”, ou seja, reinava o contentamento. A mocidade simboliza, então, a esperança, “a inocência da vida, o gosto de viver, - e a faculdade de rir”. Melancolia, já que lembrou-se da própria mocidade; estranheza, visto que os moços de 1908 em nada assemelhavam-se aos da geração de Bilac. A tristeza conduz a lembrança e o faz confessar, resignado: “Todas essas notícias e todos esses acontecimentos que falam [\*\*\*] e de mocidade, me vieram lembrar esta cousa triste:

---

<sup>22</sup> RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba: Criar Edições, 2006. p.18.

que nunca fui verdadeiramente menino e nunca fui verdadeiramente moço”<sup>23</sup>. O contraste está estabelecido no texto, resta desenvolver o tema:

A cousa não teria importância, se fosse uma desgraça acontecida a mim somente: mas foi uma desgraça que aconteceu a toda uma geração. Toda a gente do Rio, que tem hoje a minha idade, deve estar sentindo, ao ler estas linhas, a mesma tristeza.

Fomos todos criados para gente macambúzia, e não gente alegre.

Nunca nos deixaram gozar essas duas quadras deliciosas da vida em que o existir é um favor divino. Os nossos avós e os nossos pais davam-nos a mesma educação que haviam recebido: cara amarrada, palmatória dura, estudo forçado, e escravização prematura à estupidéz das fórmulas, das regras e das hipocrisias.

Tudo quanto era divertimento, estroinice, namoro, surto para o ideal e para a liberdade, tinha de ser feito às escondidas. Aos dezesseis anos, ainda éramos tratados como meninos; e éramos profundamente hipócritas, e abominavelmente perversos, fingindo, por medo do castigo, uma inocência que já fora atirada às urtigas...<sup>24</sup>

“É preciso estar quieto! é preciso ser sério! é preciso ser homem!” foi a intimação reiterada nos eventos sociais, inclusive nas torturantes festas infantis.

Tanto nos recomendavam isso, que ficamos homens antes do tempo. E que homens! cétricos, tristes, de um romantismo doentio...

Do colégio para a academia levamos um embezzamento que ainda hoje é o nosso distintivo. Aos dezesseis anos, éramos sábios! Não brincávamos: *pensávamos*, tínhamos clubes literários e declarávamos, com asco, que a Vida era uma podridão! Não namorávamos: *amávamos*, com esgares, e desvairamentos, e excessos trágicos, amaldiçoando a Mulher e odiando o Amor!<sup>25</sup>

O espanto de Olavo Bilac é crucial no entendimento dos livros didáticos de então. Seu genitor, Brás Martins dos Guimarães Bilac, renomado médico, ansiava a mesma carreira ao filho. O rebento deveria imitar os movimentos do *pater*, continuando os caminhos trilhados e aumentando o patrimônio familiar. Não havia *expectativa*, mas o eterno retorno da *experiência* (KOSELLECK, 2006). O menino, assim educado, não teve infância. O sustar os decretos familiares acarretaria sua saída da casa dos progenitores.

Outro testemunho da sua mocidade foi divulgado na crônica de 26 de março de 1905, *Gazeta de Notícias*. O contraste, mais uma vez, é a nota do texto. O móvel da memória: o gozo intelectual da leitura. Bilac encontrou “um mocinho imberbe e pálido, que devorava com os olhos e com a alma as páginas de um livro que pedira” na

---

<sup>23</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. pp.895-896.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p.896.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

Biblioteca Nacional. No fim do volume, os olhos do adolescente, “num movimento febril, iam do começo ao fim de cada linha, voando; os seus dedos torturavam a quina da folha, dobrando-a; uma ruga funda se lhe cavava na testa; e toda a sua cabeça palpitava no esforço da atenção”. O menino de treze anos, conforme o cronista, excede a tensão e ocorre o relaxamento muscular, assim “houve na face do leitor um afrouxamento súbito de força vital, - um como alívio misturado de tristeza – alívio de quem se libertara de repente de um grande peso, tristeza de quem vê findar um sonho esfalfante e ao mesmo tempo suave”<sup>26</sup>. Que livro leu? Bilac, curioso, descobre na mesa a *Viagem à Roda da Lua*, de Júlio Verne. Estava elucidado o fogo do leitor. O melancólico surge:

Oh! a saudade, a deliciosa e dolorosa saudade que então me apertou o coração! saudade dos meus treze anos, da minha inquieta e sofredora puberdade, agitada de sonhos que ninguém compreendia, de distrações que ninguém perdoava, de súbitos acessos de fervor de estudo e de preguiça, e das vagas torturas de uma imaginação que acordava e não se entendia a si mesma...<sup>27</sup>

Deslinda a saudade em um movimento de aproximação e distanciamento do menino de treze anos:

Quantas vezes, também, como aquele menino que saíra da sala da Biblioteca e ali gozara e sofrera tanto com a leitura de Júlio Verne, - quantas vezes também, eu devi a esse encantador de almas o consolo único dos meus sofrimentos de criança!

Júlio Verne era um criador de mundos novos, que se rasgavam ante o meu espírito inquieto.

Como eu era criança, como ninguém sabia esclarecer a minha alma, como não havia quem me explicasse a vida, este mundo, em que eu vivia, só me parecia hostil e cruel. As injustiças que eu sofria, - essas pequeninas injustiças que assombram a alma da criança e ficam eternamente doendo na alma do homem, - tomavam um vulto exagerado, e afiguravam-se-me tremendas e monstruosas. Havia dias em que eu me considerava mais desgraçado do que os escravos que via algemados e espancados, e do que os burros de carga, que encontrava na rua, ofegando sob as chicotadas. A minha puberdade (como a puberdade de quase todos os homens) foi um tecido de inquietações, de revoltas, de desesperos. E, para mim, esta vida era uma cousa torpe, um cativo ignóbil e torturante, em que tudo era severo e duro, e sobre o qual pairava ameaçadora, numa eterna inclemência, a sombra da negra palmatória do cônego Belmonte, meu mestre...

Graças, porém, a Júlio Verne, eu fugia, num surto vitorioso, deste mundo que me aborrecia, e entrava, cantando, vestido de luz, sorrindo, delirando nos mundos radiantes que a sua piedade abria à minha imaginação.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. p.702.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.703.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

Júlio Verne estreita as duas adolescências, embora as ocorrências das leituras as distanciem. O menino de treze anos lia no sossego da Biblioteca Nacional; Bilac leu escondido, amedrontado. No colégio, revelou, “todos nós liamos Júlio Verne [...] enquanto o cônego dormia a sesta na sua vasta poltrona, e enquanto o bedel, que era charadista, passeava distraidamente entre as carteiras combinando enigmas e logogrifos”<sup>29</sup>, ou seja, fugia do sofrimento da palmatória através da fantasia do criador de mundos. Desta forma educado, Bilac estava entre o menino sisudo da escola e o menino imaginativo mas interior, escondido. Não causa espanto esta união nos últimos parágrafos do texto, misturando tristeza e imaginação, demonstrando as marcas de outrora e uma nova sensibilidade:

Todas as puberdades são tristes... Dir-se-ia que, ao chegar a essa idade perigosa, a criança tem uma antevisão e uma pré-sensação do que vai sofrer na vida: como que a sua alma se recolhe, hesitante, numa angústia vaga, numa timidez doentia, procurando alguma coisa que a proteja e console. Nessa crise do corpo e da alma, é preciso que o cérebro receba uma excitação saudável, que lhe ative a germinação da força criadora. A razão virá depois: nessa idade, o que precisa de desenvolvimento é a imaginação.<sup>30</sup>

Nessa visão, não agrega razão e imaginação; a razão cabe ao adulto e a imaginação, à criança. Não há diálogo ou troca. Uma cede a vantagem à outra. Na verdade, a imaginação é um consolo e uma “excitação saudável” das ciências e atitudes futuras, isto é, a imaginação é inferior à razão, esta, aliás, associada ao sofrimento da vida adulta. Sem embargo, obstante as críticas, Bilac notou a inconveniência de certa educação e dos modelos de criança do século XIX, no início do novo século, evidenciando elementos antes ignorados ou reprimidos e as dissensões geracionais. Os cariocas da sua idade, afirmou antes, e de seu *status* social, acrescentaria, não fruíram as mesmas experiências desta mocidade encarnada no menino de treze anos ou nos jovens de 1908. Imaginar mundos e correr e brincar, manifestar alegria, não era necessário na sociedade da reprodução de posições sociais estabelecidas. O menino Olavo Bilac, nos idos de 1870/1880, deveria seguir os passos do progenitor e continuar os negócios da família.

Convencer pais e professores da singularidade das crianças e eliminar juízos estabelecidos foi outro obstáculo arrostado. Em conferência sobre as crianças, na tentativa de sustentar seus argumentos, Bilac declarou “Não quero apenas falar como

---

<sup>29</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. p.703.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.705.

poeta; quero também falar como educador, porque durante vinte anos, por dever profissional, convivi com crianças em escolas primárias, e tenho a presunção de conhecê-las um pouco”<sup>31</sup>. De fato, Olavo Bilac foi nomeado diretor do Pedagogium, instituto de pesquisas pedagógicas, em 1899, no mandato de Manoel Bomfim à frente da Instrução Pública do Distrito Federal (LEÃO, 2012, p.51); no ano seguinte, assume como inspetor escolar do Distrito Federal; em 1899, também com Bomfim, publicou *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias; Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, veio em 1902. Desse modo, o exame a seguir estaria assente na autoridade do educador, na experiência e na observação de profissional, e não nos devaneios poéticos. O conferencista fabricou lugar de fala apropriado à ocasião. Sem demora, sustenta outra autoridade: a do adulto. “Tenho pena, compaixão adoradora, misericordiosa veneração de todas as crianças, das bonitas e das feias, das ricas e das pobres, das felizes e das infelizes”. O motivo? “Tenho pena da sua inocência, da sua fragilidade, da impossibilidade em que elas quase sempre se vêem de explicar o que sentem e o que pensam”<sup>32</sup>. O Bilac educador, destarte, corrobora a origem latina de *infante*, isto é, *aquele que não fala*, e ilustra o arbítrio do adulto como voz da infância, aclarando seus anseios e ideias<sup>33</sup>. O “apóstolo-socialista pregando a instrução” demarca os limites da infância através da autoridade de educador e de adulto, marcando os árbitros instruídos no entender suas vozes.

O intuito de Bilac foi compreender as crianças. “Da psicologia, o ramo mais complicado e sutil é justamente o da psicologia infantil”<sup>34</sup>, afirmou à audiência, embora não cite autores ou alongue o tema. Continua e inicia a investida contra a ideia corrente, errônea e estúpida da infância – em sua visão. Quem a elaborou? Santo Agostinho, “um padre e um santo”; e também Broussais, um sábio. O educador citou ambos:

A observação da infância prova que o homem nasce malvado e malfeitor; é preciso, portanto, na primeira idade, melhorá-lo, por meio de uma educação, que deve durar dos dez até os vinte, em que entrem a vara, a férula, as

---

<sup>31</sup> BILAC, Olavo. Últimas conferências e discursos [Sobre as crianças]. In:\_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. p.1030.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.1032.

<sup>33</sup> De acordo com Marisa Lajolo (2006, p.229): “Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda. As palavras *infante*, *infância* e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à idéia de *ausência de fala*. Esta noção de *infância* como qualidade ou estado do *infante*, isto é, d’*aquele que não fala*, constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa *falar, dizer*”.

<sup>34</sup> BILAC, *Op. cit.* p.1036.

penitências, e os castigos de toda espécie; depois aos homens feitos e aos velhos, sempre haverá o tempo para a aplicação da prisão e da força.<sup>35</sup>

O escritor d'*A cidade de Deus* assim escreveu. “A criança prefere o mal ao bem; gosta de torturar e matar os seres vivos e quebrar todos os objetos”<sup>36</sup>, opinou o sábio Broussais. Bilac não tinha a necessidade de historicizar os fragmentos, já que esses entendimentos ainda circulavam. No intuito de assumir e legitimar nova sensibilidade em favor das crianças, reuniu elementos vulgares e os criticou. O homem nasce malfeitor? Os castigos eram necessários à educação da primeira idade? A criança prefere o mal ao bem? Desconstruir tais ideias era imprescindível a fim de criar outra infância/criança. Dessa vez, não assiste somente a imaginação, mas também o inacabado crescimento da criança. Contra os preconceitos acima, argumenta:

Abominável preconceito! Está claro que a criança não é ainda um ser completo, perfeito. Há nelas instintos que podem ir para o bem como para o mal, e que, com a educação podem ser convertidos em virtudes, em vez de ser convertidos em vícios. Mas, para que a educação seja boa, é necessário que ela não parta de uma idéia preconcebida de antipatia. (Entre parêntesis: parece impossível que haja alguém que tenha antipatia às crianças... Mas há; e, mais do que antipatia, aversão. Tanto assim, que existem em nosso idioma duas palavras que não existiriam se não correspondessem a uma idéia existentes: “pedofobia”, aversão às crianças, e “uiofobia”, aversão aos próprios filhos...) A base e o incentivo da educação deve ser a simpatia. E não foi a simpatia que inspirou aquelas frases de Santo Agostinho e Broussais. A idéia preconcebida da antipatia e este rigor tirânico de uma educação mal orientada levam pais e educadores a um propósito deplorável: a vontade de sufocar na criança a vontade própria, substituindo-a por uma vontade alheia. Muitas vezes, pretendemos ver nele um autômato, uma máquina. Queremos dar-lhe movimentos, sensações, sentimentos, idéias, e não lhe ensinamos a natureza e a vantagem do que lhe ensinamos. Não lhe sugerimos as idéias: nós lha impomos. É este o mal.<sup>37</sup>

O conferencista recusa as afirmativas criticadas, entendendo a criança como um vir a ser. Contrário à segurança de que “o homem nasce malvado e malfeitor” ou à de que a “criança prefere o mal ao bem”, o inacabado da criança eclode a viabilidade de outra educação e da conversão dos vícios em virtudes. Outro entendimento da criança deveria ordenar tal educação, no entanto. Esse entendimento teria de entender as idiossincrasias infantis, não sufocar a criança e não inculcar a vontade do adulto à força. Dessa maneira, Bilac continua a distinguir e elencar as particularidades dos menores, negando acusações feitas a eles, no caso: o egoísmo, a crueldade e a mentira.

---

<sup>35</sup> BILAC, Olavo. Últimas conferências e discursos [Sobre as crianças]. In: \_\_\_\_\_. *Obras reunidas*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. p.1036.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> *Ibidem*, pp.1036-1037.

As crianças são egoístas? Sim, mas não como os adultos. Na maturidade, o egoísmo é “demonstração de dureza e secura de coração, é na infância [ao contrário], apenas, o efeito de um instinto da conservação”. Na criança, o egoísmo é ciúme e “o instinto da conservação e da propriedade”, ou seja, ciúme dos seus pais e dos seus brinquedos. Bilac, além de rever e aclarar o egoísmo infantil, introduz outros elementos: “Mas não esqueçamos que para a criança um brinquedo nunca é um objeto inanimado. A inteligência infantil é panteísta e feiticista; dá alma a tudo. Para a dona da boneca, a boneca é um ser animado, vivo, sensível, pensante”<sup>38</sup>. Não é ciúme maléfico, mas zelo; panteísta e feiticista, a menina imita a mãe nos cuidados com a boneca.

As crianças são cruéis? Sim, já que “as crianças torturam, martirizam os animais domésticos, e magoam e matam os insetos”. Mas não é maldade, justifica, é: a) “excesso de amor desastrado: a criança quer afagar o animal, e não sabendo afagá-lo, magoa-o”; b) “instinto de dominação: a criança quer vencer, subjugar, e há nisto a primeira manifestação da individualidade, da vontade, da paixão do mando”; c) curiosidade, “que pode ser assassina, mas de ferocidade inconsciente”<sup>39</sup>. O último artigo não é grave, e sim edificador; uma vez que a criança deseja conhecer o “por quê?” dos fenômenos naturais e sociais e necessita dos pais e dos educadores para responder às perguntas; o “por quê”, afinal, “é a força que impele todos os espíritos para todas as conquistas das artes, das ciências e das letras”<sup>40</sup>. Mais uma vez, estabeleceu limiar entre a crueldade do adulto e a curiosidade da criança.

As crianças são mentirosas? Sim, mas mentem por imaginação. Na política e na diplomacia, por exemplo, a mentira é necessária. Na verdade, afirmou, as “relações sociais repousam quase exclusivamente sobre artifícios, embustes, ardis, manhas, subterfúgios, lábias, e ronhas, que são a matéria-prima dessa fantástica indústria da Mentira”<sup>41</sup>. No cérebro infantil, “se representam truculentas tragédias, admiráveis dramas, hilariantes comédias, maravilhosas mágicas, onde nascem, passam, repassam, morrem, renascem continuamente universos de impressões em um só minuto”. Os contos de fadas não são mentiras deliciosas e inofensivas? “Que é a Arte, senão uma grande, uma belíssima mentira? e, se não houvesse Arte, que seria de nós, neste mundo

---

<sup>38</sup> BILAC, Olavo. Últimas conferências e discursos [Sobre as crianças]. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. p.1037.

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp.1037-1038.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.1040.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

tristíssimo?”<sup>42</sup>. Olavo Bilac não escreveu contos de fadas ou fábulas inéditas. Os textos infantis visam antes educar, não recrear. Acaso evitou as mentiras da Arte? Ou não enxergou as verdades das mentiras?

Desse modo, Olavo Bilac declarou e sustentou a singularidade da infância ao rebater as acusações ordinárias. A criança (o educador considerou as crianças de modo geral e não ressaltou os diferenciais socioeconômicos ou diversificou a imagem construída) não é malvada ou merece os castigos medievais; ela vive da/na imaginação panteísta, feiticista e inocente. Jesus Cristo não disse “Deixai que venham a mim os pequeninos, porque deles será o reino do céu!”? Recorreu à fé da audiência, sem dúvida, mas acreditou não bastar o reino do céu. E concluiu:

O reino do céu... Não basta! Eu quisera que, antes do reino do céu, desde já lhes pertença o reino do mundo. É justo e preciso que todas elas sejam felizes e adoradas na terra. Fracas e mal compreendidas, elas sempre me dão pena. Saibamos amá-las, compreendendo-as. E saibamos educá-las, não só para o seu bem, como para o nosso próprio bem: porque elas são bem melhores do que nós, e, sendo bem educadas por nós, serão as nossas educadoras.<sup>43</sup>

No discurso, há tensão entre sensibilidades: entre a sensibilidade baseada na autoridade teológica e de sábios de outrora, mas ainda vigente, e a sensibilidade do educador, firmada na autoridade institucional e na psicologia infantil. A experiência dos mais velhos, inclusive a de Olavo Bilac, não conseguia atingir e orientar como antigamente os caminhos das crianças e dos adolescentes. Outros tempos: outras *experiências* e outras *expectativas*. O conferencista entendeu o trabalho da educação como o moldar cidadãos melhores; bastava amar e conhecer as crianças e modelar valores e hábitos; talhar no mármore divino, não literatura acerca de estrelas e amores sensuais, mas torcer, aprimorar, altear e limar homens. O *horizonte de expectativas* de Bilac, não obstante, admitiu homens e mulheres moralmente excelentes, ou seja, a dimensão material do mundo por vir não era essencial. As crianças são as construtoras do amanhã? Sim, mas este amanhã não é radicalmente outro, veremos. Divulgar essa imagem da criança (do futuro?) e convencer audiências foi também exercício com o objetivo de se convencer e melhor assimilar os elementos apresentados.

O reino dos céus talvez seja dos pequeninos, mas o reino do mundo não. Bilac sabia disto. O reino do mundo, no caso, eram as ruas do Rio de Janeiro. As crianças dos subúrbios, dos becos e da noite dominam algumas crônicas semanais.

---

<sup>42</sup> BILAC, Olavo. Últimas conferências e discursos [Sobre as crianças]. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. p.1041.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.1043.

Essas crianças eram egoístas? Não sabemos, mas não havia bonecas para cuidar. Estas crianças eram cruéis? Não sabemos, mas lhes amargava a crueldade dos adultos. Estas crianças eram mentirosas? Não sabemos, mas não havia magia em suas vidas. O apóstolo-socialista, pregando a instrução, usou as colunas dos jornais e seu talento a fim de reclamar medidas efetivas das autoridades governamentais e denunciar os abusos e violências nos asilos particulares e de pais e mães.

Entre estas crianças estava Isabelina, “assassinada a pontapés pela hedionda senhora do Botafogo”<sup>44</sup>; a pequena Honorata, internada na Santa Casa sem se alimentar durante uma semana, “com toda a boca aberta em chaga pela queimadura” devido ao castigo da mãe, efeitos “da aplicação do ovo quente como meio de educação...”<sup>45</sup>; o italianozinho, de nove anos, vendedor de bilhetes de loteria e com “o rostinho coberto de equimoses roxas: fora pisado longamente pelos tacões das botas paternas, para pagar o alto crime de não ter podido vender na véspera toda sua mercadoria”<sup>46</sup>; houve também as meninas de sete a oito anos enchendo a cidade à noite, a vagar “de teatro em teatro e de hotel em hotel, vendendo flores e aprendendo a vender beijos”<sup>47</sup>. Crianças “exploradas por meia dúzia de bandidos” devido a “pais que as esbordoem, mães que as vendam, cadelas que as industriem e cães que as deflorem!”<sup>48</sup>. Que fazer?

Nada fácil intervir em prol das crianças desvalidas, já que os incidentes envolvendo estas contrastavam com a imagem ideal ou corroborava pontos de vista criticados: a maldade inata, a título de exemplo. Em crônica ao *Correio Paulistano* (15 mar. 1908), comentou o assassinato de um menino de quatorze anos por outro de dezessete (nos termos utilizados: “uma contenda entre crianças”). O assassino foi “apodrecer moralmente na Casa de Correção, de onde sairá ainda pior do que é hoje, inutilizado pelo trabalho e para a vida”<sup>49</sup>. A matéria instiga várias abordagens, mas Bilac escolheu discutir sobre educação:

Pormenor significativo: era analfabeto o sacrificado, e é analfabeto o criminoso. Dois animais entregues aos seus instintos, soltos sem freio na vida, sem responsabilidade moral, sem luz no espírito, sem

---

<sup>44</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. pp.178-179. [*Gazeta de Notícias*, 21 out. 1895].

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.180.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.179.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.114. [*Gazeta de Notícias*, 14 ago. 1894].

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.115.

<sup>49</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 2. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. p.133.

compreensão dos fins nobres da existência, duas criaturas condenadas pela ignorância à sujeição tirânica das mais funestas paixões...

Há quem afirme que a instrução não dá moralidade. Talvez nem sempre a dê... Mas, ao menos, dá sempre responsabilidade. Nenhuma simpatia, ou sequer compaixão, nos pode inspirar o malvado que sabe o que é o bem e o mal, se prefere praticar o segundo a amar o primeiro. Mas deve sempre merecer o nosso dó o inconsciente que, por ter sido privado de instrução, é um verdadeiro cego moral, tateando às tontas, não compreendendo a significação da existência humana, nem podendo conceber a soma dos deveres e direitos que lhe deu o simples e involuntário ato de haver nascido.<sup>50</sup>

Os argumentos são coerentes aos emitidos na conferência acima: a educação é o meio seguro e necessário ao preparo dos homens e mulheres melhores do que nós; sem isso, nada é realizável. Como exigir a consciência de direitos e deveres de analfabetos? Privados de educação, esses homens nunca seriam cidadãos íntegros. Os óbices do regime instituído: reclamar a instrução de homens e mulheres no exercício da cidadania em país analfabeto e carente de escolas públicas no território nacional; a democracia de ínfimos cidadãos; o abismo educacional entre os endinheirados e a camada inferior da sociedade, entre outros. O encargo das escolas: reiterar a ordem social. Bilac conferiu animalidade e instintos desenfreados aos meninos envolvidos no caso, contrastando os “fins nobres da existência” à “sujeição tirânica das mais funestas paixões”, manifestando novamente a irracionalidade das crianças, termo maleável, adotado em certas circunstâncias e substituído ou ignorado em outras. O tema, afinal, deu azo ao auxílio de outros meninos na mesma situação e a urgência da educação/instrução. Nesse item, o cronista entendia o distinto ensino aos filhos da burguesia ascendente e aos filhos de operários (muitas vezes, também operários), trabalhadores rurais ou de outros serviços manuais.

Quais alternativas estes possuíam? Poucas. Orfanatos? “Os orfanatos públicos são poucos e acanhados”; os particulares “são apenas instituições de criminosa indústria, de que se servem os espertalhões em proveito próprio, explorando a orfandade, e comendo as subvenções que conseguem extorquir da generosidade dos governos e dos particulares”<sup>51</sup>. O desinteresse e a omissão da Prefeitura do Rio de Janeiro junto aos desvalidos estavam óbvios ao educador: houve mais de três mil pedidos de admissão nos asilos profissionais em 1908, malgrado as diminutas vagas, em torno de quatrocentas crianças. Nos asilos particulares, “quando a revolta das crianças indignava os diretores, a bordada cantava alto entre as quatro paredes da casa,

---

<sup>50</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 2. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. pp.133-134.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.130. [*Correio Paulistano*, 12 mar. 1908].

enquanto à porta, simulando exercício, dous pequenos eram forçados a tocar clarim e tambor”<sup>52</sup> no intuito de encobrir os gritos dos espancados. O motivo da revolta? Moídos de “montar guarda à porta, de carabina ao ombro, por largas horas, ao sol ou à chuva”, de “decorar discursos enfáticos, destinados a lisonjear a vaidade dos que forneciam dinheiro aos seus exploradores” ou de “andar de rua em rua, em procissão eterna, levados como uma troupe de saltimbancos, para expor à admiração pública a generosidade do patrão”<sup>53</sup> o ódio cumulava nos garotos:

Que ódio corrosivo deve ulcerar as almas tristes dessas crianças, que fermentação de rancor e de amargura deve ferver nesses corações apenas desabotoados à vida! E que homens, educados para a maldade, para a vingança e para o egoísmo, devem sair desses asilados, - que os asiladores, na sua fome alucinada de reclame, forçam à humilhação de andar espetaculosamente pelas ruas, a beijar as mãos de quem lhes atira à miséria um pedaço de pão...<sup>54</sup>

Outra saída era necessária. Olavo Bilac indicou dois caminhos, ao menos. Em crônica à *Gazeta de Notícias* (23 jun. 1901) comentou a fundação de um *hospital de crianças* e uma *crèche* custeada através de uma “senhora brasileira” anônima, com auxílio “de damas da nossa mais fina sociedade”<sup>55</sup>. A *crèche* seria “uma casa de caridade onde são alimentadas, lavadas e cuidadas, durante o dia, as crianças cujas mães trabalham no campo, nas fábricas, no serviço doméstico”<sup>56</sup>. Mesmo assim aos abandonados e órfãos restariam os asilos e orfanatos - nesse caso o recurso era outro. Os meninos e meninas na *chèche* não estariam em casa sozinhos ou errando nos bairros ou morrendo de fome durante o horário de trabalho das mães (e pais). O essencial era oferecer abrigo e arrancá-las das ruas:

As ruas [do Rio de Janeiro] não são varridas, há becos e ladeiras, em que, mesmo depois de toda uma semana de sol, ainda a lama negra poreja umidade e miasmas. E o mais doloroso é ver as crianças que se arrastam nesses persigais infectos, nessas horríveis alforjas; são magras, esqueléticas, algumas hidrópicas, outras ictéricas, outras tísicas, todas sujas e fracas... As escolas ficam cheias, mas as crianças que lá vão são apenas as mais felizes, as que ainda podem ter um par de pobres sapatinhos e uma roupa modesta; as outras, as que ficam na sujeira e na madraçaria das ruas, são em maior número. Que fazer? quando mingua o pão, o estímulo desaparece. E há por ali muita casa em que ele, não somente mingua, como falta de todo...<sup>57</sup>

---

<sup>52</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. p.41. [*Gazeta de Notícias*, 27 ago. 1893].

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp.41-42.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p.425.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p.426.

Não obstante elogiar o movimento das damas, Bilac segue melancólico:

Decerto, no estado atual da nossa *civilização* (?) a pobreza é um mal inevitável. Se todos os fartos dessem um quinto da sua fortuna à fome dos pobres, ainda assim haveria pelo mundo muito estômago vazio e muita alma desesperada. A ação da Caridade, não podendo ser divina, tem de ser humana, e portanto, contingente. E se não podemos consertar radicalmente a máquina do mundo (que já saiu da fábrica bem desarranjada, graças a Deus!) procuremos ao menos ir deitando um escasso pingo de azeite em cada uma das suas molas perras, para que o monstro canse e triture o menor número possível de vítimas.<sup>58</sup>

O cronista não tinha muitas *expectativas*. O emergente mundo industrial, insensível e inevitável, subentendia a miséria e o abuso dos desvalidos, condenando às ruas e aos bordéis meninos e meninas sem infância. Que fazer? Nada muito radical; ajustar algumas molas do monstro, diminuir suas vítimas; isto é, aceitar o dado e acomodar as crianças ao movimento das engrenagens. Não admira que a outra saída do “apóstolo-socialista pregando a instrução” foi o ensino técnico, ensinar os futuros homens e mulheres humildes a trabalhar nas indústrias.

Em abril de 1908, informou aos leitores do *Correio Paulistano* a inauguração do primeiro Externato Profissional Municipal do Rio de Janeiro, no centro da cidade. Até então, conforme Bilac, um aprendiz de carpinteiro ou de pedreiro era apenas “aprendiz de sofrimento físico e moral”: carregando pedras ou tábuas, aguentando a fome e as pancadas do mestre-de-obras, saía dali “homem feito, mas incapaz de qualquer trabalho, revoltado contra toda a sociedade, carregado de vícios, e não sabendo aplainar um toro de pinho nem construir um palmo de muro”<sup>59</sup>; nas fábricas e usinas, os aprendizes não exercitavam as “várias fases e especialidades da indústria”, meramente uma fase da produção, e saem dela “apenas operários *manques*, dos quais cada um só entende de uma parte do ofício”<sup>60</sup>. Nada muito animador. No Externato, ao contrário, em dois anos as crianças tornar-se-iam operários alfabetizados e independentes. No andar térreo do estabelecimento, revelou, “durante algumas horas da manhã, as crianças aprendem a carpintejar, a limar, a tornejar, a forjar; depois, subindo alguns degraus, vão adquirindo no andar superior o ensino primário”<sup>61</sup>. Desse modo, saem seres humanos melhores? Talvez, mas são incertos os rumos da sua vida. Talvez

---

<sup>58</sup> BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. p.426.

<sup>59</sup> Idem. *Crônicas*: volume 2. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006. p.146.

<sup>60</sup> Ibidem, p.147.

<sup>61</sup> Ibidem, p.146.

continuem a mesma existência dos progenitores. Mas isso foi crucial nos argumentos do cronista, sua educação esteve de acordo com a máquina desarranjada do mundo.

Olavo Bilac escreveu seus textos didáticos nesse vórtice de ideias e programas destinados a orientar a educação infantil e criar imagens de criança, entre 1898 e 1910. Muitos obstáculos: a tensão entre *experiência* e *expectativa*, ou seja, entre sua infância e a de seus leitores ou entre reiterar a autoridade de categorias sociais e instituir nova educação condizente com o mundo burguês da carreira aberta ao talento; entre uma antiga e anacrônica sensibilidade e outra conforme as diretrizes da psicologia infantil; entre o ideal e as crianças desvalidas mendigando nas ruas. Bilac ficou no meio desse cabo de guerra entre o outrora e o vindouro, tentando a custo não rasgar a corda ou tender a um lado. Deu certo? Quase fendido, escreveu a síntese ansiada, embora fraturada, na sua derradeira incursão na literatura escolar.

#### **4.2.2. Criança! não verás nenhum país como este!**

O Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro sancionou unanimemente *A terra fluminense*, livro de educação cívica dos escritores Coelho Netto e Olavo Bilac, em 1898<sup>62</sup>. Como todos os livros do “apóstolo-socialista pregando a instrução”, *A terra fluminense* indica os vínculos entre literatura escolar, ensino moral e cívico, além do novo mercado e as autoridades constituídas. Daí advém *Livro de composição* (1899), *Livro de leitura* (1901), *Conto pátrios* (1904), *Poesias infantis* (1904), *Teatro infantil* (1905), *A pátria brasileira* (1909) e *Através do Brasil* (1910), alguns escritos com Coelho Netto ou Manoel Bomfim. Não obstante a diversidade de gêneros (contos, teatro, poesia e romance), há em todos os textos o intuito de instituir a comunidade brasileira e inculcar papéis sociais aos leitores miúdos.

Como Olavo Bilac entendia seus textos? Dessa maneira escreveu em *Poesias infantis*:

O autor deste livro destinado às escolas primárias do Brasil não quis fazer uma obra de arte: quis dar às crianças alguns versos simples e naturais, sem dificuldade de linguagem e métrica, mas, ao mesmo tempo, sem a exagerada futilidade com que costumam ser feitos os livros do mesmo gênero.

---

<sup>62</sup> NETTO, Coelho; BILAC, Olavo. *A terra fluminense* – educação cívica. Livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

O que o autor deseja é que se reconheça neste pequeno volume, não o trabalho de um artista, mas a boa vontade com que um brasileiro quis contribuir para a educação moral das crianças do seu país.

Se, nas escolas, as crianças gostarem dos seus versos, o rimador das *Poesias infantis* ficará satisfeito, e dará por otimamente empregados o seu tempo e o seu trabalho.

O. B.<sup>63</sup>

O adorador da “Serena Forma”<sup>64</sup> abandona o trabalho de artista e assume a atividade do educador nacionalista, receoso com os ensinamentos morais e cívicos das crianças. Os livros de leitura seriam obras menores? N’A *terra fluminense* Netto e Bilac tentaram “fugir da aridez da fôrma complicada e da banalidade, ao mesmo tempo; dirão os competentes se nos saímos bem da empresa”. Os competentes seriam os mentores, não os meninos e as meninas, isto é, os leitores. O fim da “creança aprender a amar a sua Patria” domina os textos. No livro, a “grande e a pequena lavoura, as origens da civilização e do trabalho, as indústrias, os aspectos da Natureza, o commercio, a formação dos nucleos geradores do progresso, a evolução política, o passado, o presente e o futuro do Estado do Rio de Janeiro” estão aí resumidas<sup>65</sup>. O educativo domina a diversão; a ideia do texto domina a forma. Olavo Bilac e Manoel Bomfim informam tal item com a “grande lição” de *Através do Brasil*:

Convém notar, porém, e lealmente o declaramos: se este livro de leituras fosse apenas o desenvolvimento de uma narrativa para diferentes lições do programa, ele não preencheria devidamente os seus fins, e não chegaria a ser um livro de classe. Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar as suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição. E acreditamos que isso se dá com o nosso trabalho. Estamos certos de que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira – as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos. E por isso escolhemos como cenário principal as terras do São Francisco – o grande rio, essencialmente, unicamente brasileiro.<sup>66</sup>

Como Olavo Bilac imaginou o Brasil? Quais os deveres dos meninos e das meninas? Como relacionar tais interrogações com a experiência do tempo? O transcorrer dos anos marca seus textos, afinal?

O autor de *Poesias infantis* definiu “O Tempo” aos leitores, ainda crianças:

---

<sup>63</sup> BILAC, Olavo. *Poesias infantis* [Prefácio da 1ª Edição]. In:\_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. p.294.

<sup>64</sup> Idem. *Poesias* [Profissão de fé]. In:\_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. pp.89-92.

<sup>65</sup> NETTO, Coelho; BILAC, Olavo. *A terra fluminense – educação cívica*. Livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p.3.

<sup>66</sup> BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa: narrativa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.45-46.

Sou o Tempo que passa, que passa,  
Sem princípio, sem fim, sem medida!  
Vou levando a Ventura e a Desgraça,  
Vou levando as vaidades da Vida!

A correr, de segundo em segundo,  
Vou formando os minutos que correm...  
Formo as horas que passam no mundo,  
Formo os anos que nascem e morrem.

Ninguém pode evitar os meus danos...  
Vou correndo sereno e constante:  
Desse modo, de cem em cem anos,  
Formo um século, e passo adiante.

Trabalhai, porque a vida é pequena,  
E não há para o Tempo demoras!  
Não gasteis os minutos sem pena!  
Não façais pouco caso das horas!<sup>67</sup>

O tom didático, esclarecer as divisões em segundos, minutos, horas, anos e séculos, visa educar os leitores. O “Tempo” ainda surge como motor contínuo “sem princípio, sem fim, sem medida”, agente autônomo “levando a Ventura e a Desgraça”, inclemente aos danos causados. Cabe usufruir todos os momentos “porque a vida é pequena/ E não há para o Tempo demoras”. O escritor educaria as crianças a “gastar” as horas corretamente, acertando suas vidas aos valores contidos no trabalho. Ordenou as vidas em fases sucessivas, da infância à velhice.

Na infância, a “criança principia, aos tombos, a engatinhar...”, dizendo “*mamãe... papai...*”<sup>68</sup>. A fase acaba ao lhes dar uma carta de *ABC*, início da educação escolar. A mocidade é a idade ideal aos cometimentos da vida:

A Mocidade é como a Primavera!  
A alma, cheia de flores, resplandece,  
Crê no bem, ama a vida, sonha e espera,  
E a desventura facilmente esquece.

É a idade da força e da beleza:  
Olha o futuro e inda não tem passado;  
E, encarando de frente a Natureza,  
Não tem receio do trabalho ousado.

Ama a vigília, aborrecendo o sono;  
Tem projetos de glória, ama a Quimera;  
E ainda não dá frutos como o outono,  
Pois só dá flores como a primavera!<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> BILAC, Olavo. Poesias infantis [O Tempo]. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. p.316.

<sup>68</sup> *Ibidem*, pp.334-335. [A Infância].

<sup>69</sup> *Ibidem*, p.335. [A Mocidade].

O vigor da mocidade, de acordo com o ensinamento, é natural “como a Primavera”. O passado não lhes constrange; o futuro lhes anima. Os dias vindouros assegurar-se-ão através do “trabalho ousado”, isto é, “de frente à Natureza”. Ocorria fruir a mocidade, já que “os anos, que vão passando, vão nos matando sem dó”<sup>70</sup>. Na velhice, então, o neto comenta a ausência dos dentes, os cabelos brancos, o rosto triste e a voz trêmula da avó, então inábil ao trabalho. Olavo Bilac, em todos os livros, argumenta em favor do trabalho agrícola, entendido como esteio da nação. Dessa maneira, unia as idades da vida, o trabalho agrícola e a pátria:

#### A PÁTRIA

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!

Criança! não verás nenhum país como este!  
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!  
A natureza, aqui, perpetuamente em festa,  
É um seio de mãe a transbordar carinhos.  
Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,  
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!  
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!  
Vê que grande extensão de matas, onde impera  
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!  
Boa terra! jamais negou a quem trabalha  
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor a fecunda e umedece,  
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!

Criança! não verás país nenhum como este:  
Imita na grandeza a terra em que nasceste!<sup>71</sup>

O escritor mistura os vocábulos “país” e “terra” no decorrer dos versos. Os bens da terra, “um seio de mãe a transbordar carinhos”, estão acessíveis através do labor. As crianças devem amar a terra; acaso na mocidade, entendida a lição, fecundar a terra. Olavo Bilac não aventava novas economias ou a indústria como fonte de dividendos. O futuro imita o passado. Não há cisão nos argumentos, embora a tensão entre *experiência* e *expectativa* estivesse cada vez mais difícil de contornar em decorrência da *belle époque* carioca.

Outros textos indicam outras formas de conceber os tempos, sobretudo nos usos e escrita da história. Nos *Contos pátrios*, de Olavo Bilac e Coelho Neto, a história surge como histórias, ou seja, narrativas com fim instrutivo e modelar, sem formar uma sucessão de acontecimentos ou destino. Duas amostras:

---

<sup>70</sup> BILAC, Olavo. Poesias infantis [A Velhice]. In: \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Organização e introdução Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1996. pp.335-336.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.339. [A Pátria].

1. O conto “A DEFESA”<sup>72</sup>. Seis navios de guerra franceses adentram em Guaratiba em 1710. Du Clerc comanda a invasão de S. Sebastião do Rio de Janeiro, com mil soldados. O governador, Francisco de Castro, não orienta a resistência e os estrangeiros assomam na cidade. Na Rua Direita, no entanto, uma reunião infrene de estudantes combate os invasores. “Nunca se haviam batido, não tinham disciplina; mas sabiam que iam morrer, defendendo sua cidade, e essa certeza de um fim glorioso lhes acendia na alma uma coragem suprema”<sup>73</sup>. O “amor da pátria” lhes concedeu energias sobre-humanas no intuito de banir os franceses. No caso, sucumbir em favor das terras é mostra de afeto, testemunho de uma paixão. O leitor, assim, deveria socorrer a nação como os heróis de outrora.

2. O conto “O BANDEIRANTE”<sup>74</sup>. Fernão Dias Pais Leme figura a coragem, a astúcia e a ousadia do homem dinâmico e laborioso ao buscar esmeraldas nas Minas Gerais. O bandeirante enfrenta um cenário amedrontador: as terras virgens do Brasil, cheias de feras e índios brutos, sem demora, submetidas aos domínios de um homem dotado de coragem. Os feitos de Pais Leme indicam suas virtudes e energia: aos oitenta anos ainda buscava esmeraldas, assentava cidades, estendia os domínios lusitanos e melhorava a vida dos colonos. O texto não indica os embates com as tribos indígenas e a “glória mais alta de ter lançado a semente da civilização nos sertões de Minas Gerais, fazendo oito cidades rebentarem de seu solo inculco”<sup>75</sup>, anula a ausência de esmeraldas. O indivíduo vence as adversidades do momento histórico.

Outra narrativa constrói *A pátria brasileira*, de Coelho Netto e Olavo Bilac. O livro busca “despertar nas almas jovens o amor da pátria”<sup>76</sup>. Como? Com uma narrativa causal, onde o processo de formação do Estado brasileiro comanda os acontecimentos, abundantes cenas teatralizadas (construção de cenários, dramaticidade, papéis), dando uma carga trágica aos casos notórios, que contêm, desde os tempos coloniais, as raízes da República. Há um destino manifesto: o “espírito” brasileiro manifestar-se-ia no transcurso dos eventos, atestando o eminente destino nacional, certo devido aos progressos morais no decorrer da história do Brasil. O *espaço de experiência* confirma o *horizonte de expectativa*, como sucessão de glórias. Não mais a história modelar, mas a

---

<sup>72</sup> BILAC, Olavo; NETO, Coelho. *Contos pátrios*. Educação moral e cívica (Para as Crianças). Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2001. pp.58-62.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.61.

<sup>74</sup> *Ibidem*, pp.74-78.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.78.

<sup>76</sup> BILAC, Olavo; NETTO, Coelho. *A pátria brasileira*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p.283.

história progresso. O “espírito” nacional emerge sucessivamente no decorrer da narrativa, atingindo sua inteireza na República.

Nessa visão, as grandes navegações foram sucessos dos eleitos e o encontro das novas terras obedece aos intuítos divinos. O território brasileiro como terra prometida: “solo fertilíssimo, forrado de ervas balsâmicas que despontam em flores, esconde no seu seio thesouros incontáveis que só esperam o esforço do homem para vir ao lume da terra”<sup>77</sup>. Os tesouros da terra não advêm dos homens; estes somente desfrutam dos recursos acessíveis através do trabalho.

O início da colônia, isto é, do “paiz de onde tinha de sahir mais tarde a Pátria Brasileira”<sup>78</sup>, ocorreu com a vitória lusitana sobre os indígenas, “ingênuos selvagens” e “bárbaros”. Os fundamentos da nação estão no passado. Olavo Bilac e Coelho Netto associam as lavouras ao crescimento da pátria, fruto do solo virgem, como os cereais, a cana-de-açúcar e o algodão. O Brasil existia antes dos homens, escondido no meio ambiente, ansiando aflorar. O crescimento seria *natural*, então.

Os combates com estrangeiros adiantam a emergência do “espírito” brasileiro. Camarão não socorreu aos domínios lusitanos ou castelhanos, mas à “terra brasileira do ataque hollandez”, dotado do “sentimento de pátria”<sup>79</sup>. Nas guerras, ocasiões em que “estava sendo jogada a sorte de nossa nacionalidade”<sup>80</sup>, o patriotismo surge e une a difusa sociedade em torno de uma causa, além de formar a antinomia “nós” e os “outros”.

O sentimento nacional imita uma faísca em ascensão, reunindo energias até aumentar em incêndio devastador. Nas revoltas nativistas, momento de cisão entre “brasileiros” e “portugueses”, as chamas ascenderam. Felipe dos Santos morreu como mártir da ideia republicana. Tiradentes encarna a estoicidade, já que aceitou a morte com serenidade e eximiu seus carrascos. Os frutos do martírio seriam regados com sangue: “Mas as gottas de sangue do heróe não cahiram em terreno estéril, porque a arvore de sacrificio se fez arvore de [ilegível], e a Republica é o fructo da semente de martyrio lançada á terra nessa manhã de Abril”<sup>81</sup>. Os escritores santificam os emissários da *res publica*, entendendo a ideia como anseio antigo, bem-aventurado e fatal.

---

<sup>77</sup> BILAC, Olavo; NETTO, Coelho. *A patria brasileira*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p.18.

<sup>78</sup> Ibidem, p.59.

<sup>79</sup> Ibidem, p.113.

<sup>80</sup> Ibidem, pp.122-124.

<sup>81</sup> Ibidem, p.202.

O Império intui a República, como atestaria a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824), indícios do 15 de novembro de 1889. Seria acima desse “montão de cadáveres [que] tinha de se apoiar um dia, inabalável e vencedor, o ideal republicano”<sup>82</sup>. Os combates, mormente a Guerra do Paraguai, estenderam o patriotismo dos brasileiros ao lhes animar a coragem necessária nos momentos de risco.

A proclamação da República marca o encontro da autêntica alma nacional, marco de novos tempos. Como uma silhueta em toda a história, ocorre o arremate natural, determinado e necessário. O fim, certamente; mas também nova ida, ou seja, nova história. Os leitores continuariam o futuro de vitórias. Como? O livro indica que “para que ella [a pátria] se torne grande e forte, urge que todos os que nascerem á sombra do seu pavilhão glorioso, num esforço commum e patriótico, trabalhem pela sua prosperidade, e não se recusem a defendel-a, no momento em que, acenando aos filhos, ella lhes pedir o sacrifício supremo do sangue”<sup>83</sup>. Continuar as renúncias em favor da pátria, conforme os heróis de outrora.

Como amarrar as distintas narrativas? O derradeiro livro, *Através do Brasil*, indicou uma síntese, embora fraturada.

Com *Através do Brasil*, Olavo Bilac e Manoel Bomfim teceram o romance da (re)descoberta do país. Os irmãos Carlos e Alfredo, de quinze e dez anos de idade, na devida ordem, abandonam um colégio no Recife em busca do pai, engenheiro contratado na montagem de uma estrada de ferro no interior do estado, sumido devido ao tratamento da febre palustre e, em seguida, dos familiares no Rio Grande do Sul. Na viagem, conhecem os estados da união, visitando ou conversando com os conterrâneos, assim tricotando as muitas culturas e as vastas regiões em um todo, o Brasil. Há dois encontros: com o *pater*, com a *pátria*<sup>84</sup>. Como imaginaram a nação? Quais os elementos da feitura?

---

<sup>82</sup> BILAC, Olavo; NETTO, Coelho. *A patria brasileira*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930. p.238.

<sup>83</sup> Ibidem, p.282.

<sup>84</sup> De acordo com Marilena Chauí (2000, p.15): “Antes da invenção histórica da nação, como algo político ou Estado-nação, os termos políticos empregados eram ‘povo’ [...] e ‘pátria’. Essa palavra também deriva de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos – neste caso, usava-se *genitor* -, mas de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano. *Pater* é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (‘pai’ é o dono do *patrimonium*), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz *domus*, e o poder do pai sobre a casa é o *dominium*), e os que estão sob seu domínio formam a *família* (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal, e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do

Primeiro, amontoaram diversos tipos. Os robustos sertanejos nortistas de “peito largo, pescoço musculoso, olhos negros e vivos, cabelos luzentes e anelados caindo na testa”. O narrador distingue a presteza no arrear os animais, segurando as correias, “os braços e as pernas de músculos grossos e tendões rijos e salientes” sob a camisa e a calça arregaçada<sup>85</sup>. Juvêncio, amigos dos irmãos, dessa maneira os descreve: “É uma gente muito boa, muito honrada. O sertanejo é sempre sério e fiel. Pode ser desconfiado, mas gosta de praticar o bem. Toda a gente do sertão é hospitaleira e caridosa. Eu sei o que estou dizendo, porque já tenho recebido muitos benefícios de todo este povo”<sup>86</sup>. No distante sul, os meninos esbarram com os gaúchos, os cavaleiros rio-grandenses:

- O gaúcho é um tipo humano, especial – disse Roberto. – O ar franco, a vida sadia do campo, a liberdade, o espetáculo cotidiano de um horizonte ilimitado, dão a esta gente um temperamento distintivo, uma força de alma, uma independência e uma alegria extraordinárias. Os homens são naturalmente corajosos, dispostos a arriscar a vida, sem pestanejar perante a morte. E são naturalmente nobres, incapazes de uma traição. Amigos do trabalho e da ordem, têm um certo ar de arrogância, mas não são turbulentos sem razão; o que os indigna e revolta é qualquer ameaça de escravidão, qualquer suspeita de servilismo. E são cavaleiros admiráveis!... Um escritor disse que o gaúcho é um “centauro”.<sup>87</sup>

O ambiente confere atributos aos homens, *naturalmente* corajosos. Outros tipos e categorias sociais surgem no romance: vaqueiros e outros habitantes do sertão, estancieiros, coronéis, negociantes, engenheiros, lavadeiras etc. Da camaradagem, assistência e benesses, emerge a *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008). Dos fragmentos de acontecimentos, os escritores tramaram o Brasil.

O quadro conserva fraturas, no entanto. Os autores não conseguiram extinguir certas tensões, embora atenuadas. No romance subsiste os desmandos dos coronéis, violência contra as mulheres e a miséria dos humildes. Os estados não detêm as mesmas relevâncias: os esclarecimentos acerca do progresso carioca contrastam com as escassas referências ao Ceará. Como distinguir os estados? Através do tempo. Mato Grosso e Goiás assim assomam na narrativa:

- São imensos. Mato Grosso, entre os estados do Brasil, é o segundo em extensão territorial: a sua superfície é maior que duas vezes a superfície da

---

universo e dos exércitos celestes. É também essa a origem da expressão jurídica ‘pátrio poder’, para referir-se ao poder legal do pai sobre filhos, esposa e dependentes (escravos, servos, parentes pobres)”.

<sup>85</sup> BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa: narrativa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.82.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.124-125.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.386.

França. Goiás também é gigantesco; tem quase oitocentos mil quilômetros quadrados. Infelizmente essas duas colossais porções da terra brasileira são quase desconhecidas, por falta de vias de comunicação fácil com o litoral. Quando as estradas de ferro e as linhas de navegação fluvial tiverem estabelecido essa comunicação, ninguém pode imaginar a esplêndida prosperidade que reinará ali. Felizmente, já principiou uma era de progresso. Já está adiantadíssima uma estrada de ferro – a de Madeira e Mamoré – comunicando Mato Grosso e o Atlântico, pelo Amazonas; o estado, por meio da Estrada de Bauru a Cuiabá, será ligado a São Paulo e Rio de Janeiro; haverá uma ligação entre Goiás e Minas Gerais, pela Estrada de Formiga a Goiás; e haverá uma navegação a vapor nos rios Paraguai, Guaporé, Juruá e Mamoré... O solo é fertilíssimo, de extraordinário vigor; e ali as pastagens serão utilizadas para uma criação de gado, capaz de abastecer grande parte do mundo.<sup>88</sup>

O vir a ser fundamenta os argumentos. Mato Grosso e Goiás *ainda* são desconhecidos e a esplêndida prosperidade *reinará* ali, efeito da era de progressos. Da mesma maneira, o Paraná, não muito rico “mas é próspero, e as bases da sua prosperidade são os pinhais e o mate”<sup>89</sup>; em Pernambuco, devido aos limites do cais, “já se está construindo um novo cais imenso, como o do Rio de Janeiro, e o de Santos, podendo receber todos os paquetes”; também “haverá novos cais, magníficos portos na Bahia, no Ceará, no Maranhão, e no Rio Grande do Sul”<sup>90</sup>. O futuro maior suscita a narrativa.

O confronto sertão *x* cidade também emerge no texto. Os homens e mulheres do sertão têm uma “coragem extraordinária” e constantemente alegres, comenta Carlos. “Nós não somos como muitos desses, das cidades, para quem a vida é fácil desde o princípio”, afirma Juvêncio. E continua: “No sertão, a gente sabe que só deve e pode contar consigo mesma... Depois, essa vida ao ar livre, no campo e na serra, no meio dos matos, é uma vida de alegria e coragem”<sup>91</sup>. O intuito dos escritores acaso foi unir e integrar sertão e cidade através da estima entre os irmãos e Juvêncio, nos termos de Carlos, “expedito, experiente, decidido, e achava sempre uma solução para todos os casos difíceis”<sup>92</sup>, guia nos caminhos do norte. O contraste ainda ocorre, no entanto, através das imagens da lentidão dos bois e o amanhã anunciado nas estradas de ferro: os meninos “fizeram uma légua, gastando quase três horas, pela lentidão com que marchavam os bois”<sup>93</sup>; todas as indústrias e todos os trabalhos progredirão, descobrem na Bahia, “ainda muito mais do que hoje, quando todo o território [nacional] estiver

---

<sup>88</sup> BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa: narrativa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.328-329.

<sup>89</sup> *Ibidem*, pp.352-353.

<sup>90</sup> *Ibidem*, pp.360-361.

<sup>91</sup> *Ibidem*, pp.254-255.

<sup>92</sup> *Ibidem*, pp.186-187.

<sup>93</sup> *Ibidem*, pp.146-147.

coberto de estradas de ferro...”<sup>94</sup>. Não obstante os custos dos escritores em integrar o norte no progresso, os sertões conservar-se-iam submetidos ao tempo da natureza:

- A terra é muito rica, e nunca nega o sustento a quem sabe tratá-la: dá o milho, o feijão, a mandioca, o algodão, o fumo, a cana; e, além de alimentar os homens, ainda alimentam os bois, os carneiros, as cabras, os cavalos que, bem tratados, são para o criador uma verdadeira fortuna. No tempo das chuvas, há uma fartura geral: o gado engorda, as vacas dão muito leite, com que se fabricam queijos e requeijões. Mas no verão, na época das secas, quando se passam comumente seis e oito meses sem um pingão de chuva, os campos mirram, as plantações morrem, os pastos ficam torrados, os rios e as fontes secam, o gado em grande parte morre de fome e de sede, e até os homens, para não morrer, andam às vezes léguas e léguas, em busca de água. Quando a seca dura muito, há muita gente que morre, quando não emigra em tempo para outros lugares menos assolados pelo rigor do verão. Apesar de tudo isso, a gente toda, que aqui nasce, ama loucamente o seu sertão, e suporta com paciência e coragem esses reveses.<sup>95</sup>

Como Olavo Bilac e Manoel Bomfim enfrentaram a cisão entre passado e futuro? No alto do morro do Castelo (RJ), os meninos evocam “em rápida síntese, todos os episódios da história urbana, todos os lentos progressos de sua existência”<sup>96</sup> etc. Síntese, então? O Rio de Janeiro estendia aos irmãos os faustos de outrora e os indícios da sociedade vindoura. Na visita

Foram ao Jardim Botânico, ao Corcovado, visitaram todos os parques, passearam pela Tijuca, e não esqueceram a visita ao Museu Nacional, onde Alfredo ficou pasmado diante do “Bendegó”, achando quase impossível que uma tão grande massa metálica tivesse podido cair do céu. No Jardim Botânico, o que mais os entusiasmou foi a admirável alameda das palmeiras. E mais entusiasmados ficaram ainda, quando souberam que todas aquelas palmeiras provinham da que foi plantada por d. João VI... Foram visitar essa árvore veneranda, e olharam-na com verdadeiro respeito, vendo-a bem tratada, cercada de uma pequena grade de ferro, e conservada como uma relíquia.<sup>97</sup>

O passado detém a grandiosidade dos dias atuais. O passado ainda confirma os triunfos dos dias atuais. A síntese amarra as glórias de outrora e os decursos correntes e forma um destino, cimentado no progresso. No morro do Castelo, os meninos evocaram “o remotíssimo tempo em que Mem de Sá, em 1567, fundou a cidade” e a “fumarada que subia das chaminés das fábricas, a multidão a formigar nas ruas e nas praças, os bondes, as carruagens e os automóveis...”<sup>98</sup>. O mesmo motor unia

---

<sup>94</sup> BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa: narrativa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.260.

<sup>95</sup> *Ibidem*, pp.123-124.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.312.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p.311.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p.312.

passado, presente e futuro na capital federal. No entanto manter-se-ia a desarmonia entre os estados:

A grande artéria urbana [a avenida Central], com quase dois quilômetros de comprimento e ladeada de magníficos prédios, parecia-lhes uma coisa ideal, uma fantasia, um sonho. E Carlos pensava, ao contemplar tantos palácios, tantas luzes, tanta beleza, na singularidade das aventuras que lhes aconteciam havia pouco tempo, e no contraste entre os deslumbramentos da cidade civilizada e a simplicidade dos rudes sertões por onde tinham andado perdidos...<sup>99</sup>

Nessa visão, não há consonância entre os tempos. O sonho da existência cidadina destoa dos “rudes sertões”, assegura as vantagens do progresso e continua as defasagens regionais. No caso sertão x cidade, subsistem os embates entre passado e futuro. A comunidade imaginada segue fraturada.

---

<sup>99</sup> BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*: prática de língua portuguesa: narrativa. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.313.

### 4.3. Monteiro Lobato: “livros onde as nossas crianças possam morar” ou a confluência dos tempos da nação.

#### 4.3.1. O menino Juca e a torrente de narizes.

Os retratos de Joyce exibem a menina travessa de macacão, brincando em cima do balanço; na bicicleta, entre a mãe e a tia; brincando no rio com a avó; admirando essas águas, curiosa; de uniforme escolar, língua de sogra na boca, olhar desafiador, mãos na cintura e quadril encurvado<sup>1</sup>. Juca, isto é, o avô Monteiro Lobato, registrou estes momentos de alegria e diversão. Joyce viveu os sonhos de milhares de meninos e meninas, ou seja, viveu no sítio de Dona Beta e ouviu as aventuras desse universo antes da remessa dos livros nos estabelecimentos comerciais ou bibliotecas.

Joyce foi educada em meio aos livros, tal como Juca. Não obstante, a diversidade de títulos acessível ao neto do visconde foi ínfima. Na biblioteca do Visconde de Tremembé havia “uma coleção do *Journal des Voyages* que foi meu encanto em menino”, informou a Rangel (20 de janeiro de 1904), onde descobria o mundo misturando as imagens da revista e a fantasia de menino:

Cada vez que naquele tempo me pilhava na biblioteca do meu avô, abria um daqueles volumes e me deslumbrava. Coisas horríveis, mas muito bem desenhadas – do tempo da gravura em madeira. Cenas de índios *sioux* escalpando colonos. E negros achantis de compridas lanças, avançando contra o inimigo numa gritaria. Eu ouvia os gritos... E coisas horrorosas da Índia. Viúvas na fogueira. Elefantes esmagando sob as patas a cabeça de condenados. E tigres agarrados à tromba de elefantes. E índios da Terra do Fogo, horríveis, a comerem lagartixas vivas. E eu vi a lagartixa bulir... E tragédias do centro da Ásia e lá das Guianas. O rio Orinoco me impressionava muito. Eram os romances de aventuras de Gustave Aimard e Mayne Reid. Certa vez encontrei naquela biblioteca um álbum de fotografias que me tumultuaram o sangue: só mulheres nuas!... Mas não eram mulheres nuas, Rangel: eram nus do Salon. Eu não sabia distinguir.<sup>2</sup>

Não havia literatura infantil. A cisão entre textos exclusivos a meninos e meninas ainda não estava clara, já que a ideia de infância também estava em discussão. No fim do século XIX, algumas versões dos clássicos surgiam no Brasil, mas sobressaiam-se os textos em francês ou em português de Portugal, entraves à leitura das crianças devido ao desacordo linguístico. Monteiro Lobato não leu unicamente livros destinados às crianças, dessa forma. Certo natal ganhou *Robinson Crusoe* e leu e releu

---

<sup>1</sup> CAMARGOS, Marcia. *Juca e Joyce: memórias da neta de Monteiro Lobato*. Depoimento a Marcia Camargos. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2007. pp.30, 40, 110 e 111.

<sup>2</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.55-56.

“aquilo com um deleite inenarrável”<sup>3</sup>; morou no *Robinson* e n’*Os filhos do Capitão Grant*, Júlio Verne; adorou (“Aquilo é esplendido! Tão bom como D. Quixote”) *Tartatin de Tarascon*, Alphonse Daudet, embora sua mãe o considerou “muito cacête”<sup>4</sup>. Notou a monta das leituras de menino em momento posterior:

Recordando minha vida colegial vejo quão pouco os mestres contribuíram para a formação do meu espírito. No entanto, a Júlio Verne todo um mundo de coisas eu devo! E a Robinson? Falaram-me à imaginação, despertaram-me a curiosidade – e o resto se fez por si.

Júlio Verne levou-me a Humboldt e depois à geografia e às demais ciências físicas e sociais. Foi o aperitivo. Entreabriu-me as cortinas do mundo como coisa viva, pitoresca, composta de paisagens e dramas. De posse dessa visão, e esporeada pela imaginativa, a inteligência “compreendeu e quis saber”. Que menino, após a leitura de *Keraban, o cabeçudo*, não corre espontaneamente a abrir um atlas para ver onde fica o Bósforo?

A inteligência só entra a funcionar com prazer, eficientemente, quando a imaginação lhe serve de guia.

A bagagem de Júlio Verne, amontoada na memória, faz nascer o desejo do estudo. Suportamos e compreendemos o abstrato só quando já existe material concreto na memória. Mas pegar uma pobre criança e pô-la a decorar nomes de rios, cidades, golfos, marés, como se faz hoje, sem intermédio da imaginação, chega a ser criminoso. É no entanto o que se faz!... A arte abrindo caminho à ciência: quando compreenderão os professores que o segredo de tudo está aqui?<sup>5</sup>

Que tornava Juca uma criança? Quais as afinidades e os desacordos entre a infância do avô e da neta? Quais as brincadeiras e os encargos do menino Monteiro Lobato? Como escrever a meninos e meninas de outras gerações? Como aproximar as experiências do autor e a dos leitores? Por que, afinal, escrever literatura infantil? Cabia instituir nova ideia e novo sentimento em torno da infância, mas os meios não estavam dados. Resta investigar certos momentos do crescimento do neto do visconde no escritor de *A menina do narizinho arrebitado* (1920), entendendo os conceitos em feitura e as diversas experiências acerca dos problemas acima.

Juca também foi travesso, mas as testemunhas das brincadeiras ou mesmo seus estudiosos as figuram como sinais de Pedrinho, neto de Dona Benta. Gulnara Lobato Pereira, sobrinha e nora do escritor, escreveu as artes do menino através do testemunho de Ester Lobato de Moraes, Judite Monteiro Lobato e Generosa Lobato, como a história do cão louco enterrado sob uma laranjeira, inventada a fim de afastar as outras crianças e saborear sozinho, escondido, as laranjas; a “troca de uma garrafa de refresco de abacaxi fermentado por outra de limão em azedo, que não ficara bom e ia ser jogado fora”, antes de a mãe servir às visitas indesejadas; as sardinhas escondidas de

<sup>3</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.274. (Taubaté, 06/05/1911).

<sup>4</sup> Idem. *Cartas escolhidas*. 6.ª edição. São Paulo: Brasiliense: 1970, p.32. (S. Paulo, 1/05/1898).

<sup>5</sup> Idem. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. p.32. “Recordando”.

Ester, no fito de comer tudo; as gaiatices na fruteira da “Visconda” etc<sup>6</sup>. Edgard Cavalheiro (1956a, p.25) também anotou esses momentos de recreio e descoberta do mundo como antevisão das aventuras dos habitantes do Sítio: “Das aventuras da Fazenda, quantas não terão sido transportadas para as aventuras dos habitantes do Sítio do Picapau Amarelo? Pedrinho caçando onças é Juca de Flaubert em punha penetrando nos capões de mato da Santa Maria”. Os lambaris do ribeirão das Águas Claras, continua o biógrafo, “fisgaram muitas vêzes o anzol da vara de pescar que empunhava, trêmulo de emoção. Dos brinquedos com os sabugos de milho, sairia mais tarde o Visconde de Sabugosa; o Rabicó comera certa vez enorme abóbora reservada por Dona Olímpia [sua mãe]...” etc. Memórias de familiares e amigos, tais comentários encontram no menino as origens do escritor e das personagens. No entanto, indicam afinidades entre as vivências do avô e da neta (ou dos seus leitores).

Contudo, outras ocasiões atestam decisões e cuidados não reservados a meninos e meninas atualmente, indicando a contingência do “ser” criança. Com 5 ou 6 anos, resolveu mudar o nome: José Bento nasceu José Renato, na verdade. O motivo? Uma bengala “unicórnio cor de âmbar, com castão de ouro todo granulado” e na extremidade as iniciais J.B.M.L, isto é, José Bento Marcondes Lobato, seu pai. “Essas iniciais estragavam-me tudo”, afirmou em entrevista. “Afinal, pensava eu, quando meu pai morrer, não poderei usar essa bengala: eu me chamo José Renato; as iniciais são J. B.; esse maldito do B...”<sup>7</sup>. Mudou de nome, mas nunca usou a bengala. O intento de obter a bengala indica o adulto em miniatura ou a vontade de brincar do garoto? Outros casos sugerem a alternativa inicial.

Durante os exames de admissão aos preparatórios, a fim de ingressar no curso superior em São Paulo, entre 1895 e 1899, Monteiro Lobato escreveu cartas à mãe, dando conta dos deveres, gastos e a estranheza dos colegas. “Tem estudantes aqui que trazem 500\$000 e gastam tudo num dia”, escreveu à mãe em 1895. “Aqui tem um menino que recebeu dinheiro hoje; amanhã vou passear com ele para ele pagar frutas, doces, etc”. O menino, longe de casa, comenta todos os gastos em cartas a mãe: “Vou á cidade por obrigação duas vezes e cada vez pago 200 réis logo são 800 por dia”; “Não tenho mais dinheiro porque os 30\$000 que papai me deu foram 20\$ em retratos e 10\$

---

<sup>6</sup> PEREIRA, Gulnara Lobato. *O menino Juca*. Com aquarelas de Rui de Oliveira. Rio de Janeiro: Berlandis & Vertecchia Editores Ltda., 1982.

<sup>7</sup> LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. p.158. Entrevista com Silveira Peixoto da *Gazeta-Magazine*, final dos anos 1930.

em bondes, viadutos, etc.”<sup>8</sup>; “Ando precisando muito comprar uma botina e não o faço porque dando hoje balanço nas minhas finanças encontrei somente 12\$600 réis para passar o resto do mês (só o canalha do lavador de roupa me leva 6\$000 sabado!)”<sup>9</sup>. Juca também recomendava medicamentos à mãe e a interrogava acerca de sua saúde (“A sra. não teve nenhum acesso de tosse ou outra qualquer cousa no dia 18 ás 8 1/2 mais ou menos?”<sup>10</sup>); anotou a violência em S. Paulo: “Ontem no teatro houve grande rolo entre 200 estudantes da Escola Politecnica e a polícia. [...] Só se via espadas brilhando no ar, facas, punhais, revolveres, bengalas e o diabo a quatro”<sup>11</sup>. Comentários graves, contrastando com as assinaturas Juca Burro, Juca Tigre e Juca Zebra.

Não existem semelhanças entre os retratos de Juca e Joyce na infância. Joyce sorria, brincava e descortinava a natureza ao redor; ao contrário, Juca está imóvel, olhar distante e indiferente, a boca cerrada não delineia sorrisos, cabelo escorreito, trajando paletó e gravata já aos doze anos. Os instantâneos divisam meio século, ou seja, as circunstâncias e o *status* da imagem são outras: Joyce foi flagrada pela Rolleyflex do avô; Juca foi arrumado e situado conforme as regras da fotografia no século XIX, registros *sui generis*. No entanto informa as maneiras de exibir meninos e meninas e as imagens da infância, já que diversa expectativa orientou os registros.

Desse modo, há vínculos entre a infância de Monteiro Lobato e Olavo Bilac, dos quais, o número reduzido de leituras acessíveis, as formalidades e o aguardo dos progenitores e mestres em reiterar as classes de origem, continuando e aumentando o patrimônio familiar. Mas também há vínculos entre a infância de Juca e Joyce, já que lembraria das brincadeiras e das aventuras nas matas tal qual sua neta. Não recordou somente as amarguras, as dores amorosas e as leituras escondidas, tal como Olavo Bilac; sua infância lhe forneceu elementos de contextura literária, acaso. Os inconvenientes ou tensões entre experiência e expectativa não gerou bruscos dilaceramentos na escritura.

Há outras afinidades entre Monteiro Lobato e Olavo Bilac em torno do novo sentimento, sobretudo no entendimento das crianças desvalidas. Os meninos e meninas humildes, mendicantes, surrados e mortos não assomam no sítio de Dona Benta ou brincam com Narizinho e Pedrinho, mas amargam nos contos lobatianos. O sentimento da infância, isto é, o conceito de infância como fase da vida distinta da maturidade onde

---

<sup>8</sup> LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Brasiliense, 1970. p.19. (31/12/1895).

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.34. (S. Paulo, 25/01/1899).

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.32. (S. Paulo, 1/05/1898).

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.30. (S. Paulo, 5/02/1898).

a imaginativa guie a curiosidade de assimilar as gentes e os ambientes, não domina as personagens. No conto “A colcha de retalhos” (1915), Pingo d’Água fugiu do interior com um homem, aos dezesseis anos, abandonando a avó<sup>12</sup>; na “A vingança da peroba” (1916), o menino Pernambi, aos 7 anos, bebia, “batia nas irmãs, cuspihava de esguicho, dizia nomes à mãe, além de muitas outras coisas próprias de homem”<sup>13</sup>; em “Bucólica” (1915), Anica, menina aleijada, morreu de sede devido à incúria da mãe, já que a conceituava um estorvo<sup>14</sup>; “Negrinha” (1920), delineia a vivência de meninos e meninas negras em seguida a abolição:

Negrinha não tinha nome ou não interessava. *Negrinha* bastava a uma órfã de 7 anos “fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”<sup>15</sup>. Não entendia o mundo dos grandes, nem conseguiria. “Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros na cozinha, sobre a velha esteira e trapos imundos”<sup>16</sup>, escondida da patroa. Dona Inácia, a senhora, era gorda, “rica, dona do mundo, amimada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote no céu”, embora detestasse choro de criança e mais ainda o novo regime, “essa indecência de negro igual a branco e qualquer coisinha: a polícia!”<sup>17</sup>. O 13 de Maio lhes tirou os escravos, mas conservou Negrinha. Os cocres, beliscões, esfregadelas e a vara de marmelo na carne da órfã foi a cura da saudade de outrora. O reverendo não necessitava saber disto.

Que ideia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo – não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi *bubônica*. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim – por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida – nem esse de personalizar a peste...<sup>18</sup>

Duas sobrinhas da senhora vieram brincar as férias na casa. Duas meninas? Negrinha viu dois anjos do céu, ou seja, duas entidades “alegres, pulando e rindo com a vivacidade de cachorrinhos novos”<sup>19</sup>. Os dois anjos (meninas?) brincavam! A intransigência e a violência dos grandes não estavam nas sobrinhas da sinhá. O êxtase absoluto surge ao avistar os brinquedos, entre os quais um cavalo de pau e uma

---

<sup>12</sup> LOBATO, Monteiro. A colcha de retalhos. In:\_\_\_\_\_. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. pp.44-53.

<sup>13</sup> Idem. A vingança da peroba. In:\_\_\_\_\_. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p.56.

<sup>14</sup> Idem. Bucólica. In:\_\_\_\_\_. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. pp.100-106.

<sup>15</sup> Idem. Negrinha. In:\_\_\_\_\_. *Negrinha*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p.19.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> Ibidem, p.19 e 21.

<sup>18</sup> Ibidem, p.20.

<sup>19</sup> Ibidem, p.22.

criancinha de cabelos amarelos... “Nunca vira uma boneca e nem sequer sabia o nome desse brinquedo”<sup>20</sup>. Negrinha perguntou, enlevada: “- É feita?...”. Descobriu o nome da coisa, Boneca. “- Pegue!”, lhes dizem as meninas.

Negrinha olhou para os lados, ressabiada, com o coração aos pinotes. Que aventura, santo Deus! Seria possível? Depois, pegou a boneca. E, muito sem jeito, como quem pega o Senhor Menino, sorria para ela e para as meninas, com assustados relanços de olhos para a porta. Fora de si, literalmente... Era como se penetrara no céu e os anjos a rodeassem, e um filhinho de anjo lhe tivesse vindo adormecer ao colo. Tamanho foi o seu enlevo que não viu chegar a patroa, já de volta. Dona Inácia entreparou, feroz, e esteve uns instantes assim, presenciando a cena.

Mas era tal a alegria das hóspedes ante a surpresa estática de Negrinha, e tão grande a força irradiante da felicidade desta, que o seu duro coração afinal bambeou. E pela primeira vez na vida foi mulher. Apiedou-se.<sup>21</sup>

Negrinha renasceu nesse dia. Na verdade, entendeu sua natureza humana: tinha uma alma. “Divina eclosão! Surpresa maravilhosa do mundo que trazia em si e que desabrochava, afinal, como fulgurante flor de luz. Sentiu-se elevada à altura de ente humano. Cessara de ser coisa – e doravante ser-lhe-ia impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Se sentia! Se vibrava!”<sup>22</sup>.

Neste dezembro, brincou de boneca com as outras meninas. “Sentia-se outra, inteiramente transformada”. Com o fim das férias, uma tristeza infinita a tomou, contudo. Nunca mais uma coisa reles; tinha a consciência da própria alma “e essa consciência a matou”.

Morreu na esteirinha rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. Jamais, entretanto, ninguém morreu com maior beleza. O delírio rodeou-a de bonecas, todas louras, de olhos azuis. E de anjos... E bonecas e anjos remoinhavam-lhe em torno, numa farândola do céu. Sentia-se agarrada por aquelas mãozinhas de louça – abraçada, rodopiada.

Veio a tontura; uma névoa envolveu tudo. E tudo regirou em seguida, confusamente, num disco. Ressoaram vozes apagadas, longe, e pela última vez o cuco [do relógio] lhe apareceu de boca aberta.

Mas imóvel, sem rufar as asas.

Foi-se apagando. O vermelho da goela desmaiou...<sup>23</sup>

Negrinha morreu ao descobrir sua natureza humana e a infância, seguimento da epifania. No interior, ambiência dos contos lobatianos, não existia a infância, regalia dos meninos e meninas citadinos, com suas férias e brincadeiras. A órfã, como outras personagens, aguenta as carestias socioeconômicas, os castigos abusivos e a infâmia dos

<sup>20</sup> LOBATO, Monteiro. Negrinha. In \_\_\_\_\_. *Negrinha*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009. p.23.

<sup>21</sup> Ibidem, p.24.

<sup>22</sup> Ibidem, p.25.

<sup>23</sup> Ibidem, pp.25-26.

grandes. Não haveria futuro: Negrinha, acaso crescesse, tornar-se-ia escrava como os ancestrais. Reincidências. Nas três dimensões temporais (passado, presente e futuro) a recorrência da existência desvalida.

Há alguns casos contrários, no entanto. No conto “A morte do Camicego” (1919), as ideias e sonhos de Edgard, Marta e Guilherme, ou seja, dos filhos e da filha do escritor, concebem o monstro Camicego. O texto centra nos temores e descobertas das crianças, desde o surgimento do bicho (“Comia gente o Camicego, e tinha um bico *assim!* Este *assim* não era explicado com palavras, mas figurado numa careta de lábios abrochados em bico e olhos esbugalhados”<sup>24</sup>), a diversão com animais de “chuchu com quatro palitos à guise de pernas, uma pena de galinha como cauda e três caroços de feijão figurando boca e olhos”<sup>25</sup>, e a visão do monstro como um morcego morto e a conseguinte derrota do medo. Monteiro Lobato descreveu as travessuras dos filhos e da filha, dando forma com a escritura, ao observar sua ciência *sui generis*. Discorrendo acerca das crianças, como escritor e progenitor, entendia o mundo original dos meninos e da menina.

Desse modo Monteiro Lobato acentua uma experiência fundamental no entendimento da sua ideia de infância e da sua literatura dedicada aos miúdos: a paternidade. “A paternidade... Nada tenho feito senão rejubilar-me diante deste primeiro produto do meu desdobramento [Marta]”, informou a Rangel. Na missiva também asseverou:

Um filho, um livro: afirmação criadora. E como isso nos muda! Em quatro meses de estada em São Paulo não achei uma hora para procurar os velhos camaradas e não raro deles fugia. Solteiros! Infames solteiros! Quando estou com eles agora, sacio-me depressa e afasto-me, como um ser que pertence a outro mundo. Eles são a esterilidade. Só com Pinheiros me sinto bem, porque o Pinheiros é fundamentalmente sério – e essa seriedade, essa positividade do bom-senso, é o *habitat* natural da família. E, além disso, ele também é pai. Só quero pais. Acho tremendo ser pai.<sup>26</sup>

Com efeito, anotou nos cadernos de ideias e rascunhos comentários acerca das brincadeiras e fantasias dos filhos Marta, Ruth, Guilherme e Edgar ou mesmo sobre crianças no geral. *Mundo da Lua* é rico desses textos entre a ficção e o registro, alguns curtos como “Cabecinha de boneca” e “Náutica infantil” e outros intentos de conto tal como “*Avis rara*”, a seguir:

---

<sup>24</sup> LOBATO, Monteiro. A morte do Camicego. In: \_\_\_\_\_. *O macaco que se fez homem*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2010. p.127.

<sup>25</sup> Ibidem, p.128.

<sup>26</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.195. (Areias, 3/05/1909).

O pé-galo... A cabecinha da Ruth vive povoada de seres fantásticos, um dos quais curiosíssimos – pé-galo. Haverá naturalista que adivinhe que animal é este? Ela, entretanto, dissertará meia hora, na sua encantadora linguagem cheia de movimentos de mãozinhas explicativas, sobre a família dos *pé-galos*, marido das *pé-galinhas*, as quais botam *pé-ovos*, donde saem *pé-pintos*.

Tudo vem dum anúncio americano de remédio para calo, cuja marca de fábrica figura pé humano encimado por uma cabeça de galo. Ruth gostava de abrir os jornais no chão e, estendida sobre eles de barriga, examinar, comentando, uma por uma, todas as gravuras ou vinhetas – as cruzeiras das missas, o homem de picareta às costas do Biotônico, o peixe da Emulsão de Scott, os naviozinhos da Royal Mail.

Certo dia deu com o pé cristudo do *Gets-It*, o tal remédio para calos. Franziu a testa e veio incontinenti saber o que era aquilo.

Expliquei pachorrentamente:

- É o pé-galo, uma ave que existe nos Estados Unidos.

Ruth ficou a cismar longo tempo, de olhos presos no estranho bicho.

Mais tarde, em véspera de seu dia de anos, perguntei-lhe o que queria. Não vacilou:

- Quero um pé-galo!

- Para quê?

- Para criar aqui no quintal. Um pé-galo e uma pé-galinha também. Há pé-galinha?

- Como não? E há ainda pé-ovo e pé-pinto – acrescentei.

- Quero! Quero! Quero tudo! – e batia palmas, radiante, a imaginar a linda criação que se desenvolveria no quintal.

Fingi que fiz a encomenda; está custando a chegar; enquanto Ruth derrama-se em projetos.

- Dou para vovô um pé-pinto. Outro para a Marta – você quer, Marta, um pé-pintinho?

E começa o sonho, na rede, aos balanços cada vez mais fortes.

- Sabe? Calço uma botina velha no pé-galo. Coitado! Tem tanto caco de vidro no quintal... E todos os sábados corto a unha dele. E...

E não acaba mais a encantadora improvisação daquele mundinho fantástico...<sup>27</sup>

Os elementos de Narizinho e Pedrinho estão nesse texto, tais quais a imaginação e a maestria no inventar e contar histórias, os movimentos das mãos cadenciado com o devaneio, a leitura singular de anúncios e artigos, o estímulo do adulto no desenvolvimento do sonho e a fantasia auxiliando a generosidade e o cuidado da menina. Monteiro Lobato extraiu do senso e das brincadeiras dos filhos matéria considerável à reflexão acerca das crianças, ou melhor, a maneira ideal de entender e dialogar com elas, não obstante o desacordo geracional. O registro ainda auxiliaria na dúvida essencial do genitor: “Como educá-los, nesta terra? Em que princípios? Que moral ensinar-lhes? Nossa ascensão como povo é ladeira abaixo”<sup>28</sup>. Daí um dos motivos de se interessar na literatura infantil:

<sup>27</sup> LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. p.32.

<sup>28</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. pp.415-416. (São Paulo, 11/12/1917).

Ando com várias ideias. Uma: vestir a nacional as velhas fábulas de Esopo e La Fontaine, tudo em prosa e mexendo nas moralidades. Coisa para crianças. Veio-me diante da atenção curiosa com que meus pequenos ouvem as fábulas que Purezinha lhes conta. Guardam-nas de memória e vão recontá-las aos amigos – sem, entretanto, prestarem nenhuma atenção à moralidade, como é natural. A moralidade nos fica no subconsciente para ir se revelando mais tarde, à medida que progredimos em compreensão. Ora, um fabulário nosso, com bichos daqui em vez dos exóticos, se for feito com arte e talento dará coisa preciosa. As fábulas em português que conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora-do-mato – espinhentas e impenetráveis. Que é que nossas crianças podem ler? Não vejo nada. Fábulas assim seriam um começo de literatura que nos falta. Como tenho um certo jeito para impingir gato por lebre, isto é, habilidade por talento, ando com a ideia de iniciar a coisa. É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o *Coração* de Amicis – um livro tendente a formar italianinhos...<sup>29</sup>

Essa carta une ideias já analisadas e os vindouros delineamentos da literatura infantil de Monteiro Lobato, tais quais o cuidado na leitura dos filhos e o diálogo entre escritor e pai; conceitos acerca da cognição dos infantes; a críticas aos minguados livros destinados às crianças; o conceito de literatura brasileira ou “nosso” fabulário; a mudança na moralidade; a moralidade distinta do civismo e do ufanismo, entre outros. É razoável alegar a paternidade como experiência fundamental no desenvolvimento de nova sensibilidade no tocante à infância e aos textos destinados aos pequenos leitores.

Outro fator crucial foi a atividade editorial. Monteiro Lobato enviou ao amigo mineiro, Rangel, um livrinho escolar no intuito de avaliar o negócio literariamente, de acordo com as exigências do leitor infantil. “Tomei de La Fontaine o enredo e vesti-o à minha moda, ao sabor do meu capricho, crente como sou de que o capricho é o melhor dos figurinos”. O escritor solicitou “juízo sobre a sua adaptabilidade à mente infantil e anotações dos defeitos de forma”<sup>30</sup>. Com essas diretrizes, Monteiro Lobato conservou critérios emitidas outrora. O editor sabia do lucro vultoso caso estes livros entrassem nas escolas e a conveniência em cativar os leitores.

Desta maneira solicitou a Godofredo Rangel a tradução dos “contos shakespearianos, em linguagem bem simples, sempre na ordem direta e com toda a liberdade”<sup>31</sup>. Dois conselhos do editor a) não “te amarres ao original em matéria de forma – só em matéria de fundo” e b) nunca descuidar, já que os “leitores vão ser crianças”. Nas missivas há referências à *Tempestade* e *Rei Lear*, entre os contos de Shakespeare; na série de livros para crianças constaria *Viagens de Gulliver*, *Robinson*

---

<sup>29</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.370. (Fazenda, 8/09/1916).

<sup>30</sup> Ibidem, p.436. (São Paulo, 13/04/1919).

<sup>31</sup> Ibidem, p.465. (São Paulo, 01/06/1921).

*Crusoe, Dom Quixote, Mil e uma noites e Peter Pan* “e todas essas coisas que vêm galhardamente resistindo ao roçar dos anos”. Nesse item, a linguagem dos textos recebeu os cuidados do editor: o estilo “gente grande” não atraía os meninos e as meninas. Monteiro Lobato revisou os contos infantis outrora editados na Garnier, atestando a inconveniência da linguagem aos miúdos (“Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegas! Temos de refazer tudo isso – abrigileira a linguagem”<sup>32</sup>) e exigindo do amigo e de si uma “língua desliteraturizada”<sup>33</sup>.

O editor elaborou *Narizinho Arrebitado* (1921) mirando os lucros. No final de 1920, editou *A menina do narizinho arrebitado*<sup>34</sup>, início da saga do Picapau Amarelo. No ano seguinte, reformou o texto e deu outro acabamento ao livro, mudado no segundo livro de leitura para uso das escolas primárias<sup>35</sup>. Mais uma vez solicitou o auxílio de Godofredo Rangel: “Quero tua impressão de professor acostumado a lidar com crianças. Experimente nalgumas, a ver se se interessam. Só procuro isso: que interesse às crianças”<sup>36</sup>. Monteiro Lobato conseguiu o retorno do leitor infantil e da autoridade educacional com base nos ensaios do então “professor acostumado a lidar com crianças” e crítico de longa data dos seus textos. Na ocasião, alugou sala vizinha ao escritório da rua Boa Vista a fim de armazenar “a maior edição do mundo!”, os 50.500 volumes de *Narizinho Arrebitado*. O livro “tem de ser metido bucho adentro do público, tal qual fazem as mães com o óleo de rícino”. Como vender? Como “fazer que o público absorva a torrente de narizes”<sup>37</sup>? O empresário informou na entrevista dada a Silveira Peixoto em 1943: editou quinhentos exemplares “em papel melhor” e mandou de presente a todos os grupos escolares do Estado. O doutor Washington Luís, ainda na presidência de São Paulo, saiu a vistoriar estes grupos na companhia de Alarico Silveira, Secretário do Interior. “De escola em escola, notou que em todas elas havia um livrinho de leitura, extraprograma, muito sujinho e surrado”, isto é, *Narizinho Arrebitado*. Então

O doutor Washington fez ao seu secretário a seguinte observação: “Se este livro anda assim em tantos grupos, é sinal de que as crianças gostam dele.

<sup>32</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.499. (São Paulo, 11/01/1925).

<sup>33</sup> Ibidem, pp.466-467. (São Paulo, 17/06/1921).

<sup>34</sup> Idem. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp., 1920.

<sup>35</sup> Idem. *Narizinho arrebitado*. Segundo livro de leitura para uso das escolas primarias. 1.ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1921.

<sup>36</sup> Idem. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.462. (São Paulo, 09/02/1921).

<sup>37</sup> Ibidem, pp.463-464. (São Paulo, 21/05/1921).

Indague de quem é e faça uma compra grande, para uso em todas as escolas”. No dia seguinte Alarico me telefonou pedindo que passasse pela Secretaria. Lá me contou as visitas da véspera e da opinião do presidente. Depois: - “Quantos exemplares desse livro pode você vender ao governo?”. Uma pergunta assim à queima-roupa a um editor que está atrapalhado com a maior avalanche nasal da sua vida é coisa de estontear. Pisquei sete vezes e respondi: - “Quantos quiser, Alarico. Temos narizes a dar com pau. Posso fornecer cinco mil, dez mil, vinte mil, trinta mil...”. Alarico pensou que fosse brincadeira e, para pilhar-me, disse: - “Pois mande trinta mil ao almoxarifado”. Veio nesse momento o café, mudamos de assunto e logo depois saí. Quando no dia seguinte o almoxarifado recebeu os trinta mil narizes, houve alarme por lá. Telefonaram ao secretário, o qual também me telefonou: - “Lobato, então era verdade a história dos trinta mil?” “Claro, Alarico! Onde se viu blefar para cima de um secretário de estado como você?” E ele: “Pois só agora depois da telefonada do almoxarifado é que estou acreditando...”.<sup>38</sup>

Em oito meses, a edição estava esgotada. O interessante é examinar as estratégias do editor na venda dos livros e dessa maneira elucidar os vínculos entre literatura infantil e mercado editorial. Monteiro Lobato imprimiu quinhentos exemplares em “papel melhor” e os distribuiu nos grupos escolares do Estado. Desse modo, acoossou os leitores, não somente os alunos, mas também os educadores e outras autoridades, a fim de propagandear a mercadoria. Os livrinhos surrados em virtude do manuseio foram a isca do editor: indício das inúmeras leituras e do interesse das crianças. Os 50.000 volumes restantes não foram editados em “papel melhor”, isto é, Monteiro Lobato anunciou e vendeu ao governo obras diversas no tocante ao material. O susto de Alarico Silveira informa a enormidade da tiragem nesse mercado inconstante e os enunciados de Monteiro Lobato a vista nas escolas. Na entrevista, considerou “tamanho loucura” como “mera inexperiência, pois um editor, por maior confiança que tenha num livro, nunca se arrisca” tanto e também considerou “autêntico milagre” a venda em oito ou nove meses<sup>39</sup>. Contudo, é razoável sustentar a ideia de saída imediata da mercadoria ou ao menos a ideia de venda certa e lucrativa durante a impressão.

Em 1923, refreou “as edições literárias para intensificar as escolares”. “O bom negócio é o didático”<sup>40</sup>, comunica a Rangel. Com base nas missivas, aumentou a tiragem da mercadoria didática em 1924: “Só cuidamos agora de cartilhas, gramáticas, aritméticas – todos os instrumentos de torturar as crianças”<sup>41</sup>. Em julho, fechou “a torneira aos poetas e aos literatos nacionais de segunda classe” a fim de editar “gente de

---

<sup>38</sup> LOBATO, Monteiro. Faz 25 anos... In: \_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.173-174. Entrevista dada a Silveira Peixoto para *Vamos Ler* em 1943.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.173.

<sup>40</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.488. (São Paulo, 01/12/1923).

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.491. (São Paulo, 3/01/1924).

primeira e as boas coisas da literatura universal”<sup>42</sup>, além das traduções acima. Na Cia. Editora Nacional, vendeu 27 mil gramáticas de fevereiro a maio de 1926; *Aventuras de Hans Staden* (1926) “foi um triunfo – oito mil em três meses – e está entrando nas escolas”<sup>43</sup>. O investimento nos livros didáticos foi estratégico ao editor nos momentos de reforma e crise nos negócios, mercadoria de saída certa e rentável.

Monteiro Lobato descobria a literatura infantil, isto é, o fascínio e a relevância de escrever a meninos e meninas. Em maio de 1926, ainda meditou no caso, embora mais seguro:

Ando com ideias de entrar por este caminho: livros para crianças. De escrever para marmanjos já me enjoiei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me de como vivi dentro do *Robinson Crusoe* do Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar. Não ler e joga fora; sim morar, como morei no *Robinson* e n’*Os filhos do Capitão Grant*.<sup>44</sup>

Nesse mesmo ano, revelou seu “pendor natural para escrever para as crianças”. O escritor acumulou experiência ao conceber e traduzir textos aos leitores mirins e conhecia o interesse das crianças. Dos Estados Unidos declarou “fazer mais livros infantis”. Orientá-lo-ia certo entendimento dos leitores: “As crianças sei que não mudam. São em todos os tempos e em todas as pátrias as mesmas. As mesmas aí [no Brasil], aqui e talvez na China. Que é uma criança? Imaginação e fisiologia; nada mais”<sup>45</sup>. O gênio trans-histórico das crianças conceder-lhe-ia brincar com tempos e espaços na narrativa, abeirando reinos encantados e heróis de diversas fontes. O circunscrever a literatura infantil com “um fabulário nosso, com bichos daqui em vez dos exóticos” abrir-se-ia ao universal e à imaginação, embora situado (nunca enraizado) no território brasileiro. Morar nos livros, isto é, entregar-se e alimentar-se desse universo ficcional.

Em 1930 anuncia *Reinações de Narizinho* entusiasmado:

Tenho em composição um livro absolutamente original, *Reinações de Narizinho* – consolidação num volume grande dessas aventuras que tenho publicado por partes, com melhorias, aumentos e unificações num todo harmônico. Trezentas páginas em corpo 10 – livro para ler, não para ver, como esses de papel grosso e mais desenhos que texto. Estou gostando tanto, que brigarei com quem não gostar. Estupendo, Rangel! E os novos livros que tenho na cabeça ainda são mais originais. Vou fazer um verdadeiro *Rocambole* infantil, coisa que não acabe mais. *Aventuras do meu*

---

<sup>42</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.494. (s/d).

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.512. (Rio, 7/05/1926).

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.513. (Rio, 7/05/1926).

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.537. (New York, 26/06/1930).

pessoalzinho lá no céu, de astro em astro, por cima da Via Láctea, no anel de Saturno, ondem brincam de escorregar... E a pobre Tia Nastácia metida no embrulho, levada sem que ela o perceba... A conversa da preta com Kepler e Newton, encontrados por lá medindo com a trena certas distâncias astronômicas para confundir o Albert Einstein, é algo prodigioso de contraste cômico. Pela primeira vez estou a entusiasmar-me por uma obra.<sup>46</sup>

Monteiro Lobato revisitou e cimentou seus textos anteriores, editados desde 1920, em *Reinações de Narizinho*. O *Rocamboles* infantil anuncia a série contínua com os mesmos heróis em cenários e acontecimentos diversos, aventurando-se e instruindo-se em mundos e reinos encantados e no diálogo com figuras do folclore, da mitologia, do cinema, dos contos de fadas e outros. O crucial, nas aventuras, foi divertir ou a fórmula a “arte abrindo caminho à ciência: quando compreenderão os professores que o segredo de tudo está aqui?”. Daí o escritor entusiasmar-se. Nesse momento, então, não escreveu uma pedagogia para o progresso (HAYDEN, 2012) ou manifestou a ideia da criança como a humanidade de amanhã, esses entendimentos são consecutivos, intrínsecos a outra fase da escritura lobatiana.

Entre 1920 a 1931, em vista disso, as finalidades são outras. Monteiro Lobato descobriu a literatura infantil e averiguou a conveniência e as chances no gênero. Não escreveu a favor de causas sociais ou assentou suas expectativas de início. Nessa década, o futuro não domina a narrativa e o autor menos assertivo. O universo ideológico (VASCONCELLOS, 1982) também não está definido. Não indico outra divisão das obras infantis de Monteiro Lobato baseada nas narrativas (ficcional, folclórica ou didáticas etc.), mas sugiro a leitura em momentos, isto é, evidenciando a historicidade dos textos. Dessa forma, os livros analisados a seguir têm facetas obstruídas pela imagem geral da pedagogia do progresso, embora existam alguns elementos desta. Na verdade, o escritor ignorou a linearidade e brincou com as durações e os conceitos de passado, presente e futuro. Criou um universo além e aquém de sínteses.

#### **4.3.2. O Sítio do Picapau Amarelo: a confluência dos tempos de Monteiro Lobato.**

Quais os elementos do fabulário *brasileiro* de Monteiro Lobato? Como tramou as experiências e as expectativas na literatura infantil? Concatenou as dimensões temporais? A cisão entre o pretérito e o porvir resiste? Os tempos (passado, presente e

---

<sup>46</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.542. (São Paulo, 07/10/1934).

futuro) confluem? Nesse caso, há uma síntese, já que as dimensões mesclam-se. Ou acomodou estratos do tempo? Como estratos há uma dialética sem síntese: as divisões subsistem (estratos mais novos ou mais antigos) e os tempos seguem não reconciliados. Acaso aquém e além da síntese?

O escritor iniciou as estórias infantis de modo acidental: Toledo Malta contou-lhe a “história dum peixinho que por haver passado algum tempo fora da água desaprendeu a arte de nadar e de volta ao rio afogou-se” certa tarde na editora. Monteiro Lobato, então envolvido a imaginar o conto, escreveu a “História do peixinho que morreu afogado”, publicando-a em diário ignorado. Em entrevista à *Revista do Globo*, em janeiro de 1945, afirmou que “depois resolveu ampliar a história, misturando-a com cenas da fazenda onde passara a infância” e lembrou-se “da mulata Joaquina, ex-escrava de seu pai, que aos domingos ia mariscar num riozinho do campo e que trazia às vezes até cobras-d’água e baratões aquáticos...”<sup>47</sup>. Surgiram, assim, as aventuras de *Reinações de Narizinho*. Comenta o sucesso do negócio:

- “Neste pau tem mel”, pensei comigo – termina Monteiro – “e era natural que me dedicasse ao gênero. Escrevi, então, a história dum leitão malandro chamado Rabicó, e ao sabor da fantasia foram nascendo os outros personagens: Pedrinho, Quindim, o rinoceronte, o Burro Falante, a Emília. Todo Natal eu punha um ou dois livros novos com o prazer com que uma galinha põe um ovo. E afirmo que jamais pretendi ser pioneiro de qualquer coisa; sempre quis apenas ganhar a vida...”<sup>48</sup>

O entrevistado declarou alguns assuntos acerca da escritura dos textos destinados aos meninos e meninas. Dois livros todo natal corroboram o valor comercial dos textos; a “História do peixinho que morreu afogado”, nunca encontrado, é indício de escritos lobatianos ainda não analisados e sumidos nas gazetas, além de mostra das constantes revisões das histórias; escreveu brincando e “ao sabor da fantasia”, não situando ensinamentos morais e cívicos acima do lúdico das aventuras; elaborou memórias de outrora na contextura dos textos. O último item será investigado, em razão de estabelecer conexões entre tempos.

Monteiro Lobato favoreceu essa leitura em entrevistas. “Como nasceu a Dona Benta?”, interrogou Silveira Peixoto da *Gazeta-Magazine*. O autor de *A menina do narizinho arrebitado* informou:

---

<sup>47</sup> LOBATO, Monteiro. Um mundo sem roupa suja... In: \_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. p.228. Entrevista de Justino Martins para a *Revista do Globo* em janeiro de 1945.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.229.

- Eu andava no Colégio Paulista, em Taubaté. Nos colégios os “maiores” nunca dão confiança aos “menores”, e estes, por isso e outras razões, acham que aqueles são mesmo “importantes” – e vivem com os olhos neles. Ora, havia lá um rapaz chamado Pedro de Castro. Era um dos “maiores”, e tinha a seu favor a particularidade de ser de Macaé ou Pati do Alferes. Num colégio, o fato de um sujeito ser de uma terra que os outros não conhecem é bastante para dar-lhe um prestígio extraordinário. Eu era dos “menores”...

- Ele não dava confiança...

- Eu vivia a olhá-lo como quem vê um tipo importantíssimo. Esse Pedro de Castro costumava falar em sua avó, de nome Benta. Achei curioso o nome e mais tarde, quando precisei batizar a vovó de Narizinho, foi a avó do Pedro de Castro quem me forneceu o nome...

- E nasceu Dona Benta! Mas a Tia Nastácia? Qual a sua história?

- Tive em casa uma Anastácia, ama do meu filho Edgar. Uma preta alta, muito boa, muito resmunguenta, hábil quituteira... Tal qual a Anastácia, ou a Tia Nastácia dos livros.<sup>49</sup>

Na ocasião, Silveira Peixoto também indagou sobre o Visconde de Sabugosa, embora desta vez Dona Ester de Moraes, irmã do escritor, tenha tomado a fala:

- Naqueles tempos, na fazenda, as crianças costumavam brincar com bonecos de sabugo. Tomávamos um sabugo de milho e o vestíamos como se fosse uma boneca. Nos chuchus púnhamos umas pernas de palitos e ficavam sendo os “cavalos” e os “porquinhos”... Quando aos sábados o Juca vinha do colégio, nós preparávamos uma poção de coisas para recebê-lo; alinhávamos as bonecas de sabugo...

- Mas eu largava tudo e ia pescar! – aparteia Lobato.

- É verdade... – diz dona Ester. – Mas os tais bonecos de sabugo...

- ...devem ter influído na criação do Visconde de Sabugosa... – concludo.

- É. Podem ter sido a matriz dessa ideia. E também a Emília deve ser produto de uma reminiscência desses tempos... – concorda Lobato.

- Mas e o rinoceronte? Por que pôs um rinoceronte no sítio da Dona Benta? Um animal que não é brasileiro...

- Exatamente por isso. Para fazer uma coisa diferente. Resolvi arranjar um bicho contrário ao cachorrinho ou ao coelhinho clássicos. Mas na realidade eu não introduzi deliberadamente um rinoceronte em minhas histórias. Aquele rinoceronte fugiu certa vez de um circo do Rio de Janeiro, afundou no mato e foi parar no sítio de Dona Benta. De lá entrou muito naturalmente nos livros. Coisa muito mais do rinoceronte do que minha.<sup>50</sup>

No excerto acima, a memória vacila. Monteiro Lobato comunicou como a ama do seu filho serviu de molde à “Tia Nastácia dos livros”, inclusive com o mesmo nome; na entrevista de 1945, no entanto, lembrou da mulata Joaquina, ex-escrava da família. Na feitura do Visconde de Sabugosa e da Emília, as dúvidas surgem: “Podem ter sido a matriz dessa ideia” e a boneca “deve ser produto de uma reminiscência desses

<sup>49</sup> LOBATO, Monteiro. Entrevista com Silveira Peixoto, da *Gazeta-Magazine*. In: \_\_\_\_\_. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. pp.160-161. Final dos anos 1930.

<sup>50</sup> Ibidem, pp.161-162.

tempos...”. O engano no rememorar o transcorrido não deve ser censurado, afinal é normal, e não sabemos os motivos corretos do “nascimento” dos heróis. Na última entrevista do escritor, assim informou ao ser interrogado “como surgiram as suas principais personagens, principalmente as de suas obras infantis?”:

LOBATO – Essa pergunta é muito difícil de ser respondida, porque eu não me lembro mais. Faz tanto tempo que elas surgiram que eu não me lembro mais. Eu me lembro que tem uma Emília, que é muito engraçadinha, mas não me lembro como ela surgiu. Tudo isso são águas passadas. De maneira que eu queria que aqui o radialista, o radiólogo, o rádio não sei o quê fizesse uma pergunta menos pessoal, menos próxima. Isso está muito esquisito.<sup>51</sup>

Monteiro Lobato acaso tomou as reminiscências de outrora e as integrou ao universo da literatura infantil. Nesse caso, então, o passado não encerra o anacrônico, o arcaico ou o atrasado. Não há este feito. O passado é o transcorrido, mas atualizado na escritura. É elemento lavrado nos textos. É útil à literatura. É uma de suas fontes. O escritor criou da experiência.

O passado não é um meio de instrução moral e cívica nos textos destinados às crianças. É recurso lúdico, muitas vezes. O gato Felix narra a descoberta da América desta maneira:

- Meu avô veio justamente no navio de Christovão Colombo, que se chamava *Santa Maria*. Veio no porão e durante toda a viagem não viu coisa nenhuma a não serem ratos. Havia mais ratos no *Santa Maria* do que há pulgas num cachorro, e enquanto lá em cima os marinheiros luctavam com as ondas e as tempestades, meu avô luctava com a rataria. Caçou mais de mil. Chegou a se enfiar de rato a ponto de não poder ver nem um pelinho de camondongo. Afinal o navio parou e elle sahiu do porão e foi lá para cima e viu um lindo sol e um lindo mar e bem na frente uma terra cheia de palmeiras.

- Então era o Brasil, disse Emília. Aqui é que é a terra das palmeiras.

- Não seja bôba, disse Narizinho. Não atrapalhe.

O gato Felix continuou.

- Vía a terra cheia de palmeiras e na praia uma porção de índios nús.

- Nús? exclamou Emília. Que gente sem vergonha...

- Sim, nús, e armados de arcos e flechas, e a olharem para o navio como se tivesse vendo uma coisa do outro mundo. Era a primeira vez que um navio apparecia por alli.

- Imaginem se elles vissem o trem de ferro... observou a boneca.

- Colombo então, continuou o gato, resolveu desembarcar e saber que terra era aquella, porquê estava na duvida se seria realmente a America ou outra qualquer. Entrou num bote e foi para a praia. Pulou do bote e chamou os índios.

---

<sup>51</sup> LOBATO, Monteiro. A última entrevista. In: \_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. pp.239-240. Cabe lembrar, nesse momento Monteiro Lobato findava os esforços nas companhias de petróleo, motivo de seu encarceramento em 1942. O escritor, então, evitou assuntos controversos ou pessoais, com receio das consequências.

Os índios não se mexeram do lugar, mas o cacique deles criou coragem e adiantou-se e chegou perto de Colombo.

- Meus cumprimentos, disse Colombo, com toda a amabilidade, fazendo uma cortesia com o chapéu de plumas.

- Bemvindo seja! respondeu o índio, sem tirar o chapéu porque não usava chapéu.

Colombo então perguntou:

- Poderá o cavalheiro dizer-me se isto por aqui é a tal America que eu ando procurando?

- Perfeitamente, respondeu o índio. Isto por aqui é a America que você anda procurando. E você já sei quem é. Você é o tal Christovão Colombo, não?

Colombo ficou admiradíssimo da esperteza do índio e disse:

- Realmente, sou o tal. Mas como você adivinhou?

- Pelo jeito, respondeu o índio. Assim que você botou o pé na praia eu senti uma batida na paquêra e disse cá commigo:

É o sêo Christovão que está chegando, até aposto!

Colombo adiantou-se e apertou a mão do índio. Em seguida o índio virou-se para os outros que estavam lá longe e gritou:

- Estamos descobertos, rapaziada! Este é o tal Christovão Colombo que vem tomar conta das nossas terras. O tempo antigo lá se foi. Daqui para diante é vida nova – e vae ser um turum-bamba damnado...

Neste ponto da historia o Visconde botou a cabeça fóra da lata e disse:

- Não acreditem! A descoberta da America não foi assim, foi muito diferente. Eu li toda a historia de Colombo num livrão grande de dona Benta e posso afirmar que o gato Felix está inventando.

- Não está inventado nada! Berrou Emilia. Foi assim mesmo. O livro não esteve lá e não pode saber mais que o avô de sêo Felix, que esteve presente e viu tudo.<sup>52</sup>

O recreio sobreleva os critérios de verdade do Visconde, já que a história deve entreter e divertir. Não é coletânea de vícios e virtudes ou contos pátrios. Narrativas enfiadas e entediadas não convencem. O gato Felix não conclui as aventuras de sua vida de modo satisfatório e Emilia reclama: “- Não valeu a pena vir de tão longe para contar uma historia tão sem pé nem cabeça. Eu, que nunca sahi daqui, sou capaz de contar uma muito mais bonita”<sup>53</sup>. No dia seguinte, a boneca conta uma história de “rei e principes e fadas...”, isto é, visa entreter os ouvintes. O gato Felix, então, é inserido num concurso de histórias.

O passado não é demarcado, além disso. Felix inicia sua história deste modo: “- Houve em França um gato muito illustre, que era escudeiro do marquez de Carabás, tão illustre que não ha no mundo inteiro uma creança que não saiba a historia delle”. E continua a história do Gato de Botas “que se casou com uma linda gata amarela e teve muitos filhos. Esses filhos tiveram outros filhos. Estes outros filhos tiveram novos filhos, e veio vindo, veio vindo aquella gataria que não acabava mais até

---

<sup>52</sup> LOBATO, Monteiro. *O Gato Felix*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. pp.4-6.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.14.

que nasci eu”<sup>54</sup>. Não há nesses livros indícios de data, mesmo em ocasiões necessárias: no convite ao “GRANDE CIRCO DE ESCAVALINHO” há somente “HOJE”<sup>55</sup>, sem maior exatidão. Determinar momentos (dias, meses, anos) talvez não seja crucial no andamento das aventuras e no entendimento da criança. Monteiro Lobato acaso intuiu que recortar é limitar o universo criado e as conexões entre tempos e espaços?

N’A *menina do narizinho arrebitado*, Lúcia acorda do sonho, isto é, sua estada no Reino das Águas Claras, ainda à beira do ribeirão que passa pelos fundos do pomar. “Que pena! Tudo aquilo não passara dum lindo sonho...”<sup>56</sup>, informa o narrador. O modelo é *Aventuras de Alice no país das maravilhas*: “Acorde, Alice querida!”, disse sua irmã. “Mas que sono comprido você dormiu!”<sup>57</sup>. O início das histórias é semelhante:

Certa vez, estando a menina à beirado rio, em companhia da boneca, sentiu os olhos pesados e uma grande lombeira pelo corpo. Estirou-se na relva e logo dormiu, embalada pelo murmurinho do ribeirão. E estava já a sonhar um lindo sonho quando sentiu cócegas no rosto. Arregalou os olhos e, com grande assombro, viu de pé na ponta do nariz um peixinho vestido.<sup>58</sup>

Dessa maneira, em *A menina do narizinho arrebitado*. Em *Aventuras de Alice no país das maravilhas*:

Alice estava começando a ficar muito cansada de estar sentada ao lado da irmã na ribanceira, e de não ter nada que fazer; espiara uma ou duas vezes o livro que estava lendo, mas não tinha figuras nem diálogos, “e de que serve um livro”, pensou Alice, “sem figuras nem diálogos?”.

Assim, refletia com seus botões (tanto quanto podia, porque o calor a fazia se sentir sonolenta e burra) se o prazer de fazer uma guirlanda de margaridas valeria o esforço de se levantar e colher as flores, quando de repente um Coelho Branco de olhos cor-de-rosa passou correndo por ela.<sup>59</sup>

O estado entre a vigília e o sono criou os sonhos das meninas. Há dois itens relevantes neste cotejo. Certa vez, Monteiro Lobato afirmou ter Lewis Carroll realizado “o milagre de fixar com palavras um movimentadíssimo sonho de criança”. “Um sonho com a rigorosa lógica dos sonhos, que é um ilogismo incompreensível”<sup>60</sup>, acrescentou.

---

<sup>54</sup> LOBATO, Monteiro. *O Gato Felix*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. p.4.

<sup>55</sup> Idem. *O circo de escavalinho*. Ilustrações de Belmonte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. p.8.

<sup>56</sup> Idem. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920. p.43.

<sup>57</sup> CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Ilustrações originais de John Tenniel; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p.146.

<sup>58</sup> LOBATO, Monteiro. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920. pp.4-5.

<sup>59</sup> CARROLL, *Op. cit.*, p.13.

<sup>60</sup> LOBATO, Monteiro. *Alice in Wonderland*. In: \_\_\_\_\_. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010. p.154.

O *nonsense* encantou o escritor brasileiro. Os textos destinados aos meninos e meninas não deveriam encerrar ensinamentos morais e cívicos, bastava entender o universo infantil, dentro da ideia da criança como imaginação e fisiologia.

No entanto, Lúcia acordava e a história deixava o “absurdo”. Entramos no segundo item, então. Na versão final de *A menina do narizinho arrebitado*, “Narizinho arrebitado”, incluída em *Reinações de Narizinho*, o desenlace é revisto:

E voltou para o palácio, onde a corte [do Reino das Águas Claras] estava reunida para outra festa que o Príncipe havia organizado. Mas assim que entrou na sala do baile, rompeu um grande estrondo lá fora – o estrondo de uma voz que dizia:

- Narizinho, vovó está chamando!...

Tamanho susto causou aquele trovão entre os personagens do reino marinho, que todos se sumiram, como por encanto. Sobreveio então uma ventania muito forte, que envolveu a menina e a boneca, arrastando-as do fundo do oceano para a beira do ribeirãozinho do pomar.

Estavam no sítio de Dona Benta outra vez.<sup>61</sup>

Lúcia não lembra e a aventura no Reino das Águas Claras aconteceu. Monteiro Lobato não distingue a fantasia e a realidade nos textos destinados às crianças – a imaginação dos leitores uniria as esferas (CAVALHEIRO, 1956b, pp.165-166)<sup>62</sup>. Desta maneira a tensão entre verdadeiro *x* ilusório é frustrada, surgindo assim outra tensão: a verdade das crianças e a incredulidade dos adultos. Narizinho conversa com a avó:

- Uma semana ainda? – comentou Narizinho, desanimada de tanta demora. – Que pena! Tenho tanta coisa a contar a Pedrinho – coisas do Reino das Águas Claras...

- Não sei que reino é esse. Você nunca me falou nele – disse Dona Benta com cara de surpresa.

- Não falei nem falo porque a senhora não acredita. Uma beleza de reino, vovó! Um palácio de coral que parece um sonho! E o Príncipe Escamado, e o Doutor Caramujo, e a Dona Aranha com suas seis filhinhas, e o Major Agarra, e o papagaio que salvei da morte – quanta coisa!... Até baleias vimos lá, uma baleia enorme, dando de mamar a três baleinhas. Vi um milhão de coisas, mas não posso contar nada nem para vovó nem para Tia

---

<sup>61</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.32.

<sup>62</sup> De acordo com Cavalheiro (1956b, pp.165-166): “(...) Partindo do princípio de que tudo é maravilhoso para a criança, dentro do universo da criança, Lobato considera, muito logicamente, que nada existe de impossível ou irrealizável para ela. A primeira coisa a ser abolida, portanto, é o tempo, o limite. E com o tempo, a realidade. Tudo é natural, ‘aconteceu mesmo’, não foi um belo sonho, como todos estavam acostumados a encontrar em tantos outros autores. Na primeira versão, Lúcia, a Menina do Narizinho Arrebitado, desperta às margens do Ribeirão das Águas Claras. Mais tarde, o autor percebe não haver motivos para sonhos naquela maravilhosa aventura, e nas edições subsequentes melhora a história, fazendo com que para a meninada do Sítio do Picapau Amarelo não existisse distinção alguma entre a fantasia e a realidade”.

Nastácia porque não acreditam. Para Pedrinho, sim, posso contar tudo, tudo...<sup>63</sup>

Quais os nexos entre a fantasia e a experiência do tempo? Nesta tensão criança x adulto há um caso onde Narizinho considerou as ideias de sua avó atrasadas. N’*O noivado de Narizinho*, a menina discute com Dona Benta acerca do pedido de casamento do Príncipe Escamado: “- Mas não é uma criatura da nossa espécie, menina”, afirma Dona Benta; Lúcia, então, contesta: “- E que tem isso? A Emilia, que é uma boneca, não se casou tão bem com Rabicó, que é um leitão? Acho as suas idéas muito atrasadas, vovó...”<sup>64</sup>. Esse é o único caso onde um conceito temporal é utilizado a fim de assinalar atitudes ou ideias. É exceção nos textos e sem demora é arrumado. O receio da avó foi extenuado ao conhecer o rei do Reino das Águas Claras: “- Você tem razão, minha filha – disse ela por fim. – Esse mundo em que você e Pedrinho vivem é muito mais interessante que o nosso”. Não será entrave ao seguimento dos contos. Tia Nastácia também foi inserida nesse mundo ao sarar de uma “tosse de cachorro” através das pílulas do Doutor Caramujo e, desde então, receita o medicamento “para todo mundo”<sup>65</sup>, embora nunca renuncie ao sinal da cruz ao encontrar as visitas extraordinárias do Sítio.

O recurso à mistura entre fantasia e realidade, fundido à incerteza cronológica, permitiu ao escritor harmonizar tempos e espaços distintos. O enredo de *A menina do narizinho arrebitado* versa sobre a invasão do Escorpião Negro ao Reino das Águas Claras e o decorrente motim do capitão da guarda real, bem como os sentimentos de Narizinho pelo príncipe:

A menina pediu notícias do príncipe. Disseram-lhe que tinha saído de viagem para as fronteiras a fim de organizar a defesa contra a invasão de outros monstros.

Narizinho suspirou de saudades e disse:

- Vou confessar a você, amiga aranha, o meu grande segredo: desde ontem que me sinto apaixonada pelo príncipe...

Disse e corou. A Aranha sorriu-se e respondeu:

- E elle muito que merece o amor da menina, porque não existe no mundo inteiro príncipe mais valoroso. Meu desejo é que se casem, porque do contraria o príncipe é bem capaz de engrajar-se d’alguma barata e o reino soffreria a vergonha de ser governado por uma rainha que volta e meia perde a casca...<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.37.

<sup>64</sup> Idem. *O noivado de Narizinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. pp.7-8.

<sup>65</sup> Idem. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.123.

<sup>66</sup> Idem. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920. pp.30-32.

Monteiro Lobato reescreveu esse conto palaciano e retirou esses e outros lances. O trecho é outro na versão final:

Nisto surgiu na sala, muito apressada e aflita, uma baratinha de mantilha, que foi abrindo caminho por entre os bichos até alcançar o Príncipe.

- A senhora por aqui? – exclamou este, admirado. – Que deseja?

- Ando atrás do Pequeno Polegar – respondeu a velha. – Há duas semanas que fugiu do livro onde mora e não o encontro em lugar nenhum. Já percorri todos os reinos encantados sem descobrir o menor sinal dele.

- Quem é esta velha? – perguntou a menina ao ouvido do Príncipe. – Parece que a conheço...

- Com certeza, pois não há menina que não conheça a célebre Dona Carochinha das histórias, a baratinha mais famosa do mundo.

E voltando-se para a velha:

- Ignoro se o Pequeno Polegar anda aqui pelo meu reino. Não o vi, nem tive notícias dele, mas a senhora pode procurá-lo. Não faça cerimônia...

- Por que ele fugiu? – indagou a menina.

- Não sei – respondeu Dona Carochinha -, mas tenho notado que muitos dos personagens das minhas histórias já andam aborrecidos de viverem toda a vida presos dentro delas. Querem novidade. Falam em correr mundo a fim de se meterem em novas aventuras. Aladim queixa-se de que sua lâmpada maravilhosa está enferrujada. A Bela Adormecida tem vontade de espetar o dedo noutra roca para dormir outros cem anos. O Gato de Botas brigou com o Marquês de Carabás e quer ir para os Estados Unidos visitar o Gato Félix. Branca de Neve vive falando em tingir os cabelos de preto e botar ruge na cara. Andam todos revoltados, dando-me um trabalho para contê-los. Mas o pior é que ameaçam fugir, e o Pequeno Polegar já deu o exemplo.

Narizinho gostou tanto daquela revolta que chegou abater palmas de alegria, na esperança de ainda encontrar pelo seu caminho algum daqueles queridos personagens.

- Tudo isso – continuou Dona Carochinha – Por causa do Pinóquio, do Gato Félix e, sobretudo, de uma tal menina do narizinho arrebitado que todos desejam muito conhecer. Ando até desconfiada que foi essa diabinha quem desencaminhou Polegar, aconselhando-o a fugir.<sup>67</sup>

Monteiro Lobato reformulou imensamente o texto: doravante a exaustão dos contos de fadas é tema fundamental. O literato acomodou muitos personagens maravilhosos na escritura, aumentando as dimensões do universo criado. Os heróis e vilões de muitas histórias infantis encontrar-se-ão no sítio de Dona Benta, libertos da vigilância de Dona Carochinha ou da barreira dos livros. A reunião ocorre não obstante as origens diversas (folclore, contos de fadas, moderna literatura infantil, desenhos animados etc.) e em momentos distintos: os tempos e os espaços são fluidos.

Em “Pena de papagaio”, a título de exemplo, Narizinho, Pedrinho, Emília e o Visconde vão ao Mundo das Maravilhas com o pó de pirlimpimpim; Pedrinho envia

---

<sup>67</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. pp.18-19.

um convite geral aos seus amigos e às amigas de Narizinho através do senhor Vento, n’*O circo de escavalinho*; Dona Benta encontra o Barão de Münchhausen e o Pássaro Roca também com o pó de pirlimpimpim etc. Distâncias vencidas graças ao fantástico. Cabe indagar: são viagens no tempo? Esse recurso será utilizado em *O Minotauro* (1939) e n’*Os doze trabalhos de Hércules* (1944), não antes. Na verdade, são viagens entre reinos e mundos acessíveis “para quem possui imaginação, é fácilimo”. Peninha elucidou: “- Muitos viajantes têm visitado esse mundo [das Maravilhas] – continuou a voz. – Entre eles os dois irmãos Grimm e um tal Andersen, os quais estiveram lá muito tempo, viram tudo e contaram direitinho como viram”<sup>68</sup>. Monteiro Lobato abstraiu as distâncias cronológicas e tornou os personagens coetâneos.

Não existe tempo nesta literatura? Sim. O passado existe como invenção e como estudo dos homens no tempo (por exemplo, *As aventuras de Hans Staden*); há o tempo da natureza, isto é, a época das jabuticabas (“E certa manhã, que sucedeu a quatro dias de chuva, a menina teve o gosto de entrever as primeiras fructas pintadinhas”<sup>69</sup>) e o entrecorrer de dias e noites (por exemplo, a noite de Pedrinho no Capoeirão dos Tucanos, n’*O Saci*); o futuro, menos evidente, está nas promessas dos contos de fadas (“Estive sabendo que Rabicó é príncipe dos legítimos, que uma fada má virou em porco e porco ficará até que ache um anel mágico escondido na barriga de certa minhoca”<sup>70</sup>). O concerto dessas dimensões constitui os *estratos do tempo* no Sítio do Picapau Amarelo? Sim, talvez.

Esses textos não enunciam *horizonte de expectativas*? O autor não manifestou prognósticos ou tentou conceber o “amanhã” claramente. Onde estaria? No conflito campo x cidade? “O tio Antonio anda muito mal e si elle morrer vem morar comnosco o primo Pedrinho”, comunicou Dona Benta em *Narizinho arrebitado*; Lúcia, então, indagou: “- O Pedrinho Pichochó?”. Pichochó? A menina esclarece: “- Mas vovó, o Pedrinho não é mesmo um pichochó inteirado? Aquelle bico, aquelle pescoço, aquelle geitinho tivi-tivi...”<sup>71</sup>. O menino, “um orphão de oito anos sem outro amparo na vida a não ser ella [Dona Benta]”, era roceiro e jeca na primeira versão da história. Em *Reinações de Narizinho*, ao contrário, Pedrinho é “um menino de 10 anos que nunca

---

<sup>68</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 2. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.84.

<sup>69</sup> Idem. *Narizinho arrebitado*. Segundo livro de leitura para uso das escolas primarias. Desenhos de Voltolino. 1.ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 1921. p.69.

<sup>70</sup> Idem. *O Marquez de Rabicó*. Terceira parte da MENINA DO NARIZINHO ARREBITADO. 3.ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. p.8.

<sup>71</sup> Idem. *Narizinho arrebitado*. Segundo livro de leitura para uso das escolas primarias. Desenhos de Voltolino. 1.ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 1921. p.69.

saiu da casa da minha filha Antonica e portanto nada fez ainda e nada conhece do mundo”<sup>72</sup>, morador da cidade a visitar o sítio da avó nas férias escolares. Pedrinho seria moderno agora? O sítio atrasado? A mudança do personagem não indica isso:

Pedrinho apeou-se, abraçou-a e não resistiu à tentação de ali mesmo abrir o pacote dos presentes para tirar o dela [Narizinho].

- Adivinhe o que trouxe para você! – disse, escondendo atrás das costas um embrulho volumoso.

- Já sei – respondeu a menina incontinênti. – Uma boneca que chora e abre e fecha os olhos.

Pedrinho ficou desapontado, porque era justamente o que havia trazido.

- Como adivinhou, Narizinho?

A menina deu uma risada gostosa.

- Grande coisa! Adivinhei porque conheço você. Fique sabendo, seu bobo, que as meninas são muito mais espertas que os meninos...<sup>73</sup>

E continua a distribuir os presentes aos demais:

- E para vovó, que é que trouxe? – perguntou Narizinho.

- Adivinhe, já que é tão adivinhadeira – disse ele.

- Eu só adivinho quando é você mesmo quem escolher os presentes. Mas o presente de vovó aposto que não foi você quem escolheu – foi tia Antonica...

Pela segunda vez Pedrinho abriu a boca. Aquela prima, apesar de viver na roça, estava se tornando mais esperta do que todas as meninas da cidade.

- Tem razão. É isso mesmo. O presente da vovó quem o escolheu e comprou foi mamãe. Você precisa me ensinar o segredo de adivinhar as coisas, Narizinho...<sup>74</sup>

Monteiro Lobato cessou as desigualdades entre meninos e meninas e entre crianças do campo e crianças da cidade. Nesse caso, o habitante da cidade não é distinto, antes sustenta preconceito acerca dos seus semelhantes do interior. Pedrinho encontra no sítio a ocasião de brincar e descobrir no Mundo das Maravilhas, talvez inacessível nos centros urbanos. A cidade denota o fim das férias, o adeus e a saudade: “Em seguida [Pedrinho] deu outra lambada no cavalinho, desta vez com bastante força, e partiu no galope. Não queria que a boneca visse duas lágrimas que já iam pingando dos olhos...”<sup>75</sup>. A cidade não constitui *horizonte de expectativa*: não é extraordinária e não indica o vir a ser do sítio.

---

<sup>72</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.37.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.50.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p.51.

<sup>75</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 2. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.131.

Há um caso onde Narizinho e Emília visitam outra sociedade, ideal. No reino das abelhas a menina comenta:

- Você já reparou, Emilia, como é bem arrumado este reino?

- Já sim, respondeu ella. Tudo aqui é uma verdadeira maravilha de ordem, economia e bom gosto. Estive no quarto das creanças e fiquei encantada! Cada uma no seu bercinho de cera, de braços cruzados, todas muito brancas, dormindo um somno gostoso!... Eu o que admiro é como as abelhas aproveitam o espaço, economizam a cera e fazem tudo de geito que a colmeia anda que é um relógio. Ah! Si entre os homens fosse assim... Aqui não ha nem pobres nem ricos. Não se vê um aleijado, um cêgo, um tisico. Todos trabalham e vivem fartos e contentes.<sup>76</sup>

Quem governa a colmeia? É a rainha?

- Não, respondeu a abelha. Nós não temos governo porque nós não precisamos de governo. Cada qual já nasce sabendo as suas obrigações e não é preciso que ninguém esteja a lembral-as. Isso de governo é bom para os homens, que são os bichos mais desastrados da terra, não acha?

Narizinho pensou um pouco e viu que era isso mesmo...

A abelhinha continuou:

- De manhã sahimos todas, cada qual para o seu lado, afim de colher o mel ou o pollen das flôres. Feito isso voltamos e depositamos o mel nos favos. Si ha algum concerto a fazer, qualquer de nós o faz, sem ser preciso ordens. Si a menina passasse uns tempos aqui havia de gostar tanto que depois não se acostumaria mais no Reino dos Homens...<sup>77</sup>

Em *Reinações de Narizinho* a abelha é mais incisiva: “Olhe, menina, lá no reino dos homens costumam falar muito em felicidade, mas fique certa de que felicidade só aqui. Cada uma de nós é feliz porque todas somos felizes. Lá não sei como pode alguém ser feliz sabendo que há tantos infelizes ao redor de si!”<sup>78</sup>.

O horizonte consiste no reino das Abelhas? Monteiro Lobato delineou as causas advogadas em artigos e crônicas, vistas acima, com elementos semelhantes aos existentes na colmeia: ordem e economia no trabalho, a higiene da colmeia (“Não sabemos o que seja doença graças á hygiene da nossa vida”<sup>79</sup>, informou a abelha), a ética na labuta diária, a ausência de classes sociais etc. Sociedade assente no uniformizar os trabalhadores a fim de instituir a harmonia comunitária e o dever nos afazeres. O reino não está no futuro, entretanto. É modelo coetâneo às visitantes.

O futuro do sítio é incerto nesses textos. Contudo, os vínculos entre brincadeira e aprendizado, ensino e experiência, fantasia e realidade, bem como as

---

<sup>76</sup> LOBATO, Monteiro. *Narizinho arrebitado*. Segundo livro de leitura para uso das escolas primarias. Desenhos de Voltolino. 1.ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 1921. pp.163-164.

<sup>77</sup> Ibidem, pp.164-165.

<sup>78</sup> LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. p.67.

<sup>79</sup> Idem. *Narizinho arrebitado*. Segundo livro de leitura para uso das escolas primarias. Desenhos de Voltolino. 1.ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & C. Editores, 1921. p.166.

relações entre adultos e crianças na literatura infantil de Monteiro Lobato são modernas e não estão nos livros escolares anteriores (p. ex. Olavo Bilac). Dona Benta é a autoridade máxima no sítio, ensina seus netos mediante a leitura de clássicos da literatura e obras científicas, mas consente o diálogo, mediante o método socrático, e o exame e prova de tais saberes através da experiência. O conhecimento é construído nesta interação, sem dogmatismo. A tensão adulto  $\times$  criança é fínida: a autoridade não é arbitrária. A avó, bem como Tia Nastácia, descobre novos mundos com os netos. O alicerce da sociedade vindoura estaria nessa convivência democrática?

Criou um universo além e aquém de sínteses, sustentei. Além: a confusão das dimensões; a ausência de divisões estreitas; a confluência entre outrora e o vindouro. Aquém: a existência do passado, presente e futuro; conceitos temporais assinalando atitudes e ideias; a tensão entre experiência e expectativa no reino das abelhas etc. Síntese aquém e além: coexiste o transcorrido e o vindouro, mediante a fantasia. Monteiro Lobato não escreveu fabulário brasileiro ou entendeu os riscos do desígnio: mesclou contos de fadas, folclore, desenhos animados e os bichos daqui e os exóticos ao contar estórias e histórias. Desse modo, situou-se aquém e além da literatura infantil *brasileira*. Da mesma forma, aboliu as fronteiras e misturou passado, presente e futuro. “O realmente bom é de todas as pátrias e de todos os séculos”<sup>80</sup>, afirmou em carta. Coube inventar e divertir-se: assim editou “livros onde as nossas crianças possam morar” e não obsecrou os meninos e meninas com projetos. O escritor cadenciou seus tempos através da literatura. Síntese? Quem sabe – ou, como toda síntese, instável. Daí surgiu nova tese: “a criança é a humanidade de amanhã”<sup>81</sup>. Os textos imediatos a 1933 têm outros argumentos, já que interessa o futuro. Novamente a literatura como missão. E, mais uma vez, encarou o descompasso.

---

<sup>80</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.494. (s/d).

<sup>81</sup> Idem. A criança é a humanidade de amanhã. In: \_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. pp.190-195.

## Conclusão

*O presidente negro* seria uma utopia? Questão intrincada. A Utopia, nos termos de Roland Barthes (2004, pp.290-291), “é o campo do desejo, diante do Político, que é o campo da necessidade”. Há tensão entre os dois discursos: “a Necessidade acusa o Desejo de irresponsabilidade, de futilidade; o Desejo acusa a Necessidade por suas censuras; seu pode redutor” etc. (BARTHES, 2004, pp.290-291). Utopia como *horizonte de expectativa*? Sim. O paradigma inventado no século XVI institui no ato da escrita sociedades harmoniosas, desencantando os Paraísos e o seu espaço-tempo mítico (BACZKO, 1985, p.345). De acordo com Bronislaw Baczko (1985, p.346), as utopias constituem “um dispositivo de eficácia variável que garante um esquema colectivo de interpretação e unificação, simultaneamente, do campo das experiências sociais e do horizonte de expectativas, recusas, temores e esperanças, que rodeia aquele campo”. No século XVIII, as utopias, isto é, *lugar nenhum* coevo aos escritores, muda em *u-cronia* situada num tempo imaginário futuro. Ocorre a *historicização* das utopias. “O tempo-progresso”, comenta Baczko (1985 pp.364-365), “encarregou-se de realizar as ideias mais avançadas do presente, consideradas quiméricas pelos contemporâneos e transformando, assim, o sonho em realidade”. Ocorre também a cisão entre passado e futuro nas novas narrativas.

Conseguimos incluir o romance lobatiano nas imagens utópicas do futuro? Cabe aos leitores. Chrysanthema (*Correio Paulistano*, 25-01-1927) acentuou as figuras “forradas de uma leve capa de ironia que as faz sobressair e impressionar”. O talentoso autor dos *Urupês*, continua a crítica, não “é um Wells, mas poderia sel-o, si quizesse”<sup>1</sup>. Já Faria Neves Sobrinho (*A Manhã*, 19-10-1926) censura o estilo frouxo, incolor e sem vigor do romance, destacando excertos impatrióticos e o tom “desastradamente illogico em certos episodios”. Considera ideias do “demasiado *yankismo* de Monteiro Lobato”<sup>2</sup>. Silveira Bueno (*Folha da Manhã*, 31-01-1927), enfim, sentencia o romancista “coisa morta, liquidada mentalmente e como tal, não deve mais aparecer em publico”. *O presidente negro*, nessa visão, consiste em “livro contra o Brasil, escripto por um brasileiro renegado”<sup>3</sup>. Monteiro Lobato, continua Bueno, aumenta os estigmas contra os

---

<sup>1</sup> *Correio Paulistano*, São Paulo, terça-feira, 25 de janeiro de 1927, N. 22.814, p.3.

<sup>2</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19-10-1926, N. 252. p.3.

<sup>3</sup> *Folha da Manhã*, São Paulo, segunda-feira, 31 de janeiro de 1927, N. 615. p.5.

homens e mulheres negros, acusados de inferiores. Dever-se-ia constrangê-lo como inimigo comum dos brasileiros.

Os atuais estudos distinguem duas leituras em torno do racismo nos textos lobatianos. O extermínio dos negros e o entusiasmo com a eugenia confirmaria o racismo do escritor; o desencarapinhar os cabelos e a despigmentação da população negra constroem “uma metáfora sobre segregação e aculturação”, argumentam Marcia Camargos e Vladimir Saccheta<sup>4</sup>. Os detalhes dessa sociedade, ou seja, as novas tecnologias e as novas formas de conceber os espaços e os tempos atestariam os engenhos do visionário Monteiro Lobato, ainda consoante os críticos acima, sem maiores exames. Enfim, *O presidente negro* não seria uma utopia. Acaso uma distopia.

O *Admirável mundo novo* (1932) suscita menor dúvida. Huxley assim entendia a tese da obra: “O tema de *Admirável mundo novo* não é o avanço da ciência em si; é esse avanço na medida que afeta os seres humanos”. Os progressos na biologia, na fisiologia e na psicologia ocasiona a “revolução final e mais profunda”, isto é, a engenharia “na carne e na alma dos seres humanos”<sup>5</sup>. Dessa maneira, as populações amariam sua servidão, instituindo definitivamente novos totalitarismos. De acordo com Aldous Huxley:

O amor à servidão não pode ser instituído senão como fruto de uma profunda revolução pessoal nas mentes e nos corpos humanos. Para efetuar essa revolução precisamos, entre outras coisas, das descobertas e invenções enumeradas a seguir. Primeiro, uma técnica de sugestão consideravelmente aperfeiçoada – pelo condicionamento infantil e, mais tarde, com o auxílio de drogas, como a escopolamina. Segundo, uma ciência das diferenças humanas completamente desenvolvida, que permita aos administradores encaminhar qualquer indivíduo ao seu devido lugar na hierarquia social e econômica. (As pessoas mal-adaptadas à sua posição tendem a alimentar pensamentos perigosos sobre o sistema social e a contagiar os outros com seus descontentamentos.) Terceiro (uma vez que a realidade, por mais utópica que seja, é algo que as pessoas precisam tirar férias com bastante frequência), um substituto para o álcool e os outros narcóticos, que seja ao mesmo tempo menos nocivo e mais prazeroso que o gim ou a heroína. E quarto (mas este

---

<sup>4</sup> “Mais do que um hino em prol da pureza racial, este romance constrói uma metáfora sobre segregação e aculturação. Ao longo do enredo vemos como a comunidade negra é impelida a assumir valores étnicos dos brancos. Em detrimento da sua ascendência africana, consideráveis parcelas de filhos e netos dos escravos submetem-se por vontade própria a um radical processo de despigmentação, tornando-se ‘horripelmente’ esbranquiçadas. Combatente visceral da imitação dos hábitos e costumes alheios, Lobato defendia a tese de que ignorar as raízes significa converter-se em cópia malsucedida. A despigmentação os descaracterizava como povo, retirando deles um dos seus principais elementos de identidade. Com a autoestima diminuída na pele artificialmente clareada e nos cabelos alisados, o negro reproduz o modelo do branco. Ao abrir mão das suas características físicas, adotando uma feição que não é a sua, ele se converte em elo fragilizado e vulnerável de uma corrente corroída na essência”. CAMARGOS, Marcia; SACHETTA, Vladimir. Um fabulista visionário. In: LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.18.

<sup>5</sup> HUXLEY, Aldous. Prefácio [1946]. In: \_\_\_\_\_. *Admirável mundo novo*. Tradução Lino Vallandro, Vidal Serrano. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014. p.11.

seria um projeto a longo prazo, que demandaria gerações de controle totalitário para ser levado a bom termo), um sistema infalível de eugenia, destinado a padronizar o produto humano, facilitando assim a tarefa dos administradores. Em *Admirável mundo novo* essa padronização do produto humano foi levada a extremos fantásticos, embora, talvez, não impossíveis. Técnica e ideologicamente, ainda estamos muito longe dos bebês enfrascados e dos grupos Bokanovsky de semialeijões. Mas, pelo ano 600 d. F., quem sabe o que não estará acontecendo?<sup>6</sup>

O ano 600 d. F., isto é, depois do Nosso Ford. Monteiro Lobato, entusiasta do “Messias da indústria moderna”, do “Jesus Cristo da Indústria”, Henry Ford, escreveu *O presidente negro* fundado nos desenvolvimentos da montagem em série em curso na Ford Motor Company. O progresso, acaso ocorresse, seria necessariamente bom. O acréscimo das ciências melhoraria a vida dos indivíduos, encurtando distâncias. No romance, a eugenia forneceria indivíduos excelentes, extinguindo os homens e mulheres “capazes de prejudicar com má progênie o futuro da espécie”<sup>7</sup>. Na obra de Huxley, a montagem em série firma o sistema científico de castas, ou seja, o fabrico de seres humanos em classes condicionadas a aceitar os encargos delineados com minúcia. O progresso aí é um engodo: o indivíduo ouve quinhentas repetições, uma vez por semana, dos treze aos dezessete anos, do *slogan* “o progresso é uma coisa maravilhosa” durante o sono<sup>8</sup>. Duas visões distintas do progresso, baseadas em Henry Ford. Monteiro Lobato nunca duvidou da invencibilidade do magnata do motor e herói do trabalho.

O símbolo da indústria automotiva, Detroit, declarou a maior falência municipal da história dos Estados Unidos em outubro de 2013. Com dívidas no valor de US\$ 18,5 bilhões, entregue ao Tribunal Federal, a cidade encara a violência de gangues armadas, a saída de negócios, o sucateamento dos serviços públicos e a ascensão da taxa de homicídios. O acúmulo de más gestões e as decorrências da crise econômica de 2008 ocasionou enorme êxodo, contando somente 700 mil habitantes. Os 78 mil edifícios abandonados e os lotes vazios formam bairros fantasmas<sup>9</sup>. Detroit, cidade morta. O sonho americano no amontoado de ruínas abandonado durante a tempestade do progresso. Os fantasmas dos casarões coloniais assombram a catedral dos tempos futuros.

---

<sup>6</sup> HUXLEY, Aldous. Prefácio [1946]. In:\_\_\_\_\_. *Admirável mundo novo*. Tradução Lino Vallandro, Vidal Serrano. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014. p.16.

<sup>7</sup> LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. p.98.

<sup>8</sup> HUXLEY, *Op. cit.* p.127.

<sup>9</sup> Dados em GITTLESON, Kim. Após êxodo e falência, Detroit ensaia “ressurreição”. Disponível em: <http://www.bbc.com>, acesso em 23/02/2016, 08h12; também “Detroit, símbolo da indústria automobilística, declara falência”. Disponível em: <http://economia.uol.com.br>, acesso em 23/02/2016, 08h13; e “Detroit declara maior falência municipal da história dos EUA”. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br>, acesso em 23/02/2016, 08h15.

Monteiro Lobato sentia os combates entre passado e futuro. O *projeto* nunca atingia a essência dos desacordos entre sertão arcaico e litoral moderno. Não raro, incidia nos receios de classe. Na carta aberta ao doutor Artur Bernardes, argumentou em favor do voto secreto e censurou o voto a descoberto, regime em que “*vota quem não tem capacidade natural de voto e não vota quem a tem!*”<sup>10</sup>. Por quê? O voto de cabresto, corolário do regime a descoberto, causa horror e afugenta das urnas a elite da nação, isto é, “a sua melhor parte, a parte rica, a parte culta, a parte cérebro, a parte nobre por excelência”<sup>11</sup> etc. E conclui:

O voto secreto opera o milagre de destruir o mal do *Censo Altíssimo*, mero disfarce da ditadura duma casta, e instituir o *Censo Alto*, que é o bom, porque é a direção do país pela sua elite pensante. Nem Censo Baixo nem Censo Altíssimo – sim Censo Alto. Opera a seleção que é mister, afastando o eleitor inconsciente ou venal e atraindo o voto livre e consciente da elite do país. Que interesse tem em votar, sob o regime do voto secreto, o meu criado, que é um imbecil, *se ninguém lhe impõe esse ato ou não lho paga?* Impossível como se torna o controle da votação, eliminado está, *ipso facto*, o voto por pressão e o voto por dinheiro; e como os eleitores atuais *só vão às urnas movidos por esses dois motivos*, claro que a elas não comparecerão jamais. A lei o autoriza a votar, mas eles *cessam de ter interesse nisso*. Seu interesse era todo subalterno, não era interesse cívico, dada a sua incapacidade natural de civismo. E temos assim afastado o músculo boçal da comédia de fingir cérebro.<sup>12</sup>

O voto secreto, “visto como se trata de coisa imposta pelas inexoráveis leis da evolução”<sup>13</sup>, afirmaria o progresso político no Brasil. O desdém com os homens e mulheres do interior assoma em muitos textos. Nos originais de “São Paulo e o Brasil”, acaso escritas em 1932, Monteiro Lobato reivindicou elementos de defesa com o intuito de garantir a expansão e a integridade territorial de São Paulo e dos outros estados da federação. Mais uma vez retorna aos argumentos eugênicos:

Houve e há quem se melindre quando, algures, se frisou que há raças superiores e inferiores. No entanto, sendo o homem um perfeito animal, submetido às mesmas leis biológicas que o evolucionismo estabeleceu, de uma maneira irrefragável, para todos os seres vivos, seria supinamente ridículo que as aplicássemos a todos os seres vivos, com exceção apenas no homem.

Aperfeiçoam-se, por seleção e por *habitat*, o cavalo, o touro, o galo, o carneiro, o coelho; quadrúpedes e bípedes, vegetais e animais de qualquer natureza; e entretanto, ainda causa estranheza (por influência religiosa, é claro) quando alguns povos começam cientificamente a

---

<sup>10</sup> LOBATO, Monteiro. *Ferro e o voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. p.91.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.86.

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp.88-89.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.93.

aperfeiçoar o animal-homem, tendo muitos deles conseguido espécimes já bastante evoluídos.<sup>14</sup>

Assim, nessa visão, os negros do sul da África assemelham-se a um gorila; os negros integram uma raça inferior à raça latina etc. O escritor contrasta as zonas tórridas e as zonas frígidas, motores da escala evolutiva. Monteiro Lobato atinge o paroxismo ao atentar “a diversidade de raças que ora povoam o Brasil, [que] a todos chamamos incongruentemente brasileiros, como se fossem iguais, como se o Jeca fosse gente, e o Lampião um ser humano”<sup>15</sup>. Havia uma ressalva: São Paulo. Na parte temperada do país, São Paulo encarnaria a vanguarda nacional:

São Paulo não é Brasil (sem o antes do Brasil). É um fenômeno estranho.

Essa conformação topográfica, seu clima e sua etnografia formaram um estado extra, permitindo essa expansão mental, industrial e econômica que aí está e que é única no país.

Separar-se, então? Tornando-se um país à parte?

Não! Não é necessário, nem vantajoso. Nem para ele, nem para o resto do país.

Como resolver o problema, então? Dar tempo ao tempo: permitir que os outros estados o alcancem no seu desenvolvimento.

Mas isso seria tolice na sua expansão, cada vez maior.

Depositário de grandes riquezas, de grandes responsabilidades, São Paulo não pode, porém, ficar à mercê dos outros estados federados.

Ele não precisa pleitear hegemonia. A hegemonia ele a tem e a terá, quer queiram quer não, pela sua própria natureza.

Cumprir-lhe é não melindrar ninguém. E cumprir-lhe, ainda mais, para bem de todos, defender à *outrance* este sagrado patrimônio, econômico e moral, que edificou: orgulho da civilização latina.<sup>16</sup>

Cabia aguardar. Não concernia assistir os outros estados. Cada um no seu momento. Monteiro Lobato renunciou, ao menos nesse texto, as ideias outrora veiculadas em *Problema vital* (1918) e insistiu nos determinantes raciais da atividade humana. O desenvolvimento ocorreria, certamente, embora as indústrias concorram escassamente. Nada conseguiria deter o curso necessário de São Paulo. Os discernimentos mudar-se-iam com as novas *experiências* e as novas *expectativas* (KOSELLECK, 2006). Daí consiste outras facetas dos tempos de Monteiro Lobato.

Dessa maneira, a coexistência e a mistura entre passado, presente e futuro no sítio de Dona Benta indica uma síntese. O leitor miúdo não aceita os estorvos do moderno regime de historicidade (HARTOG, 2013). Monteiro Lobato entendeu isso.

---

<sup>14</sup> LOBATO, Monteiro. São Paulo e o Brasil. In:\_\_\_\_\_. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010. p.144.

<sup>15</sup> Ibidem, p.145.

<sup>16</sup> Ibidem, p.146.

Certas memórias manifestam a insciência do tempo linear na infância. Graciliano Ramos assim registou suas reminiscências de menino:

Mandavam-me rabiscar algumas linhas pela manhã [na escola]. Logo no início desse terrível dever, o pior de todos, surgiu uma novidade que me levou a desconfiar da instrução de Alagoas: no interior de Pernambuco havia 1899 depois dos nomes da terra e do mês; escrevíamos agora 1900, e isto me embrulhou o espírito. Faltou-me a explicação necessária. Como a doce mestra sertaneja, clara, de belos caracóis imaculados, superava a outra, escura, agreste, de músculos rijos, nos olhos raivosos estrias amarelas, considerei a nova data um erro. Com certeza não foi esta reflexão que me endureceu a munheca e povoou de borrões o traslado, mas pode ter tido influência: realmente não caprichei na fatura de sinais duvidosos.<sup>17</sup>

O escritor alagoano também anotou o terror das cartilhas de soletrar, com os conceitos morais “A preguiça é a chave da pobreza – Quem não houve conselhos raras vezes acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”. O menino não entendia tudo: “Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta”<sup>18</sup>. Horror também dos volumes com estórias cívicas e morais, muito misteriosos ao saber do aluno. Dessa maneira combateu o barão de Macaúbas:

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos.

- Passarinho, queres tu brincar comigo?

Forma de perguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais confusa. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever.

Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem-intencionados e bem-falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede de uma chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens maternas. Tendo voou que afinal caiu no fogo.

Esses dois contos me intrigaram com o barão de Macaúbas. Examinei-lhe o retrato e assaltaram-me presságios funestos. Um tipo de barbas espessas, como as do mestre rural visto anos atrás. Carrancudo, cabeludo. E perverso. Perverso com a mosca inocente e perverso com os leitores. Que levava a personagem barbuda a ingerir-se em negócios de pássaros, de insetos e de crianças? Nada tinha com esses viventes. O que ele intentava era elevar as crianças, os insetos e os pássaros ao nível dos professores.

Não me parecia desarrazoado os brutos se entenderem, brigarem, fazerem as pazes, narrarem as suas aventuras, sem dúvida curiosas. Tinha refletido nisso, admitia que os sapos do açude da Penha manifestassem, cantando, coisas ininteligíveis para nós. Os fracos se queixavam, os fortes gritavam mandando. Constituíam uma sociedade. Sapos negociantes, sapos vaqueiros, o reverendo sapo João Inácio, o sapo José da Luz, amigo da distinta farda, sapos traquinas, filhos do cururu Teotoninho Sabiá, o sapo alfaiate mestre Firmo, a sapa Rosenda lavadeira a tagarelar os

---

<sup>17</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância* (Memórias). Posfácio de Cláudio Leite. 46ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Record, 2011. pp.180-181.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.114.

mexericos da beira da água. O nosso mundo exíguo podia alargar-se um pouco, enfeitar-se de sonhos e caraminholas.<sup>19</sup>

O barão de Macaúbas em nada sugere os textos lobatianos. Monteiro Lobato buscou instituir a infância como fase da vida distinta da idade adulta, reino da fisiologia e da imaginativa. Não moveu os conceitos assimétricos arcaico e moderno, ruína e apogeu, atraso e progresso. Há uma confluência dos tempos do escritor. O transcorrido e o porvir amarrados. Não encontramos datas, isto é, a ausência de marcadores favorece a coexistência dos príncipes e das princesas encantadas dos contos da Carochinha, dos ícones norte-americanos e das criaturas do folclore *brasileiro* sem lhes rotular em universal  $x$  local ou moderno  $x$  atrasado. O escritor sintetizou seus diversos tempos aí.

Como, enfim, entender os tempos de Monteiro Lobato? Hannah Arendt nos fornece subsídios no exame. Monteiro Lobato nos sugere o homem cindido entre o passado e o futuro, situado em meio aos dois adversários, da parábola de Kafka. O passado e o futuro atuam aí como forças afastando ou arrastando o homem sito na lacuna entre os tempos. “Apenas porque o homem se insere no tempo”, comenta Arendt (2009, p.37), “e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro”, ou seja, cisões no contínuo temporal. Como exceder a linha reta? O intervalo (ou brecha) onde encontramos o homem, ao invés de entrechocar as forças antagônicas, deveria mudar os vetores em nova força resultante. O cabo de guerra, assim, transformar-se-ia em um paralelogramo de forças. Nos termos da filósofa (2009, pp.38-39):

Idealmente, a ação das duas forças que compõem o paralelogramo de forças onde o “ele” de Kafka encontrou seu campo de batalha deveria resultar em uma terceira força: a diagonal resultante que teria origem no ponto em que as forças se chocam e sobre o qual atuam. Essa força diagonal diferiria em um aspecto das duas outras de que é resultado. As duas forças antagônicas são, ambas, ilimitadas no sentido de suas origens, vindo uma de um passado infinito, e outra de um futuro infinito; no entanto, embora não tenham início conhecido, possuem um término, o ponto no qual colidem. A força diagonal, ao contrário, seria limitada no sentido de sua origem, sendo seu ponto de partida o entrechoque das forças antagônicas, seria, porém, infinita quanto ao seu término, visto resultar de duas forças cuja origem é o infinito. Essa força diagonal, cuja origem é conhecida, cuja direção é determinada pelo passado e pelo futuro, mas cujo eventual término jaz no infinito, é a metáfora perfeita para a atividade do pensamento. Fosse o “ele” de Kafka capaz de exercer suas forças no sentido dessa diagonal, em perfeita equidistância do passado e do futuro, como que caminhando ao longo dessa linha, para frente e para trás, com os movimentos pausados e ordenados que são o passo mais conveniente à ordem do pensamento, ele não teria saltado para fora da linha de combate e se situado, como quer a parábola, acima da refrega, pois essa diagonal,

---

<sup>19</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância* (Memórias). Posfácio de Cláudio Leite. 46ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Record, 2011. pp.129-130.

embora apontando rumo ao infinito, permanece presa ao presente e nele arraigada; em vez disso, teria descoberto – pressionado como estava, pelos adversários, na única direção a partir da qual poderia ver e descobrir adequadamente aquilo que lhe era mais próprio e que somente viera a existir com seu próprio e auto-inserido aparecimento – o imenso e sempre cambiante espaço-tempo criado e delimitado pelas forças do passado e do futuro; teria encontrado um lugar no tempo suficientemente afastado do passado e do futuro para lhe oferecer a “posição de juiz”, da qual poderia julgar com imparcialidade as forças que se digladiam.

Cabe acrescentar que tal “é assim apenas teoricamente”. A síntese só é realizável na literatura, no caso investigado. Monteiro Lobato escreveria ainda outras teses e antíteses, embora dialética sem síntese.

Em suma, Monteiro Lobato conceitua os contrastes socioeconômicos assente na ideia de progresso. O progresso motiva a cisão no contínuo temporal em dimensões intransitáveis e em escalões. Dessa maneira coexistem em tensão. No uso dos conceitos antitéticos atrasado e moderno, por exemplo, encontramos as ideias de marcha e de fim: há sociedades na vanguarda e há sociedade na retaguarda. O fim: Paraíso terreno, mesmo que este nunca ocorra ou resida incessantemente à frente. O fim nunca chega. Dois caminhos aos atrasados: desvanecer ou adiantar a comitiva. O dito euclidiano “condenados à civilização” resume a matéria.

O capitalismo favorece os usos de tais conceitos. O furor em inovar, consumir a novidade, remover a concorrência e renegar mercadorias como obsoletas e desusadas marca o sistema econômico cimentado em meados do século anterior no Brasil. O raciocínio vai além das coisas, no entanto: os homens e as mulheres incômodos ao sistema ou mesmo vivendo com outros fundamentos, assim como Jeca Tatu, subsistem como entraves ao desenvolvimento e inábeis ao progresso. Não causa assombro o entusiasmo com a ascensão da Ford Motor Company: o “Messias da indústria moderna” encarnou o *time is money*. No entanto, a mão invisível do mercado não isenta ninguém e os indivíduos à margem da história mantêm as estruturas do sistema em funcionamento, ignorados. O progresso atinge esses como danação. O Messias anunciado nos textos do escritor não veio como redentor, nem vencedor do Anticristo<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> “Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo. Ao materialismo histórico interessa-lhe fixar uma imagem do passado tal como ela surge, inesperadamente, ao sujeito histórico no momento do perigo. O perigo ameaça tanto o corpo da tradição como aqueles que a recebem. Para ambos, esse perigo é um e apenas um: o de nos transformarmos em instrumentos das classes dominantes. Cada época deve tentar sempre arrancar a tradição da esfera do conformismo que se prepara para dominá-la. Pois o Messias não vem apenas com redentor, mas como aquele que superará o Anticristo. Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele

Como mudar? Novo *projeto* surge nos anos trinta. Quais os novos heróis? Ouvindo as histórias do mundo, amontoado de massacres, Emília, comovida com as narrativas de Dona Benta, brame: “- *Nós* precisamos endireitar o mundo, Pedrinho”. O menino interroga: “- Nós, quem Emília?”. “Nós, crianças;” indica a boneca, “nós que ainda temos imaginação. Dos ‘adultos’ nada há a esperar...”<sup>21</sup>.

---

historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer”. BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. pp.11-12.

<sup>21</sup> LOBATO, Monteiro. *Histórias do mundo para crianças*. 27ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.160. [1. ed. 1933].

## FONTES

### Obra adulta de Monteiro Lobato.

- LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. [1.ed. 1944].
- LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Globo, 2008. [1.ed. 1921].
- LOBATO, Monteiro. *Cartas escolhidas*. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo: 2009. [1.ed. 1919].
- LOBATO, Monteiro. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010.
- LOBATO, Monteiro. *Críticas e outras notas*. São Paulo Globo, 2009. [1.ed. 1965].
- LOBATO, Monteiro. *Ferro e o voto secreto*. São Paulo: Globo, 2010. [1. ed. 1931].
- LOBATO, Monteiro. *Fragmentos, opiniões e miscelânea*. São Paulo: Globo, 2010.
- LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008. [1.ed. 1919].
- LOBATO, Monteiro. *Mister Slang e o Brasil*. São Paulo, 2008. [1.ed. 1927].
- LOBATO, Monteiro. *Monteiro Lobato vivo*. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986.
- LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua*. São Paulo: Globo, 2008. [1.ed. 1923].
- LOBATO, Monteiro. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008. [1.ed. 1933].
- LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2009.
- LOBATO, Monteiro. *O escândalo do petróleo e georgismo e comunismo*. São Paulo: Globo, 2011. [*O escândalo do petróleo*, 1. ed. 1936; *Gorgismo e comunismo*, 1.ed. 1948].
- LOBATO, Monteiro. *O macaco que se fez homem*. 2 ed. São Paulo: Globo, 2010.
- LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. [1.ed. 1926].
- LOBATO, Monteiro. *O saci-pererê: resultado de um inquérito*. São Paulo: Globo, 2008. [1.ed. 1918].
- LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Globo, 2009. [1.ed. 1946].
- LOBATO, Monteiro. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010. [1.ed. 1918].
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. [1.ed. 1918].

## **Outras obras.**

ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3.ª Edição. Apresentação de F. Alves de Andrade. Prefácio de Mário de Alencar. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

ALBANO, Ildefonso (Deputado Federal pelo Ceará, Director da Associação Commercial, Cons. hon. da Escola de Agricultura do Quixadá). *O secular problema do Nordeste*. Discurso pronunciado na – Camara dos Deputados – em 15 de outubro de 1917. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. Disponível em: <https://archive.org/details/osecularproblema1918ildefonso>. Acesso: 22/09/2015, 20:32.

AMARAL, Amadeu. *Discurso que pronunciou ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Tipografia de O Estado de S. Paulo, 1919.

BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 1. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006.

BILAC, Olavo. *Crônicas*: volume 2. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp, 2006.

BILAC, Olavo. *Obra reunida*. Organização Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. – (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

CAVALHERO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Col. Os cadernos de cultura. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura. Departamento da Imprensa Nacional, 1955.

CAMARGOS, Marcia. *Juca e Joyce*: memórias da neta de Monteiro Lobato. Depoimento a Marca Camargos. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Introdução, nota editorial e cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo: Cultrix; Brasília, INL, 1975. [1.ed. 1909]

CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1996. 2 volumes.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003. – (Coleção Prestígio). [1.ed. 1902]

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade de Henry Ford*: as obras de Henry Ford: minha vida e minha obra, hoje e amanhã, minha filosofia da indústria. Tradução: Monteiro Lobato. 4. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2012.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução Lino Vallandro, Vidal Serrano. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014.

RAMOS, Graciliano. *Infância* (Memórias). Posfácio de Cláudio Leite. 46ª ed. revisada. Rio de Janeiro Record, 2011.

RANGEL, Godofredo. *Vida ociosa*. Prefácio de Autran Dourado. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.

RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba - PR: Criar Edições, 2006.

### **Literatura infantil de Monteiro Lobato.**

Obs.: Os originais de *A menina do narizinho arrebitado*, *Narizinho arrebitado*, *O circo de escavalinho*, *O Gato Felix*, *O Marquez de Rabicó* e *O noivado de Narizinho* encontram-se no acervo da Biblioteca Monteiro Lobato, São Paulo.

LOBATO, Monteiro. *A menina do narizinho arrebitado*. Livro de figuras por Monteiro Lobato com desenhos de Voltolino. São Paulo: Revista do Brasil – Monteiro Lobato & Comp., 1920. 57p. [edição fac-similar, publicada pela Metal Leve em 1982, São Paulo].

LOBATO, Monteiro. *A reforma da natureza*. Ilustrações de capa e miolo Manoel Victor Filho. 38.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. [1. ed. 1941].

LOBATO, Monteiro. *Histórias do mundo para crianças*. 27ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982. [1. ed. 1933].

LOBATO, Monteiro. *Memórias da Emília*. Ilustrações Paulo Borges. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009. [1. ed. 1936].

LOBATO, Monteiro. *Narizinho arrebitado*. Segundo livro de leitura para uso das escolas primárias. 1.ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1921.

LOBATO, Monteiro. *O circo de escavalinho*. Ilustrações de Belmonte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

LOBATO, Monteiro. *O Gato Felix*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

LOBATO, Monteiro. *O Marquez de Rabicó*. Terceira parte da MENINA DO NARIZINHO ARREBITADO. 3.ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

LOBATO, Monteiro. *O noivado de Narizinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Ilustrações Osnei e Hector Gomez. Ed.coment. São Paulo: Globo, 2010. [1. ed. 1937].

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 1. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. [1. ed. 1931].

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*, volume 2. Ilustrações Paulo Borges. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2008. [1. ed. 1931].

### **Outras obras de literatura infantil.**

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil: prática de língua portuguesa: narrativa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BILAC, Olavo; NETO, Coelho. *Contos pátrios*. Educação moral e cívica (Para as Crianças). Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2001.

BILAC, Olavo; NETTO, Coelho. *A patria brasileira*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Ilustrações originais de John Tenniel; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CELSO, Affonso. *Porque me ufano do meu país*. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

NETTO, Coelho; BILAC, Olavo. *A terra fluminense – educação civica*. Livro unanimemente aprovado pelo Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

PEREIRA, Gulnara Lobato. *O menino Juca*. Com aquarelas de Rui de Oliveira. Rio de Janeiro: Berlandis & Vertecchia Editores Ltda., 1982.

### **Relatórios e artigos.**

- PEREIRA, Miguel. O Brasil é ainda um imenso hospital. *Revista de medicina*. Orgam do Centro Acadêmico “OSWALDO CRUZ” da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Anno VI. São Paulo, agosto de 1922. Vol. III. Num. 22.

- NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. *Viajem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz [online]; 8(3): 74-224, 1916.

### **Periódicos.**

- *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 231-235, jul./dez., 1981.

Acervos consultados:

Hemeroteca Digital Brasileira: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Acervo *Folha de São Paulo*: <http://acervo.folha.com.br/>

A Manhã (RJ): 1926.

A República (PR): 1919.

A União (RJ): 1920-1923, 1948.

Correio Paulistano (SP): 1919-1922, 1927.

Folha da Manhã (SP): 1927, 1944.

O Jornal (RJ): 1922-1927.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX*. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12929463/a-moldura-das-nacionalidades-cchla>.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. – (Debates; 64 / dirigida por J. Guinsburg).

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Marcia; SACCHETA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.

BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5: Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da moeda, 1985.

BARROS, Aparecida Vânia Petrini de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa. *Acta Sci. Human Soc. Sci. Maringá*, v. 28, n. 1, p.81-91, 2006.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BARTHES, Roland. *Inéditos, I: teoria*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. – (Coleção Roland Barthes).

BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Tópicos).

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Prefácio de Leyla Perrone-Moisés; tradução Mario Laranjeira; revisão de tradução Andréa Stahel M. da Silva. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do Picapau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. – (Coleção Leituras).

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano*, v.9: sociedade e instituições (1889-1930). 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História geral da civilização brasileira; t.3; v.9).

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Pichia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda, 2008.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Tomo I. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956a.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. Tomo II. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956b.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. Sob a direção de Roger Chartier; uma iniciativa de Alain Paire; tradução de Cristiane Nascimento; introdução de Alcir Pécora. 5ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (O Homem e a História).

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. – (História do povo brasileiro).

CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nos Vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. – (Texto e Arte; 11).

DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção História & Historiografia; 3).

DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: Ensaio*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Editora da Unicamp, 2006.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Editado por Michael Scröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERRERA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil republicano; v.1).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História. São Paulo, 2007.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. Sobre la noción de régimen de historicidade. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Historicidades*. Traducido por Víctor Goldstein. 1ª ed. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010 – (Perennis).

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Tradução do Prof. Dr. Francisco Murari Pires – Departamento de História – FFCH/USP. In: *Revista de História* 148 (1º - 2003, 09-34).

HAYDEN, Rose Lee. *A literatura infantil de Monteiro Lobato: uma pedagogia para o progresso*. Tradução do texto Silvana Aparecida Palma. S/E: 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LANNA JÚNIOR, Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERRERA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil republicano; v.1).

LEÃO, Andréa Borges. *Brasil em imaginação: livros, impressos e leituras infantis (1895-1915)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2. ed., aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MINCHILLO, Carlos. Engenharia reversa em *O choque das raças*. In: LAJOLO, Marisa (org.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. – (Corpo e alma do Brasil; direção do Prof. Fernando Henrique Cardoso).

MOTTA, Leda Tenório da. *Roland Barthes: uma biografia intelectual*. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. Em co-edição com o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira; co-edição MCT/CNPq. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PASSIANI, Enio. *Na trilha o Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. – (Coleção Ciências Sociais).

PERISSINOTTO, Renato M. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Com Roland Barthes*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica, escritura*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. – (Coleção leitura e crítica).

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A poeira do passado: tempo, saudade e cultura material*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. – (Estudos da Pós-Graduação).

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

ROCHA, Gilmar. “No princípio era a preguiça...”: o sentido do tempo na literatura de fundação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº.28. Brasília, julho-dezembro de 2006, pp.11-31.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.16, supl.1, jul. 2009, p.183-203.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*. Tradução: Carlos Felipe Moisés. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SNOW, Richard. *Ford – O homem que transformou o consumo e inventou a Era Moderna*. Tradução Luiz Euclides T. Frazão Filho. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 1987.

THOMPSON, E. P. *Costume em comum*. Tradução Rosaura Eichembeg; revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Zinda Maria Carvalho de. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo: Traço Editora, 1982.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VIRILIO, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Tradução de Francisco Marques. Lisboa: Editorial Teorema, Lda. 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.